ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA

N.º 157

Janeiro, Fevereiro e Março

AVEIRO

1974

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

OFERTA

bibRIA

VOLUME XL

AVEIRO

1974

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECTOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

DIRECTORES-ADJUNTOS

JOSÉ PEREIRA TAVARES
EDUARDO ALA CERQUEIRA

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

bibRIA

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

AVEIRO ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E MONUMENTAL

OS TÚMULOS

PARAFRASEANDO César Cantú, um grande historiador muito esquecido ou fingidamente muito ignorado, podemos dizer que os monumentos são uma escrita dos Povos, não só pelo que significam e comemoram por si mesmos, mas pelo simbolismo que encerram e pelas particularidades da concepção, traça, forma e decoração de que se revestem.

A cada época da história correspondem certas modalidades construtivas, morfológicas ou complementares da obra de arte que constituem o estilo dessa época.

Mudança de estilo denota mudança de época; mudança de época arrasta consigo mudança de estilo. Sucede isto não só nas artes, mas nos costumes, nas maneiras, no vestuário, na utensilagem.

A arquitectura, a escultura e a pintura ocupam, porém, nestas ordens de fenómenos, lugares primaciais e é nessas artes, chamadas plásticas, e nas suas expressões características de certos períodos, que nós encontramos muitos dos elementos que nos ajudam a compreender e a definir os ciclos da história dos Povos e a evolução da Humanidade, quer faltem quer abundem os verdadeiros documentos escritos.

O Homem é artista desde a infância da Humanidade. Mal começou a utilizar a pedra como sua arma ou seu instrumento, logo tratou de a retocar, afeiçoar, polir. Por vezes, até, modernamente se tem visto, poliu a pedra e ficou selvagem no resto. Quando se refugiou nas cavernas, nos períodos álgidos de rigoroso clima, modelou e pintou nas paredes rochosas e obscuras, com espantoso realismo ou requintada estilização, os javalis, os elefantes, os lobos e os bisontes, a fauna útil ou daninha que o acompanhava no cenário geográfico, os lances emocionantes da caçada e as danças rituais, no primitivismo da sua religiosidade.

bibRIA

Do berço ao túmulo, do troglodita ao moderno super-homem, a propósito da vida ou a propósito da morte, o Homem revelou sempre o gosto inato pelo adorno, pela beleza do desenho, pelo enlevo da cor, pela poesia das coisas, pela combinação musical dos sons, por aquilo que, sem ser indispensável à vida, é, no entanto, gosto da vida e, através do encanto dos sentidos visual e auditivo, se torna agrado do espírito e o eleva a páramos superiores à animalidade.

As artes literárias e musicais dão considerável contributo para o conhecimento e interpretação da mentalidade dos vários ciclos da vida dos Povos, mas a linguagem das artes plásticas é mais antiga e mais universal.

A arquitectura, a escultura e a pintura são a mais vetusta, mais fecunda e mais compreensível grafia dos actos dos homens, dos feitos dos vultos de destaque e dos caracteres exteriores, ou dos grandes movimentos emotivos da alma colectiva.

*
* *

A dez quilómetros desta cidade, ali na gândara de Mamodeiro, freguesia de Requeixo, numa cota de 70 metros, a mais alta do sítio, existe, oculta nos pinhais, uma grande mamoa.

É a mais próxima da cidade e uma das poucas existentes na região da Marinha. Montículo circular de terra acumulada, de uns cinquenta passos de diâmetro e de uns dois metros de máxima altura, apresenta no meio uma depressão, sinal de lhe terem arrancado as lajes da câmara mortuária que constituíam a anta, e notam-se-lhe bem os vestígios do corredor, a galeria que do exterior comunicava com a cripta.

Esta mamoa é o tipo do nosso mais antigo monumento funerário. Edificaram-no os homens que por aqui viveram há três ou quatro mil anos, ainda antes do uso do ferro, talvez antes do emprego do bronze, e em honra e memória de alguns dos mortos, porventura senhores do mando ou heróis da guerra. É um túmulo vandalizado e incompleto, pois lhe roubaram as pedras dolménicas.

Lá no alto das serras que nos bordam o horizonte, nas proximidades do Caramulo e do Arestal, em Espírito Santo de Arca e na Cerqueira de Cambra e de Sever, dois dólmens, relativamente bem conservados, sobressaindo das mamoas que os envolvem, erguidos com seus esteios e sua grande pedra sobreposta, atestam, na chã solitária, a solenidade dos enterramentos pré-históricos do povo milenário que semeou toda a região de idênticos monumentos, mais tarde desmantelados pela selvageria dos pósteros. Que impressão de respeito nos causam esses megálitos quando os encontramos na montanha!

biblA

Em S. João de Ovar, num esconso por traz da capela, abandonado de todos, escondido das vistas e ignorado dos passantes, outro monumento fúnebre muito vetusto, mas simplesmente centenário, único na Beira-Marinha e notável pela sua singularidade, documenta-nos certa maneira medieval, rude e arcaica, de acomodar os mortos cuja memória se desejava perpetuar, guardando-lhes os restos em pesada arca de granito em que se insculpiam armas ou utensílios concernentes ao viver do tumulado.

Destes monumentos ferais primevos, demonstrativos de remota preocupação que os povos nossos antepassados tinham de monumentalizar as derradeiros mansões dos seus personagens, até aos túmulos artísticos do Panteon de Jesus, no Museu Regional de Aveiro, e dos Panteons da Vista-Alegre, de Cantanhede, da Trofa, de S. Marcos, de Montemor-o-Velho, de Santa-Cruz e de Santa Clara de Coimbra, da Batalha, de Alcobaça, de Óbidos, de Santarém, e dos Jerónimos, que largas passadas que o Homem deu na senda da arte, a subir, ao longo dos séculos, o caminho da evolução do pensamento religioso, do culto dos mortos e da estética da sua expressão material, procurando e variando sempre a perfeição da forma exterior na sumptuosidade dos seus sarcófagos!

É toda a história de uma persistente ideia filosófica, de um obsecante pensamento religioso, de uma cultura que leva milénios e de uma arte, nobre e veneranda, para cujos documentos mais notáveis e expressivos da região, eu venho chamar as atenções, na esperança, talvez ilusória, de que haverá em Aveiro ou fora de Aveiro, meia dúzia de pessoas capazes de me lerem e quererem conhecer e contemplar com seus próprios olhos, os monumentos que aponto.

bibRIA

*

Mas haverá por cá quem seja capaz de ler isto e quem possa ler coisas destas no meio da desarticulação de valores, no meio do barulho da desintegração da mentalidade, no meio do arruído físico e do desvairo e da preocupação materialística e dos temerosos ameaços de uma nova guerra mundial, da hora presente?

Haverá alguém que possa comprazer-se na contemplação das grandes obras do passado ou da sua arte respeitável e bela no meio da ingente e premente luta pela vida e no meio das quezílias que se sofrem para equilibrar o orçamento doméstico e no meio do estrépito das forças mecanizadas, da batalha dos interesses, da grita das ambições, do alvoroço das massas que tão absorventemente discutem os temas desportivos, cinegrá-

ficos e jazz-bandistas que não deixam tempo, nem lugar, nem ensejo para se diminuir a incultura mental e a deseducação em que se vive?

Haja ou não haja.

Sem perder de vista as realidades do momento, as conveniências atendíveis, as razoáveis diversões, as belezas reais dos desportos e as necessidades progressivas do panorama social da nossa terra e da nossa grei que atentamente observo, e sem deixar de olhar presagamente para os grandes cúmulos de tormenta que se erguem no horizonte do Mundo, eu volto às colunas deste semanário a evocar assuntos que, sendo de antanho, são da actualidade de todos os povos cultos e constituem honra, lustre e património da geração presente e das camadas vindouras.

Paradoxalmente estes temas são como santuários de retiro e devoção do espírito, dispersos no ermo da vida rumorosa e árida, multitudinária e tumultuante, que a época nos impõe.

Siga-me quem quiser nesta rápida visita de devoção aos túmulos do nosso Panteon e, quiçá, a outras obras de arte que por perto deles demoram, ou não me acompanhe ninguém.

Sozinho, na minha peregrinação do seu estudo, tenho eu consolado a alma de os contemplar e admirar.

bibRIA

*

Como disse no artigo aqui publicado, há perto de um ano, sobre *Aveiro e a sua Arte perante o Congresso Internacional de História da Arte*, grandes e verdadeiras autoridades da história e da crítica artísticas outorgaram a esta cidade o título de capital do barroco do século XVII.

Sem assim a definir (e se assim a definisse, resultaria suspeitoso de parcialismo), tive eu sempre a impressão de possuirmos intramuros alguns dos mais notáveis exemplares dessa magnífica e magnificente arte decorativa religiosa das centúrias de seiscentos e setecentos que é a da obra de talha dourada das nossas igrejas.

E foi por essa impressão, hoje substituída por absoluta e bem fundamentada certeza, que eu sempre me opus a uma redução de espaço nas novas instalações do Museu Regional e sempre me mostrei rebelde a seguir certas sugestões no sentido de eliminar da exposição ao público muitos dos retábulos de altares e capelas que ali encontrei expostos quando fui nomeado para o cargo.

É que esses retábulos, à primeira vista repetidos e vulgares, marcam diversíssimas *nuances* de escola e gosto dos mestres entalhadores dos séculos XVII e XVIII e constituem uma das mais características riquezas do nosso Museu Regional, especializado, como é, em arte religiosa e conventual.

Parados demoradamente na sua frente tenho eu visto alguns vultos da intelectualidade nacional e estrangeira, admirando-os.

Mas à volta de Aveiro, em numerosas igrejas e capelas do distrito e da Beira-Mar, há também obra de talha de esplendoroso lavor, faltando apenas o trabalho literário da sua integração num estudo de conjunto, ou, pelo menos, o do seu bem preciso inventário, meramente enumerativo.

Infelizmente não dispomos de um catálogo ou de um roteiro da nossa talha dourada, tão nossa, tão portuguesa e tão abundante nas igrejas da região.

Entre os muitos casos, citarei o das igrejas de Albergaria-a-Velha, de Aguada de Cima, de Espinhel, de Mira, que possuem trabalhos muito apreciáveis e quase que desconhecidos da nossa crítica artística e da nossa propaganda turística.

*
* *

Voltando ao assunto *túmulos* que é o objecto especial destes artigos, podemos considerar Aveiro como o centro turístico da sua visita na região e, assim, como a verdadeira capital da respectiva arte tumular.

É certo que Aveiro não foi nunca a sede de uma escola artística donde tivessem irradiado os plastífices dos grandes monumentos fúnebres que hoje se podem admirar no seu seio e no seu aro, mas de facto, e praticamente, a cidade é a verdadeira capital da região onde se encontra um grupo notabilíssimo de sarcófagos monumentais que merecem a visita de todos aqueles que desejam conhecer Portugal e a sua Arte.

Por *Panteon aveirense* pudemos, pois, designar não apenas o grupo de túmulos artísticos intramuros, mas o conjunto dos monumentos ferais do litoral vouguense: Aveiro, Vista-Alegre, Cantanhede, Trofa do Vouga.

A visita destes monumentos é eminentemente prática a partir de Aveiro onde param os comboios de longo curso e onde tocam ou passam perto as grandes vias de ligação do Norte com o Sul do País.

A cidade tem hoje óptimas condições para recebimento e estadia de visitantes, servindo bem tanto aqueles que desejam certo luxo e conforto, como os que se contentam com instalações modestas e económicas.

Os que aqui vierem com o propósito de verem arte, aliada ou não à paisagem e à etnografia, não terão de sofrer as inclemências que ainda há poucos anos se sofriam para ver o que havia de interessante por essas terras da província portuguesa.

biblRIA

Viajar na região plana de entre Mondego e Douro, já não é um tormento, mas um prazer.

O que mais custa, por vezes, é encontrar a chave das capelas e igrejas que desejamos visitar, mas isso é pecha de todo o País onde a organização turística, ou não existe, ou é de mera tabuleta.

Fazendo estação em Aveiro e partindo daqui de manhã, pode ver-se o Castelo da Feira e o Convento de Arouca e voltar ao anoitecer. E de caminho — que maravilha! — surpreende-se todo o luxuriante aspecto das nossas colinas e dos nossos vales verdejantes, inveterados, como no Minho, por entre montanhas alterosas e fraguentas.

Saindo-se daqui, depois do almoço, para Cantanhede, chega-se lá em pouco mais de meia hora de automóvel e pode voltar-se pela capela da Varziela e pela igreja de Mira, e encontra-se ainda aberta a capela da Senhora da Penha de França, junto da Fábrica de Porcelana da Vista-Alegre, gozando-se, ao mesmo tempo, da plenitude do ar lavado e da luz hilariante da nossa planura, vendo um belo trato da Marinha e grande parte da Gândara, e podendo-se visitar um dos mais importantes estabelecimentos fabris da cerâmica nacional, onde o industrialismo utilitário abre precioso parêntesis a uma honrosíssima tradição artística.

biblRIA

Daqui à Trofa, e noutra jornada, seria apenas meia hora de moderada velocidade, mas eu recomendaria dispor-se de uma tarde inteira, porque ao passar-se ali na Ponte da Rata, o panorama manda-nos fazer alto na própria ponte e na Varanda de Pilatos ou no Miradouro de Almeara.

É que se divisa dali a Pateira de Fermentelos e todo o vale do segmento inferior do Vouga, com a labiríntica e confusa junção das veias de três rios, qual deles o de mais formoso e aprazível curso, num cenário ridente, todo de esmeralda e safira, com laivos rubros dos grés vermelhos e a luz do sol brincando sobre os milhos e os salgueiros, os nenúfares e os juncais.

Depois é o vale de Águeda e é o vale do Marnel e é o de Serém e Macinhata, é a surpresa do golpe de vista do sítio do Castelo de Albergaria sobre o fundão da Sernada, é o Bico do Monte, da Senhora do Socorro, olhando as cristas das serras ao nascente e, a poente, a infinidade do mar, e é outra vez a volta pela ribeira, com essas vouguensíssimas terras de Angeja e Cacia a travarem-nos as rodas do carro e a embaraçarem-nos os passos de caminheiros com os liames do seu encantamento.

*

Aveiro, só por si, requer um dia, todo um dia, só para a sua arte, porque a cidade, como eu já aqui disse, ao contrário do que muitos julgam e até do que os seus naturais supõem, não tem apenas a curiosidade singularíssima da sua Ria e a guloseima dos seus *ovos moles*, mas encerra arte, verdadeira arte, que bem observada prende por muitas horas.

Se, apesar do meu pessimismo quanto ao interesse dos nativos, houver, algures, turistas de gosto e de cultura para esta ronda dos monumentos da Beira-Mar, três dias de peregrinação artística na região não serão perdidos nem mal empregados.

Entre muitos outros valores e curiosidades, os túmulos da Princesa-Infanta Santa Joana, do 7.º Duque de Aveiro e de João de Albuquerque, no Museu Regional; os mais modestos, de D. Catarina de Ataíde, na actual Sé, e de D. Beatriz de Lara, na igreja do Carmo; o túmulo do bispo de Miranda, D. Manuel de Moura Manuel, na Vista-Alegre; os túmulos de D. Luís Teles de Menezes e de sua esposa na Capela do Sacramento da Igreja de Cantanhede, e os túmulos da família de Duarte de Lemos, em Trofa de Águeda, bastariam para satisfazer os entendidos mais exigentes.

É que os mais exigentes teriam ocasião de ver aqui alguns dos espécimens mais notáveis da tumulária portuguesa, a que a escultura deu uma colaboração tal que neles se podem admirar algumas das obras-primas da nossa estatuária.

biblRIA

*
* *

Outros túmulos há, entre o Mondego e o Douro, mais na periferia da região aveirense, de grande merecimento artístico e notória historicidade: são os do mosteiro de S. Marcos, o de Montemor-o-Velho, o de Grijó, o de Arouca e os de Lorvão.

Os dos Silvas, no Panteon de S. Marcos, perto de Tentúgal, constituem uma faustosa necrópole de grandes fidalgos e podem visitar-se a partir de Aveiro numa variante da aconselhada volta de Cantanhede, bem como o túmulo, rico e monumental, de Diogo de Azambuja, em Montemor-o-Velho que não fica longe de S. Marcos.

O Panteon de S. Marcos é dos mais belos conjuntos sepulcrais que se encontram na Europa do Renascimento. Contudo, ainda ali se ostenta o estilo gótico (túmulo de Fernão Teles de Menezes), mas o da Renascença culmina numa capela pre-

ciosa que se vê do lado do Evangelho, chamada a Capela dos Reis Magos. É um documento muito perfeito e puro da elegância arquitectónica dessa arte quinhentista que floresceu em Coimbra depois da grande voga manuelina.

Não tratarei aqui, porém, desses túmulos da Ribeira do Mondego, porque eles estão, evidentemente, subordinados, artística, cultural e turisticamente, a todas as relações e influências da cidade universitária e da sua satélite Figueira da Foz. De resto estão muito estudados e eu não poderia fazer mais do que sintetizar o que sobre eles se tem escrito.

Também, por agora, me escuso de largas referências ao túmulo românico-gótico em calcáreo esculpido e lavrado, de D. Rodrigo Sanches, inditoso filho da famosa Ribeirinha e bastardo do rei D. Sancho I, que morreu num duelo em 1245, túmulo de grande nomeada nos meios eruditos e que se conserva no claustro do mosteiro de Grijó, na extrema dos distritos de Aveiro e Porto, muito perto de Espinho.

Não falarei, também, senão enumerativamente, da rica urna de ébano, cristal e prata, que no Convento de Arouca contém o corpo mumificado da infanta de Portugal e efémera rainha de Castela, de S.ta Mafalda, nem das urnas congéneres, do século XVIII, existentes no convento de Lorvão, proximidades do Bussaco, com os corpos das infantas D. Teresa e D. Sancha, elevadas às honras dos altares e, como aquela, filhas do mesmo D. Sancho I.

Tais monumentos estão um pouco além do âmbito destes artigos que, como expliquei, se destinam a arreigar ideias que mais directamente interessam a uma compreensão local destes valores e a uma sistematização de ordem turística, enquadrando-as, porém, como não podia deixar de ser, nos conhecimentos gerais da cultura nacional.

Cinjo-me, pois, por agora, aos já mencionados monumentos fúnebres, de valor escultural e arquitectónico, do Panteon aveirense, no sentido em que o tomei e que abrange as construções tumulares da cidade, Vista-Alegre, Cantanhede e Trofa do Vouga.

*

O mais antigo destes monumentos ferais é o de João de Albuquerque, presentemente na crasta do Museu Regional.

A sua transferência da Sé para o Panteon de Jesus, em 1945, deu lugar a uma interessantíssima série de estudos que foram precedidos, em 1938, por um feliz e bem documentado artigo do Sr. Professor Dr. Francisco Ferreira Neves, no n.º 14 do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, artigo em que retomou o assunto

deixado em esboço por Marques Gomes e em que alvitrou a colocação do túmulo nas adequadas dependências do Museu do Estado.

Nesse artigo, o distinto investigador aveirense lamentou não se ter produzido, ainda, sobre tão curioso monumento qualquer estudo de crítica artística que o integrasse devidamente na história da nossa escultura do género.

Já muito se escreveu, depois disso, sobre o caso, mas da minha parte é este o primeiro artigo que lhe dedico, dando assim o meu modesto contributo para a interpretação do lavor artístico do notável sarcófago.

Pelo facto de estar no Museu de Arte, deve dizer-se que o monumento não foi diminuído nem desviado do seu carácter de jazida mortuária, nem do seu ambiente religioso, mas que, pelo contrário, subiu em dignidade. Está numa capela própria, adrede preparada, e está muito melhor sob todos os pontos de vista.

*

João de Albuquerque, cujas datas certas de nascimento e morte se desconhecem, viveu no século XV. Em plena juventude vestiu seu arnês, pegou da sua espada e foi combater às Canárias numa das nossas expedições àquelas ilhas, onde praticou grande feito enaltecido no seu epitáfio.

Depois acompanhou os Infantes da «Ínclita Geração» nos cometimentos de África e lá esteve na trágica jornada de Tânger onde a sua valentia salvou, a golpes de lança, a vida de muitos dos nossos, acossados pela moirama. Foi um herói. Pertenceu ao Conselho do Rei. Ajudou à epopeia.

Progenitor de três filhos, é quase certo tê-lo a morte poupado ao temeroso desgosto de ver um deles exilar-se e outro, Pero de Albuquerque, almirante do Reino, degolado no cadafalso, a que subiu depois da execução do Duque de Bragança, em Évora, igualmente implicados na conjura da nobreza contra o poder implacável de D. João II, filho do Rei que João de Albuquerque tão lealmente serviu. Senhor de terras na Ribeira-Vouga, nomeadamente em Canelas, Assequins e Angeja, contratou com os frades do Convento de S. Domingos (pouco antes fundado pelo Infante D. Pedro, duque de Coimbra, morto em Alfarrobeira) a sua tumulação e a de sua esposa na igreja hoje Catedral desta diocese, e fez-lhes doação de várias propriedades com o encargo de alguns sufrágios por alma.

Na igreja de N.ª Senhora da Misericórdia, do convento dominicano (igreja de S. Domingos, de Nossa Senhora da Glória, hoje Sé), veio a ter, na verdade, sua sepultura, o nosso

biblRIA

herói, na capela actualmente do Senhor dos Passos que uma lápide ainda diz pertencer-lhe.

Os cronistas da Ordem de S. Domingos fizeram referências ao seu túmulo e por sinal que Frei Luís de Sousa, em seu apurado e vernáculo estilo, não poupa os frades, nem seus priores, a uma categórica censura pelas andanças que lhe deram e pela pouca consideração que tiveram com a memória do seu benfeitor.

Mudado várias vezes pelos frades e pelas juntas de paróquia, o monumento foi, no último quartel do século XIX, arrumado de encontro à parede da Capela da Sr.ª da Misericórdia, à entrada da igreja, em sítio escuro e de péssimas condições.

Bons ventos sopraram em 1945 e o trouxeram para o claustro de Jesus, encontrando ali, finalmente, seu condigno remanso, em frente de outro imponente mausoléu, o de Santa Joana, filha do rei D. Afonso V, neta de D. Duarte, princesa e infanta que dentro daquela casa acabou seus dias (1490), provavelmente pouco depois da morte do esforçado cavaleiro, honrado servidor de seu Pai e de seu Avô.

*

bibRIA

Indubitavelmente o túmulo de João de Albuquerque é um grande espécimen da arte funerária dos fins do século XV em Portugal, e não apenas em Portugal, mas na própria Europa.

Sujeito ainda, como está, a investigação, estudo e discussão, é natural que com ele me demore um pouco mais do que com os outros do Panteon regional a que me tenho referido.

Até há pouco a crítica classificou-o de gótico. Na peugada de alguns escritores que dele falaram, eu mesmo assim o considerei. Gótico, simplesmente gótico. Ultimamente, porém, procedi ao seu exame atento e detalhado e encontrei motivo para grandes reservas. Das reservas que fiz e que fui comunicando a alguns amigos e eruditos interessados pelo assunto, passei a modificar a antiga classificação. Venho hoje, por isso mesmo, e pela primeira vez em público, declará-lo como sendo uma obra da transição do ciclo artístico do estilo gótico para o ciclo da arte da Renascença, ou seja, dos domínios do nosso estilo manuelino, limiar da cultura da Idade-Média e dos Tempos Modernos.

Cheguei a esta conclusão, permitam-me que o diga, antes de conhecer o que a tal respeito escrevera o Sr. Dr. Reinaldo dos Santos no primeiro volume da sua *Escultura em Portugal*, publicada pela Academia Nacional de Belas-Artes, em 1948, obra de vulto, em edição luxuosa e cara, que não existe ainda

na Biblioteca privativa do Museu que dirijo, nem na minha própria e que só há poucos meses me foi possível compulsar à vontade, mercê da amabilidade de um distinto amigo, o Sr. Dr. Lino Cardoso de Oliveira, digníssimo presidente da Câmara de Cantanhede e inteligente e feliz possuidor de uma valiosa colecção de livros excelentes.

Ao ler o Sr. Dr. Reinaldo dos Santos verifiquei que, afinal, eu nada de novo avançara, pois antes de mim já o ilustre historiador e crítico de arte emitira um juízo idêntico, afirmando com sua magistral proficiência, que «*este túmulo tem muito carácter e sabor manuelino, no que esta arte exprimiu de robustez e sentido do ornato* «gordo» *e sem finura, uma nova era em que os temas túrgidos e animados de dinamismo que é já barroco, vão criar a decoração manuelina*».

*

Não se admire ninguém do barroquismo prematuro da ornamentária do túmulo em questão. Virgílio Correia no estudo que fez do Manuelino, falou, também, dos vislumbres barrocos que se notam, por vezes, em certos detalhes dos tempos do Rei Venturoso.

Mestre Lourenço de Almeida, o mago coimbrão do ferro forjado, depois da sua vinda ao Museu em 1947, na companhia e a convite do Sr. Professor Dr. João Pereira Dias, classificou de manuelina a estátua jacente do fidalgo-cavaleiro.

Essa afirmação do modesto mas sabedor artista, impressionou-me.

Tinha razão. Aquela estátua, embora jacente à maneira gótica, já não é gótica no sentido medieval e na expressão estilística que o termo encerra.

Porém o Sr. Lourenço de Almeida declarou-a posterior, algumas dezenas de anos, à arca tumular de que está efectivamente desligada, o que não é corrente, arca que o mestre coimbrão considerou como *magnífica peça dos restos de uma escola prestes a extinguir-se já à data em que foi executada.*

Poderíamos, pois, ter aqui um jacente manuelino sobre um túmulo gótico.

O que me parece, é que tanto a arca como a estátua são contemporâneas e ambas de um manuelino gótico-renascentista, embora de mestres diferentes.

Tenho a impressão de que a data de 1477 aceite pelo Sr. Dr. Reinaldo dos Santos, bem como a de 1478 adoptada pelo Sr. Lourenço de Almeida, são um pouco altas.

BNP BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

*

Custa-me a crer que este túmulo já estivesse feito em 1478, quando é certo que o fidalgo contratou com os frades e construiu a sua capela em 1477, como o Sr. Dr. Ferreira Neves demonstrou com a publicação dos documentos do cartório do convento, e tanto mais que Frei Lucas de Santa Catarina, sucessor de Frei Luís de Sousa na *Crónica de S. Domingos*, nos diz que os seus restos estiveram primeiro numa tumba provisória na mesma capela.

O Sr. Dr. Ferreira Neves supõe que João de Albuquerque faleceu em 1483, pois em 9 de Julho desse ano fizeram os frades um treslado do seu testamento, o que não é bem explicável sendo ele vivo, mas perfeitamente compreensível logo após a sua morte.

Esta pequena divergência de impressões, meras impressões, não obsta a que eu reconheça ao Sr. Lourenço de Almeida o grande mérito de ter sido o primeiro a ver arte manuelina no monumento, nem que tenha no melhor apreço o interessante trabalho que sobre o assunto publicou, cheio de perspicazes e muito criteriosas observações.

bibRIA

*

Para o estudo crítico da arte do monumento e esclarecimento dos seus problemas importa muito, a meu ver, a facial direita que fora completamente invisível até à trasladação.

Essa face estava encostada à parede da igreja de S. Domingos e, ao retirar-se dali o pesado mausoléu, deparou-se-nos barbaramente coberta com argamassa de cal, tendo pedras e cacos à mistura, o que tudo foi, depois, paciente e cuidadosamente extraído pelo pessoal dos Monumentos Nacionais. Este painel, de escultura opulenta, conservou-se inédito até há dias, pois só agora foi fotografado e mandado fotogravar. Facial de riquíssimo trabalho escultório, profundamente relevado, difere já da facial da esquerda e da cabeceira onde se vêem anjos.

Na verdade, a decoração da direita é essencialmente heráldica e pagã, sem quaisquer simbolismo litúrgico ou religioso e é constituída por brazões de armas, meninos nus exibindo suas esbeltas formas anatómicas por entre folhagens cheias de seiva, e coroas de vegetais, o que ultrapassa a ornamentária gótica dos monumentos ferais do século XV e, até mesmo, aquela sepulcrologia manuelina que continua a apresentar carácter goticista de religiosidade medieval.

*

Além dos meninos nus emaranhados na folhagem, meninos que nem são anjinhos do Senhor, nem amores alados do paganismo clássico, os escudos de João de Albuquerque e de D. Helena Pereira, que nas outras faciais nos são apresentadas por anjos revestidos de longas túnicas, por selvagens cabeludos e anjos nus de asas estilizadas, estão, na facial direita, sob formas curiosamente enconcavadas, envoltos em coroas vegetalistas, uma das quais de singular concepção, pois é formada pelo entrançado de duas vergônteas sarmentosas sem espinhos e sem princípio nem fim, sendo a outra de folhas e frutos afestonados à maneira romana.

Este elemento decorativo é muito importante e representa uma ousada inovação na arte da época, pois é de flagrante sabor renascentista e italiano.

A seu propósito lembrou-me Rocha Madaíl, com razão e acerto, as coroas ornamentais de Luca della Robbia (1400-1482).

As coroas de flores, folhagens e frutos, ou clássicas capelas, envolvendo escudos, aparecem em Itália, com o Renascimento. Creio que as primeiras foram as de Rimini, no templo que Malatesta, grande senhor da cidade, ali mandou edificar pelo escultor e arquitecto Leon Alberti, um dos criadores da Renascença, em honra da beleza e virtude da sua enamorada Isolda que lá tem seu sepulcro. Alberti viveu de 1406 a 1470.

Nada mais natural do que o mestre do túmulo de Aveiro ter conhecido as obras deste e de outros inovadores italianos e adoptar a sugestão do gracioso ornato das coroas, ao mesmo tempo belo e significativo porque encanta os olhos e sugere a ideia e o sentimento da ternura e do triunfo.

Donatello, em Florença, e Juan della Robbia, em Pistoya, também modelaram capelas de flores e frutos em pleno século XV e nas miniaturas de um manuscrito de Dante, que pertenceu ao duque de Urbino e hoje se guarda no Vaticano, também há coroas de frutas e flores, uma delas segura por meninos nus, sobre um fundo de folhagens coleantes.

O mesmo tema decorativo foi empregado em Nápoles nos primórdios da Renascença, e em Espanha vi-o na fachada plateresca da Universidade de Salamanca e na entrada do Ayuntamiento de Sevilha, aqui circundando escudos e brazões.

Em Portugal há coroas vegetalistas em Sines, no portal da Ermida de Nossa Sr.ª das Salvas, envolvendo um escudo, em Tomar e em muitas outras obras do Manuelino e do Renascimento, mas as do túmulo de João de Albuquerque são certamente as primeiras esculpidas entre nós, na fase da decadência e abandono das concepções e formas plásticas do ogi-

biblA

val e na alvorada renascentista de que o Manuelino é um prelúdio.

Não é aqui o lugar, nem é este o momento próprio, para largas dissertações críticas sobre o túmulo de João de Albuquerque, a grande peça da nossa arte funerária que tanto enriqueceu o Museu Regional, sem nada perder, como já disse, antes ganhando, na ambiência do seu conteúdo físico, moral e religioso. Mas não é possível passar adiante, já que comecei, sem chamar a atenção, ainda, para algumas particularidades do monumento que, sendo o mais antigo do grupo artístico do Panteon regional, era, há pouco, o menos conhecido e é o mais recentemente estudado, sendo bem crível e de desejar que prossiga a sua bibliografia.

Falei das coroas vegetalistas que na facial direita graciosamente envolvem os escudos enconcavados do fidalgo e de sua esposa, como motivos ornamentais ao tempo modernisantes e precursores do Renascimento. Mas não está aí, apenas, a originalidade e a notabilidade dos elementos decorativos deste rico sarcófago, bem digno, como é, de um dos grandes portugueses da Casa do Infante e dos gloriosos tempos da dinastia de Aviz.

Um dos mais curiosos pormenores da ornamentária do túmulo é o do casal de «selvagens» que no painel da facial dos pés da estátua jacente, entre roseiras floridas, nos apresentam o escudo de D. Helena Pereira, bipartido e em lisonja, tendo, do lado direito do observador, a cruz florenciada dos fidalgos da Feira e do lado esquerdo o brasão marital.

Devo dizer que estes brasões de armas se repetem seis vezes nas faces da caixa tumular: três vezes o do cavaleiro, três vezes o de sua esposa, mas como o escudo desta contém sempre o do marido, o brasão de João de Albuquerque repete-se seis vezes no monumento e sempre com os dois escudetes que ladeiam o central das quinas deitados horizontalmente, forma esta que deixou de usar-se após a morte de D. João II, concluindo-se deste detalhe heráldico que a obra não deve ser posterior a 1495.

Em três faces da arca (cabeceira, esquerda da jacente e pés) os escudos são planos e ladeados por figuras que os seguram e ostentam. Na face da direita, como disse e se pode ver na gravura aqui publicada, os escudos côncavos estão envoltos pelas coroas e os três meninos nús que brincam com a folhagem, não são *tenentes*, isto é, não seguram nem ostentam os brasões dos tumulados, estando, até, um deles de costas voltadas para o escudo de D. Helena Pereira e para o centro da composição. Mas todas as outras figuras decorativas, anjos vestidos, anjos nús e «selvagens» são *tenentes* das peças heráldicas que ladeiam a arca tumular.

biblA

Os «selvagens cabeludos», esses são, com as coroas vegetalistas de que falei no último artigo uma das surpresas artísticas desta obra que, como vimos, ainda é gótica na sua geral feição, mas que ultrapassa o gosto medievo e alvoreja de Renascimento nas suas inovações ornamentais.

*

A arca foi talhada num grande bloco de calcáreo de Cantanhede e se assim veio já esculpida das oficinas de Coimbra, grandes trabalhos e cuidados deve ter dado a sua condução.

Foi evidentemente destinada ao centro de uma capela ou a um recinto com espaço bastante para ser vista nas suas quatro faces e para poder ser lida, em toda a volta e a todo o tempo, a inscrição identificadora e laudatória dos personagens, inscrição que, como bem opina o Sr. Lourenço Chaves de Almeida, veio certamente a ser aberta mais tarde.

Vê-se que o artista que concebeu e que desenhou o monumento, se absteve por completo das clássicas formas da arquitectura ogival, afastando-se assim dos moldes de Coimbra, Oliveira do Conde e Alcobaça, todas com santos, figurações e cenas religiosas em edículos puramente góticos (túmulos de S.ta Isabel e D. Vataça, Fernão de Góis, D. Pedro e D. Inês).

Porém o painel da cabeceira, em que dois anjos, de aspecto compungido e funéreo, cobertos de longas túnicas e estolas cruzadas sobre o peito, seguram o escudo do cavaleiro e o elmo que, em grande relevo, o sobrepuja, é, sem dúvida alguma, uma concepção gótica e medieva, ao mesmo tempo religiosa e panegirística do herói a tumular.

É perfeitamente compreensível, lógica e adequada. Anjos assim vestidos e semelhantes na modelação das asas fartas, vêem-se no túmulo de Rui Vasques e de sua mulher em Figueiró dos Vinhos, sustentando os escudos e elevando para o céu a alma do cavaleiro e vêem-se numa das pias baptismais que o Sr. Lourenço de Almeida muito bem tomou como afins do sarcófago do Senhor de Canelas e Angeja: é a pia baptismal da Sé Nova, onde a par de meninos nús, há dois alados e de túnica, segurando o brasão episcopal.

Mas a presença dos «selvagens» é um problema artístico, um verdadeiro quebra cabeças, porque não se explica satisfatoriamente a inclusão de semelhante motivo escultório acompanhando o escudo da fidalga e delicada D. Helena Pereira.

Os «selvagens cabeludos» ou figuras humanas dotadas de grossa pelagem em todo o corpo, só aparecem na nossa arte funerária neste túmulo e em dois mais de S. Marcos, três obras dos mestres de Coimbra, todas três em calcáreo branco e fazendo a transição do Gótico flamejante para a Renascença

biblRIA

manuelina e coimbrã. Somente no Panteon dos Silvas, os «selvagens» têm um aspecto menos selvático, menos rude, menos gorilóide do que os do túmulo do Albuquerque onde, se não foram as opulentas cabeceiras e as frontes muito humanas que as ornam, se diria serem entes francamente simiescos.

*

Adão e Eva.

Considerou-os assim o Sr. Lourenço Chaves de Almeida, tomando-os como um símbolo da fidelidade conjugal ternamente recordada no painel, pois como tal os viu e são designados na catedral de Valladolid.

É uma opinião que se não pode pôr de parte e para a qual eu próprio muito me quis inclinar, mas algumas objecções e outras hipóteses em contrário se levantaram à minha roda e no meu espírito.

A iconografia dos *nossos primeiros pais,* da lenda religiosa do Paraíso bíblico, apesar da grande liberdade dos artistas (que são como os poetas), nunca nos ofereceu as suas figuras — a não ser em Valladolid no testemunho do Sr. Lourenço de Almeida — sob formas assim lanígeras ou de corpos tão grossamente cabeludos.

Esta representação, um tanto ou quanto simiesca, de Adão e Eva parece contrária, também, à ideia genesíaca de que Deus criou o Homem à sua imagem e semelhança e o dotou da suma beleza corpórea que caracteriza a Humanidade.

Por outro lado também é muito admissível tratar-se de uma alusão às raças menos civilizadas dos países de além-mar que então se andavam descobrindo e conquistando e em cuja empresa, sob a égide do Infante D. Henrique, o nosso cavaleiro tomara notória e heróica parte. Alusão, sob um exagero artístico e um erro de conhecimento do continente negro, em cujos confins misteriosos, nas confusas ideias da época, viveriam raças humanas de afinidades brutescas e animalóides de que a notícia da existência dos gorilas africanos teria fornecido à tradição uma imagem ilusória?

Também pode ser. Mas para esta hipótese o que seria lógico, era que os «selvagens» segurassem o escudo do cavaleiro espadaúdo e forte e batalhador de longínquas e ainda nebulosas terras e não o de sua delicada e feminil esposa.

E se chamo espadaúdo e forte ao fidalgo e qualifico de delicada e feminil sua mulher, é porque assim concluiu, a respeito do seu vulto físico, o estudo antropológico das respectivas ossadas, feito pelo Sr. Dr. Hugo de Magalhães, da Universidade do Porto, quando se procedeu à trasladação.

DIGITALIZADO POR UBRIA

*

Simples invenção do artista, mera imitação de temas idênticos já vistos noutra parte, sem qualquer particular intenção nem especial significado?

Também é de aceitar e de admitir.

O malogrado Professor Dr. Virgílio Correia, aos dois homúnculos de intensa pelagem que no imponente túmulo de Fernão Teles de Menezes, em S. Marcos, nos abrem a opulenta cortina que, primorosamente esculpida na pedra regional, pende do dossel suspenso do arcosólio, e a propósito, ainda, das outras figuras do mesmo género que se vêem no vizinho túmulo de João da Silva, no mesmo Panteon da família dos grandes Regedores da Justiça, chama-lhes «selvagens» e diz-nos que estes «selvagens cabeludos» são frequentes em Espanha, ostentando os escudos das famílias senhoriais, e que o professor Elias Tormo lhes atribui uma origem ligada ao culto de S. Onofre, muito em voga, nesse tempo, no país vizinho.

Em Portugal tais figuras não se vulgarizaram e creio não haver outras na nossa tumulária dos séculos XV e XVI em cujo limiar se coloca, como já se viu, o túmulo de João de Albuquerque.

O painel dos «selvagens» se não fosse um problema artístico ou um enigma de simbolismo, era e é, sem dúvida, uma bizarra e muito interessante singularidade deste monumento e como tal, não pode nem deve passar despercebido a quantos o visitarem.

bibRIA

*
* *

Seguindo a ordem cronológica, e sem sairmos da cidade, o monumento feral que nos chama a atenção depois do túmulo de João de Albuquerque, é o de Dona Catarina de Ataíde, na capela-mor da igreja de S. Domingos, presentemente servindo de Sé.

Está hoje oculto pela armação do sólio episcopal, mas não é difícil de ver-se. Fica do lado do Evangelho ou seja do lado esquerdo de quem se dirige ao altar.

É em calcáreo de Ançã e em estilo do Renascimento. Em algumas publicações tem-se afirmado ser de granito. Trata-se de um equívoco. Nós não temos na Beira-Mar de entre Vouga e Mondego nenhum túmulo artístico de granito. O único de granito existente na região vouguense do litoral é o de S. João de Ovar, em que falei de entrada, e que só é digno de menção pelo seu valor documental no âmbito da etnografia tumular

ou da arqueologia funerária e cujas formas rudes e arcaicas precedem de alguns séculos o ciclo dos monumentos eruditos que são o objecto destes artigos.

Os túmulos artísticos regionais, excluindo as urnas das santas de Arouca e de Lorvão, a que também preliminarmente aludi, são todos de calcáreo ou de mármore. Os renascentistas, esses, são naquele calcáreo branco do tipo de Ançã que foi a matéria predilecta dos arquitectos e escultores de Coimbra nos séculos XV e XVI.

*

O túmulo de D. Catarina de Ataíde é uma obra da segunda metade do século de quinhentos, da pura escola coimbrã em que pontificaram Chanterene, Hodarte e João de Ruão.

O que o notabiliza, é exactamente o facto, que hoje ponho em relevo, de pertencer à série monumental dos notáveis túmulos de tipo ediculado ou de arcosólio que são os de S. Marcos, Trofa do Vouga e Capela do Sacramento da paroquial de Cantanhede, quase todos obras-primas da arte e do estilo do Renascimento mondegano dos mestres franceses.

Não atinge a magnificência arquitectural e escultórica dos monumentos desses panteons de alta fidalguia, mas singelo e modesto, como o classificou o Sr. Dr. Carlos de Passos; é de uma família também nobre e senhorial e era bem digno de sorte melhor do que a que teve.

Maltratado como foi e mesmo mutilado como está, não deve continuar ferido pela inconsideração que dele se tem feito na cidade. Basta dizer-se que é o único exemplar que possuímos, intramuros, da arte funerária da Renascença post-manuelina, como o de João de Albuquerque é o único pré-manuelino de toda a Beira-Mar.

Se não é grandioso, não há muitos assim; nós não temos outro, e cumpre-nos estimá-lo e apontá-lo aos visitantes que não podem andar a desvendar os recessos das nossas igrejas procurando aquilo que nelas está escondido e que nós desprezamos.

Foi, infelizmente, vandalizado no século XVIII, não por quaisquer hordas invasoras como sucedeu na Batalha e em Alcobaça, mas pela mania insensata que houve em todos os tempos de sacrificar o mais antigo ao mais moderno e de aplicar, sem critério, os figurinos de hoje àquilo que foi moda e gosto de antanho, muitas vezes destruindo o sólido e o bom anteriores para os substituir pelo postiço e o medíocre gerados no pedantismo de novidades inadequadas.

Todas as épocas, até mesmo aquela que nós vivemos, têm sofrido deste mal dos inovadores de barataria sem tino, e o que se fez na capela-mor de S. Domingos, no século de sete-

centos, é uma prova dessa insânia que tem mascarado e deturpado tantos monumentos, sem respeito pelo que eles foram e representam e pelo que valem para a história de um povo e para a afirmação da sua cultura.

Construir de novo, no estilo e à maneira da época, é uma coisa e bem recomendável. Alterar o que as outras épocas fizeram no gosto e forma do seu tempo, é outra coisa e, por vezes, bem desacertado.

Quando quiseram adornar a capela-mor de S. Domingos com uns *bonitos* do género *recócó*, não estiveram com meias medidas: desbastaram a golpes de escopro e camartelo todos os ornatos salientes deste túmulo e aplicaram-lhe, exteriormente, uma guarnição de madeira ao paladar, então *modernista*, dessa época, sem dúvida com o intuito de o tornarem mais *moderno* e mais *bonito*... O mais *moderno* e mais *bonito* tem sido um desastre para o *belo* verdadeiro, e a mania do *bonito* dos estilos e gostos do século XVIII foi um autêntico flagelo para a integridade dos nossos veneráveis monumentos do Romântico, do Gótico e da Renascença.

O túmulo de D. Catarina de Ataíde não escapou à mania e ao maneirismo do *rocaille* que perduraram até ao nosso tempo e tanto que até na mesma igreja, nos últimos anos de século XIX, se fez, num ingénuo anacronismo de *recócó*, o camarim, para a dolorosa imagem do Senhor dos Passos da oficina de Teixeira Lopes.

Caso é que no século XVIII, segundo creio, cortaram e razaram, a marreta e a cinzel, todos os ornatos salientes das pilastras, da arquitrave cimeira e do basamento, do túmulo de D. Catarina de Ataíde e, ainda, as frontes dos bustos dos medalhões vazados que tão característicos são da Renascença e em cuja escultura os artistas punham sempre o melhor do seu saber.

Como se isto não bastasse, e certamente para roubar qualquer objecto de valor que os profanadores de túmulos sempre supõem acompanhar os defuntos nobres e ricos, houve quem arrombasse a tampa da urna ossuária que teve de ser tapada a argamassa e ficou defeituosa.

Nem os mortos, nos seus sarcófagos, escapam à sanha rapace da ladroeira que, como vêem, tem também a sua triste história e lamentável tradição.

*

O monumento é formado por um arcosólio enquadrado entre duas pilastras ornamentadas que correm de alto a baixo e sustentam a arquitrave vandalizada.

É o sistema geral dos monumentos congéneres dos pan-

teons da Trofa e Cantanhede, para não falarmos mais de S. Marcos onde todos os túmulos são também em edículos.

No basamento do arco repousa a urna funerária que mede um metro e vinte centímetros de comprido.

O arcosólio propriamente dito parte de dois colunelos cilíndricos de fustes lisos e capitéis muito simples, mas que são como os dos túmulos do lado do Evangelho do Panteon dos Lemos.

A esses colunelos seguem-se *pés direitos* com suas impostas de uns oitenta centímetros de largura ou profundidade. No tímpano do fundo está esculpido o brasão dos Sousas, marqueses de Arronches, com a mesma heráldica que se ostenta no alto do arco triunfal da igreja e envolto numa grinalda ou coroa vegetalista, formada por folhas e frutos entremeados de rodelas, exactamente como se encontra na Trofa, no moimento de D. Joana de Melo, mulher de D. Duarte de Lemos, grupo do lado da Epistola.

Porém, no túmulo da fidalga da Trofa, a grinalda pende da charneira de uma grande concha planificada, enquanto que no túmulo de D. Catarina de Ataíde a coroa de frutos com o brasão dos Arronches está segura por dois anjos em baixo-relevo.

Neste pormenor, mas apenas neste, é mais rico o túmulo da Sé de Aveiro.

As impostas dos *pés direitos* laterais do edículo continuam-se e unem-se por uma espécie de arquitrave que divide a parede fundeira e separa o tímpano.

Por baixo da arquitrave esboçada a baixo-relevo, vê-se, como em cenografia, e também baixo-relevado, um pórtico de três arcos de volta inteira com dois pequenos óculos circulares e janelinhas entreabertas.

Este motivo ornamental, diferente no desenho, mas no mesmo gosto dos fundos ediculares dos túmulos dos Menezes, de Cantanhede, encontra-se nos quatro túmulos do Panteon dos Lemos e na Capela do Tesoureiro, em Coimbra, onde aparece igualmente o pórtico triarcado, apenas sem óculos vazados e sem janelas, o que constitui uma das razões que me levam a crer que tudo seja projecto do mesmo autor ou, pelo menos, obra da mesma companha.

*

Vejamos mais algumas semelhanças e diversidades.

Na Trofa, nos túmulos do lado da Epístola, que são os do «Fidalgo» e irrequieto batalhador da India e do Brasil, e de sua esposa, bem como num do lado do Evangelho, os *pés direitos* laterais apresentam-se canelados por molduras de

perfil curvilíneo chamados em arquitectura *junquilhos* e cortados em *bisel* a meia altura, como notou o Dr. Aarão de Lacerda.

No túmulo de Aveiro, as paredes laterais interiores não têm esse ornato.

Na Trofa, como em Cantanhede, o intradorso, ou abóbada do arcosólio, é apainelado e os quadros em que se divide, são alternadamente lisos e ornados com florões de baixo-relevo.

Na Trofa há vinte quadros por cada arcosólio e em Cantanhede ainda mais.

No mausoléu da ousia da catedral de Aveiro existe o mesmo dispositivo, mas os quadros do apainelado formam uma série simples e não dupla, são apenas nove e todos eles se apresentam com o seu florão ao centro, mais singelo e menos cuidado.

Em S. Domingos, a urna ossuária assenta sobre carrancas esculpidas nos próprios cantos e está quase completamente desprovida dos ornatos superiores que foram partidos e que nos ossuários dos Lemos estão ainda perfeitos. Na Trofa há urnas sobre lebréus estilizados.

Em Aveiro, o epitáfio está gravado na fase principal e lisa da arca, o que sucede também na Trofa, mas não em Cantanhede, onde as faces das urnas são delicadamente gravadas. A semelhança geral da concepção é, porém, flagrante entre os túmulos da Trofa e este da nossa catedral.

biblRIA

*

O epitáfio ou inscrição do mausoléu de D. Catarina de Ataíde reza assim:

Aqui jaz Dona Catarina de Ataíde, filha de Alvaro de Sousa e de Dona Filipa de Ataíde. Neta de Diogo Lopes de Sousa e por ser devota desta casa lhe deixou vinte mil réis de juro tem porisso missa cotidiana e lhe deram a capela a ela e a seu pai e mãi e herdeiros descendentes. Faleceu a 28 de setembro de 1551 anos.

Nenhuma dúvida há, pois, sobre a identidade familiar ou ascendência da nobre senhora ali sepultada, mas sobre a sua figura paira uma grande interrogação: será esta a *Natércia* de Luís de Camões?...

Na Trofa estabeleceu-se confusão entre o Duarte de Lemos, da Índia, e o seu neto e homónimo que, segundo a versão popular, se atirou um dia com seu cavalo da ponte de Coimbra abaixo, para não ter de saudar o rei Filipe de Castela, contra quem combatera ao lado do Prior do Crato.

*

Como D. Catarina de Ataíde faleceu em 1551, o seu moimento deve pertencer à década 1550-1560. É a época do pleno domínio da arte renascentista coimbrã, distanciada já do Manuelino e ainda não tocada do rigorismo clássico nem do barroquismo que se lhe seguiram.

É, portanto, um monumento puro do seu estilo.

Pela rápida descrição comparativa que acabo de fazer, verifica-se a manifesta afinidade existente entre este túmulo e os do Panteon dos Lemos. embora estes tenham a seu favor a monumentalidade do conjunto, a superioridade da sua riqueza escultórica e decorativa, a mais perfeita execução e uma conservação excelente.

A meu ver, enquanto que nos monumentos da Trofa trabalharam pessoalmente os mestres, quer esculpindo a estátua orante, quer as figuras dos medalhões, quer os próprios ornatos das pilastras, no mausoléu da filha de Álvaro de Sousa foram menos oficiais ou subalternos os lavrantes. Mas estes, eram ainda de boa escola e perfeitos e leves no manejo do cinzel ou buril, porque os caprichos decorativos relevados não acusam aquele grosseirismo que se nota em muitos trabalhos de imitação que encheram as nossas igrejas e chegaram a tomar aspectos de rusticidade.

Na decoração dos pedestais e fustes aparecem em Aveiro emblemas à romana e da paixão de Jesus, seguidos por uns ramalhetes de flores e frutos como sucede em Cantanhede e Trofa e, também, no arco da capela do Senhor dos Passos da mesma igreja da Sé.

A gramática decorativa aqui utilizada é que foi incomparavelmente mais simples e desprovida de temas do que a dos ornamentadores dos grandes monumentos similares referidos, temas que na Trofa são particularmente variados, profusos e requintados.

*

Não podemos aquilatar do merecimento daquilo que o escopro e o picão brutalmente destruíram. É possível que o basamento, soco ou altar, fosse ornado no seu frontal com uma cartela, como era corrente, e é possível que os bustos dos medalhões revelassem favor de qualidade. Estes bustos costumam figurar S. Pedro e S. Paulo ou personagens alternadamente masculinos e femininos.

Do que nos resta, o melhor e digno de nota é o relevo do brasão e da alegoria que o cerca no fundo do edículo ou seja a composição heráldica com a grinalda e os anjos tenentes de

bibRIA

que existe no Museu Regional um exemplar análogo, sinal de que a Renascença coimbrã teve em Aveiro uma representação muito mais notável do que o que se tem suposto e que eu espero, noutro trabalho, especialmente referir.

*

Que podemos nós pensar da autoria deste sepulcro?

A autoria das obras de Arte é hoje uma questão apaixonante dos meios cultos de todo o mundo.

É bem possível que o túmulo de D. Catarina de Ataíde seja obra da oficina de João de Ruão que ao tempo, em Coimbra, associado a Diogo de Castilho, tomava de empreitada muitos trabalhos para o vale do Mondego e terras vizinhas e que de 1558 a 1565 trabalhava morosamente na chamada Capela do Tesoureiro, em S. Domingos de Coimbra, à rua da Sofia.

Os anjos parecem ter um certo ar de parentela fisionómica com algumas figuras do retábulo da Sé da Guarda, empreitada de João de Ruão, mas obra de seus colaboradores, e com as figuras e anjos do retábulo da igreja de Águeda.

Na expressão fisionómica e na maneira dos anjos de Aveiro, nenhuma semelhança há com os profetas de Cantanhede, nem com a encantadora Senhora da Rosa da mesma igreja, atribuída a Lucin, nem com as figurinhas da Varziela.

Em 1560 João de Ruão trabalhava como arquitecto e abandonara a escultura em que fora exímio. Os anjos dos armoriais desta cidade devem ser trabalho de um oficial, de certa qualidade. Quem sabe se não serão do próprio Tomé Velho, grande discípulo do mestre ruanês?!

As afinidades arquitectónicas e decorativas do desenho do monumento com os túmulos de Cantanhede, provadamente de João de Ruão, e com os da Trofa, que o Dr. Aarão de Lacerda opinou serem do mesmo artista ou da sua oficina, é que são inegáveis e tornam admissível, a meu ver, a atribuição que aqui faço da obra arquitectónica à oficina do mestre francês, tanto mais que não é de crer que a *Casa de Arronches* fosse encomendar a canteiros de inferior categoria uma contrafacção dos modelos que o grande artista, ainda vivo, tinha criado ou construído para famílias de igual linhagem nas terras de entre Vouga e Mondego.

*

* *

Explicado artisticamente, quanto me foi possível, e integrado como fica o infeliz monumento na escola renascentista coimbrã, resta saber se a dama ali tumulada foi ou não aquela

Catarina de Ataíde que inspirou ao nosso grande épico a mais famosa das suas paixões e que ele imortalizou sob o tão conhecido anagrama de *Natércia*, a *alma gentil que se partiu tão cedo desta vida descontente...*

Vários escritores o admitiram e afirmaram, entre eles Camilo Castelo Branco.

Não quero profundar o problema, mas apenas lembrá-lo, deixando para outros o seu estudo e solução.

Marques Gomes contrariou a hipótese, opinando que a Catarina de Ataíde que Luís de Camões amou, era a filha de D. António de Lima e de D. Maria Boca-Negra e não a de Álvaro de Sousa e de D. Filipa de Ataíde, tumulada em S. Domingos.

Seja como for; a afirmativa, a própria dúvida e a mesma negativa a tal respeito, não deixam de dar notoriedade ao monumento.

Pelo lado artístico e turístico podemos fixar o seguinte: o túmulo de D. Catarina de Ataíde documenta nesta cidade a notável escola dos mestres franceses da Renascença coimbrã. Merece, por isso mesmo, o carinho dos aveirenses, sem desmerecer um golpe de vista daqueles visitantes, já muito numerosos, cujo espírito delicado e culto se interessa por todas as manifestações históricas da Arte em qualquer parte onde elas se encontrem.

bibRIA

ALBERTO SOUTO

(1888-1961)

NOTA DA REDACÇÃO—O presente trabalho foi publicado no semanário aveirense *O Democrata*, n.os 2152, 2155, 2159, 2161, 2173 do ano 1950, e n.º 2189 do ano 1951.

AVEIRO CONTRA A «*TRAULITÂNIA*»

(19 DE JANEIRO A 13 DE FEVEREIRO DE 1919)

APESAR de este assunto já ter sido tratado em *A Monarquia do Norte* de Rocha Martins (2 vols. 1922-1923) e de o major Belisário Pimenta, comandante do batalhão que de Aveiro avançou contra os «trauliteiros», lhe haver dado bastante relevo em artigo publicado no *Arquivo do Distrito de Aveiro* de 1936 (págs. 245 a 259), relatarei aqui as minhas impressões do motivo da minha nunca sonhada interferência no acontecimento.

Vivi dias de intenso nervosismo, bem expresso nos seguintes apontamentos, transcritos da minha agenda de 1919:

Dia 19 de Janeiro (domingo) — Os monárquicos restauraram no Porto a monarquia...

20 — Movimenta-se em Aveiro a opinião republicana.

21 — A guarnição de Aveiro toma providências contra um possível ataque dos monárquicos. Grande entusiasmo. O alferes Roby trava escaramuça com monárquicos, que do Porto tinham vindo de automóvel, aprisionando dois carros!

— Armam-se vários civis.

22 — Às 4 da madrugada, chegam forças de Coimbra: artilharia e Infantaria 23. — À noite, manifestação republicana às forças militares. — Notícia da organização de novo ministério, apoiado por todas as correntes republicanas. — Notícia de uma força de marinheiros ter avançado sobre Viseu, onde se implantou também a monarquia.

23 — Notícia de terem passado a Ovar algumas forças monárquicas. São aprisionados alguns «trauliteiros» e dois automóveis que os transportavam. É levantada

grande parte da linha férrea perto de Ovar e são destruidas várias pontes. — Às 22 ½ horas, chegaram à estação uma força de Infantaria 16 e outra da Guarda Republicana de Santarém. Grande manifestação.

24 — Lêem-se em Aveiro os primeiros jornais de Lisboa (Capital, Século), *trazidos por oficiais que ontem vieram de Coimbra. — Em Albergaria, as tropas da República lançaram contra os monárquicos os primeiros tiros de canhão. São aprisionados mais cinco «trauliteiros», entre eles o chefe. — Notícia de ter sido submetida a guarnição de Viseu.*

25 — De madrugada, chega o regimento de Infantaria 35 e de Artilharia de Alcobaça. — Notícia de haver sido sangrentamente sufocado um movimento monárquico em Lisboa, e de Bragança ter caído em poder dos republicanos. — Notícia de terem chegado a Albergaria tropas monárquicas.

26 — Chegou de manhã uma companhia de saúde de Coimbra. — Notícia de terem desembarcado em Oliveira do Bairro numerosas forças com destino a Águeda.

27 — Os monárquicos, postados em Angeja, rompem o bombardeamento contra as forças republicanas. Fala-se dum ataque de parte destas forças contra uma patrulha que viera até à ponte. — Dois aviões de S. Jacinto voaram sobre a Murtosa, em exploração. — Em Águeda, são derrotadas forças monárquicas.

biblRIA

28 — As tropas monárquicas que tinham seguido a estrada de Águeda são perseguidas até além de Albergaria, deixando despojos. É novamente içada naquela vila a bandeira da República.

29 — As tropas republicanas passam para a margem direita do Vouga. Trava-se rijo combate em Frossos. As nossas tropas aprisionam seis soldados de Cavalaria 9 e um automóvel.

30 — De ontem para hoje, apesar de tempestade, as forças republicanas ocupam Frossos. — Chegam a Albergaria três comboios de tropas do Gen. Abel Hipólito. — À noite, constou que os monárquicos haviam sido cercados em Angeja.

31—Angeja caiu em poder das nossas forças.—À noite, atravessaram a cidade, vindas de Anadia, quatro peças de Artilharia 2. — Às 8 ½ da noite, no Teatro Aveirense, sessão comemorativa do 31 de Janeiro.

Dia 1 de Fevereiro. — Notícia de os monárquicos terem abandonado Estarreja e de os avançados do exército da República terem atingido Fermelã e Canelas. — Um avião de S. Jacinto voa para levar jornais e manifestos

à população portuense; mas, em virtude do mau tempo, é obrigado a retroceder por alturas da Torreira.

2 — Notícia de haverem desertado para cá 38 soldados de diversos regimentos, um sargento e trinta e tantos soldados de Infantaria 3. — Restabeleceu-se o correio.

3 — Recebem-se em Aveiro algumas malas de correspondência. — Dois aviões levantam voo: um vai lançar jornais e proclamações sobre o Porto; outro destrói com quatro bombas a linha férrea além de Espinho, facto que provocou, como era natural, grande pânico.

4 — Notícia da próxima vinda do Dr. Couceiro da Costa a Aveiro.

5 — Lê-se em Aveiro, vindo clandestinamente, a parte do «Janeiro» de 4, relativa à restauração monárquica. Acerbo de mentiras.

6 — O Presidente do Ministério participou ao Governador Civil que o Governo concedeu 1$00 diários aos refugiados políticos em Aveiro e prometeu para o Distrito 10 vagões de milho.

7 — Às 3 menos ¼, chegou à estação do caminho de ferro o Dr. Couceiro da Costa, Ministro da Justiça. Grande manifestação republicana. — Um avião de S. Jacinto voou sobre as forças inimigas, lançando proclamações.

8 — Às 3 da tarde chegou à estação do caminho de ferro um bastante numeroso batalhão de Marinha e 50 oficiais. Grande entusiasmo! — Dentre os oficiais que se aboletaram, coube-nos hospedar o Ten. Arnaldo Ferreira de Campos Navarro.

9 — Sai novamente o jornal — «O de Aveiro» —, que esteve suspenso desde Outubro de 1918. — À 3 da tarde, o Dr. Couceiro da Costa passa no Rossio revista ao batalhão de Marinha, ao qual dirige uma patriótica alocução. O tempo torna-se chuvoso.

10 — O batalhão de Marinha segue de manhã para o Norte. Prenúncios de ofensiva. — Sabe-se à noite que as tropas republicanas tinham ocupado hoje Salrea e Albergaria-a-Nova. — O Dr. Couceiro da Costa regressou a Lisboa no comboio da noite.

11 — As tropas republicanas tomam Estarreja e Pinheiro da Bemposta.

12 — As nossas forças entram em Ovar e Oliveira de Azeméis. Numerosas deserções nas forças monárquicas.

13 — Notícia de terem chegado a Espinho as tropas republicanas. — À tarde, soube-se haver rebentado no Porto um movimento revolucionário contra a Monarquia de D. Paiva, tendo sido restaurada a República.

14 — Por telegramas oficiais, soube-se que os chefes do movimento monárquico do Porto haviam sido presos.—

DORIA

Notícia de a República ter sido restaurada em várias outras terras (Braga, Guimarães, etc.).

16 — A banda de Infantaria 16, que se encontrava em Aveiro desde ontem, deu um concerto nos Arcos.

*

A minha política há muito que estava definida: era republicano desde os bancos do Liceu. Nenhumas ambições tinha: nada esperava da República, a cuja proclamação assistira em Lisboa quando ia iniciar a minha frequência do Curso Superior de Letras. Tendo começado a minha carreira de professor no Liceu de Viseu (1916), como agregado, após várias vicissitudes, fui colocado como efectivo, em Julho de 1917, no Liceu de Aveiro. Era Ministro da Instrução o Dr. Barbosa de Magalhães, que não fez mais que cumprir a lei. Ora no próprio dia em que tomei conta do serviço que me era destinado, escrevia-me o Ministro a seguinte carta:

«Meu caro am.º: — Trata-se de organizar a lista democrática para a própria eleição municipal nessa cidade; e, pensando no assunto, que muito me interessa, pois desejo que a representação do meu partido seja a melhor possível, de pessoas de categoria, sérias e inteligentes, lembrei-me de si para fazer parte dessa representação. — Muito estimarei ver o seu nome na lista e por isso lhe venho perguntar se permite que nela seja incluído. — Espero que a sua resposta seja afirmativa, porque nesta hora difícil ninguém tem o direito de se recusar a tomar os postos que lhe competem, e muito menos os professores. Não é apenas ao partido democrático que o meu amigo irá prestar um serviço: é também a essa cidade e, portanto, ao país, ao qual mal irá se todos os que pela sua situação mais lhe devem ser úteis, o não forem. — Agradeço-lhe, pois, desde já a sua aquiescência, que me dará muito prazer.—E aqui continua ao seu dispor o seu m.º at.º e obr.do — Barbosa de Magalhães *(17-10-917).»*

A minha resposta, como não podia deixar de ser, foi afirmativa. E assim eu me vi membro da Câmara e, inesperadamente, investido no cargo de Presidente do Senado!

O Presidente do Município era o Dr. Lourenço Peixinho, que só em 1942, ou seja um ano antes de falecer, e em injustas circunstâncias, veio a ser exonerado.

Como presidente do Senado, o meu acto mais importante foi por ocasião da recepção, em sessão solene da Câmara, no dia 19 de Outubro desse ano de 1919, perante representantes do Município de Braga (José Leão Ferreira da Silva, Manuel

Avelino Pinto Braga e Raul Correia Barbosa), que a Aveiro tinham vindo entregar as insígnias da Torre e Espada, galardão concedido à Cidade como homenagem pela sua atitude de fidelidade ao regimen por ocasião da luta entre monárquicos e republicanos, em Janeiro e Fevereiro. Visitaram Aveiro, nessa ocasião, os ministros da guerra (Hélder Ribeiro) e da marinha (Silvério da Rocha e Cunha) e tomou lugar honroso nas festas o gen. José Domingues Peres, que fora, em Aveiro, o comandante das operações contra os sediciosos.

Dia de festa em Aveiro! Logo de manhã, repiques de sinos, tanto na Câmara como nas igrejas; girândolas de foguetes, etc.

Indescritíveis as manifestações feitas aos visitantes, esperados em Cacia.

Antes da sessão solene, houve em S. Jacinto almoço de homenagem, em que falaram o Dr. Lourenço Peixinho; o Dr. Alberto Souto em nome da Associação Comercial e da Empresa da Pesca; o Ministro da Guerra e o Ministro da Marinha.

A sessão veio a iniciar-se às 15 horas, após apoteóticas manifestações da multidão que enchia a Praça da República.

Constituída a Mesa, o Ministro da Guerra, a convite do Presidente da Câmara, colocou as insígnias da Torre e Espada na bandeira da Cidade, que lhe foi apresentada, desfraldada, pelo secretário da Câmara (Firmino de Vilhena).

E eu, tão pouco falado para discursos, tive de responder à saudação que o Presidente da Câmara de Braga dirigiu à Cidade.

BIBLIOTECA

Eis agora o texto da mensagem da Câmara Municipal de Braga, escrita em pergaminho, a qual figura, com as insígnias, no respectivo escrínio, entregue à Câmara:

«Ex.ma Câmara Municipal de Aveiro. — A Comissão executiva da Câmara Municipal de Braga, em cumprimento da deliberação de 23 do mês de Maio do ano corrente, vem desempenhar-se do honroso mandato que em nome dos povos que representa a si se conferiu, oferecendo a esse ilustre município as insígnias da «Torre e Espada, de valor, lealdade e mérito», alta e merecida recompensa com que o governo da República se honrou, conferindo-a a essa nobilíssima cidade.

Braga, cuja tradição de conservantismo está radicada em todo o país, deseja por este acto, com que tanto se envaidece, demonstrar que segue na vanguarda das nossas ideias, distinguindo com o seu espontâneo gesto a Bélgica portuguesa, que opôs uma barreira invencível às hostes monárquicas, impedindo que a traição de meia dúzia de dementados e maus portugueses arrastasse a alma da Pátria ao abismo da guerra civil e à perda da sua autonomia.

Aveiro, mais uma vez demonstrou bem eloquentemente que no sangue dos seus filhos vibra ainda aquele grande amor de Liberdade e patriotismo que fez grande, imensamente grande, nos campos de batalha e nas lutas da palavra, o alto espírito do seu dilecto filho José Estêvão Coelho de Magalhães.

É grande a honra para esta Comissão em oferecer a essa ilustre Câmara as insígnias de tão nobilíssima Ordem, que, se são mesquinhas no seu valor intrínseco, nelas levam um pedaço de alma deste bom povo que com amor, admiração e reconhecimento sabe entrelaçar numa só palavra a Pátria, a República e Aveiro. Braga, 12 de Setembro de 1919. — José Leão Ferreira e Silva, Manuel Avelino Pinto Braga, Francisco da Costa Soares, Guilherme José Pereira, António Ferreira d'Almeida, Raul Correia Barbosa, José Rodrigues Braga.»

Para fechar, a minha referida alocução:

Ex.mos Senhores Ministro da Guerra e Ministro da Marinha da República Portuguesa.

Ilustres representantes da Câmara Municipal Bracarense.

Na qualidade de presidente do Senado do Município de Aveiro, tenho a honra de saudar, em V. Ex.as, Senhores Ministros, o Ex.mo Presidente da República e o Governo, e em V. Ex.as, ilustres Bracarenses, a corporação que vieram representar. Em nome de toda a vereação, em nome da cidade inteira, lhes apresento as mais entusiásticas saudações.

biblRIA

Minhas Senhoras e meus Senhores:

O governo da República, nomeado logo após o movimento monárquico de Janeiro, entendeu que devia galardoar esta cidade com o grau de oficial da Ordem militar da «Torre e Espada, do valor, lealdade e mérito», pela serenidade heróica com que se houve ao ter conhecimento da restauração da monarquia no Porto, em Braga e noutras terras, e pelo entusiasmo que durante quase um mês sempre manifestou pela República, a despeito de constantemente ameaçada pela vinda dos monárquicos sediciosos. O respectivo decreto foi lavrado e inserto num dos números do *Diário do Governo* de Março último.

Recordar o que foram em Aveiro os primeiros momentos que se seguiram à divulgação da notícia da traição de Paiva Couceiro e de Solari Alegro, a rápida e inteligente defesa das instituições, o ardor e a abnegação admiráveis com que muitos civis acorreram espontaneamente a pegar em armas contra os rebeldes — fora fastidioso, porque é do domínio de todos. *Bél-*

gica da República já eu ouvi chamar a esta terra, e por vezes o vi escrito em jornais. Não seduzem estes paralelos; mas o que é certo é que se Aveiro, só por si, não salvou a República — porque a chave da defesa foi, sem dúvida, Monsanto —, impediu, contudo, que as forças de Paiva Couceiro avançassem para o Sul do Vouga; provou que havia aqui dentro quem estivesse disposto a defender o regímen traiçoeiramente atacado por uma horda de bandoleiros, e, com a sua tenaz resistência, tornou possível a repressão quase imediata da quixotesca aventura. Merece, por isso, a cidade o reconhecimento dos poderes públicos, como aliás o de todos os portugueses, pois tendo ajudado a salvar o país duma monarquia, à qual, para ser absoluta, nem sequer faltavam os caceteiros nem os inquisidores, de uma monarquia que havia de ser retintamente clerical, — furtou os cidadãos à contingência de verem assaltadas as suas bolsas, e para o Sul do Vouga puderam ficar intactos os cofres do Estado...

Foi, na verdade, notável, o papel desta cidade na defesa da República; mas ingratidão seria não apontar os nomes dos indivíduos que lançaram o grito da revolta, e dos que, congregando-se com os primeiros em redor da bandeira da Pátria, trabalharam com denodo pelo seu ideal. Quem foram esses homens?

Foi V. Ex.ª, Sr. Ministro da Marinha, a quem eu vi, a quem todos viram, desde o primeiro momento, radiante, feliz por se haverem enfim extremado os campos e por no seu espírito haver a profunda convicção de que a vitória final nos havia de pertencer; foi V. Ex.ª, Senhor General Peres, pondo-se imediatamente à disposição dos republicanos para dirigir as primeiras operações contra os monárquicos, sem procurar saber, nessas horas de acabrunhante ansiedade, qual a atitude da guarnição de Coimbra, que talvez já se não conservasse fiel, como a de Aveiro; foi o sargento Lima, de infantaria 24, que ali nos Arcos, ao ter conhecimento da traição, em 19 de Janeiro, arrancou da espada, e, brandindo-a na mão convulsa, exclamou:—«Viva a República!»; foi o bravo alferes Roby, que em Albergaria-a-Velha aprisionou os primeiros automóveis dos chamados trauliteiros, e foi o sargento Couceiro, que, com outros, arrancou dos Paços do Concelho daquela vila a bandeira dos monárquicos, fazendo novamente tremular a da Pátria; foram os indivíduos que constituíram a junta republicana de defesa do distrito de Aveiro, os quais assinaram a primeira proclamação dirigida ao povo republicano, chamando-o ao cumprimento do seu dever — os Drs. André dos Reis, Alberto Souto e Rui da Cunha e Costa, e os Srs. José Casimiro da Silva, director da Escola normal de Aveiro, Bernardo Torres e Alfredo Osório; foram os voluntários civis, que altiva e entusiasticamente, quando tudo era ainda incerteza, se encaminharam para o quar-

bibRIA

tel de infantaria, a fim de receberem instrução rápida e armamento; foram os oficiais da guarnição de Aveiro; foram os sargentos com a absoluta fidelidade ao regimen e com a sua alma republicana; foi o punhado de marinheiros da Capitania de Aveiro e da Guarda Fiscal; foi a pequena, mas valentíssima guarda avançada de Ovar, com o Dr. Pedro Chaves à frente; poderia mesmo dizer que foram os outros republicanos, que, com o seu entusiasmo e com a sua fé, se mostraram como tais à luz do sol. Sem todo esse ardor, sem toda essa dedicação, sem essa fé imensa, a Monarquia teria sido um facto em Aveiro, e a sua liquidação final haveria sido muito demorada.

Aveiro cumpriu o seu dever. A cidade de Aveiro, cujas tradições são, aliás, eminentemente liberais, pode ser apontada como um exemplo.

Minhas senhoras! Meus senhores! Eu sou crente. Creio que melhores dias estão reservados à nossa Pátria, contanto que uma época de paz, de ordem e de trabalho se enraize no nosso meio. O problema nacional é fundamentalmente um problema de educação. Liberdade temos nós. Actualmente, digam o que disserem, são respeitadas todas as crenças políticas. A liberdade de imprensa foi mesmo, talvez, levada a excesso. Liberdade temos nós. O que é preciso é educar. A esse respeito há ainda muito que fazer. Dê-se à juventude uma educação sólida, bem patriótica, bem republicana, de forma que o futuro cidadão tenha sempre por lema a honra e o civismo; reprimam-se o vício e a indisciplina; reconheçam-se, seleccionem-se e aproveitem-se competências, — e Portugal, cheio de nova seiva, marchará! A escola, desde a primária à superior, é que há-de completar a grande obra da República. Quer-se uma educação que fale primeiro, e insistentemente, de deveres, e a seguir de direitos, e não ao contrário. Comece também o pai por compreender, finalmente, que o seu papel de educador lhe exige a colaboração com a escola... E os monárquicos porão termo às suas arremetidas, deixando-nos em paz!

Agradeço, Ex.mos Senhores Ministros, em nome da cidade, o galardão com que o governo da República quis distingui-la, e bem assim a comparência de V. Ex.as a este acto solene.

A vós, ilustres Bracarenses, vai também a nossa eterna gratidão pela valiosíssima oferta das insígnias da Torre e Espada, que o galhardo município de Braga adquiriu para serem colocadas no pendão da nossa Câmara, significando assim quanto a capital do Minho apreciou o gesto altivo e cheio de nobreza da pequenina cidade do Vouga.

Viva a cidade de Braga!

Reiterando, efusivamente, as minhas saudações aos ilustres hóspedes, não deixarei de soltar três vivas, tão sinceros e tão francos, como tudo quanto aqui tenho dito.

Aveirenses!

Temos aqui, junto de nós, a honrar-nos com a sua presença, o Ex.mo Senhor Ministro da Guerra, major Hélder Ribeiro, um dos valentes que em 4 e 5 de Outubro de 1910 se bateram em Lisboa pelo advento da República e um bravo militar que em França combateu contra o feroz militarismo alemão. Aí está também o Ex.mo Senhor General Domingues Peres, actual comandante da 8.ª divisão do exército, que em Aveiro, como já disse, desempenhou tão notável papel na defesa das instituições. Viva o exército da República!

O brioso Capitão-Tenente, Ex.mo Senhor Silvério da Rocha e Cunha, Ministro da marinha, português de rija têmpera e republicano como os que o são, é bem a encarnação perfeita da valentia e da abnegação patriótica dos nossos marinheiros. Viva a Marinha Portuguesa!

O terceiro viva é daqueles que há um ano se não podiam soltar impunemente em toda a parte, a não ser baixinho em nossos corações, porque se corria o risco de ir para a cadeia. É, este:

Viva a República Portuguesa!

biblRIA

APÊNDICE

Transcrição das duas «proclamações» aveirenses, de Janeiro de 1919:

I

«Proclamação:

Neste momento em que a Pátria tanto carece de junção dos esforços de seus filhos para triunfar da vida angustiosa que atravessa, um bando de dementados e ambiciosos ousou, traiçoeiramente, proclamar no Porto e Braga o regimen que, cheio de crápula e de desonra, baqueou em 5 de Outubro de 1910 perante a vontade unânime da Nação!

Cidadãos! Povo republicano!

Quaisquer que sejam os sacrifícios que o acto criminoso, ontem praticado naquelas cidades do — (Norte), nos imponha,

ninguém trepide diante dele e estejamos todos firmes e serenos para caminharmos unidos pelo Santo Ideal da República, e dispostos a esmagar altivamente a horda que intenta restaurar um trono em terras de Portugal!

Nesta hora não há partidos!... mas tão somente um exército de disciplinados, convictos e leais republicanos que reconhecem a necessidade de salvar as Instituições e, com elas, a Pátria que os nossos antepassados nos legaram, honrada e nobre!

Notícias oficiais garantem que a Ordem está assegurada no resto do País, pelo Governo.

A Guarnição Militar de Aveiro sob o comando dum cidadão, que é o protótipo da lealdade e da honra, não pactua com os elementos sediciosos e saberá, com valentia e bravura, defender a República que o Povo, o Exército e a Armada livremente escolheram, porque só dela derivará o nosso engrandecimento, dignificando-nos perante o mundo e perante a História.

Aveiro, 20 de Janeiro de 1919.

A Junta Republicana do Distrito,

Dr. André dos Reis
Dr. Rui da Cunha e Costa
Bernardo de Sousa Torres
José Casimiro da Silva
Dr. Alberto Souto
Alfredo Osório».

bibRIA

II

«Às Tropas da República!

Soldados!

Em nome do Povo a Junta de Defesa Republicana da cidade e do distrito de Aveiro saúda as tropas que com tanto brio, dedicação e entusiasmo, têm operado nas margens do nosso Vouga e nesta terra, berço de Liberdade, assegurando a República.

Oficiais, sargentos e civis, sustentáculos da Democracia, mandatários e defensores do Povo, em íntima união, como sucede em todas as nações livres, vós estais provando que aqui ressurge uma Pátria que vai saber realizar o ideal magnífico que hoje ilumina o mundo.

Foi uma República como a França, uma nação liberal e democrática como a Inglaterra, uma República como a Amé-

rica que salvaram os povos da Terra da tirania autocrática e imperialista da Alemanha.

Portugal, que pela República entrou na Guerra ao lado dos Aliados com quem comunga na Vitória, não pode retroceder voltando à monarquia batida em toda a parte!

É a República que triunfa sobre o Mundo, o governo do Povo, sem reis nem privilegiados inúteis e perigosos.

A República vence também em Portugal.

Cercados, como num covil, os aventureiros monárquicos do Porto, vão ser batidos pelas grandes e variadas forças republicanas que aqui estão chegando.

Soldados, guarda avançada do exército republicano! no dia 21 de Janeiro de 1919, vós salvastes a República nas margens do Vouga e nesta gloriosa e liberal cidade de Aveiro.

Prossegui! Levai a obra até à vitória final! Entrareis no Porto cobertos de glória! Desbaratai essa vergonha monárquica!

A memória de José Estevão, soldado e orador da Liberdade, que pela Liberdade lutou, batendo-se como um leão nas linhas do Porto, dá-nos alento nesta luta sagrada!

Pela República!

Viva a República!

Aveiro, 22 de Janeiro de 1919.

A Junta de Defesa Republicana de Aveiro,

Dr. André dos Reis
Dr. Rui da Cunha e Costa
Bernardo de Sousa Torres
José Casimiro da Silva
Dr. Alberto Souto».

bibRIA

Aveiro, Janeiro de 1974.

JOSÉ TAVARES

TOPÓNIMOS DO DISTRITO DE AVEIRO

XLII

Alqueidão

(Ílhavo — Ílhavo)

Este espécime do nosso distrito tem numerosos homónimos no país; no elenco das formas toponímicas que se apresentam [1], o nome local ílhavo encontra-se no lugar que lhe compete:

bibRIA

Alqueidão, Serra do (alturas que se integram no que geralmente hoje se chama *Serra de Minde* [2]) — 1747 *Alqueydam* [3].

Alqueidom consta em 1258 [4] a ele correspondendo em 1758 *Alqueydão* [5]: no concelho de Guimarães.

---

[1] Convirá uma pequena nota bibliográfica a respeito de três fontes que com frequência teremos que citar:
LUÍS CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, Lisboa, 1747 e 1751 (2 vols.);
A. CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portuguesa*, Lisboa, 1706, 1708 e 1712 (3 vols.);
V. RIBEIRO DE MEIRELES, *Prontuário das terras de Portugal*, 1689. (É o *Manuscrito n.º 2298 da Livraria* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa).

[2] J. M. BAPTISTA, *Corografia Moderna... de Portugal* (Lisboa, 1874), vol. I, pág. 220 e pág. 222.

[3] CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 364.

[4] *Inquisitiones*, pág. 695: incluído na paróquia de Infias.

[5] *Dicionário Geográfico manuscrito*, vol. I, pág. 3 (Arquivo Nacional da T. do Tombo): incluído na paróquia de S. Tomé de Abação. Sabendo-se que as duas paróquias são contíguas, não se estranhará que o lugar, pertencente no século XIII a uma paróquia, apareça no século XVIII incluído noutra. Oscilações nos limites paroquiais assinalam-se uma ou outra vez entre nós.

Alqueidão do Mato (Alcanede—Santarém)—1337 *Alqueydom do mato* (6), 1527 *Alqueidão do Mato* (7), 1689 *Alqueidaõ do Matto* (8), 1712 *Alqueydaõ do Matto* (9) e 1747 *Alqueydam do Mato* (10).

Alqueidão do Rei (Alcanede — Santarém) — 1689 *Alqueydaõ do Rey* (11), 1712 *Alqueydaõ do Rey* (12) e 1747 *Alqueydam do Rey* (13). Será povoação mais recente, acaso «filial» de *Alqueidão do Mato*.

Alqueidão Velho (Alcobertas — Rio Maior) — 1527 *Alqeidão* (14), 1712 *Alqueydaõ Velho* (15) e 1747 *Alqueydam Velho* (16).

Alqueidão (Alqueidão — Figueira da Foz) — 1689 *Alqueydaõ* (17) e 1747 *Alqueydam* (18). Pertenceu até 1928 à paróquia de Paião, o que explica que, apesar de ser uma paróquia, só se documente a partir do último quartel do século XVII.

Alqueidão da Serra (Alqueidão da Serra — Porto de Mós) — 1527 *Alqeidão* (19) e 1747 *Alqueydam* (20).

Alqueidão (Alvorninha — Caldas da Rainha) — 1689 *Alqueidaõ* (21) e 1747 *Alqueydam* (22).

bibRIA

---

(6) Documento do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: gaveta 12 — maço 7 — n.º 10.
(7) *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 263.
(8) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 528.
(9) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 256.
(10) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365. Esta fonte não usa uma grafia uniforme no relativo a certos espécimes: *Alqueydam do Mato* e *Alqueydaõ do Mato*. Não valerá a pena chamar a atenção para estas ligeiras variantes gráficas sem significação fonética.
(11) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 528.
(12) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 256.
(13) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365.
(14) *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 263.
(15) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 256.
(16) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 366.
(17) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 385.
(18) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 363.
(19) *Arquivo Histórico Português*, vol. I, pág. 248.
(20) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365. Liga-se com a *Serra de Alqueidão* que colocámos no início da série.
(21) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 504.
(22) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365.

Alqueidão (Arranhó — Arruda dos Vinhos).

Alqueidão ou *Alqueidão de Cima* (Arrimal — Porto de Mós) — 1712 *Alqueydaõ* [23] e 1747 *Alqueydam* [24].

Alqueidão (Azambuja—Azambuja)—1336 *alqueidom* [25], 1352 *Alqueydam* [26], 1367-1383 *Alqeydom e Alqeydam* [27], 1389 *alqĩdom* [28], 1404 *alqĩdom* [29], 1414 *alqueidom* [30], 1416 *alqueidom* [31] e *alqueidom* [32], 1417 *alqĩdom* [33] e *alquidam* [34], 1440 *alqueidom* [35], 1486 *alqueidam* [36], 1508 *alqueydam* [37] e 1510 *alqueidam* [38].

Alqueidão (Barroca — Fundão) — 1747 *Alqueydam* [39].

Alqueidão de Santo Amaro (Beco — Ferreira do Zêzere) — 1374 *alqueydõ novo* [40], 1527 *Alqeidãom* [41], 1689 *Alquey-*

---

(23) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 234.
(24) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365.
(25) *Livro I do Alqueidão*, doc. n.º 12. A história deste *Alqueidão* que era uma propriedade da Câmara Municipal de Lisboa pode fazer-se desde o século XIII (é de 1284 o doc. n.º 6 deste livro) até o século XIX: Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa — Casa de Santo António: 14-1 *(Livro I do Alqueidão)* a 14-11 *(Correspondência:* 1865-1879). FREIRE DE OLIVEIRA, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, faculta elementos diversos (v. índices da obra).
(26) *Descobrimentos Portugueses* (Suplemento ao vol. I), pág. 32.
(27) *Chancelaria de D. João I*, Livro V, fl. 56.
(28) *Livro I do Alqueidão*, doc. n.º 17 (18 da numeração antiga): *sic.*
(29) *Livro* cit., doc. n.º 18 (antigo 19); *sic.*
(30) FREIRE DE OLIVEIRA, *Elementos* cit., vol. I, pág. 198.
(31) *Livro I do Alqueidão*, doc. n.º 20 (antigo 21).
(32) *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 187 *(alqueidom* e *alqueydom)* e fl. 187 — v. *(alqueidom):* o que soma 9 formas em *-om*, contra *alqũdã* forma única na rubrica inicial do documento.
(33) *Livro I do Alqueidão*, doc. n.º 21 (antigo 22): *sic.*
(34) *Livro* cit., doc. n.º 23 (antigo 25): *sic.*
(35) *Livro* cit., doc. n.º 27 (antigo 29).
(36) *Livro* cit., doc. n.º 31 (antigo 33).
(37) *Livro* cit., doc. n.º 41 (antigo 46).
(38) *Livro* cit., doc. n.º 43 (antigo 49).
(39) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 364. AMÉRICO COSTA, *Dicionário Corográfico*, vol. VI, pág. 73, indica que este *Alqueidão* para efeitos administrativos e oficiais pertence, não a Dornelas — Pampilhosa da Serra (como no séc. XVIII pertencia para todos os efeitos), mas sim ao município e comarca do Fundão. Mas dicionários mais recentes incluem a povoação em Barroca — Fundão.
(40) *O Arqueólogo Português*, 1909, vol. XIV, pág. 140.
(41) *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 268.

biblA

daõ de S.to Amaro (42), 1712 *Alqueydaõ* (43) e 1747 *Alqueydam* (44).

Alqueidão (Cambres — Lamego). — Em 1258 *Alqueydon* (45).

Alqueidão, Casal de (Casével — Santarém). — Em 1747 *Alqueydam* (46).

Alqueidão (Cernache do Bonjardim — Sertã) — Em 1689 *Alqueidaõ* (47) e em 1747 *Alqueydam* (48).

Alqueidão (Chão de Couce — Ansião) — 1689 *Alqueydal* (49), 1708 *Alqueidaõ* (50), 1747 *Alqueydam* (51) e 1758 *Alqueydaõ* (52).

---

(42) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 274. Sem aduzir provas, A. BAIÃO, *Arqueólogo* cit., pág. 270, informa que este *Alqueidão* fora anteriormente chamado *Alqueidão de Além de Água*. É de crer que a notícia seja correcta, dado que BAIÃO era bom conhecedor da região, mas vimos já que o nome se documenta a partir do século XIV e oferece aspectos variados.

(43) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 203.

(44) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 364. Em 1751 *Alqueidaõ* (*ib.*, vol. II, pág. 121).

(45) *Inquisitiones*, págs. 1010, 1011 e 1013.

(46) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 364.

(47) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 296.

(48) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365.

(49) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 280: *sic.*, o que pode representar um til traçado sem suspensão do traço depois do *a*. Incluído em Maçãs de D. Maria.

(50) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. II, pág. 95.

(51) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 364 e págs. 364-365.

(52) *Dicionário geográfico manuscrito*, vol. X, pág. 2027. A história deste topónimo constitui bom exemplo do que eram as complexidades corográfico-administrativas do velho regime. Em 1689 aparece como pertença de Maçãs de D. Maria (talvez por lapso, pois há outros lapsos da mesma natureza na fonte dessa data); em 1708, é referido a Penela; em 1747, por duas vezes, diz-se que pertence ao termo de Penela, paróquia de Chão de Couce. Ora é de recordar que existia um município de Chão de Couce, em relações muito estreitas com Maçãs de D. Maria, Pousaflores, Avelar e Aguda — conjunto que constituía as chamadas *Cinco Vilas* as quais pertenciam à Casa do Infantado. Além disso, consta às vezes a existência de duas paróquias de Chão de Couce (uma cujo pároco era da apresentação do prior de Penela e outra cujo pároco era da apresentação da Casa do Infantado). Parece lícito concluir que o lugar de *Alqueidão* (povoação e termo rural) ocupava áreas de cada uma das paróquias (Chão de Couce de Penela e Chão de Couce do Infantado), por isso fazendo CARDOSO dois registos, embora um deles não contenha o que seria de supor-se, dado que o teor do segundo se aproxima muito do primeiro (V. MEIRELES, *Prontuário*, págs. 279-281, COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 239, PAULO DIAS DE NIZA, *Portugal Sacro-Profano*, vol. I, págs. 164-165 e o das notas anteriores).

biblRIA

Alqueidão ou *Alqueidão das Cortes* (Cortes — Leiria) — 1689 *Alqueydaõ* (53) e 1758 *Alqueydaõ* (54).

Alqueidão (Cós — Alcobaça) — 1712 *Alqueydaõ* (55) e 1747 *Alqueydam* (56).

Alqueidão (Igreja Nova — Mafra) — 1712 *Alqueydão* (57) e 1747 *Alqueydam* (58).

Alqueidão (Ilhavo — Ilhavo) — 1431 *alqueidom* (59), 1514 *Alqueydam* (60), 1527 *Alqeidãom* (61), 1689 *Alqueidão* (62), e 1747 *Alqueydam* (63).

Alqueidão (Litém — Pombal).

Alqueidão (Lumiar — Lisboa) — 1663 *Alqueidão* (64).

Alqueidão (Maçãs de D. Maria — Alvaiázere) — 1669 *Alqueydaõ* (65) e 1747 *Alqueydam* (66).

Alqueidão (Martinchel—Abrantes)—1747 *Alqueydam* (67).

Alqueidão (Mouriz — Paredes).

bibRIA

(53) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 492.

(54) *Dicionário Geográfico Manuscrito* cit., vol. 11.º, pág. 2636. Esta povoação tinha dois núcleos: *Alqueydaõ das Cortes* e *Alqueydaõ das Neves;* este segundo veio possivelmente a fundir-se como unidade urbana com o primeiro, cujo nome primou por ter em si o nome da paróquia.

(55) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 131; em pág. 132, a variante *Alqueydam*.

(56) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365.

(57) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 84.

(58) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 363.

(59) *Livro Nobre de Santa Cruz*, fl. 97-v. (Códice n.º 94 de Santa Cruz, da Casa 19 — E. 7 — P. 4 do A. N. da T. do T.). ROCHA MADAHIL publicou a lição duplamente errada *(alqueydam)* em pág. 175 do vol. I de *Milenário de Aveiro — Colectânea de Documentos Históricos* (Aveiro, 1959). Mas a forma que lá se lê mais de uma vez é a que apresentamos.

(60) DIAS, *Forais Manuelinos: Estremadura*, págs. 90 e 107 (nos forais de Vagos e Ilhavo que são do mesmo ano).

(61) *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 277.

(62) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 340.

(63) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365. Formas relativamente recentes e algumas bem recentes podem ver-se em D. M. GOMES DOS SANTOS, *O Mosteiro de Jesus de Aveiro* (Lisboa, 1963-1967), s. v. nos índices.

(64) *Index das notas de vários tabeliães de Lisboa*, vol. III, pág. 17.

(65) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 280.

(66) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 364.

(67) ID., *ib.*, vol. I, pág. 364.

Alqueidão (S. Mamede de Negrelos—Santo Tirso)—1747 *Alqueydam* (68).

Alqueidão (Olalhas — Tomar) — 1527 *Alqeidãom* (69), 1689 *Alqueydaõ* (70), 1712 *Alqueydaõ* (71) e 1747 *Alqueydam* (72).

Alqueidão ou *Alqueidão de Paio Mendes* (Paio Mendes — Ferreira do Zêzere) — 1527 *Alqeidãom* (73), 1689 *Alqueydão* (74), 1712 *Alqueydam de Payo Mendez* (75) e 1747 *Alqueydam de Payo Mendes* (76).

Alqueidão ou *Alqueidão da Serra* (Pedrógão — Torres Novas) — 1527. *Alqeidãom* (77), 1712 *Alqueydaõ* (78) e 1747 *Alqueydam* (79).

Alqueidão (Pias—Ferreira do Zêzere)—1646 *Alqueidaõ* (80), 1669 *Alqueidão* (81) e 1747 *Alqueydam* (82).

Alqueidão (Pias — Monção) parece não existir actualmente: consta em 1258 *Alqueidom* (83).

Alqueidão (Pousaflores — Ansião).

bibRIA

---

(68) ID., *ib.*, vol. I, pág. 363.
(69) *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 267.
(70) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 267.
(71) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 171.
(72) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365. É de mencionar o diminutivo deste, *Alqueidãozinho* (Serra — Tomar).
(73) *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 268.
(74) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 275.
(75) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 204.
(76) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365.
(77) *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 266.
(78) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 283.
(79) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, págs. 363 e 365. Aqui houve manifestamente confusão deste autor. O facto de este *Alqueidão* estar muito ligado à Chancelaria (hoje Chancelaria, outrora Santa Eufêmia ou Santa Eufêmia de Rendufas) fê-lo supor que pertencia a esta paróquia (pág. 365); mas alguma dúvida subsistiu no seu espírito porque (pág. 363) refere a mesma povoação como sendo do termo de Torres Novas... A fonte da confusão é COSTA *(loc. cit.)*, cuja obra utilizou, copiando muitas vezes com cuidado e outras vezes descuidadamente.
(80) *Index das notas* cit., vol. III, pág. 190.
(81) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 272.
(82) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365.
(83) *Inquisitiones*, pág. 372.

Alqueidão ou *Alqueidão do Sirol* (Pousos—Leiria)—1689 *Alqueydaõ* ([84]).

Alqueidão (Puços — Alvaiázere) — 1689 *Alqueydaõ* ([85]).

Alqueidão (Santiago da Guarda — Ansião) — 1689 *Alqueydaõ* ([86]).

Alqueidão (Santo Quintino — Sobral de Monte Agraço) — 1747 *Alqueydam* ([87]).

Alqueidão (Seiça — Vila Nova de Ourém).

Alqueidão (Souto — Feira).

Alqueidão, Casal do (Várzea — Santarém) ([88]).

Alqueidão (Vila Cova de Alva — Arganil) — 1747 *Alqueydam* ([89]).

O nome persiste, mas indica apenas um local despovoado onde existe uma capela consagrada a S. João.

Alqueidão (Vila Nova de Ourém — V. N. de Ourém)—1689 *Alqueydaõ* ([90]), 1712 *Alqueydão* ([91]) e 1747 *Alqueydam* ([92]).

No termo de Coina-a-Velha existiu também *Alqueidão* ([93]).

biblRIA

([84]) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 491.
([85]) ID., *ib.*, pág. 287.
([86]) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 277.
([87]) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 363. Também nesta obra (pág. 366) se arquiva o topónimo *Alqueydoens* que tinha o seu *ubi* na mesma freguesia: a povoação teria tido outrora mais de um núcleo (cfr. acima o que se verificou com Alqueidão das Cortes — Leiria).
([88]) Localiza-se nesta freguesia e não na de S. Nicolau do mesmo concelho, como consta algures.
([89]) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365.
([90]) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 288.
([91]) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. III, pág. 229.
([92]) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 365.
([93]) A referência é datável de 1658: *Index das notas de vários tabeliães de Lisboa*, vol. IV, pág. 50. Ignoramos se tem qualquer correspondente actual.

Não nos pronunciamos sobre a origem de *Alqueidosa* (que se reparte pelas freguesias de Meios e Trinta do concelho da Guarda) que corresponde a *Alcaydosa* de 1395 (*Arquivo Histórico Português*, vol. X, pág. 328). É também de notar que um documento de 1286 da antiga *Colecção Especial* menciona um lugar *Queydõ*, pertencente a Atouguia da Baleia (hoje *Corporações Religiosas* — Maço XVIII — n.º 14): muito presumivelmente um exemplar que se obliterou e co-originário dos que temos vindo estudando, embora desprovido de artigo.

*

Na toponímia espanhola, encontramos *Alqueidón* (La Coruña — Brión — Angeles), *Alcaidón* ou *Alquidón* (León — Soto de la Vega) (94) e *Alcaidón* (bairro de León) (95); de qualquer destes três exemplares não nos é dado apresentar formas antigas.

*

O topónimo português *Alqueidão* que, como acima vimos, está representado em dezenas de exemplares foi já objecto das atenções de DAVID LOPES que deixou escapar uma solução aceitável (96).

Evidentemente as formas portuguesas antigas (1258 *Alqueidom* e *Alqueydon*, 1336 *alqueidon* e 1374 *alqueydõ novo*, além de outras) compaginam-se com as formas da toponímia espanhola *(Alcaidón)* (97): a étimo será o ár. *al-qaytũn* «a tenda» (98). A mesma origem têm dois vocábulos que se documentam em escritores nossos antigos: *alquitões* em Zurara (99) e *alcaitão* em Bernardo Rodrigues (100).

bibRIA

(94) A forma *Alquidón*, juntamente com *Alcaidón*, regista-se na *Enciclopedia Espasa* (vol. IV, pág. 212) e tem a sua explicação.

(95) ASIN PALACIOS, *Contribución a la toponimia árabe de España* (2.ª ed.), pág. 51. Ocioso dizer que a solução etimológica proposta é inaceitável.

(96) *Revista Lusitana*, vol. XXI, págs. 263-264.

(97) Ao fazer evoluir *-om* tónico final para *-ão*, foi o português que inovou (lat. *sunt* > port. arc. *som* > port. moderno *são*, ao passo que o espanhol tem *son*). Pode objectar-se-nos que a toponímia não-portuguesa que arrolámos não é propriamete espanhola, castelhana, mas sim galega e leonesa.

É facto. Mas é facto também que o próprio galego manteve muita característica arcaizante e neste particular pormenor de que ora nos ocupamos não poderão subsistir dúvidas de que as formas não-portuguesas actuais estão mais próximas do étimo. Foi pelos séculos XIV-XV que se produziu a aludida transformação *-om* > *-ão* e neste aspecto é sintomática, com as suas hesitações, a história de *Alqueidão* de Azambuja — Azambuja (v. acima).

(98) DOZY, *Suppl.*, vol. II, pág. 378. Ao optar por *kaddãn* (que encontrou em DOZY, *ib.*, vol. II, págs. 450-451), que outras dificuldades não tivesse a resolver, tinha D. LOPES que nos explicar como é que à terminação *-ãn* de tal étimo podia corresponder uma terminação *-on* em português arcaico e *-ón* nas formas do território espanhol.

(99) R. RICARD, em *Hespéris*, vol. 24.º, pág. 135. Evidentemente com o sentido de «tenda» ou lat. «tabernaculum» (SCHIAPARELLI, *Vocabulista in arabico*, págs. 166 e 601).

(100) *Anais de Arzila*, vol. II, pág. 233 (v. *Revista Lusitana*, vol. cit., pág. 263, observação de D. LOPES à forma que aparece nestes *Anais*).

Um vocábulo com este sentido de «tenda» é perfeitamente apto para indicar um lugar (cfr. *Barraca* e *Cabana*, numerosos e com variantes).

Lembre-se a existência, no mundo árabe, de um topónimo co-originário destes que temos vindo estudando: *Guîtoun* (Tunísia, cerca de Gafsa) que tanto Al-Bakrī (101) como Jāqūt (102) citam com uma grafia que terá de ler-se *qītūn*.

Aliás esta forma *qītūn*, que coexistiu com *qaytūn*, não deve surpreender-nos, porquanto é a forma que permite explicar *alquitão* de Zurara (103) e *Alquidón* (Léon) (104).

PEDRO CUNHA SERRA

bibRIA

(101) EL-BEKRI, *Description de l'Afrique Septentrionale* (trad. de De Slane). Paris, 1965, pág. 102 (da tradução) e pág. 48 (do texto árabe).

(102) YĀQUT, *Mu'yam al-Buldān*, vol. IV, pág. 216 (ed. de F. Wüstenfeld). Este autor vocaliza, com precisão e por extenso, *qaytūn*. Resta saber se tal forma permite explicar *Guîtoun*, ou se, induzido pela forma corrente do vocábulo, Yāqūt registou *qayt qîtūnūn* e não como caberia.

(103) Também não se estranhará o *t* das formas de Zurara e de Bernardo Rodrigues, pois é bem evidente que são arabismos tomados nos séculos XV e XVI, nas praças marroquinas, ao passo que *Alqueidão* e restantes são de introdução mais antiga.

(104) *Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, pág. 138, regista *Alquidão* (Figueiredo — Sertã), mas tal forma, ao que averiguámos, não existe.

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado do vol. XXXIX, pág. 316)

M

245 P.e **Manuel Jorge da Silva** — presbítero do hábito de S. Pedro, bacharel formado em Cânones e *prior da igreja de Santiago da Mouta, Anadia;* natural de Pousada, freg. de S. Pedro de Avintes; filho de Nicolau Jorge, natural de Pousada, e de Ana Francisca, natural de Areias, Avintes, moradores em Avintes; neto paterno de Nicolau Jorge, natural de Aguiar, freg. de S. Cosme, e de Catarina Antónia, natural de Pousada, e aí moradores, e materno de André Gonçalves e de Maria Gonçalves, naturais e moradores em Areias.

Provisão de Comissário de 27 de Fevereiro de 1756.

Manuel — m. 173, n.º 1839

246 **Manuel José** — *natural e morador na freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia;* filho de *José Simões, natural de Monsarros, Vila Nova de Monsarros,* e de *Josefa Ferreira, natural de Vila Nova de Monsarros, e aí lavradores;* neto paterno de *António Simões, natural de Barrô, freg. de N.ª Sr.ª da Natividade do Luso, Mealhada,* e de *Domingas Simões, natural de Monsarros, e aí lavradores,* e materno de *Domingos Ferreira, natural de Parada, Vila Nova de Monsarros,* e de *Ana Simões, natural de Vila Nova de Monsarros,* e também *aí lavradores;* ajustado para casar, em 1768, com *Josefa Maria, natural de Vila Nova de Monsarros, e aí moradora,* filha de *José Esteves,* boticário e Familiar do S.to Ofício, natural de Palácios, freg. de S. Julião, Bragança, e de *Fran-*

biblRIA

cisca Maria, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Mogofores, Anadia, moradores em Vila Nova de Monsarros, neta paterna de João Esteves, lavrador, filho de João Esteves e de Catarina Fernandes, de Palácios, e de Domingas de Lombo, filha de Domingos de Lombo e de Maria Fernandes, da freg. de S. Pedro de Babe, Bragança, e materna de *Miguel Rodrigues, o «Tendeiro»,* filho de *João Rodrigues, o «Tendeiro»,* e de *Maria Gomes,* de *Mogofores,* e de *Ana Francisca,* filha de *António Dias,* também de *Mogofores,* e de *Francisca Rodrigues, da Borralha, freg. de S.ta Eulália de Águeda.*

Carta de Familiar de 26 de Março de 1765

Manuel — m. 199, n.º 1113

247 **Manuel José de Araújo** — natural e morador na freg. de S.ta Maria de Ega, Penafiel; filha de Manuel Garcês da Mota e de Águeda Maria de Araújo, naturais e moradores em Fontão Bom, freg. de S. Martinho da Várzea do Douro, Marco de Canavezes; neto paterno de Luís Garcês, natural de Fontão Bom, e de Clara Teixeira, natural de Ega, e materno de Pedro Leão Gomes, natural de Seixoso, freg. de S.ta Maria de Figueiras, Penafiel, e de *Maria Valente, natural de Oliveira Regueinga, freg. de S.ta Maria de Sardoura, Castelo de Paiva;* casado com *Maria do Rosário Tavares, natural de Fuste, freg. de S. Salvador de Roge, Vale de Cambra,* filha de *João Gomes* e de *Joana Tavares, moradores em Fuste,* neta paterna de *Manuel Fernandes* e de *Isabel Gonçalves, da Gândara, freg. de N.ª Sr.ª da Purificação de Vila Chã, Vale de Cambra,* e materna de *Domingos Tavares,* e de *Domingas João, de Bouça, freg. de S.ta Eulália de Chave* (1), *Arouca.*

Carta de Familiar de 18 de Agosto de 1761.

Manuel — m. 182, n.º 1937

248 **Manuel José da Assunção Cardoso** — homem de negócio; *natural da freg. de S. Martinho de Moselos, Feira,* e morador na freg. de S.ta Marinha de Vila Nova de Gaia; filho de *José Álvares, natural da freg. de S. Cristóvão de Regedoura, Feira,* e de *Brites da Assunção, natural de Morado, freg. de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo, Feira, moradores em Moselos;* neto paterno de *Domingos João* e de *Madalena João, naturais e moradores na Regedoura,* e materno de *António Cardoso, natural de Morado,* e de

(1) No Proc. o orago da freg. aparece como Santiago.

bibRIA

Joana da Assunção, natural da freg. de S. Cipriano de Paços de Brandão, moradores em Morado; casado com Maria Josefa, natural de Vila Nova de Gaia, filha de Manuel Gonçalves Portugal, natural da freg. de S. Salvador de Valadares, e de Maria de Jesus de S. Bento, natural de Vila Nova de Gaia, e aí moradores, neta paterna de Domingos Gonçalves, o «Cortês», e de Madalena Domingas, naturais e moradores em Valadares, e materna de *Gabriel Domingues, natural da freg. de S. Martinho de Moselos, Feira,* e de *Domingas André, natural da freg. de Santiago de Rio Meão, Feira,* moradores em Vila Nova de Gaia.

Carta de Familiar de 28 de Agosto de 1761.

Manuel — m. 180, n.º 1934

249 **Manuel José Baía** — cabo de esquadra do Regimento de Cavalaria de Miranda do Douro, aquartelado na Praça de Chaves; natural da freg. de S.to Estêvão de Castelo Viegas, Coimbra; filho do Dr. *José Ferreira de Avelar,* advogado, *natural da freg. S.ta Eulália de Águeda,* e de Teresa dos Santos Pina, natural de Castelo Viegas, e aí moradores; neto paterno do *P.e João Ferreira de Avelar, natural de Águeda,* e de *Natália Maria,* natural de Alcofra, Vousela, e materno de João dos Santos Baía, sapateiro, natural de Castelo Viegas, e de Luísa de Pina de Mendonça, natural da Guarda.

Carta de Familiar de 25 de Maio de 1784.

Manuel — m. 248, n.º 1548

250 B.el **Manuel José de Barros** — natural e morador nos Cobertos, freg. de S. Pedro de Miragaia, Porto; filho de António da Costa Barros Guimarães, capitão de navios da carreira do Brasil e Familiar do S.to Ofício, natural de S. Bartolomeu de S. Gens, de Ana Maria Baptista, natural de Miragaia, e aí moradores; neto paterno de Verissimo de Bassos, filho de Jerónimo de Barros e de Jerónima Gonçalves, de S.ta Marinha de Quinchães, Fafe, e de Maria da Costa, filha de Francisco de Magalhães e de Ana da Costa, de S. Gens, e materno de *Manuel Francisco da Fonseca,* tanoeiro, *natural da freg. de Santiago de Espargo, Feira,* filho de *João da Fonseca, de freg. de S.ta Maria de Arrifana, Feira,* e de *Domingas Francisca, de Espargo,* e de Joana Maria Baptista, natural de Miragaia, filha de João Velho, de S. Romão de Mouriz, Paredes, e de Maria de Paiva, de Miragaia; sobrinho materno

biblRIA

de Manuel Francisco Coelho, Familiar do S.to Ofício, ajustado para casar, em 1775, com Rita Joaquina de Azevedo Sampaio, natural e moradora na rua do Paraíso, freg. de S.to Ildefonso do Porto, filha de *Manuel Dias de Azevedo, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Rossas, Arouca,* e de Joana Josefa de Sampaio, natural da rua do Padrão, freg. da Sé do Porto, e moradores na rua do Paraíso, neta paterna de *Domingos de Azevedo, natural de Ínsua, freg. de S. Salvador de Carregosa, Oliveira de Azeméis,* e de *Jerónima Dias, natural de Leira, Rossas,* e materna de Manuel de Sousa Martins, natural da freg. de S.ta Maria de Duas Igrejas, Penafiel, e de Lourença Maria de Sampaio, natural da freg. de S.to André de Medim, S.ta Marta de Penaguião.

Carta de Familiar de 18 de Julho de 1771.

Manuel — m. 225, n.º 1353

251 **Manuel José Brandão** — cirurgião, natural da freg. de S.ta Maria de Guiães, Vila Real, e morador no Porto; filho de António Pereira Canelas e de Maria Marques, naturais e moradores em Guiães; neto paterno de João Francisco e de Domingas Pereira, e materno de Domingos Marques e de Isabel Gomes, todos igualmente de Guiães; irmão de Francisco José Brandão, Familiar do S.to Ofício; ajustado para casar, em 1812, com *Inês Angélica de Castro e Almeida, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Mogofores, Anadia,* moradora no Porto, filha de *António Rodrigues da Costa,* alfaiate, e de *Micaela Bernarda, naturais de Mogofores,* neta paterna de *Silvestre Rodrigues,* alfaiate, natural de Coimbra, e de *Margarida Seabra, natural de Mogofores, e aí moradores,* e materna de *Mateus Álvares,* trabalhador, *natural da freg. de Santiago de Préstimo, Águeda,* e de *Maria de Almeida, natural de Mogofores, e aí moradores.*

Carta de Familiar de 10 de Janeiro de 1786.

Manuel — m. 249, n.º 1578

252 **Manuel José de Brito** — bacharel formado na Faculdade de Cânones pela Universidade de Coimbra, *natural de Seara, freg. de S. Miguel de Oliveira do Bairro, e morador no Furadouro, freg. de S. Simão de Oiã, Oliveira do Bairro;* filho de *Bartolomeu Simões de Brito, natural de Seara,* e de *Antónia Josefa, natural do Ervedal, Oiã,* e então *moradores no Furadouro* onde eram lavradores; neto paterno de *Domingos André, natural de Seara,* e de

Maria Simões, natural do Furadouro, lavradores em Seara e materno de *Manuel Nunes, natural do Ervedal,* e de *Antónia Simões, natural de Giesta, Oiã, lavradores no Ervedal;* ajustado para casar, em 1782, com *Isabel Vieira Gomes, natural de Mamodeiro, freg. de S. Paio de Requeixo, Aveiro,* filha de *João Gomes,* e de *Isabel Vieira, naturais de Mamodeiro, e aí lavradores,* neta paterna de *João Gomes da Fonte* e de *Isabel Francisca,* e materna de *Manuel Gaspar, naturais de Mamodeiro,* e de *Isabel Vieira, natural da freg. de S. Pedro de Nariz, Aveiro, todos,* igualmente, *lavradores em Mamodeiro.*

Carta de Familiar de 8 de Janeiro de 1773.

Manuel — m. 236, n.º 1383

253 **Manuel José da Cunha** — homem de negócio; natural de Quintã, freg. de S. Cosme de Gondomar, e morador em Lisboa na calçada de Sant'Ana, freg. da Pena; filho de Manuel João Codecinha, mestre pedreiro, natural de Gondomar, e de Maria Pereira, natural da rua Direita, freg. de S.to Ildefonso do Porto; neto paterno de André João, pedreiro, e de Maria João, naturais e moradores em Bouça, Gondomar, e materno de *Bernardo Moreira,* mestre ferreiro, *natural de Vale de Lameiro, freg. de S.to André de Escariz, Arouca,* e de Luzia Pereira, natural da rua Direita; viúvo de Ana Baptista, natural de Lisboa, freg. da Pena, filha de Bartolomeu Duarte, alfaiate, natural de Lisboa, freg. de Pena, e de Agostinha Baptista, natural da freg. de S. João da Talha, termo de Lisboa, moradores em Lisboa, neta paterna de António Duarte, alfaiate, natural de S.ta Suzana do Ameixial, termo de Torres Vedras, e de Maria Pereira, natural de Lisboa, freg. do Socorro, e materna de João Baptista, natural da freg. de N.a Sr.a da Purificação de Sacavém, e de Maria Josefa, natural de S. João da Talha, de quem tinha uma filha, Joana Inácia, também natural da freg. da Pena de Lisboa.

Carta de Familiar de 19 de Setembro de 1761.

Manuel — m. 183, n.º 1945

254 **Manuel José Ferreira** — homem de negócio, natural de S.ta Comba Dão e morador no Recife de Pernambuco; filho de António Duarte e de Maria Francisca, naturais e moradores em S.ta Comba; neto paterno de João Duarte e de Maria Nunes, e materno de António Francisco e de Maria Ferreira, igualmente naturais de S.ta Comba, à

excepção do avô materno nascido na freg. de S. Paio de Farinha Podre, actualmente S. Pedro de Alva, Penacova, e também moradores em S.ta Comba; ajustado para casar, em 1764, com D. Maria José dos Anjos Bandeira, natural e moradora no Recife, filha de *Domingos Fernandes de Sousa*, Familiar do S.to Ofício, *natural de Velha, freg. de S. Nicolau da vila da Feira*, e de D. Maria Dinis Bandeira, natural do Recife, e aí moradores, neta paterna de *Manuel João, o «Trabucão»*, filho de *João José* e de *Mariana Gomes, naturais de Velha*, e de *Joana Ferreira*, filha de *Pedro Fernandes* e de *Ana Fernandes, naturais de Eiras de Além, Feira*, e materna do capitão Francisco António de Araújo, Familiar do S.to Ofício, e de D. Maria Dinis Bandeira, moradores no Recife.

Carta de Familiar de 29 de Maio de 1761.

Manuel — m. 180, n.º 1915

255 **Manuel José Godinho** — *natural de Estrada, freg. de S.ta Maria de Pindelo, Oliveira de Azeméis*, filho de *Apolinário José Godinho, natural de Igreja, Pindelo*, e de *Maria Teresa, natural de Teamonde, freg. de S. Salvador de Carregosa, Oliveira de Azeméis, moradores em Pindelo*; neto paterno de *Apolinário Godinho*, cirurgião, filho de *António Godinho* e de *Maria Dias, de Faria de Cima, freg. de S. Martinho de Cucujães, Oliveira de Azeméis*, e de *Mariana de Jesus*, filha de ... *Fernandes* e de *Maria Gonçalves, de Igreja*, e materno de *Domingos Pereira*, filho de *Manuel Ferreira, de Teamonde*, e de *Maria Ferreira, de Insua, Carregosa*, e de *Teresa de Paiva, de Teamonde*.

Carta de Familiar de 26 de Novembro de 1811.

Manuel — m. 263, n.º 1790

256 **Manuel José Guedes de Miranda** (1) — natural de Lisboa, freg. de N.ª Sr.ª da Conceição da Rua Nova; filho de Luís Guedes de Miranda, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Pena de Lisboa, e de Águeda Maria, natural da freg. de Alcaria Ruiva, Mértola, moradores em Lisboa, neto paterno de João Guedes de Miranda, natural de Lisboa, freg. de S. Pedro de Alfama, e de *D. Francisca de Noronha, natural da vila de Vagos, freg. de Santiago*, filha dos *Condes de Aveiras*, e materno de Miguel Fernandes, natural de

(1) No mesmo processo habilitou-se seu irmão *Pedro Guedes de Miranda*.

biblRIA

S. Pedro de Sális, Mértola, e de Caetana Luísa, natural de Alcaria Ruiva, e aí moradores.

Carta de Familiar de 4 de Maio de 1764.

Manuel — m. 195, n.º 1971

257 **Manuel José Joaquim** — comissário para as partes do Brasil, natural da freg. de S. Nicolau de Lisboa e morador na mesma cidade junto à igreja dos Anjos; filho de António Ferreira, mestre sapateiro e Familiar do S.to Ofício, e de Josefa Maria, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. dos Anjos e de S.to Estêvão, moradores em Lisboa; neto paterno de *Manuel Dias,* fazendeiro, *natural da freg. de S.to André de Esgueira, Aveiro,* e de Maria Ferreira, natural da freg. de S. Bartolomeu da Charneca, termo de Lisboa, moradores na quinta do Paraíso, freg. dos Anjos, e materno de Filipe Franco, mestre confeiteiro e Familiar do S.to Ofício, natural de Belas, e de Teodora Maria, natural da freg. de S.to Estêvão de Lisboa, e moradores na rua do Vigário, sobrinho paterno de Josefa Maria, casada com Filipe Franco, também Familiar do S.to Ofício; casado com Maria Joaquina, natural da freg. de Santiago de Torres Vedras, filho de Manuel Cardoso, natural da freg. de S. Miguel de Montemor-o-Velho, e de Maria Rodrigues, natural da freg. de Ourém, moradores em Torres Vedras, neto paterno de Luís Fernandes, o «Tamanho», e de Suzana Cardoso, naturais de Montemor-o-Velho, respectivamente das fregs. de S.ta Maria Madalena, e paterna de Pedro Carreira, tanoeiro, natural de Juromenha, e de Juliana Rodrigues, natural de Atouguia, termo de Ourém, sobrinha materna do P.e Manuel da Mota, da Companhia de Jesus da Província do Brasil, morador na Baía. A mãe da mulher do habilitando, tendo enviuvado, casou segunda vez com Vicente de Almeida, barbeiro de S. Mag.de, morador na rua da Oliveira, às Olarias.

Carta de Familiar de 5 de Outubro de 1741.

Manuel — m. 121, n.º 2171

258 **Manuel José Martins** — natural de Valada, termo de Santarém, e morador en Lisboa no Palácio do Bispo Inquisidor; filho de Manuel Martins Pereira, natural de Valada, e de Sebastiana Botelha Bulhoa, natural de Carvoeiro, termo de Torres Vedras, moradores em Valada; neto paterno de Manuel Martins e de Maria da Assunção, naturais e moradores igualmente em Valada, e materno de Domingos da Silva, natural de Dois Portos, e de Maria

b·bRIA

da Assunção, natural de Carvoeiro, e aí moradores; ajustado para casar, em 1726, com *Maria Baptista Dias Botelha, natural de Sardão, freg. de S.ta Eulália de Agueda,* e moradora em Espissandeira, termo de Alenquer, filha de *Manuel Simões Gaspar* e de *Maria Francisca, dos Casais da Borralha, Agueda,* neta paterna de *João Gaspar* e de *Maria Simões,* também *dos Casais da Borralha,* e materna de *Domingos Ferreira Baptista, da freg. de S. Vicente da Vacariça, Mealhada,* e de *Maria Ferreira, de Sardão, freg. de S. Miguel de Recardães, Agueda.*

Carta de Familiar de 24 de Dezembro de 1718.

Manuel — m. 83, n.º 1590

259 **Manuel José de Matos** — *natural e morador na vila de Pereira de Jusan, freg. de S.ta Maria de Válega* (1), *Ovar;* filho de *José Vicente,* lavrador, *natural da mesma vida de Pereira,* e de *Maria Joana, natural da Rua Nova, Válega;* neto paterno de *Manuel Vicente,* lavrador, filho de *Manuel da Silva, naturais de Carvalho, Válega,* e de *Maria Valente, natural da vila de Pereira,* e de *Josefa Borges de Pinho,* filha de *Manuel Borges* e de *Isabel Rodrigues, naturais da mesma vila,* e materno de *Manuel da Matos,* lavrador, *natural de Poças de Gonde, freg. de S.ta Marinha de Avanca, Estarreja,* filho de *Manuel de Matos, natural de Bertufe, Válega,* e de *Mariana Rodrigues, natural de Poças de Gonde,* e de *Mariana Rodrigues, natural de Rua Nova,* filha de *Bernardo Rodrigues, natural de Vilar, Válega,* e de *Maria Rodrigues, natural da Rua Nova;* casado com *Catarina Rosa da Silva, natural de Vale de Água, Válega,* filha de *Pedro de Oliveira,* lavrador, *natural de Carvalho de Baixo, Válega,* e de *Maria Joana da Silva, natural de Vale de Água, e aí moradores,* neta paterna de *Manuel de Oliveira,* lavrador, e de *Mariana de Oliveira, natural de Carvalho de Baixo, e aí moradores,* e materna de *Manuel de Resende,* lavrador, e de *Maria da Silva, naturais de Vale de Água, e aí moradores,* tia paterna de *Manuel Caetano do Amaral,* Familiar do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 7 de Setembro de 1811.

Manuel — m. 263, n.º 1789

260 **Manuel José de Oliveira** — natural e morador em Covelo, freg. de S.to André de Souselo, Sinfães; filho de José de Oliveira, natural de Oliveira, Souselo, e de Maria de Oli-

(1) Actualmente *freg. de S. Vicente de Pereira, Ovar.*

veira, natural de Covelo, e aí moradores; neto paterno de Pedro Gonçalves e de Francisca Luís de Oliveira, e materno de José Ribeiro e de Maria de Oliveira, de Covelo; casado com Maria Ferreira, natural de Souselo, filha de Carlos de Sousa e de Joana Ferreira, do Couto, Souselo, neta paterna do P.e Jerónimo de Miranda Lemos, vigário da freg. da Encarnação, Souselo, e de *Filipa da Silveira*, solteira, *natural de Silveira, freg. de S.ta Marinha de Real, Castelo de Paiva*, e materna de Domingos Gomes, o «Merca Tudo», e de Ana Ferreira, moradores em Castelo, freg. da Várzea do Douro, Marco de Canavezes.

Carta de Familiar de 24 de Janeiro de 1764.

Manuel — m. 193, n.º 2054

261 **Manuel José Pereira** — homem de negócio; natural de Cabanas, freg. de Salvador de Monte Córdova, S.to Tirso, e *morador na freg. de S.ta Eulália de Águeda;* filho de Martinho Francisco, natural de Linhares, Monte Córdova, e de Catarina Martins, natural de Cabanas, e aí moradores; neto paterno de Roque Francisco e de Domingas Antónia, de Linhares, e materno de Domingos Martins e de Maria João, de Cabanas; casado com *Maria Caetana Rosa, natural da freg. de S.ta Eulália de Águeda,* filha de *Francisco Rodrigues da Rosa, natural de Águeda,* e de *Maria Caetana, natural da Borralha, Águeda, lavradores em Águeda,* neta paterna de *Manuel João, o «Regalado»,* alfaiate, *natural de Águeda,* e de *Páscoa Rodrigues, natural de Paredes, Águeda,* e materna de *João Simões* e de *Maria Gomes, naturais e moradores na Borralha.*

Carta de Familiar de 10 de Julho de 1772.

Manuel — m. 232, n.º 1354

262 **Manuel José Ribeiro Guimarães** — negociante; natural de Figueiredo, freg. de Sanfins do Torno, Lousada, e morador em Vila Nova de Gaia; filho de José Carvalho e de Maria Ribeira, naturais e moradores em Sanfins do Torno; neto paterno de Manuel Monteiro e de Maria Carvalho, e materno de João Pinto e de Clara Ribeiro, todos igualmente de Sanfins do Torno; casado com Maria do Nascimento, natural de Vila Nova de Gaia, freg. de S.ta Marinha, filha do capitão José de Almeida Celorico, natural da freg. de S. Pedro de Celorico da Beira, e de Maria do Nascimento, natural da freg. de S. Cristóvão de Mafamude, moradores em Vila Nova de Gaia, neta paterna de Manuel de Almeida, natural da freg. de N.a Sr.a da Graça da vila da Igreja, Souto, e de Helena da

biblRIA

Cruz, natural de Celorico da Beira, e aí moradores, e materno de *Manuel Vieira, natural de Cabeçais, freg. de S.ta Maria de Fermedo, Arouca,* e de Rosa do Espírito Santo, natural de Mafamude, e aí moradores.

Carta de Familiar de 1 de Julho de 1802.

Manuel — m. 258, n.º 2725

263 P.e **Manuel José da Silva** — bacharel formado em Cânones e mestre em Artes na Universidade de Coimbra, vigário colado na igreja de Santiago da vila do Louriçal; natural de Coimbra, freg. de Santiago; filho de Veríssimo José da Silva, natural de Verride, e de *Maria do Nascimento, natural da freg. do Espírito Santo de Aveiro,* e moradores em Coimbra, freg. de Santiago; neto paterno de António de Sequeira, natural de Cuvelos, freg. da Foz de Arouce, que cometera um crime de lesa Magestade Divina ou humana e fora sentenciado, ou condenado nas penas estabelecidas, e de Maria Mendes da Silva, natural de Verride, e aí moradores, e materno de *João de Oliveira, natural da Coutada, freg. de S. Salvador de Ílhavo,* e de *Maria Francisca, natural de Cimo de Vila, freg. do Espírito Santo de Aveiro, moradores em Aveiro;* anteriormente fora casado com D. Maria Bárbara de Bessa, natural da freg. de S.ta Justa de Coimbra, filha de Bernardo de Bessa, e de Teresa Maria de Bessa, moradores na referida freg. de S.ta Justa, neta paterna de Manuel de Bessa e de Luísa da Cruz, moradores na freg. de S.ta Cruz de Coimbra, e materna de Francisco Simões, natural de Zambujal, Condeixa-a-Nova, e de Maria da Conceição Guardada, natural de Verride.

Carta de Familiar de 13 de Março de 1787.

Manuel — m. 250, n.º 1598

264 **Manuel José da Silva** — ourives em Coimbra; *natural de Grada, freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia,* e morador em Coimbra na rua de Coruche, freg. de Santiago; filho de *José Ferreira,* Familiar do S.to Ofício, e de *Isabel Moreira, naturais e moradores em Grada;* neto paterno de *Manuel Ferreira,* filho de *António Francisco* e de *Feliciana Ferreira, de Grada,* e de *Ana Rodrigues,* filha de *Pedro Rodrigues* e de *Ana Ferreira, de Parada, Vila Nova de Monsarros,* e materno de *João Moreira da Silva,* filho de *António João da Silva* e de *Maria Moreira, de Grada,* e de *Isabel João,* filha de *Pedro João* e de *Isabel João, de Vila Nova de Monsarros, sendo*

BIBRA

os seus avós moradores em Grada; sobrinho materno de *José da Silva Moreira,* Familiar do S.to Ofício, também *natural de Grada.*

Carta de Familiar de 14 de Setembro de 1756.

Manuel — m. 173, n.º 1829

265 P.e **Manuel José Vaz** — presbítero do hábito de S. Pedro, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, cónego penitenciário da Sé de S. Paulo e vigário-geral desse bispado; *natural de Mamoa, freg. de S. Bartolomeu de Veiros, Estarreja;* filho de *André João, natural da freg. de S.ta Maria da Murtosa,* e de *Maria João Vaz, natural de Mamoa, e aí lavradores;* neto paterno de *Manuel André, o «Tendeiro»,* e de *Maria André, moradores em Monte, Murtosa,* e materno de *Bartolomeu João* e de *Maria Vaz, moradores em Mamoa,* todos lavradores.

Provisão de Comissário de 18 de Março de 1766.

Manuel — m. 202, n.º 1143

266 **Dr. Manuel Leitão Coelho** — *prior e arcipreste da igreja de S. Paio de Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis; natural de Viseu;* filho de António Coelho do Amaral, natural de Farmilhão, Viseu, e de Maria Leitoa, natural de Viseu, e aí moradores; neta paterna de Manuel Francisco Coelho e de Beatriz Lopes, moradores em Fermilhas, e materno de Tomás Ferreira e de Ângela Leitoa, moradores em Viseu.

Provisão de Comissário de 5 de Maio de 1653.

Manuel — m. 11, n.º 324

267 **Manuel Leite Pereira** — homem de negócio; *natural de Pedras, freg. de S. Martinho de Arada, Ovar,* e morador nas Minas de Cuibá; filho de *João Gonçalves,* lavrador, e de *Joana Leite, naturais e moradores em Arada;* neto paterno de *Manuel Fernandes,* lavrador e contratador de bestas de carga de sal, sardinha, castanha, milho etc., *natural de Igreja, Arada* (1), e de *Maria Gonçalves, natural da freg. de S. Pedro de Maceda, Ovar,* e materno de *André Leite,* lavrador e couteiro de coutada, e de *Domingas Antónia, naturais e moradores em Pedras;* bisneto paterno de *Matias João* e de *Maria Fernandes,*

(1) Actualmente *Igreja* só se encontra nas *fregs. de Cortegaça* e *Esmoriz.*

de Arada, e de *João Gonçalves, o «Palve»*, e de *Madalena Gonçalves, de Carvalheira, Maceda*, e materno de *António Leite, de Teobalde, freg. de S. Miguel de Souto, Feira*, e de *Catarina Gomes, de Arada*, e de *António Fernandes* e de *Antónia Fernandes*, também *de Arada*.

Carta de Familiar de 23 de Julho de 1773.

Manuel — m. 237, n.º 1408

268 **Manuel de Lima Souto** — homem de negócio; natural da freg. de S. Martinho de Balugães, termo de Barcelos, e morador na cidade da Baía e mais tarde, já cavaleiro professo da Ordem de Cristo, em Viana; filho de Roque Francisco e de Angélica Francisca, naturais e moradores em Balugães; neto paterno de Francisco Martins, o «Velho», e de Maria Martins, e materno de João Francisco e de Maria Ribeira, todos naturais e moradores em Balugães; ajustado para casar, em 1759, com D. Teodora Rita Josefa de Aguiar Mourão, natural da freg. de S. Cristóvão de Labruge, termo de Ponte de Lima, filha de Vitoriano Gomes Pimenta, natural de Viana, e de Feliciana Sofia de Aguiar, natural de Labruge, e aí moradores, neta paterna de *João Pimenta, natural de Barril de Agueda*, e de Polónia Rodrigues, natural da freg. de Santiago de Castelo de Neiva, termo de Barcelos, moradores em Viana, e materna de P.e António Ferreira de Carvalho, vigário da freg. de S. Cristóvão de Labruge, natural de S. Martinho de Bornes, Vila Pouca de Aguiar, e de Maria Alves Ramo, natural de Labruge, e aí moradora.

Carta de Familiar de 20 de Março de 1743.

Manuel — m. 15, n.º 399

269 Frei **Manuel do Livramento** — padre-mestre da Sagrada Teologia e religioso de S. Francisco da Província da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro; natural da vila e praça de Santos, S. Paulo, Brasil; filho de Manuel Álvares da Cunha, natural de Massarelos, Porto e de D. Maria Gonçalves Leça, natural da vila de S. Vicente, S. Paulo, moradores em Santos; neto paterno de João da Cunha Bicalho, filho de Manuel Luís Moreno e de Maria Fernandes da Conceição, de Massarelos, e de Maria Álvares, filha de *Domingos Gonçalves de Montalegre, natural da freg. de S.ta Maria de Sardoura, Castelo de Paiva*, e de Maria Álvares, também natural de Massarelos, e materno de Gregório Gonçalves Leça, natural de Leça, Matosinhos, e de Catarina Gonçalves Colaça, natural da vila de

S. Vicente; sobrinho de João da Cunha Bicalho, mercador em Massarelos, Familiar do S.to Ofício.
Provisão de Qualificador de 14 de Junho de 1745.

Manuel — m. 66, n.º 1338

270 **Manuel Lobato Pinto** — cavaleiro professor do hábito de Cristo, Tenente de Mestre de campo general da Província do Alentejo; *natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau,* e morador na Praça de Elvas; filho de *Nicolau Pinto Lobato, natural da Feira,* e de *Antónia Carneira Almança,* natural do Porto, freg. da Sé, *moradores na vila da Feira,* neto paterno de *Lucas Pinto Lobato* e de *Catarina Gramacha,* também *naturais e moradores na Feira,* e materno de António Vieira e de Catarina Brás Carneira, naturais do Porto, freg. da Sé, e aí moradores na rua da Banharia; ajustado para casar, em 1666, com Mariana Fróis, natural e moradora em Portalegre, filha de Diogo Fróis de Gomide e de Catarina de Almeida, neta paterna de António Mendes Correia e de Joana da Costa, e materna de António Mendes Correia e de Joana da Costa, e materna de António Vaz da Silveira e de Joana de Almeida, todos naturais e moradores em Portalegre.
Carta de Familiar de Janeiro de 1661.

biblRIA

Manuel — m. 123, n.º 2199

271 **Manuel Lopes** — *natural da freg. de S. Vicente da Mealhada e morador em Coimbra;* filho de *Lourenço Vaz* e de *Maria Lopes, moradores na Mealhada;* neto paterno de *Vasco Afonso, natural de Sarnadelo, freg. de S. Vicente de Vacariça, Mealhada,* e materno de *Álvaro Lopes,* filho de *Lopo Anes, de Grada, freg. de N.ª Sr.ª do Ó de Barcouço, Mealhada.*
1620.

Manuel — m. 5, n.º 162

272 **Manuel Lopes** — ferrador e alveitar; natural da freg. de S.ta Maria Madalena de Aldeia Gavinha, termo de Aldeia Galega, morador em Lisboa junto a N.ª Sr.ª do Alecrim; filho de José Cabrito, natural de Aldeia Gavinha, e de Catarina Lopes, natural de Freixial; neto paterno de Manuel Cabrito e de Maria Manuel, moradores em Aldeia Gavinha, e materno de João Lopes e de Isabel André, moradores no Freixial; casado com Maria da Fonseca, natural de Lisboa, filha de *Nicolau Lopes,* ferrador, *natural da freg. de Arrifana de S.ta Maria, Feira,* e de Francisca Simões, natural de Vale das Velhas, freg. de N.ª Sr.ª

das Neves de Abiul, Pombal, moradores em Lisboa às Portas de S.ta Catarina, neta paterna de *Pedro João* e de *Francisca Lopes, naturais e moradores em Arrifana de S.ta Maria*, e materna de Simão Luís Cascão e de Ana Gonçalves, naturais e moradores em Vale das Velhas; enviuvando, ajustado para casar, em 1681, com Maria Luís, filha de Jerónimo Cabrito, carpinteiro, e de Maria Fialha, neta paterna de Manuel Cabrito e de Margarida Luís, naturais de Aldeia Gavinha, e materna de Domingos Gabriel, natural de Mosserábia, e de Ana Lopes, natural de Montargil, ambas localidades da freg. de Aldeia Gavinha.

Carta de Familiar de 11 de Janeiro de 1678.

Manuel — m. 26, n.º 594

273 **Manuel Lopes** — lavrador; natural do Casal, freg. de S. Mamede de Bolho, Cantanhede, e morador em Bolho, filho de João Lopes, trabalhador, natural do Casal, e de Ana de Morais, natural de Bolho, moradores no Casal; neto paterno de Manuel Lopes, lavrador, e de Maria Francisca, naturais e moradores no Casal, e materno de Manuel Fernandes, carpinteiro, natural de Venda Nova, Bolho, e de *Maria de Morais, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Ventosa do Bairro, Mealhada*, moradores em Bolho; casado com Maria Pereira, natural do Bolho, filha de José da Fonseca, rendeiro, natural da freg. de S. Gens de Pala, Mortágua e de Isabel Pereira, natural do Bolho, e aí moradores, neta paterna de Domingos João, pedreiro e moleiro, natural de Pala, e de Maria João, natural da Várzea de Pala, moradores na Azenha de Pala, e materna de António Luís, lavrador, natural do Bolho, e de Maria Simões, filha de António Simões, o «Homezana», lavrador, e de Ana Martins, naturais da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Cercosa, Mortágua; enviuvando, ajustado para casar, em 1767, com Maria Francisca, natural e moradora em Venda Nova, filha de Manuel João e de Maria Francisca, neta paterna de Manuel João e de Isabel Francisca, e materna de Manuel Tomé e de Maria Francisca, todos igualmente, naturais e moradores em Venda Nova.

Carta de Familiar de 4 de Junho de 1762.

Manuel — m. 188, n.º 1991

274 **Manuel Lopes** — sirgueiro; natural de Coimbra, e aí morador na rua da Calçada; filho de António Simões e de Maria Lopes, naturais de Coimbra, e aí moradores na

UBRIA

freg. do Salvador; neto paterno de *Domingos Simões* e de *Maria João, naturais e moradores em Forcada, freg. S.ta Eulália de Aguada de Cima, Águeda,* e materno de Baltasar Lopes, natural de S. João de Longos Vales, Monção, e de *Maria João, natural de Belazaima-a-Velha, freg. de S. Pedro de Belazaima, Águeda;* casado com Maria das Neves, natural de Coimbra, filha de Domingos Pires, natural de Ribeiradio, Oliveira de Frades, e de Ana Rodrigues, natural de Coimbra, e aí moradores, neta paterna de Diogo Anes e de Ana Fernandes, mulher solteira, naturais e moradores em Ribeiradio, e materna de Jordão Rodrigues e de Joana Fernandes, naturais e moradores em Celas, Coimbra.

Carta de Familiar de 5 de Janeiro de 1647.

Manuel — m. 9, n.º 965

275 Lic.º P.e **Manuel Lopes de Abrantes** — *natural e morador no Couto da Vacariça, freg. de S. Vicente, Mealhada;* filho de *António Lopes* e de *Isabel de Abrantes, naturais e moradores em Vacariça;* neto paterno de *António Lopes,* natural de Carvalha, Penacova, e de *Luísa Gomes, natural da Anadia, freg. de S. Paio de Arcos,* e materno de *Diogo Fernandes Eirigo,* natural de Mortágua, e de *Maria Abrantes, natural da Mealhada, freg. de S. Vicente, todos moradores em Vacariça.*

Carta de Comissário de 17 de Abril de 1680.

Manuel — m. 35, n.º 763

276 B.el **Manuel Lopes de Andrade** — *natural e morador na Lameira de S.ta Eufémia, freg. de N.a Sr.a da Natividade do Luso, Mealhada;* filho de *Manuel Fernandes Lopes, natural de Pego de Peixes, freg. de S. Vicente de Vacariça, Mealhada,* e de *Isabel Lopes, natural de Lameira de S.ta Eufémia, e aí moradores;* neto paterno de *Francisco Fernandes, natural de Pego de Peixes,* e de *Domingas Antónia, natural de Carpinteiro, Luso, moradores em Pego de Peixes,* e materno de *Domingos Duarte, natural de Lameira de S.ta Eufémia,* e de *Isabel Lopes, natural de Aguim, freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia, moradores em Lameira de S.ta Eufémia;* ajustado para casar, em 1747, com Joana Bernarda de Carvalho, natural de Coimbra, freg. de S.ta Justa, e aí moradora na freg. de S.ta Cruz, filha do Lic.º *António Barreto de Castilho,* advogado nos auditórios de Coimbra, *natural da freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia,* e de Maria Josefa de Miranda, natural de Coimbra, freg. de S.ta Justa, e aí

BIBRIA

moradores, neta paterna de *Manuel Barreto de Castilho, natural de Póvoa de Preta, S. Lourenço do Bairro,* filho de *João de Mascarenhas,* da vila de Eiras, e de *Sebastiana,* solteira, *de Póvoa de Preta,* e de *Ana Maria dos Santos, natural de Paredes, S. Lourenço do Bairro,* e materna de António de Miranda, cirurgião, e de Antónia de Torres, naturais e moradores em Coimbra.

Carta de Familiar de 18 de Fevereiro de 1739.

Manuel — m. 115, n.º 2085

277 **Manuel Lopes da Barca** — *natural e morador na freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha;* filho de *Francisco Lopes da Barca* e de *Maria André, naturais e moradores em Loure;* neto paterno de *Manuel Fernandes, o «Sereno»,* e de *Maria Lopes da Barca,* e materno de *João Lopes Olavos* e de *Leonor André,* todos lavradores; *naturais e moradores em S. João de Loure;* ajustado para casar, em 1774, com *Felícia Maria, natural de Calvães, freg. de S.ta Marinha de Alquerubim, Albergaria-a-Velha,* filha de *Luís Jorge* e de *Antónia Dias,* lavradores, *naturais e moradores em Calvães,* neta paterna de *Manuel Jorge da Lapa, natural de Calvães* e de *Esperança João, natural de Pedações, freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Lamas, Águeda,* e materna de *João André, natural de Calvães,* e de *Maria Dias, natural de Fontes, Alquerubim, todos lavradores em Calvães.*

Carta de Familiar de 7 de Fevereiro de 1766.

Manuel — m. 202, n.º 1146

278 **Manuel Lopes da Cruz** — ferrador; natural e morador em Lisboa, freg. de S. Miguel; filho de Manuel Lopes da Silva, também ferrador, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Amparo de Benfica, e de Domingas da Conceição, natural de Lisboa, freg. de S.ta Engrácia; neto paterno de Sebastião Lopes, natural de Lisboa, freg. de N.ª Sr.ª dos Anjos e de Mariana da Silva, natural de Benfica, e materno de João Jorge, natural da freg. de N.ª Sr.ª dos Olivais, termo de Lisboa e de Luísa Francisca, natural de Lisboa, freg. dos Anjos, moradores em S. Francisco de Xabregas na horta do Marquês do Alegrete; ajustado para casar, em 1758, com Paula Maria Rosa, natural da freg. de S.ta Engrácia de Lisboa, filha de Pedro de Aguiar e de Antónia Maria, naturais dos Olivais e moradores no Vale de Chelas, neta paterna de *Manuel Domingues, o «Mija», natural da Vinha, freg. de S. Martinho de Pessegueiro, Sever do Vouga,* e de Domingas de Aguiar, natural dos Olivais,

biblORIA

moradores no Vale de Chelas na quinta do Malapós, por Baixo da quinta da Flamenga, e materno de João Gonçalves, o «Ramalhete», e de Maria Francisca, a «Bichana», naturais dos Olivais e moradores na freg. de S.ta Engrácia.

Carta de Familiar de 26 de Agosto de 1736.

Manuel — m. 110, n.º 2019

279 **Manuel Lopes da Fonseca** — natural e morador no Porto na rua da Alfândega, freg. de S. Nicolau; filho de Martim Lopes, mercador, e de Maria Coelha, moradores no Porto na citada rua; neto paterno de João Lopes, ferrador, natural de Montarroio, freg. de S. João de S.ta Cruz de Coimbra, e de Maria da Fonseca, natural da freg. de S.ta Justa de Coimbra, e aí moradores, e materno de *António Coelho, natural da freg. de Santiago da Lourosa, Feira,* e de *Antónia Francisca, natural da Vila da Feira, freg. de S. Nicolau;* irmão de Maria Meireles do Espírito Santo, casada primeira vez com João Baptista Meireles, e segunda, com Domingos da Costa Guimarães, ambos Familiares do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 26 de Junho de 1705.

Manuel — m. 60, n.º 1249

bibRIA

280 **Manuel Lopes Lebre** — bacharel formado em Cânones; *natural de Aguim, freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia, e morador na freg. de S. Vicente de Vacariça, Mealhada;* filho de *Manuel Simões Lebre, natural de Vendas da Pedreira, freg. de S. Paio dos Arcos, Anadia,* e de *Maria Lopes, natural de Aguim, e aí moradores;* neta paterna de *Manuel Simões, natural de Vendas da Pedreira,* e de *Isabel Francisca, natural de Mata, Tamengos, moradores em Vendas da Pedreira,* e materno de *Manuel Lopes, natural de Aguim,* e de *Maria Francisca, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Natividade do Luso, Mealhada, moradores em Aguim;* casado com *Maria Josefa Teixeira, natural da Mealhada,* filha de *Manuel André,* natural de Palheiros, freg. de S.to André de Sases de Lorvão, Penacova, e de *Marta Ferreira, natural da Mealhada, e aí moradores,* neta paterna de Manuel André e de Domingas dos Santos, naturais e moradores em Palheiros, e materna de *Manuel Ferreira de Freixo* e de *Ana Teixeira,* também *naturais e moradores na Mealhada.*

Carta de Familiar de 23 de Novembro de 1753.

Manuel — m. 157, n.º 1624

281 **Manuel Lopes Nabo** — natural da vila de Lavre, Montemor-o-Novo; filho de Bento Lopes Nabo e de Maria Nunes; naturais e moradores em Lavre; neto paterno de Francisco Coelho e de Isabel Galvoa, e materno de João Nunes Péguas e de Catarina Lopes, todos igualmente naturais e moradores em Lavre; ajustado para casar, em 1703, com Comba Miguéis, natural de Lavre, filha de *Francisco de Almeida, natural de Ovar, freg. de S. Cristóvão,* e de Mariana Antunes, natural de Lavre, e aí moradores, neta paterna de *Francisco Almeida* e de *Maria de Andrade, naturais e moradores em Ovar,* e materna de Francisco Gonçalves, natural de Alvito da Portela, Refóios de Basto, e de Comba Miguéis, também natural de Lavre, e aí moradores.

Carta de Familiar de 20 de Julho de 1702.

Manuel — m. 54, n.º 1158

282 **Manuel Lopes do Outeiro** — *natural de Pinheiro, freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha;* filho de *Manuel Lopes do Outeiro* e de *Leonarda Dias,* lavradores, *naturais e moradores em Pinheiro;* neto paterno de *Manuel Lopes da Praça* e de *Ana Fernandes,* lavradores, igualmente *naturais e moradores em Pinheiro,* e materno de *Manuel Lopes do Outeiro, natural do mesmo lugar do Pinheiro,* e de *Maria Dias, natural de Pardos, freg. de S.ta Cruz de Alquerubim, Albergaria-a-Velha, lavradores em Pinheiro;* ajustado para casar, em 1742, com *Joana Brandoa,* também *natural de Pinheiro,* filha de *Manuel Fernandes da Mouta* e de *Juliana Brandoa,* neta paterna de *Manuel Fernandes do Coval* e de *Antónia de Abreu,* e materno de *Domingos Brandão* e de *Catarina Domingues,* todos lavradores, *e naturais e moradores em Pinheiro.*

Carta de Familiar de 8 de Janeiro de 1773.

Manuel — m. 236, n.º 1387

283 P.e **Manuel Lopes de Sousa** — *abade da igreja de S. João de Ver, Feira;* natural do Porto, da Ferraria de Baixa, freg. de N.a Sr.a da Vitória; filho de Manuel Lopes da Cunha, cereeiro, natural de Febros, freg. de S. Pedro de Avintes, e de Margarida de Jesus Ribeira, natural da Ferraria de Baixo, e aí moradores; neto paterno de Manuel Lopes, lavrador, e de Isabel Antónia, naturais e moradores em Febros, e materna de Ventura Pereira de Sousa,

DGARQ

cereeiro, natural do Porto, da rua da Banharia, e de Maria de Araújo Ribeira, natural da freg. de Carrazedo do Carvalho, moradores na Ferraria de Baixo; bisneto paterno de Manuel Lopes e de Maria Lopes e de João Gonçalves e de Isabel Antónia, de Febros, e materno de José de Sousa e de Madalena Pereira, da rua da Banharia, e de Manuel Ribeiro e de Luísa Ribeira, de Carrazedo de Carvalho.

Provisão de Comissário de 24 de Janeiro de 1797.

Manuel — m. 268, n.º 1854

284 **Manuel Lopes da Veiga** — capitão, e mais tarde sargento-mor; natural da freg. de S. João Baptista de Provesende, Vila Real, e morador no Porto; filho de Bernardo da Veiga e de Maria Lopes, naturais e moradores em Provesende, neto paterno de António da Veiga Coelho e de Bernarda Coelha, naturais de Provesende, e materno de João Lopes, também natural de Provesende, e de Maria Esteves, natural de Celeirós, freg. de S. Simão de Vilarinho, Vila Real, todos moradores em Provesende; casado com Catarina Jorge de S.ta Rosa, natural de Miragaia, Porto, filha de Gonçalo Ribeiro, natural da freg. de S. Pedro de Ataíde, Penafiel, e de Ana Maria, natural de Miragaia, e aí moradores, neta paterna de António João e de Maria Gaspar, naturais e moradores em Ataíde, e materna de *Domingos Francisco Maia, natural de Vale Cova, freg. de S. Pedro de Canedo, Feira,* e de Domingas Coelho, natural de Miragaia, e aí moradores.

Carta de Familiar de 8 de Janeiro de 1750.

Manuel — m. 142, n.º 2424

285 **Manuel Lourenço Mendes** — homem de negócio; natural e morador em Cima de Muro, freg. de S. Nicolau do Porto; filho de António Lourenço Mendes, homem de negócio, natural da Ilha Terceira, freg. de S. Miguel do Anjo, e de *Maria Teresa, natural da freg. de Santiago de Lourosa, Feira,* moradores no Porto, em Cima do Muro; neto paterno de Lourenço Fernandes, naturais e moradores na Ilha Terceira, e materno de *Manuel Fernandes* e de *Luísa Ferreira, naturais e moradores em Lourosa,* ajustado para casar, em 1766, com Inácia Fernandes, natural do Porto, filha de José Martins Amado e de Teresa Bernardes, naturais e moradores em S. João Novo, freg. de N.ª Sr.ª da Vitória do Porto, neta paterna de Francisco

OBRA

Amado, natural da freg. da Correlhã, Ponte de Lima, e de Maria Martins, natural de Viana, freg. de S.ta Marta, e materna de António Pinto e de Maria Bernardes, naturais e moradores no Porto, freg. de S. Nicolau.

Carta de Familiar de 10 de Março de 1761.

Manuel — m. 179, n.º 1901

286 **Manuel Lourenço de Sá Pereira de Melo Valente** — *natural e morador na quinta do Mato, freg. de S.ta Marinha de Avanca, Estarreja;* filho do Lic.º *Manuel Valente de Oliveira, natural de Avanca,* e de *Luísa Josefa Tavares de Melo; natural da quinta do Mato, e aí moradores;* neto paterno do alferes *Custódio Valente* e de *Maria de Oliveira, naturais e moradores na freg. de Santiago de Beduído, Estarreja,* e materno do capitão *Inácio Torres Valente, natural da quinta do Mato,* e de *Maria Pereira de Melo, natural de Freixoeira* (1), *Avanca,* também *moradores na referida quinta do Mato,* casado com *Maria Caetana Valente da Silva e Resende, natural de Avanca,* filha do capitão *João de Resende Fragoso, natural de Areia, Avanca,* e de *Jacinta Valente, natural de Outeiro de Paredes, Avanca,* neta paterna de *Jorge Nunes* e de *Maria de Resende, naturais e moradores em Areia,* e materna de *Miguel de Oliveira, natural de Santiago de Resende,* e de *Maria da Silva, natural de Outeiro de Paredes, aí moradores.*

Carta de Familiar de 11 de Setembro de 1761.

Manuel — m. 180, n.º 1939

287 **Manuel Luís** — ajudante de uma companhia de ordenança; natural da vila de Botão, freg. de S. Mateus, Coimbra, e *morador em Pedrulha, freg. de S. Martinho de Casal Comba, Mealhada,* filho do capitão Manuel Luís e de Maria da Cruz, naturais e moradores no Botão; neto paterno de Manuel Luís, natural do Botão, e de *Maria Gaspar, natural de Ventosa, freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Ventosa do Bairro, Mealhada,* e materno de Manuel Rodrigues, natural de Felgueiras, Resende, e de Maria da Costa, natural de Botão, e aí todos moradores; casado com *Simoa Lopes, natural de Pedrulha,* filha de *António Lopes* e de *Maria Fernandes, naturais e moradores em Pedrulha,* neta paterna de *Pedro Fernandes,* natu-

(1) Não foi encontrada esta localidade na freg. de *Avanca.*

bibRIA

ral da vila de Eiras, e de *Maria Lopes*, e materna de *João Martins* e de *Ana Fernandes, naturais e moradores em Pedrulha;* enviuvando, ajustado para casar, em 1723, com Luísa Josefa, natural e moradora em Coimbra, filha de Brás Gomes Leal, natural da vila de Óbidos, e de Margarida da Paixão, natural de Coimbra, e aí moradores, neta paterna de Manuel Gomes e de Maria Antunes, naturais e moradores em Óbidos, e materna de *Manuel Francisco, o «Melão», natural de Casal Comba,* e de *Domingas Francisca, natural de Bostelo, freg. de S.ta Eulália de Aguada de Cima, Águeda,* moradores em Coimbra, e sobrinha de Manuel Gomes Leal, Familiar do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 11 de Maio de 1703.

Manuel — m. 56, n.º 1188

288 **Manuel Luís** — capitão de infantaria da vila de Sernache; natural de Coimbra; filho de Gregório Luís, natural de Pousa, termo de Braga, e de *Antónia Fernandes, natural de Boialvo, freg. de S. Pedro de Avelãs de Cima, Anadia,* moradores em Coimbra; neto paterno de Luís Pires e de Filipa Gonçalves, naturais e moradores em Pousa, e materno de *Fernão Luís* e de *Maria Francisca, naturais e moradores em Boialvo;* casado com Escolástica da Veiga, filha de Baltasar Pires, sapateiro em Coimbra, e de Antónia da Veiga, moradora em Sernache, neta paterna de Pedro Afonso, morador em Cosellhas, e materna de Cristóvão da Veiga e de Inês Lopes, moradores em Coimbra, fora da Porta do Castelo, irmã do P.e Bento Pires da Veiga, prior de Sernache.

Carta de Familiar de 26 de Maio de 1639.

Manuel — m. 4, n.º 227

289 P.e **Manuel Luís** — clérigo do hábito de S. Pedro e prior da igreja de S. Miguel do Sobral; natural de Lisboa, freg. de S.to Estêvão de Alfama; filho de Luís Gonçalves e de Isabel Nunes, naturais da freg. de S.to Estêvão, e aí moradores; neto paterno de *Jerónimo Pires, natural da freg. de S.ta Maria de Sever do Vouga,* e de Antónia Fernandes, natural da mesma freg. de Lisboa, materno de Jerónimo Nunes e de Leonor Rodrigues, igualmente naturais e moradores na freg. de S.to Estêvão; irmão do Lic.º *Agostinho Nunes,* ouvidor de Tentúgal e mais tarde *conservador do tabaco nas comarcas de Coimbra e*

biblRIA

Esgueira, e do Lic.º António Pires, médico, Familiar do *S.to Ofício*.

Provisão de Comissário de 5 de Setembro de 1707.

Manuel — m. 66, n.º 1329

290 **Manuel Luís** — mestre das obras de S. Bento-o-Novo de Lisboa; *natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau*, e morador na freg. de S.ta Catarina do Monte Sinai de Lisboa; filho de *Jerónimo Luís*, mestre de obras de pedraria, natural de Gondalães, Paredes, e de *Inês Gonçalves*, natural de Vila Nova de Gaia, junto ao Mosteiro do Salvador dos Padres Agostinhos, então moradores em Vila Nova de Gaia; neto paterno de João Gonçalves, lavrador, e de Isabel Gonçalves, moradores em Gondalães, e materno de Gonçalo Afonso e de Madanha Gonçalves, moradores em Vila Nova de Gaia; casado com Brásia Dinis, natural da Charneca, termo de Lisboa, filha de Custódio Pires e de Helena Fernandes, neta paterna de Baltasar Pires e de Maria Fernandes, e materna de João Fernandes e de Francisca Dias, todos naturais da Charneca, à excepção de João Fernandes, natural da Póvoa de S.to Adrião, termo de Lisboa.

Informação para Familiar de 21 de Abril de 1610.

Manuel — m. 1, n.º 8

biblRIA

291 **Manuel Luís da Cruz** — homem de negócio; natural do Porto, freg. de N.ª Sr.ª da Vitória, e morador na cidade da Baía, no Cais Novo, freg. de N.ª Sr.ª da Conceição da Praia; filho de Luís Fernandes do Rosário, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Vitória do Porto, e de Maria de Araújo, natural de Viana, freg. de S.ta Maria Maior, moradores na citada freg. da Vitória; neto paterno de *Domingos Fernandes*, esteireiro, *natural de Escravilheira, freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis*, e de Maria do Rosário, natural do Rio da Azenha, freg. de S. Pedro de Avintes, moradores no Porto, na Ferraria de Baixo, freg. da Vitória, e materno de João de Araújo, o «Manco», alfaiate, natural da freg. de S.ta Maria Maior de Viana, e de Maria de Cerqueira, natural de Milhundes, freg. de S. Pedro do Souto, termo de Arcos de Valdevez; ajustado para casar, em 1771, com Felícia Ana, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Rosário da vila de Cachoeira, Baía, filha de António de Araújo, natural de Lisboa, freg. do Paraíso, e de Antónia de Lima Passos, natural da Cachoeira, e aí moradores, neta paterna de Silvestre de Araújo, natural da freg. de

S.ta Eulália, bispado de Miranda, e de Joana de Macedo, natural da freg. de S.to André de Mafra, moradores em Lisboa, e materna de Manuel de Lima Moreira, natural da freg. de S.to Adrião dos Leiros, termo da Barca, e de Maria Álvares de Passos, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Caminha, moradores em Cachoeira.

Carta de Familiar de 11 de Setembro de 1764.

Manuel — m. 194, n.º 1092

292 **Manuel Macedo** — natural e morador no Porto; filho de Francisca de Macedo e de *Catarina João*, moradores no Porto, freg. de S. Nicolau; neto paterno do P.e D. António de Macedo, religioso da Congregação dos Cónegos Regulares do Mosteiro de Vila Boa, e de Cecília Gonçalves, natural de Vila Boa, e materno de *João Gonçalves* e de *Apolónia Rodrigues, moradores na freg. de Sardoura, Castelo de Paiva;* casado com Catarina Gomes, filha de Brás Gomes e de Maria Francisca, moradores em Vila Nova de Gaia, neta paterna de Gomes Dias e de Catarina Dias, e materna de Jerónimo Francisco e de Catarina Fernandes, moradores em Quebrantões, freg. de Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia.

Carta de Familiar de 10 de Dezembro de 1659.

Manuel — m. 13, n.º 366

biblRIA

293 **Manuel Machado** — cereeiro; natural de Penacova e morador em Coimbra, onde era irmão da Misericórdia; filho de José Ferreira, alcaide de Penacova, e de Maria Machado, natural de Penacova, onde eram moradores; neto paterno de Afonso Simões e de Antónia Marques, moradores em Vale de Açores, Mortágua, e materno de Vicente Jorge e de Maria Machada, moradores em Penacova, casado com Marta Correia, natural de Coimbra, filha de Pero Correia e de Joana de Mendonça, moradores em Coimbra, neta paterna de Álvaro Afonso e de Genebra Jorge, naturais e moradores em Quintela, freg. de S. Pedro de Arcoselo, e materna de Brás Fernandes e de Maria Fernandes, naturais e moradores em Coimbra; enviuvando, ajustado para casar, em 1665, com Brásia de Macedo, natural de Coimbra, filha de *Domingos João de Bastos, natural do Souto, freg. de S. Vicente da Branca, Albergaria-a-Velha,* e de *Isabel João Fernandes, natural de Assequins, freg. de S.ta Eulália de Águeda,* moradores em Coimbra, neta paterna de *João Gonçalves* e de *Mécia de Bastos,* lavradores *em Souto,* e materna de *Pedro João*

e de *Mécia Afonso, moradores em Assequins,* irmã de Filipe de Bastos, solicitador do Fisco de Coimbra.

Carta de Familiar de 14 de Outubro de 1643.

Manuel — m. 6, n.º 193

294 **Manuel Machado de Miranda** — mercador e alferes da moeda na cidade do Porto; natural da freg. de S. Salvador de Joane, termo de Barcelos; filho natural do capitão Luís Machado de Miranda, natural da freg. de S. Paio de Guimarães, e de Isabel Pires, natural e moradora em Joane; neto paterno de Trocato Machado de Miranda e de Isabel da Costa de Sá, irmã de Catarina da Costa de Sá, mãe do cónego António Dias Pimenta, comissário do S.to Ofício, naturais e moradores em Guimarães na rua dos Gatos, freg. de S. Paio, e materno de João Pires e de Maria Gonçalves, naturais e moradores em Joane; casado com Maria Marques Ferreira, natural do Porto, viúva do capitão Agostinho Soares Pinto, natural do Porto, da rua do Souto, filho de *Jorge Fernandes, natural da freg. de Santiago de Lourosa, Feira,* e de *Francisca Soares, natural de Crestuma, Feira* (1), de quem houvera Maria de Belém, religiosa do Convento de S. Bento do Porto, o P.e D. Isidoro da Conceição, colegial no Colégio de S.ta Cruz em Coimbra, e Frei José de S. Bernardo, noviço no Convento de S. Bento do Porto, e filha de Gonçalo Ferreira, o «Agrela», natural de Santiago de Figueiró, Braga, e de Maria Marques, natural de Santiago de Castelões, Porto, e moradores nesta cidade defronte de S. Domingos, freg. da Sé, neta paterna de António Gonçalves e de Margarida André, de Santiago de Figueiró, e materna de Marcos Lopes e de Maria Gonçalves, de Santiago de Castelões, e irmã de Manuel Ferreira Marques, o «Agrela», Familiar do S.to Ofício, pai de Francisco Ferreira Marques, abade de Sobrado e Comissário do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 17 de Maio de 1692.

Manuel — m. 45, n.º 986

295 **Manuel Madeira** — natural da freg. de S. Pedro de Alfama de Lisboa e *morador em Sargento-Mor, freg. de N.a Sr.a do Ó de Barcouço, Mealhada;* filho de Amaro Madeira, natural da freg. de S. Gregório de Arruda dos Pisões, Rio Maior, e de Ângela Francisca, natural da freg. de

(1) Actualmente do Conc.º de Vila Nova de Gaia.

N.ª Sr.ª da Graça de Almagreira, termo de Soure, moradores em Lisboa; neto paterno de António Madeira e de Maria Fernandes, naturais e moradores em Arruda de Pisões, e materno de Manuel Francisco, o «Barradas», e de Isabel Rodrigues, naturais e moradores em Almagreira; casado com *Jacinta Luís*, natural de Souselas, filha de Lázaro João, natural de Picanços, Alvaiázere, e de *Maria Luís, natural da Quinta da Branca, Barcouço*, neta paterna de Domingos João e de Maria João, naturais e moradores em Picanços, e materna de *Domingos Luís* e de *Ana Fernandes, naturais e moradores na Quinta da Branca.*

Carta de Familiar de 11 de Outubro de 1753.

Manuel — m. 156, n.º 1618

296 Frei **Manuel da Madre de Deus** — religioso de S. Francisco, leitor de prima de Teologia no Convento de S. Francisco de Évora; filho de João Fernandes, barqueiro, natural da freg. de S. Pedro de Roriz, S.to Tirso, e de *Maria de Oliveira*, medidora do trigo no Terreiro, *natural da freg. de Santiago de Beduído, Estarreja*, moradores em Alfama, freg. de N.ª Sr.ª dos Remédios de Lisboa; neto paterno de Bartolomeu Pires, lavrador, e de Briolanja, moradores em Roriz, e materno de *António Afonso Domingão*, lavrador, *natural de Oliveira de Azeméis, freg. de S. Miguel*, e de *Margarida Anes*, ou *Gomes, natural de Beduído.*

Habilitado para servir o S.to Ofício em 6 de Abril de 1625.

Manuel — m. 260, n.º 1774

297 **Manuel de Mariz** — *natural do Outeiro de Baixo, freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia;* filho de *Manuel de Mariz*, lavrador, *natural do Outeiro* e de *Joana Maria, natural da vila da Anadia, freg. de S. Paio dos Arcos, moradores no Outeiro;* neto paterno de *Manuel João Vicente*, lavrador, e de *Maria Mariz, naturais e moradores em Outeiro*, e materno de *Francisco Gomes Castelhano, natural de Quintela, freg. de Santiago da Mouta, Anadia*, e de *Isabel Antónia, natural da Anadia, e aí moradores.*

Carta de Familiar de 16 de Março de 1789.

Manuel — m. 252, n.º 1632

298 **Manuel Marques** — cirurgião; *natural da vila de Eixo, freg. de S.to Isidoro, Aveiro, e morador na freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha;* filho de *Manuel de Oliveira,*

alfaiate, *natural de Paredes, freg. de S.ta Marinha de Avanca, Estarreja,* e de *Madalena Marques, natural de Eixo, e aí moradores;* neto paterno de *Giraldo de Oliveira,* filho de *André Rodrigues, naturais da freg. de S. Pedro de Belazaima, Águeda,* e de *Maria Rodrigues, natural de Paredes, e aí moradores,* e materno de *António João,* jornaleiro, e de *Isabel João, naturais e moradores em Eixo;* primeira vez casado com *Luzia João, natural de S. João de Loure,* filha de *Luís João,* trabalhador, e de *Maria André,* neta paterna de *Martinho de Figueiredo* e de *Maria João,* e materna de *Manuel André* e de *Maria Fernandes, todos naturais e moradores em S. João de Loure;* segunda vez casado com *Maria Nunes,* também *de S. João de Loure,* filha de *Manuel Martins, natural de S. João de Loure,* e de *Luzia Fernandes, natural da freg. de N.ª Sr.ª das Neves de Angeja, Albergaria-a-Velha,* neta paterna de *Domingos João,* trabalhador, e de *Páscoa Martins, naturais e moradores em S. João de Loure,* e materna de *Manuel Domingues, o «Encanado», natural de Angeja,* e de *Ana Fernandes, natural de S. João de Loure, moradores em Angeja.*

Carta de Familiar de 18 de Junho de 1765.

Manuel — m. 201, n.º 1130

bibRIA

299 P.e **Manuel Marques** — Quartenário da Sé de Faro; natural da Covilhã; filho de *Diogo Marques,* barbeiro de espadas, *natural da vila da Bemposta, freg. de S. Paio, Oliveira de Azeméis,* e de Maria Pais, natural da Covilhã, e aí moradores, onde ele negociava em panos; neto paterno de *Marcos Fernandes,* que trabalhava com machado em madeira para navios *na vila de Aveiro,* e de *Maria Fernandes,* naturais da vila da Bemposta, e materno de Diogo Dias e de Ana Pais, moradores na Covilhã.

Informação para Familiar (?) de 5 de Dezembro de 1595.

Manuel — m. 4, n.º 131

300 **Manuel Marques de Andrade** — mercador de panos de linho; *natural da vila da Bemposta,* actualmente *freg. de S. Paio de Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis;* filho de *Pedro de Andrade, natural da Bemposta,* e de *Maria de Afonseca, natural de Pinheiro, Pinheiro da Bemposta;* neto paterno de *Gonçalo Fernandes, o «Merca Tudo»,* lavrador, *natural de Vilarinho de Mouros, freg. de Santiago de Ribeira de Frágoas, Albergaria-a-Velha,* e de *Domingas Amador, natural da Bemposta,* e materno de *Manuel Fernandes,* sapateiro, e de *Maria de Afonseca,*

natural de Pinheiro; casado com *Isabel da Silva,* filha de *Manuel Lopes Canário* e de *Antónia da Silva, naturais de Pinheiro,* neta paterna de *Manuel Lopes Canário* e de *Apolónia Fernandes, natural da Ermida, Pinheiro da Bemposta,* e materna de *António Borges* e de *Maria João,* também *naturais de Pinheiro e todos aí moradores.*

Julgado habilitado para Familiar a 19 de Julho de 1695.

Manuel — m. 37, n.º 806

301 **Manuel Marques Ferreira** — homem de negócio; *natural de Igreja, freg de S. Paio de Fornos, Castelo de Paiva,* e morador em Lisboa na Calçada de Santana, freg. de N.ª Sr.ª da Pena; filho de *Feliciano Marques,* lavrador, natural de Quintã, freg. de S. Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia, e de *Catarina Ferreira, natural de Igreja, e aí moradores;* neto paterno de Domingos Manuel, lavrador, e de Domingas Marques, naturais e moradores em Quintã, e materno de *Domingos Fernandes,* lavrador, *natural de Vila Nova, freg. de S.to Isidoro de Romariz, Feira,* e de *Isabel Ferreira, natural de Arcoselo, freg. de S. Jorge, moradores em Igreja;* ajustado para casar, em 1736, com D. Maria Bernarda da Silva Reis, natural da Murtosa, freg. de S.to André de Mosteirô, S.to Tirso, filha do capitão Manuel da Silva Grilo, Familiar do S.to Ofício, e de Isabel Gomes, moradores na Murtosa, neta paterna de João Gonçalves e de Madalena Silva, naturais e moradores na freg. de S.ta Maria de Alvarelhos, S.to Tirso, e materna de André Gomes, natural de Murtosa, e de *Maria Fernandes, natural de Vilarinho, freg. de S. Pedro de Cesar, Oliveira de Azeméis,* moradores na Murtosa.

Carta de Familiar de 15 de Março de 1736.

Manuel — m. 109, n.º 2002

302 P.e **Manuel Marques de Figueiredo** — bacharel formado nos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra, frei professo da Ordem militar de S. Bento de Avis e *vigário colado na igreja de N.ª Sr.ª da Apresentação da cidade de Aveiro; natural dessa cidade;* filho de *Manuel Marques,* alfaiate, e de *Inácia de Jesus, naturais de Aveiro, freg. da Vera Cruz, e aí moradores;* neto paterno de *João Marques,* pescador, e de *Francisca dos Santos, naturais e moradores na freg. da Vera Cruz,* e materno de *Manuel de Figueiredo,* alfaiate, *natural da freg. de Santiago de Beduído, Estarreja,* e de *Ana Maria, natural da referida freg. da Vera Cruz, e aí moradores;* sobrinho materno do P.e Frei *Manuel Rodrigues de Figueiredo, vigário da igreja*

RIA

do Espírito Santo de Aveiro, Comissário do S.to Ofício, natural da freg. da Vera Cruz.

Provisão de Comissário de 6 de Junho de 1787.

Manuel — m. 250, n.º 1594

303 **Manuel Martins** — natural e morador na quinta da Alegria, freg. de S.to António de Covões, Cantanhede; filho de João Martins, natural de Marco de Montouro, Covões, e de Maria Francisca, natural da quinta da Alegria, e aí lavradores; neto paterno de João Rama, natural de Marco de Montouro, e de Maria Martins, natural de Machada, Covões, lavradores em Marco, e materno de Manuel Domingues, natural de Camarneira, Covões, e de *Maria dos Santos, natural de Pontena, freg. de S. Miguel de Vilarinho, Anadia,* lavradores; ajustado para casar, em 1788, com Maria Nunes, natural de Marvão, Covões, filha de Joaquim Francisco, lavrador, natural de Marvão, e de Esperança Nunes, natural de Espinheira, Covões, moradores em Marvão, neta paterna de Manuel Francisco, lavrador, dos Penedos, Covões, e de *Isabel João, natural de Pontena,* e materna de Manuel Domingues, natural de Machada, e de Maria Nunes, natural de Espinheira.

Carta de Familiar de 22 de Agosto de 1782.

Manuel — m. 249, n.º 1577

biblRIA

304 **Manuel Martins** — *natural da vila de Pinheiro, freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha;* filho do capitão *António Martins,* lavrador, e de *Maria Brandoa Nogueira, naturais e moradores na vila de Pinheiro;* neto paterno do capitão *Manuel Martins Chamberca,* filho de *António João* e de *Domingas Martins, de Loure,* e de *Domingos Martins, natural de Pinheiro,* filha de *Manuel Gonçalves, de Mamodeiro, freg. de S. Paio de Requeixo, Aveiro,* e de *Maria Fernandes, de Pinheiro* e materno de *Manuel Lopes do Outeiro, o «Brasileiro»,* lavrador, Familiar do S.to Ofício, filho de *Manuel Lopes do Outeiro* e de *Leonarda Dias,* e de *Joana Brandoa Nogueira,* filha de *Manuel Fernandes Abreu* e de *Juliana Brandoa Nogueira, todos* igualmente *da vila de Pinheiro.*

Carta Familiar de 21 de Maio de 1812.

Manuel — m. 263, n.º 1794

305 **Manuel Martins de Azevedo** — natural e morador em Lisboa, Arroios, freg. de N.ª Sr.ª dos Anjos, filho de Valério

Martins e de Maria Josefa, moradores na freg. de S. João Baptista do Lumiar, termo de Lisboa; neto paterno de Francisco Martins, mestre ferreiro, natural da freg. de S.ta Maria de Sequeira, Braga, e de Maria da Silva, natural da freg. de S. Julião de Frielas, e materno de Jerónimo de Azevedo, natural do Lumiar, e de Apolónia da Encarnação, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Purificação de Sacavém; irmão do P.e Mário Martins, clérigo secular; casado com Josefa Joaquina do Espírito Santo, natural de Lisboa, freg. dos Olivais, filha de *Manuel de Abreu,* jardineiro, e mais tarde merceeiro, *natural da freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha,* e de Joana Maria, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, moradores nos Olivais, neta paterna de *Pedro André* e de *Maria de Abreu, naturais e moradores em S. Jorge de Loure,* e materna de *João Manuel,* fazendeiro, *natural da freg. de S.ta Eulália de Vale Maior, Albergaria-a-Velha,* e de Catarina dos Santos, natural dos Olivais.

Carta de Familiar de 14 de Junho de 1763.

Manuel — m. 192, n.º 2044

306 **Manuel Martins Freire** — cirurgião; natural de Cortes de Samarim, freg. de S.ta Maria de Idães, Felgueiras, e morador no Porto na rua de S. Sebastião, freg. da Sé; filho de Domingos Martins, natural de Monte, Idães, e de Domingas Freire, natural de Idães, moradores em Cortes de Samarim; neto paterno de Domingos Martins e de Maria Ferreira, naturais e moradores em Monte, e materno de Francisco Freire, natural de Monte, e de Ângela Aires, natural de Mineiros, freg. de S. Miguel de Silvares, Lousada, moradores em Idães; casado com Domingas do Rosário, natural da rua do Souto, freg. da Sé do Porto, filha do alferes Manuel de Sousa Beresso, natural da aldeia da Rua Nova, freg. de S. Pedro de Avintes e de *Mariana do Sacramento, natural da freg. de S. João Baptista da Raiva, Castelo de Paiva,* moradores na rua do Souto, Porto, neta paterna de Pedro Gonçalves, pedreiro, e de Catarina de Sousa, naturais e moradores na Rua Nova, e materna de *Manuel Ferreira* e de *Domingas Fernandes, naturais e moradores na Raiva;* enviuvando, ajustado para casar, em 1758, com Teodora Joana de Sousa, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, e morador na rua de S. Sebastião, freg. da Sé da mesma cidade, viúva de Constantino Soares da Cruz, filho de Manuel Soares da Rocha e de Maria do Anjo, da rua da Fonte Taurina, freg. de S. Nicolau, de quem tivera duas filhas, Ana Joaquina de Jesus e Joana Jacinta de S. Nicolau,

biblRIA

religiosas do Convento de S.ta Clara de Caminha, naturais do Porto, sendo o irmão de seu falecido marido Francisco Soares da Rocha, Familiar do S.to Ofício, filha de Manuel de Sousa Cruz, natural da freg. de S. Romão de Mouriz, e de Paula Rodrigues, natural da freg. de S.to António da Lomba, Penafiel, moradores no Porto, freg. de S. Nicolau, neta paterna de Pedro Moreira e de Catarina Antónia; naturais e moradores em Mouriz, e paterna de Domingos Rodrigues, natural da freg. de S. Salvador de Paço de Sousa, e de Margarida Rodrigues, natural de Lomba, e aí moradores, irmã de Maria Angélica de Sousa, casada com António Henriques da Silva, pais do P.e João Nepomuceno de Sousa Henriques, tesoureiro-mor do Colégio de Cedofeita; de novo ajustado para casar, em 1764, com *D. Damiana Dionísia, natural da freg. de S. Vicente de Louredo, Feira,* filha de *Manuel Álvares* e de *Maria Gomes, naturais e moradores em Louredo,* neta paterna de *Manuel Álvares, natural de Louredo,* e de *Antónia da Mota, natural da freg. de S. Pedro de Canedo, Feira,* e materna de *Manuel Gomes de Pinho, natural da freg. de S.to André de Escariz, Arouca,* e de *Francisca Moreira,* igualmente *natural de Louredo e todos aí moradores.*

Carta de Familiar de 22 de Março de 1748.

Manuel — m. 139, n.º 2378

bibRIA

307 Dr. **Manuel Martins Freire** — graduado em Filosofia; natural da freg. da Sé do Porto, e aí morador; filho de Manuel Martins Freire, cirurgião, Familiar do S.to Ofício, natural de Cortes de Samarim, freg. de S.ta Maria de Idães, e de Domingas do Rosário, natural do Porto, da rua do Souto, freg. da Sé, e aí moradores; neto paterno de Domingos Martins, filho de Domingos Martins e de Maria Freire, naturais de Monte, Idães, e de Domingas Freire, natural de Idães, filha de Francisco Freire, natural de Monte, e de Ângela Aires, naturais de Mineiros, freg. de S. Miguel de Silvares, Lousada, e materno do alferes Manuel de Sousa Beresso, filho de Pedro Gonçalves, pedreiro, e de Catarina de Sousa, naturais da Rua Nova, freg. de S. Pedro de Avintes, e de *Mariana do Sacramento,* filha de *Manuel Ferreira* e de *Domingas Fernandes, naturais da freg. de S. João Baptista de Raiva, Castelo de Paiva,* residindo os avós maternos no Porto na referida rua do Souto.

Carta de Familiar de 7 de Maio de 1754.

Manuel — m. 159, n.º 1653

308 **Manuel Martins da Silveira** — mestre latoeiro de martelo; *natural de Carvalhais, freg. de Santiago da Mouta, Anadia,* e morador a N.ª Sr.ª da Vitória, freg. de S. Nicolau de Lisboa; filho de *Manuel Martins, natural de Canelas, freg. de S. Pedro de Avelãs de Cima, Anadia,* e de *Maria Rodrigues da Silveira, natural de Carvalhais, e aí moradores;* neto paterno de *Simão Fernandes* e de *Helena Simões, naturais e moradores em Canelas,* e materno de *Mateus Simões* e de *Maria Rodrigues, naturais e moradores em Carvalhais.*

Carta de Familiar de 3 de Outubro de 1724.

Manuel — m. 89, n.º 1685

309 **Manuel Mateus Tinoco** — homem de negócio; *natural da freg. de S. Martinho de Escapães, Feira,* morador em Vila Rica do Ouro Preto; filho de *António Mateus, natural de Escapães,* e de *Maria Fernandes, natural da freg. de S. Salvador de Fornos, Feira, moradores em Escapães;* neto paterno de *António Mateus, natural de Guidalhães, freg. de S.ta Maria de Arrifana, Feira,* e de *Maria Fernandes natural de Escapães, e aí moradores,* e materno de *António Dias, natural de Vinhais,* e de *Maria Fernandes, natural de Cerrado, ambas as localidades da freg. de Fornos;* ajustado para casar, em 1733, com Catarina de Sousa, natural do Ribeirão do Gama, Minas Gerais do Ouro Preto, filha de Diogo de Sousa Falcão, natural de Lisboa, e de Joana da Costa, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Monserrate, da cidade de S. Paulo, Minas Gerais, neta paterna de Diogo Pessanha Falcão, natural de Évora, e de Joana de Sousa, solteira, natural de S. Mamede, termo de Torres Vedras, e materna de José Gonçalves da Costa e de Catarina Camorgos, naturais e moradores na freg. de Monserrate sobrinha paterna de Sebastião de Andrade Pessanha, Promotor do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 4 de Novembro de 1729.

Manuel — m. 97, n.º 1817

310 **Manuel de Matos Girão** — homem de negócio e mestre do navio «Bom Jesus»; *natural da freg. de S. Miguel de Travassô, Águeda,* e morador primeiramente em Vila Nova de Gaia, e então na cidade da Baía; filho de *Nicolau de Matos, natural da vila de Aveiro, freg. da Vera Cruz,* e de *Maria das Neves Girão, natural de Travassô, e aí moradores; neto paterno de Luís de Matos* e de *Maria dos Santos, naturais e moradores na freg. da Vera Cruz de Aveiro,* e materno de *Gonçalo de Matos, natural da*

freg. de S. Miguel de Fermelã, Estarreja, e de *Maria das Neves Girão, natural de Travassô, e aí moradores;* casado com Teodósia Maria de Matos, natural de Vila Nova de Gaia, freg. de S.ta Marinha, filha de Manuel António, natural da mesma Vila, e de Maria Carvalho, natural de Vendas de Grijó, freg. de S. Martinho de Argoncilhe, moradores em Gaia, neta paterna de Manuel António e de Maria Fernandes, naturais e moradores em Vila Nova de Gaia, e materna de Domingos João e de Domingas Jorge, moradores em Vendas de Grijó.

Carta de Familiar de 15 de Setembro de 1708.

Manuel — m. 69, n.º 1381

311 **Manuel de Matos Simões** — natural da freg. de Santiago de Almada e morador na vila de S.to António do Recife de Pernambuco, freg. do Corpo Santo; filho de *Matias de Matos Simões, natural de Vessada, freg. de S. Paio de Requeixo, Aveiro* (1), e de Felizarda Maria da Conceição, natural de Leiria, freg. da Sé, moradores em Almada; neto paterno de *Pascoal Simões,* filho de *Amaro Simões* e de *Maria Fernandes, de Vessada,* e de *Maria Gomes,* filha de *João Francisco* e de *Isabel Martins, de Póvoa de Valado, Requeixo,* e materno de João Rodrigues e de Maria da Conceição, naturais e moradores em Leiria, freg. da Sé; casado com Maria Inácia de Freitas, natural de Recife, freg. do Corpo Santo, filha de João Pereira Rodrigues, natural de S. Bento da Ilha Terceira, e de Josefa Maria de Freitas, natural do Recife, neta paterna de Manuel Rodrigues, natural da freg. de N.a Sr.a da Conceição do Bairro do Corpo Santo, Angra, e de Catarina Pereira, natural da Terceira, freg. de S. Bento, e materna de José de Freitas e de Brites de Macedo, moradores no Recife.

Carta de Familiar de 26 de Fevereiro de 1787.

Manuel — m. 251, n.º 1608

312 P.e Frei **Manuel da Mealhada** — da Província da Soledade do Patriarca S. Francisco, morador no Convento de S.to António de Castelo Branco, onde era então guardião, e antigo leitor de Teologia; *natural da freg. de S. Vicente da Mealhada;* filho do B.el *João Pereira Guedes,* advogado e Familiar do S.to Ofício, *natural da freg.*

(1) Actualmente da *freg. de S. Pedro de Nariz, Aveiro.*

de S. Cristóvão de Ovar, e de *Antónia Maria de Almeida, natural da freg. de Santiago da Mouta, Anadia, moradores na Mealhada;* neto paterno de *Manuel Pereira Guedes, médico em Ovar*, filho de *João Gaspar* e *Maria André, naturais da Mealhada*, e de *Esperança Ferreira*, filha de *Francisco Ferreira Borralho* e de *Isabel Antónia*, também *naturais da Mealhada*, e materno de *Pedro Simões*, filho de *Mateus Simões* e de *Ana Gomes, naturais de Quintelo, Mouta*, e de *Maria Lopes*, filha de *Francisco Lopes* e de *Maria Simões, naturais de Anadia.*

Provisão de Qualificador de 21 de Janeiro de 1755.

Manuel — m. 66, n.º 1339

313 P.e **Manuel de Melo de Andrade** — freire conventual da Ordem de Santiago, bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones, prior da matriz de Santiago de Alcácer do Sal e juiz das Ordens da sua Comarca na mesma vila; *natural da freg. de N.ª Sr.ª das Neves da vila de Angeja, Albergaria-a-Velha;* filho de *Manuel de Andrade Pacheco, natural da freg. de S. Tomé de Canelas, Estarreja*, e de *Vicência Coelha de Melo, natural de Angeja, e aí moradores;* neto paterno de *António de Andrade Pacheco, natural de Angeja*, e de *Maria de Resende de Figueiroa, natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão, moradores em Canelas*, e materno de *Francisco Barbosa Bacelar* e de *Cecília Pinto de Melo, naturais de Arrifana, Feira, moradores em Angeja.*

Provisão de Comissário de 27 de Agosto de 1692.

Manuel — m. 40, n.º 875

314 **Manuel Mendes d'Eça** — natural de Lamego e aí morador; filho de Cristóvão Mendes d'Eça e de D. Filipa de Lacerda, naturais e moradores em Lamego; neto paterno de *Cristóvão Barbosa d'Eça, natural da freg. de S.to André de Esgueira, Aveiro*, filho de *António da Silveira* e de *Ana Barbosa, moradores em Esgueira*, e de Vitória de Figueiredo Borques, natural da freg. de S. Pedro de Molelos, Besteiros, e materno de Francisco de Gouveia Daltro, Familiar do S.to Ofício, e de Isabel Rebelo, naturais e moradores em Lamego; casado com D. Isabel Coutinha, filha de Teotónio de Figueiredo de Morais e de D. Maria da Câmara, neta paterna de António de Figueiredo de Morais e de D. Isabel Ferrão, todos naturais de Viseu, e materno de Lucas de Azevedo Coutinho, natural de Quintal, freg. de Castelães, Besteiros, e de Clara Mon-

biblIA

teira, natural da Quinta dos Casenhos, freg. de S.ta Eulália, também de Besteiros.

Carta de Familiar de 4 de Maio de 1676.

Manuel — m. 25, n.º 577

315 **Manuel Mendes de Sousa** — homem de negócio; natural da freg. de S. Pedro de Fins de Parada, Coura, e morador em Lisboa na Cordoaria Velha, freg. de N.ª Sr.ª dos Mártires; filho de Domingos Fernandes e de Isabel Mendes, naturais e moradores em S. Pedro de Fins de Parada; neto paterno de Francisco Fernandes Silveira e de Domingas Rodrigues, e materno de Domingos Mendes, todos naturais de Parada, e de Maria de Sousa, natural da freg. de S.ta Marinha de Padornelo, Coura; casado com Ana Maria, natural da freg. de Santos Reis do Campo Grande, termo de Lisboa, filha de *António Francisco, o «Veneno»*, hortelão, *natural de Vila Verde, freg. de S.ta Maria de Lamas, Feira,* e de Domingas da Fonseca, natural do Campo Grande, neta paterna de *Diogo Manuel* e de *Ana João, a «Tecedeira», naturais e moradores em Vila Verde,* e materna de Domingos Francisco, o «Alpentim», hortelão, e de Maria Francisca, naturais e moradores no Campo Grande.

Carta de Familiar de 29 de Março de 1745.

Manuel — m. 130, n.º 2280

BIBRIA

(Continua)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA
1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

UA/CC
N.º 957
Data 12 / 1 / 1982

OFERTA

O AVEIRENSE FRANCISCO DE CASTRO MATOSO VISTO ATRAVÉS DE UMA HOMENAGEM DOS CONTERRÂNEOS

AVEIRENSE destacado, aliando a dignidade e distinção a uma atraente bonomia, prestadio por inclinação temperamental, e, assim, sempre disposto a patrocinar com benevolência e solicitude pretensões colectivas ou particulares que não colidissem com a digna lisura de princípios e os seus próprios deveres, harmónicos com os de magistrado de apontada dignidade, FRANCISCO DE CASTRO MATOSO DA SILVA CORTE REAL, como raros aveirenses em tamanha magnitude, disfrutava do respeito e da simpatia dos conterrâneos de todas as correntes políticas.

Com, talvez, graus diferentes, superlativando-lhe os predicados, ou julgando bastante enunciar-lhos sem sobrelevâncias de qualificação que pudessem roçar no aspecto de adulação, todos o tratavam, se não em tons ditirâmbicos, pelo menos com deferência de tons reverenciosos. Todos, desde os progressistas, militantes da mesma parcialidade política, na qual o tinham como chefe local, até aos republicanos, e entre esses, ao agreste semanário *Povo de Aveiro* e ao seu intransigentemente independente director, o polemista HOMEM CRISTO, cuja peculiar crueza de sinceridade é de sobejo conhecida.

*

O irmão de Castro Matoso, o estadista JOSÉ LUCIANO DE CASTRO, que alcançara uma muito mais destacada posição na vida pública nacional, de que foi um dos mais influentes e qualificados árbitros e mentores, durante largos decénios, atacaram-no por vezes veementemente, os próprios apaniguados de alguns tempos antes e, em certas ocasiões, com exageros apaixonados, que não só descambavam na insinua-

GLÓRIA

ção desleal, insidiosa e pérfida, mas, para além de esquecerem comezinhos deveres de gratidão, eram, pelo excesso, na cegueira obnubilante do ardor do combate, de flagrante injustiça.

Com Castro Matoso, salvo um tanto na última fase da sua vida, em que algumas demonstrações de irreconhecimento dos seus gestos de benfazeja largueza patrocinadora lhe terão dado motivos de desilusão e retraimento, recolheu a quase unânime simpatia.

*

Francisco de Castro Matoso nasceu a 23 de Novembro de 1832 e morreu a 16 de Agosto de 1905.

Um ano após o seu falecimento, o Padre V. de Matos aponta-lhe o condão pessoal de captação como um dos seus traços mais salientes, recordando-o num semanário de uma vila do distrito (1): «Simpático e risivo, fronte escampada e rosto sempre alegre, captava as simpatias e a estima de todos que com ele tratavam, e todos confessavam o misterioso ascendente que sabia conquistar até sobre os próprios adversários»...

Aliás, aquele sacerdote, fazendo-se eco da generalizada opinião, acentuou ainda que «o distrito prosperou extraordinariamente sob a sua acção benfazeja» e que, dirigindo «os destinos da política progressista do distrito, a que prestou relevantíssimos serviços — os quais tiveram como recompensa o engrossamento das hostes políticas de que era prosélito e «o definhamento progressivo» da parcialidade adversária, que com a actividade de Castro Matoso haveria perdido «o melhor da sua importância de outras eras».

E o mesmo articulista — que nos dá ensejo a insistente citação precisamente por não ser de Aveiro, e, assim, se apresentar sem esse motivo, parcelar mas considerável, de suspeição da imparcialidade avaliadora — testificava que o preiteado aveirense «morreu coberto de bênçãos de um distrito inteiro e pranteado por muitas povoações».

Foi, todavia, Aveiro — a cidade e o concelho em toda a sua latitude — que promoveu, efectuou e custeou a homenagem que, a 23 de Novembro de 1906 — e, assim, na data do 74.º aniversário do nascimento do eminente aveirense — foi prestada, com significativo realce ao conselheiro Francisco de Castro Matoso da Silva Corte Real, que por nascimento (2),

---

(1) *Concelho de Estarreja*, de 24-XI-1906.

(2) É do seguinte teor o assento do baptismo, exarado a fls. 35 do livro respectivo da freguesia de Eixo, depois integrada no concelho de Aveiro: «Aos dois de dezembro de mil oitocentos e trinta e dois baptisei solemnemente a Francisco, que nasceu a 23 de Novembro próximo

raízes genealógicas e sentimento constante de prestadia devoção à terra natal, aveirense era, dos melhores.

Castro Matoso, não obstante as funções que em várias localidades — e com mais prolongada permanência em Lisboa — desempenhou na sua carreira, com todos os degraus, da magistratura, o terem ausentado da Oliveirinha, e, assim, de Aveiro — que o mesmo é — manteve permanentes e solícitos contactos com a sua terra e os anseios e problemas desta e da sua gente.

Conservou-se sempre aveirense, no mais largo e fundo significado do termo. Aveirense, e advogado, propugnador e paladino constante dos interesses locais — e distritais —, procurador diligente e pertinaz de inúmeras pretensões que merecessem o seu patrocínio.

Por essa circunstância, muito mais que o irmão José Luciano (que alcançara, insista-se, uma muito mais dilatada projecção e muito maiores possibilidades de exercer a sua influência, mas que se distanciara mais dos conterrâneos e da «pátria pequena», para se integrar decididamente na esfera de dominante âmbito nacional) — Francisco de Castro Matoso ficou sempre apegado, em devoção de efectividade ininterrompida, a Aveiro. Nunca quebrou nem deixou abrandar os laços de afectividade operante, nunca interrompeu o contacto.

bibRIA

*

Em períodos mais ou menos longos de férias ou meras ocasiões acidentais retemperava-se na sua quinta — a casa dos morgados da Oliveirinha, com tão profunda tradição entre as moradias nobres da região — e reatava e cultivava a convivência com os patrícios — paternal ou fraterna, de bom conselho, de acolhedora cordialidade e de prestante solidariedade e simpatia.

Atentas essas razões, um periódico local, por alturas da passagem da precedente para a actual centúria, acentuava que «ninguém, neste quarto de século, mais do que o Sr. Conselheiro Francisco de Castro Matoso tem trabalhado em prol dos melhoramentos materiais deste distrito, que se preza em o contar no número dos seus filhos mais dilectos e prestimosos».

---

passado, filho legítimo de Francisco Joaquim de Castro Pereira Corte-real e de D. Maria Augusta Menezes Silva e Castro, neto paterno de João de Castro da Rocha Corte-Real e de D. Antónia Luiza de Mattos Corte-real, naturais da villa da Feira, e materno do morgado António Venâncio d'Almeida Mattoso e Vasconcellos e D. Maria Albertina Henriqueta Alves Pereira de Mello, do logar da Oliveirinha desta freguesia: foram padrinhos por procuração o ex.^{mo} conde de Soure e o sr. desembargador José Patrício Diniz da Silva Ferraz, e como madrinha o ill.^{mo} sr. desembargador José Barreto Gonçalves de Oliveira, de que se faz este assento. O reitor Paulo da Costa Andrade Morais».

E o articulista — o prolífico e atento aveirógrafo MARQUES GOMES — complementava a apreciação da personalidade do conterrâneo ilustre, reconhecendo nele que, «partidário lealíssimo e amigo dedicado, coloca sempre acima de tudo o bem e a prosperidade desta circunscrição administrativa onde nasceu, onde tem a sua casa, e onde conta verdadeiros e numerosos amigos — dedicações provadas em todos os campos, respeitadores em todas as classes e reconhecimentos em toda a parte. Nunca recusou protecção aos que lha imploram, nem tão-pouco — e nesse sintoma de generosidade, sublinhamos agora, consistiria um dos títulos que o incutia à consideração e à simpatia — invocou jamais o reconhecimento dos que protegia».

Traçando-lhe uma breve nota biográfica, da carreira profissional e de homem público, a local a que nos reportamos, alude à circunstância de o Conselheiro Castro Matoso — que, em 1884, na sua primeira eleição foi deputado por Aveiro, depois passando a representar o círculo de Coimbra — em 1898, ter sido chamado, por carta régia, à Câmara Alta (1), de que, nos finais da vida, ascenderia à vice-presidência.

Essas alusões suscitavam ao autor do artigo de que nos vimos socorrendo, a concludente afirmação seguinte, que cumpre relevar:

«Não deixou de pugnar sempre pelos interesses do círculo (...) de que era filho. As obras da nossa barra, a vinda imediata do regimento de cavalaria e a edificação do quartel de Sá, a viação distrital e municipal mereceram-lhe particular atenção».

bibRIA

Ainda se não haviam iniciado, nessa data, as diligências concretas para a construção do novo hospital—em que teriam depois papéis de grande evidência e decisivos, o visconde da Silva e Melo e o Dr. Lourenço Peixinho — o qual ainda subsiste e para cujos preliminares, como viria ser acentuado em coro uníssono, teria uma acção preponderante, de manifesta utilidade.

---

(1) A carta régia, aliás, subscrita, após o soberano, pelo mais destacado dos membros da antiga «Casa da Oliveirinha», o conselheiro José Luciano de Castro, então presidente do Ministério, é do seguinte teor: «Francisco de Castro Matoso da Silva Corte Real, deputado da Nação: Eu, El-Rei, vos envia muito saudar. Tendo em consideração os vossos merecimentos e qualidades: Hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Estado, nomear-vos *Par do Reino*. O que pareceu participar-vos para vossa inteligência e efeitos devidos. Escrita no Paço das Necessidades, em 17 de Março de 1890. — EL-REI — *José Luciano de Castro*. Para Francisco de Castro Matoso da Silva Corte Real. Deputado da Nação».

Não obstante as funções que desempenhou o haverem afastado da Oliveirinha, e, assim, de Aveiro—manteve permanentes contactos com a sua terra e os anseios e problemas desta, e com a sua gente. Conservou-se sempre aveirense, no mais largo e profundo sentido do termo. Aveirense medular e advogado, propugnador constante dos interesses locais—e distritais — e procurador diligente e vigilante também de inúmeras pretensões que merecessem o seu patrocínio, não é demais referi-lo.

Por esses factores de atracção, mais que o irmão José Luciano, que alcançara — insista-se — uma muito mais dilatada projecção e muito maiores potencialidades de exercer a sua influência, mas que se distanciara mais dos conterrâneos presos ao circunscrito meio provinciano e da «pátria pequena», para se integrar na esfera de âmbito nacional de que foi um dos focos de mais viva irradiação, Francisco de Castro Matoso, nunca perdeu o contacto efectivo com Aveiro, nem sequer deslaçou os elos que à terra do nascimento estreitamente o prenderam.

*

Nas férias, — repita-se — ou quando qualquer outro ensejo se lhe proporcionava, vinha para a quinta—como, aliás, o atestam, em testemunhos que juntamos, os seus contemporâneos que usufruiram da sua privança—e aí reatava a convivência não arrefecida, e a cultivava com os patrícios de todas as camadas sociais, paternal ou fraterna, de bom conselho e de prestante simpatia e solidariedade.

Atentas essas razões, um periódico local, na passagem do século XIX — em Aveiro tão rico de figuras destacadas — para o actual, acentuava que «ninguém, neste último quarto de século mais do que o Sr. Conselheiro Francisco de Castro Matoso tem trabalhado em prol dos melhoramentos materiais deste distrito, que se presa em o contar no número dos seus filhos mais dilectos e prestimosos».

E esse órgão de informação local concluía a apreciação da personalidade do conterrâneo reconhecendo nele que, «partidário lealíssimo e amigo dedicado, coloca sempre acima de tudo o bem e a prosperidade desta circunscrição administrativa onde nasceu, onde tem a sua casa, e onde conta verdadeiros e numerosos amigos dedicados».

*

Esses amigos, os muitos admiradores e quantos, por serviços pessoais ou à comunidade, lhe tributavam reconhecimento, pensaram um dia em preiteá-lo, quando já no auge da

sua posição social e política — par do reino, como vimos (vice-presidente da Câmara alta desde Abril de 1905).

Assim, ainda em fins de 1904, foi resolvido mandar pintar a óleo o retrato do conceituado aveirense, com o intuito de, como devotada e prestadia figura concelhia, o colocar no salão nobre dos Paços do Concelho.

Para essa finalidade seria aberta, como foi, uma ampla subscrição pública. Abriu-a o jornal *Campeão das Províncias* o qual já em 7 de Janeiro de 1905 podia anunciar que logo atingira uma considerável soma.

Conhecem-se, aliás, extensas listas de subscritores para a efectivação dessa iniciativa. Pessoas gradas no meio, ou humildes. Importâncias relativamente avultadas e pequenas quantias.

E, para além da demonstração do preito traduzido no contributo pecuniário individual, outras homenagens eram prestadas ao respeitado e influente homem público. A Associação Comercial de Aveiro, por exemplo, em 4 de Fevereiro desse mesmo ano de 1905, deliberou conferir-lhe o diploma de sócio benemérito.

Entretanto, com uma arrastada preparação a que se não via necessidade de dar pressas, Castro Matoso, falecia mais cedo do que se previa.

biblRIA

O óbito não fez abandonar o propósito. Ao contrário, parece que tornou mais imperativo e dinamizador o desejo de exprimir a gratidão ao ilustre aveirense, tão prestadio, a quem todos deviam serviços, ou pessoais ou como membros da comunidade aveirense.

Assim, em meados de Março de 1906 (1), reuniu, «sob a presidência do Sr. Francisco Manuel Couceiro da Costa, e numa das salas da sua casa, à Rua do Gravito, a comissão instaladora do retrato do Conselheiro Castro Matoso».

Embora os assuntos de pormenor ficassem para reuniões posteriores, desde logo ficou assente que a inauguração do retrato se realizasse em dia próximo do aniversário de qualquer acto público relevante do «ilustre extinto» e que fosse colocado na sala nobre dos Paços do Concelho, o lugar de maior dignidade e significado para o preito que se intentava.

Por outro lado, pensou-se nessa reunião em convidar vários oradores para a cerimónia inaugural e ficou decidido

(1) *Campeão das Províncias*, n.º 5535, de 24-3-1906.

Francisco de Castro Matoso da Silva Corte Real
(1832-1905)

que «as sobras da subscrição se apliquem à construção do «*Novo Hospital*, que o benemérito cidadão com tão entranhado desvelo patrocinou».

A mencionada «Comissão Instaladora do retrato de homenagem ao benemérito extinto e ilustre filho desta terra, o Conselheiro Castro Matoso» anunciava, em fins de Junho, que ia proceder à cobrança das importâncias subscritas, em dívida.

Estão publicadas na Imprensa local da época as listas e por elas se reconhecerá não só a extensão que tomou a demonstração de homenagem, mas que o montante alcançado deixaria um saldo para a obra do hospital.

*

A 12 de Outubro de 1906 — e parece-nos não devermos omitir a data de um facto de pouco relevo, com o receio de uma sobrecarga mais fastienta de minudências, uma vez que a conhecemos — reuniu a aludida comissão, e como era normal, sob a presidência do venerando aveirense Francisco Manuel Couceiro da Costa.

Noticia-o (1) o *Campeão das Províncias* — do qual partira a iniciativa, aliás, da homenagem, ou pelo menos a aglutinação dos elementos que, com o incansável aveirógrafo citado ao leme, deram corpo e rumo à iniciativa, «de todo o coração aceite pela cidade» — do dia imediato (2).

Aí se lê o seguinte: «como se aproximava o dia em que o ilustre extinto fazia anos, ficou assente que a inauguração tenha lugar nesse dia, o de 23 de Novembro próximo».

E precisamente a 13, a comissão esteve na Câmara Municipal a fazer oferta do retrato que destinara à sala das sessões dos Paços do Concelho, e a solicitar-lhe que ela própria tomasse a incumbência de efectivar a inauguração. E a organizasse com dignidade, e todavia «sem festas, por ser recente a data do falecimento do Conselheiro Castro Matoso, mas também sem que se assemelhe a uma comemoração fúnebre...».

*

A tela, da autoria de CÂNDIDO DA CUNHA e na qual o pintor consagrado empregou todos os seus recursos técnicos e artísticos, foi qualificada pela Imprensa local, como «uma verdadeira preciosidade, quer sob o ponto de vista de semelhança quer sob a sua feitura artística» (2). Já, exposta que fora na

(1) N.º 5592.
(2) *Campeão das Províncias*, n.º 5603, de 21-11-1906.

Fotografia Guedes, do Porto, os diários portuenses lhe haviam realçado os méritos.

Assim, *O Primeiro de Janeiro* noticiava: «Essa pintura, que se destina a Aveiro, é de notabilíssimo valor, pela forte e animada semelhança e pelo discreto e sóbrio arranjo do quadro. O pincel de Cândido da Cunha possui o raro valor de unir a subtileza à energia e de fazer uma arte em que resplendem todas as delicadezas num nobre tom de vigor. O retrato do conselheiro Castro Matoso tem o merecimento dessas brilhantes qualidades e é, portanto, uma tela de alta valia artística».

A seu turno, o *Jornal de Notícias* faz-lhe ainda mais encomiásticas apreciações:

«Poucas vezes temos tido ocasião de ver um retrato a óleo em que a parecença seja mais flagrante e impressiva. Não só os traços fisionómicos estão reproduzidos com beneditino talento, mas todo o ar, todo o gesto, todo o moral do retratado transparecem salientemente do perfeitíssimo conjunto.

«Depois, todos os pormenores, desde o lançado natural da toga do juiz do Supremo Tribunal, até à posição das mãos e outros detalhes ainda, estão felicíssimos, de modo a resultar um magnífico trabalho que é uma demonstração bem real e bem eloquente do esplêndido talento de Cândido da Cunha.»

E acrescentava: «Um retrato assim não é apenas uma evocação eterna de um homem; é também uma bela obra-prima, uma alta página de arte a marcar na crónica da vida artística nacional».

O retrato, aliás, ainda existe e, embora transferido de lugar, bem patente ao público, em melhores condições de exposição, na galeria de aveirenses ilustres do Museu. Aí se evidencia, não só pelas dimensões — que também nesse aspecto é dos mais avantajados — mas, pela valia estética, ainda que se lhe não reconheçam inteiramente as qualidades superlativadoras apontadas.

E conserva-se na mesma moldura que desencadeou também gerais encómios ao artista que a executou e, como era lógico e devido, ao que deu para ela o risco, e em Aveiro, tão prezado era, como professor de desenho e «pelas suas qualidades humanas».

O *Campeão das Províncias* [1] escrevia a esse propósito: «A moldura, outra obra de arte de extremado valor, delineado pelo (...) distinto director da Escola Industrial de Fernando Caldeira, Sr. Silva Rocha, e executada pelo habilíssimo artista

---

[1] N.º 5603, de 21-11-1906.

Sr. José Ferreira dos Santos, de Carregosa, que foi o restaurador da tribuna da Sé Velha, de Coimbra (...) despertou igualmente vivo entusiasmo».

O *Primeiro de Janeiro*, na alusão que se não dispensa de fazer ao ensamblador de provadas capacidades, qualifica o retrato de «uma obra duplamente artística—na pintura excelente de Cândido da Cunha, e na talha notável de José Ferreira dos Santos».

*

Como era protocolar, à sessão extraordinária da Câmara Municipal consagrada à instalação do retrato, presidiu o presidente da municipalidade, Dr. JAIME DUARTE SILVA, como já dissemos.

Dentro da teia, além, ao que cremos, dos membros da vereação, tomaram lugar o governador civil do distrito, Leopoldo Machado, o par do Reino Ernesto da Silva Pinto Basto — que representava a respectiva câmara legislativa — e o Dr. Fernando Matoso, em representação da família.

Entre as muitas individualidades presentes, contavam-se João Carlos Machado, José Luciano de Castro Corte Real e Augusto de Castro, respectivamente, cunhado e sobrinhos do preiteado; os deputados pelo Círculo de Aveiro Conde de Águeda e João Pereira de Magalhães, e o autor do retrato.

As Câmaras Municipais do distrito delegaram as suas representações na solenidade da seguinte forma: Ílhavo, Duarte Ferreira Pinto Basto; Estarreja, Dr. Alexandre Correia Teles de Araújo e Albuquerque; Águeda, Conde de Sucena; Castelo de Paiva, Francisco de Magalhães; Oliveira de Azeméis, Comandante Francisco Augusto da Fonseca Regala; Arouca, Dr. Joaquim Simões Peixinho; Mealhada, Dr. José Joaquim Rodrigues de Almeida; e Albergaria-a-Velha, Dr. Carlos Luís Ferreira.

De Aveiro, além da edilidade e de todo o mais representativo elemento oficial, assistiram os vogais da comissão promotora, com excepção apenas, por motivos de doença, dos dois membros que mais se destacaram pelos esforços e empenho que dispensaram à iniciativa — o presidente, Francisco Manuel Couceiro da Costa, e Marques Gomes (1).

O presidente da Municipalidade, no início da sessão fez «ler ofícios e cartas de corporações e cavalheiros convidados», alguns dos quais temos presentes. Apontem-se assim: um do

(1) Além destes, faziam parte da comissão: Domingos José dos Santos Leite, tesoureiro; Firmino de Vilhena, secretário; e Dr. António Carlos da Silva Melo Guimarães, Francisco Augusto da Silva Rocha, Manuel Maria Amador e Silvério de Magalhães, vogais.

Presidente da Câmara dos Pares, confiando a respectiva representação, como vimos, ao «digno Par» Ernesto da Costa S. Pinto Basto, outros do Dr. Manuel Dias da Silva, do Dr. José Maria Barbosa de Magalhães; do Conselheiro Augusto de Castro, e José Luciano, ambos irmãos do homenageado, que se fizeram representar pelos sobrinhos, já citados, José Luciano Pires de Castro Corte Real e Dr. Augusto de Castro; de Luís de Magalhães, impossibilitado de se deslocar por afazeres governamentais, e Dr. Agostinho de Campos, então um dos deputados por Aveiro.

Em nome da edilidade, o presidente, Dr. Jaime Duarte Silva, agradeceu as adesões e comparências que a homenagem suscitara, acrescentando que o Conselheiro Castro Matoso «sempre fora estimado pela nobreza do seu carácter, buscara e encontrara na escola da vida pública o ânimo generoso e bom, tão medianeiro e conciliador que era o seu predominante condão». Ele determinara, aliás, «a sua enorme influência em tudo, e em todos que, em continuadas romarias, batiam ao seu portão da Oliveirinha, procurando são conselho e bom apoio e incentivo para as permanentes lutas da vida pública.

Aveiro e os pobres não podiam esquecer o Novo Hospital, obra que tanto o preocupou e a que tanto trabalho dedicou. E ele, por ser ocioso enumerar os altíssimos benefícios de Castro Matoso à região, não poderia deixar de pôr bem alto a sua dedicação pela causa dos infelizes, bem nítida nesse mesmo hospital em tal ponto de adiantamento deixado, que não é difícil asseverar que a sua conclusão será em breve uma realidade...»

biblA

*

O Presidente da Câmara Muncipal convidou, em seguida, para descerrar o retrato, o par do reino Ernesto Pinto Basto — que, como se lia num periódico local da ocasião, «pelas recordações de família, pelos seus méritos, pela independência e ilustração com que desempenhou aqui, por alguns meses, o cargo de governador civil, tem entre nós muitas simpatias».

Falaram depois o Dr. António Emílio de Almeida Azevedo, o Dr. Jaime de Magalhães Lima, o Dr. Ricardo Nogueira Souto, o Dr. Joaquim de Melo Freitas e o Dr. José Maria de Vilhena Barbosa de Magalhães.

Faremos dos discursos do primeiro e do último — únicos de que encontramos largas referências — circunstanciadas alusões. Quanto ao do Dr. Ricardo Souto, único dos oradores que não era natural de Aveiro, e ao tempo exercia clínica em Algés, notaremos que invocou, ao usar da palavra, a sua qualidade de filho do vizinho concelho de Albergaria-a-Velha.

E citou, em especial, a construção da ponte de S. João de Loure, sobre o Vouga, dizendo que o «Conselheiro Castro Matoso tomou sobre os seus ombros a sua realização, e, apesar de mil embaraços e dificuldades, só descançou quando viu concluída essa obra famosa, que tornará inolvidável o seu nome e abençoada a sua memória».

*

O Dr. ANTÓNIO EMÍLIO DE ALMEIDA AZEVEDO, aveirense de altos méritos intelectuais e morais, magistrado da mais inflexível integridade, homem de leis e cultor da História, pronunciou o seguinte discurso, que quase reproduzimos na íntegra e nos dispensa de dar mais dados biográficos de Castro Matoso:

«Quando eu era pequeno, meu pai levou-me um dia a casa do morgado da Oliveirinha.

Havia grande movimento de visitas. Na sala de entrada, com bancos de alto espaldar, estava um homem de ombros largos, alto, de feições regulares, barba curta e branca, falando com muita animação e energia.

Este homem era o pai do conselheiro Francisco de Castro Matoso; tinha vindo da Vila da Feira, como o avô paterno de José Estêvão, e casara na Oliveirinha com a rica herdeira de cinco ou seis vínculos.

O conselheiro Matoso tinha grande admiração pelos talentos de seu pai, e dizia-me muitas vezes que ele fora um orador de raça, e que tinha sido uma pena que tal homem se gastasse ali, na Oliveirinha, em lutas com os caseiros, por causa de foros.

É certo que o velho morgado fora uma *influência política;* exercera o lugar de presidente da Câmara Municipal de Aveiro (1), foi da Junta Geral e tomou parte em todos os grandes movimentos políticos da sua época.

Passeando na rua de buxo, à entrada da quinta da Oliveirinha, com meu tio Manuel Firmino, já muito doente, disse-me este: — «Foi aqui, nesta rua, que se resolveu fundar o *Campeão do Vouga* e para esse fim entregou-me o morgado um cordão de ouro, e autorizou-me a empenhá-lo, para ajuda das primeiras despesas».

A família Matoso, ligada por parentesco com os Eças, de Esgueira, com os Couceiros da Costa, de Vilarinho, e outros igualmente distintos, era o que Le Play chamava uma família *sonche.*

O conselheiro Matoso nasceu a 23 de Novembro de 1832,

(1) No ano de 1857, a partir de 29 de Março.

e fazia apenas dois anos de diferença de seu irmão, o Sr. conselheiro José Luciano (1), com quem a sua mocidade andou sempre estreitamente ligada. Ambos, nos intervalos do Latim, iam, fugidos, banhar-se nos poços da Gândara da Costa, de onde, nesse tempo, se extraía barro; ambos vinham, a cavalo, da Oliveirinha e Fontão, frequentar a aula de lógica nesta cidade, e ambos partiram para Coimbra, com o velho criado Bernardo, a matricular-se no primeiro ano de Direito, em 1849.

O Sr. conselheiro José Luciano era mais sossegado, mais estudioso e muito dado às letras; o conselheiro Castro Matoso mais irrequieto e folgazão — apesar da severidade do pai.

Quando algum fazia travessura maior, o velho morgado chamava o criado, da porta da sala de entrada, a que já me referi, mandava-lhe levar os loros, tirava a jaqueta de peles, e, reunidos todos os filhos, o delinquente era conduzido ao meio da sala e ali açoutado pelo seu braço vigoroso.

Praticavam-se naquela casa os preceitos bíblicos, que, no «Velho Testamento» recomendam com frequência que ao menino se não poupe a vara do castigo.

Assim foram crescendo aqueles rapazes, cheios de vida e saúde.

Nas férias vinham muitas vezes a Aveiro, e visitavam a «Casa do Carmo», onde, nesse tempo, vivia José Justino, e brilhava pela formosura e espírito sua filha D. Amância, que veio depois a casar na Rede, e foi mãe de uma plêiade de rapazes de talento, dos quais é o primeiro o conselheiro José Maria de Alpoim, nome para mim gratíssimo, pela grandeza dos serviços que tem prestado ao país, pela exuberância dos seus dotes de inteligência e de coração e até por muitas recordações da minha própria mocidade.

Também pelo mesmo tempo vivia em Fermelã a família do desembargador Almeida Medeiros, que tem uma filha gentilíssima.

Foi a ninfa recatada daquelas paragens, já de si encantadoras, e os rapazes da época, entre eles o conselheiro Matoso, iam passar a cavalo, entusiasmados, debaixo dos seus balcões, onde floresciam de certo as mais belas rosas, e a mais perfumada madressilva.

Em Coimbra, foram os dois irmãos condiscípulos do conselheiro Barjona de Freitas e de Carlos Ramiro Coutinho, depois visconde de Ouguela, com os quais mantiveram afectuosas relações.

Concluindo muito novos, em 1854, a formatura, o Sr. conselheiro José Luciano foi para o Porto advogar, e o irmão mais

(1) N., na Oliveirinha, a 14-XII-1834 e m., em Anadia, a 9-III-1914.

velho entrou na magistratura, sendo pouco depois despachado delegado para a comarca da Feira, onde casou com a senhora ilustre de quem lhe ficaram dois filhos — Francisco, cuja morte prematura havia de abrir no seu coração uma ferida que nunca mais fechou, e o seu actual representante, Dr. Fernando Matoso.

Nomeado Juiz de Nisa, o conselheiro Matoso veio em seguida para o Porto como ajudante do procurador régio, e fez então as suas primeiras armas políticas — entrando com ardor em eleições de Vila Nova de Gaia, que ficaram célebres.

Para se não separar dos filhos, que iam frequentar a Universidade, passou para Coimbra, como Juiz de Direito, e ouvi-lhe muitas vezes falar desse tempo com vivas saudades.

A comarca abrangia ainda Condeixa, e era uma das mais rendosas; a terra abundante; o clima agradável; a sociedade a primeira nas letras e nas ciências».

E, depois de traçar em rápidas pinceladas impressivas o elogio de Coimbra, o Dr. António Emílio de Almeida Azevedo, também magistrado com provas de inteireza excepcional, prosseguia:

«E é justo observar que, sendo a comarca de Coimbra, naquela época, de grande movimento, o conselheiro Matoso parece ter entrado facilmente nos trabalhos judiciais; nunca o ouvi queixar-se das canseiras, que devia ter tido, apesar de não se apresentar como jurisconsulto profundo.

Era até com delicado sabor de ironia que ele falava do grande livro, onde o distintíssimo juiz, também nosso patrício, conselheiro António José da Rocha, com quem serviu na Feira, escriturava todos os casos difíceis da sua prática.

Ele, por sua parte, não escriturava casos, e sempre me pareceu que não gastava muito tempo na leitura dos comentários; mas o seu espírito, extremamente sagaz e penetrante, devia facilmente apanhar e compreender o sentido das leis, a sua «vim ac potestatem».

*

Promovido à Relação dos Açores, o conselheiro Castro Matoso evitou esse desterro, escusado e sem justificação, fazendo-se eleger deputado por Aveiro. E então começou verdadeiramente a sua carreira política.

Em pouco tempo adquiriu enorme influência, não só no círculo, mas em todo o distrito de Aveiro. Essa influência era legítima.

Geralmente, o influente político é um homem perito nas artes da intriga, que serve para dispensar a lei, em seu proveito, e em proveito dos seus protegidos. Surge durante as inspecções militares para isentar mancebos robustos; recomenda aos jurados que dêem como não provados crimes evidentes; pede aos juízes que protejam casos escandalosos; faz nomear os candidatos mais ignorantes e incompetentes para os lugares públicos, e quanto maior for a injustiça, maior é o favor, maior o prestígio do influente! Se diante dele aparecer um médico, ou um oficial, a quem repugne isentar mancebos válidos e apurar os que não têm a necessária robustez, esse médico ou esse oficial, exactamente porque é digno e queria cumprir os seus deveres, é transferido para longe.

Os delegados e juízes que os atendem são os bons magistrados, chamam-lhes afectuosamente «muito serviçais» e mandam-nos para as melhores comarcas.

O influente fareja de longe as vacaturas para nomear os mais capazes de os servirem a eles, calcando aos pés as leis e a justiça. Assim trepam e escalam eles próprios as mais elevadas posições, fundando-se na sua influência. Assim se engrandecem e enriquecem, deixando atraz de si uma procissão de vítimas.

Assim se tem arruinado a nação e, o que é pior ainda, se tem desmoralizado a nossa raça!

E não sei se, dentro em breve, como em todos os povos dominados por longos séculos de ignorância e despotismo, nós não teremos de estabelecer dois corpos de direito, um para os que comem e estão de cima, e outro para os que trabalham e estão de baixo!

Não pertencia a esta espécie o conselheiro Francisco de Castro Matoso.

Promoveu, como poucos, os melhoramentos materiais da sua terra: devemos-lhe muitas estradas, a ponte de S. João de Loure e muitas obras importantes. Estávamos então no tempo das vacas gordas, e ninguém podia levar-lhe a mal que ele canalizasse para este distrito e para o de Coimbra, por onde depois foi eleito deputado, os rios de dinheiro que os governos queriam *por força* gastar em *obras de fomento*... Era assim que os grandes políticos da época chamavam aos seus esbanjamentos.

Na protecção que dispensava aos candidatos a lugares públicos, o conselheiro Matoso guiava-se por princípios de justiça e, até onde podia, procurava as pessoas para os lugares e não os lugares para as pessoas.

Foi assim que eu o conheci.

biblRIA

*

Depois da sua eleição por Aveiro, o conselheiro Matoso continuou durante alguns anos na Câmara dos Deputados, eleito por Coimbra, sendo afinal, em reconhecimento dos seus longos e importantes serviços, nomeado par do reino.

Fora essa nomeação, conquistada, como já notei, por longos serviços, o que tirou o conselheiro Matoso da política? Para si, absolutamente nada.

Serviu na Relação de Lisboa e subiu até ao Supremo Tribunal de Justiça, em virtude da lei, e à custa do seu trabalho, mas o seu nome nunca foi visto em conselhos fiscais de companhias ou em comissões remuneradas.

*

O conselheiro Matoso costumava vir todos os anos, em fins de Agosto, para a sua quinta da Oliveirinha e aqui se demorava até à proximidade do dia dos seus anos, em 23 de Novembro.

Era nesta época que eu me encontrava com S. Ex.ª; costumava ir passar as noites com ele; e então o conselheiro Matoso gostava de falar da sua mocidade, dos acontecimentos importantes da sua vida, das lutas políticas em que tomava parte, e dos homens com quem lidara e convivera.

Também achava graça ao meu espanto deante de certas notícias que me dava da capital.

O bom humor, a jovialidade, o gosto de se rir e fazer rir com histórias inofensivas, que inventava com muita graça, era um dos lados mais simpáticos do seu espírito.

*

Frequentava muito a Oliveirinha um jornalista, bom rapaz e inteligente, a quem o conselheiro Matoso desejava dar uma colocação à altura dos seus talentos e qualidades.

Vagara a tesouraria da Junta de Fazenda de Macau e alguém falou no lugar para o nosso jornalista. Este aceitava, e o conselheiro Matoso, depois de várias considerações a respeito do lugar, observou-lhe que tudo estava muito bem, mas era preciso que ele se vestisse à chinesa, porque era essa uma das condições do exercício daquele alto cargo.

Eu, que tinha estado em Macau, fui chamado para informar como era o costume, e logo figuramos o nosso amigo vestido de mandarim, com altos coturnos, calças e cabaia de seda

bordada, e o chapéu, com penas de pavão, em cima de comprida trança.

Este assunto trouxe-me durante dois ou três dias em ruidosa alegria.

*

Durante aquele tempo, a Oliveirinha era uma pequena corte. As deputações dos diferentes concelhos do distrito, e de Coimbra, sucediam-se umas às outras; vinham cumprimentá-lo e entregar-lhe memórias, tendo o conselheiro Matoso para todos um bom alvitre, uma indicação útil, ou palavras de esperança.

Havia as visitas de amigos. Ali vinham todos os anos seu primo, o falecido Conde de Fijó, o Dr. Chaves e o Dr. Dias da Silva, lentes da Universidade; ali estiveram o venerando bispo de Coimbra e os Condes de Atalaia.

A última visita do Sr. Conselheiro José Luciano a seu irmão mais velho e à casa onde nasceu, ficou célebre pela notável manifestação que lhe foi feita por todos, sem distinção de partidos.

*

A satisfação com que o conselheiro Matoso recebia os seus hóspedes, a bonomia com que os tratava, a sua perene jovialidade, eram encantadoras.

A própria quinta da Oliveirinha tem uma paisagem risonha. É cortada por um fresquíssimo vale, junto ao qual o conselheiro Matoso plantou, em tempos, uma mata de eucaliptos, agora enormes, e de acácias.

Era aqui, ouvindo correr a água pura, que ele, durante a calma, mais gostava de receber os seus amigos.

Como eram numerosos e dedicados viu-se na espontaneidade com que de todas as partes queriam concorrer para o retrato hoje inaugurado.

À Câmara Municipal, que lhe deu um lugar de honra, os meus calorosos parabéns.

*

A Inglaterra, que em muitas coisas podemos tomar como modelo, dá-nos um grande exemplo na consideração pela memória dos seus filhos mais ilustres.

Nós não podemos ter — é única no mundo — a Westminster Abbey. Mas, guardadas as devidas proporções, alguma coisa podíamos fazer que enobrecesse esta nossa querida terra.

E talvez agora, que vejo à frente da Câmara de Aveiro um rapaz inteligente a quem a sua nobre profissão obriga a fre-

bibRIA

quentar os tribunais, talvez agora seja ocasião para se realizar um dos maiores benefícios que pode fazer-se a esta cidade — tirar do meio dela, deste largo tão belo, a cadeia pública que, no estado e nas condições em que se acha, é como quase todas as cadeias de Portugal, um antro de miséria.

Concordam os criminalistas mais ilustres em que toda a prisão deve ser disciplinada pelo trabalho rústico para as presas que vêm dos campos, e em oficinas, para os das cidades.

Deve ser subordinada a esta ideia que, decerto, dentro em pouco será lei, a escolha do novo edifício, e lembrarei que o antigo convento de Santo António parece estar em óptimas condições para esse fim.

Removida a actual cadeia, não seria difícil converter as antigas enxovias em salas de um museu e de uma biblioteca com os retratos, as estátuas, os bustos dos nossos conterrâneos que se assinalassem nos ofícios, nas artes, nas letras ou na política, como bons pastores de homens.

No entretanto felicito a Câmara pela sua iniciativa na festa de hoje.

O Conselheiro Francisco de Castro Matoso tomou sempre a peito os interesses da nossa terra; deu grande impulso à obra do «novo hospital», estava sempre pronto a coadjuvar todos os empreendimentos úteis a Aveiro.

Honrando-o, nós pretendemos honrar o trabalho, sobre o qual assentou o edifício da sua vida, e a *dedicação pelos outros* — que foi o lema da sua vida».

IBRIA

*

O Dr. José Maria de Vilhena Barbosa de Magalhães, então um jovem advogado formado sete anos antes, e que já evidenciava os méritos que o tornariam uma figura de alto relevo nacional, encerrou — «com chave de ouro», escreveu-se na ocasião — a série dos discursos, como atrás referimos, com a oração que damos através de notas muito presumivelmente da sua própria autoria.

E disse, a seu turno, que era intenso o seu desejo de tomar a palavra naquele ensejo, mas duvidara fazê-lo, porque, além do mais, não desejava que se pensasse querer substituir seu pai, cujo estado de saúde absolutamente impossibilitara de aceder ao convite da Municipalidade para falar sobre o seu inolvidável amigo Conselheiro Castro Matoso.

Considerara, todavia, como obrigação moral não ficar calado no momento em que se prestava um preito de justiça à memória do grande aveirense.

Adiante frisaria que, quando os amigos de Castro Matoso tomaram a iniciativa de abrir a subscrição pública para colo-

car o seu retrato na sala nobre dos Paços do Concelho, era ele ainda vivo, e vivo esperavam todos que estivesse quando o retrato fosse inaugurado.

E, segundo a desenvolvida referência que temos presente (1), e de que vamos dar quase integral transcrição, o insigne aveirense professor Doutor Barbosa de Magalhães — conquistaria a cátedra universitária oito anos mais tarde — prosseguiu afirmando que infelizmente não seria assim.

Portanto, a festa não tinha o brilho, o entusiasmo, a alegria que devia ter, e antes sofria um acentuado cunho de indelével tristeza, que todavia era compensada pelo reconhecimento de maior sinceridade de sentimentos dos que naquela manifestação tomavam parte e pela menor suspeição de lisonja por parte dos que ali tinham a honra de erguer a voz.

Disse, de seguida:

«Que desde criança conhecera o conselheiro Castro Matoso, tendo aprendido com seu pai e seu avô (2) a respeitá-lo, a estimá-lo e a venerá-lo, e sempre recebera dele provas da maior estima, que se revelavam no tratamento carinhoso e familiar com que até a morte o distinguira.

Que se ufanava, pois, de ele, orador, e os seus, terem sido sempre amigos de Castro Matoso, de sempre terem estado a seu lado (...), mas se era certo que a amizade desse homem honrava, e que ele sabia ser verdadeiramente amigo do seu amigo, não era por esse predicado, por essa sua qualidade de carácter, que aquela manifestação se fazia e que o seu retrato ali se inaugurava.

Ali, Castro Matoso devia ser encarado como homem público, como magistrado e como político, amigo do seu país e da sua terra.

Se ele, orador, desde criança conhecera e estimara Castro Matoso, desde que se formou e que começou a exercer a nobre profissão de advogado, de que tanto se orgulhava, conhecera Castro Matoso como juiz, não só inteligente, estudioso e sabedor, mas sobretudo íntegro.

Mais ainda: — como magistrado, Castro Matoso tinha o grande mérito de se compenetrar da justiça que assistia a qualquer das partes e de por ela pugnar com todas as suas forças.

Fora longa e brilhante a carreira de Castro Matoso como magistrado judicial (...) e limitava-se a marcar-lhe as principais étapes: a sua estada como Juiz de Direito em Coimbra onde, não obstante os trabalhos e as dificuldades que sempre há nessa comarca, deixara o seu nome aureolado de simpa-

(1) *Campeão das Províncias*, n.º 5606, de 1-12-1906.
(2) O Conselheiro Manuel Firmino de Almeida Maia.

tias e de saudosas recordações; a sua presidência da Relação de Lisboa, que exerceu brilhante e dignamente; e o seu exercício como Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, onde, desde que entrou, se começara a fazer devidamente o relatório que a lei ordena antes dos julgamentos e se inauguraram nestes as discussões entre os juízes.

*

Para se avaliar bem do carácter de Castro Matoso como magistrado, apontaria dois factos, que bem substituiriam as melhores palavras que ele, orador, pudesse pronunciar.

Numa dessas discussões, no Supremo Tribunal em que Castro Matoso pugnava pela decisão que lhe parecia mais justa e legal, ouviu um colega adverso invocar este último argumento: «dos nossos acórdãos não há recurso». Imediatamente Castro Matoso respondeu: — «Engana-se V. Ex.ª Há recurso. É as partes esperarem-nos lá em baixo a pedirem-nos contas da maneira como julgamos as suas causas».

Por aqui se vê a grandeza de coração de Castro Matoso e como ele reconhecia o direito de desafronta àqueles que eram vilipendiados ou ofendidos.

O outro facto era ter, com um outro digníssimo juiz que em Aveiro estivera como magistrado, deixando saudosa recordação — o conselheiro Eduardo de Serpa Pimentel — tomado a iniciativa de um projecto de lei e ter, arrostando com a má vontade dos colegas, conseguido que ele em lei se convertesse. Nela se consignava o sorteio dos juízes e se garantia, no julgamento dos embargos aos acórdãos do Supremo Tribunal os legítimos direitos de defesa.

*

Como político, todos os que ali estavam tinham visto e reconhecido a influência e preponderância de Castro Matoso, quer na política geral quer na política local.

Fora deputado, par do reino, vice-presidente da Câmara dos Pares, mas não só por essas eleições e nomeações ganhara essa influência e prestígio.

Foi porque, como deputado e como par, soube sempre pugnar pelo cumprimento da lei e das boas normas da administração, tomou a iniciativa de vários projectos de lei em favor do seu distrito e da sua terra, e interveio sempre brilhantemente nos debates parlamentares.

Ainda não há muito tempo, Castro Matoso fizera um justo e vigoroso ataque, na Câmara dos Pares, ao Ministro da Guerra, que tumultuária e ilegalmente deportara para Timor,

bibRIA

sem julgamentos, os soldados de infantaria 18 que se tinham insubordinado no Porto.

Lembrava esse facto para se ver ainda como Castro Matoso se punha ao lado dos fracos e dos oprimidos.

Na política local já os antecedentes oradores tinham enumerado os serviços por Castro Matoso prestados à sua terra e tinham mostrado bem a sua preponderância e o seu valor. Limitava-se, pois, a frisar que, se tanto na política geral como na local, não tinha exercido ainda maior influência e não tinha subido tanto quanto o permitiam os seus dotes de espírito, as suas qualidades de trabalho e de carácter, era porque nele concorriam circunstâncias especialíssimas, de todos conhecidas, e que ele era o primeiro não só a conhecer também, mas ainda a medir e respeitar.

Acrescentou que esta manifestação não tinha agora a significação e o valor que deveria ter. Estávamos ainda perto de Castro Matoso. Todos o conhecemos e não houvera ainda tempo para se desvanecerem os sentimentos que por ele havia. Demais, estamos numa época bem crítica, de convulsões, de revoltas, de suspeitas e desesperos.

Há muitos anos que um forte vento de democracia e reivindicação social vem agitando a Europa.

E, afora os países que, como em França, depois de quatro governos, à frente de um dos quais esteve o grande Combes, se fixou, com a subida de Clemenceau ao poder, uma política democrática e socialista — a única que deve seguir todo o país que quer caminhar na senda do progresso — afora esses países, nos restantes, como na Rússia e Portugal, esse vento produz ainda convulsões, perturbações, um como que vulcão que tudo ameaça transformar e subverter.

Efectivamente o período que atravessamos é verdadeiramente crítico, de injustiças e desigualdades, de suspeitas e desconfianças, de más vontades e de invejas.

O trabalho não tem a devida remuneração; premeia-se quem se deve castigar; castiga-se quem merece louvor; vêem-se subir homens sem se saber porquê; as condecorações, as veneras concedem-se e fazem-se tão arbitrária como prodigamente.

E, ao mesmo tempo, lançando um golpe de vista sobre todo o país, sobre a nossa civilização e os nossos grandes homens, vemos que Camilo Castelo Branco, o mestre dos mestres, o maior dos nossos romancistas, nem tem os seus ossos no panteão, nem a sua figura modelada no bronze a perpetuar-lhe a memória; e olhando para mais perto, restringindo o nosso olhar a um meio mais pequeno, à nossa terra, vemos que o retrato de Manuel Firmino, que agora ali se encontra, esteve meses, quiçá anos, esquecido num desvão!

biblRIA

Por tudo isso, a manifestação de hoje não tem desde já todo o valor que devia ter. Mas tê-lo-á quando mais tarde se fizer a frio a história de Aveiro e se vir como Castro Matoso era bem digno dela.

Enganam-se os que pensam que tais manifestações honram aqueles a quem ou a cuja memória são consagradas.

Para que o nome de José Estêvão atravesse as gerações e seja sempre lembrado como grande liberal, grande revolucionário e o maior dos nossos oradores, não era preciso que em Lisboa e em Aveiro a sua figura em bronze fosse erguida na praça pública.

Tais manifestações não honram aqueles que as merecem. Quando justas, como esta de hoje, honram antes os seus iniciadores».

Terminou fazendo dois votos:

«Para que Aveiro continue a poder orgulhar-se de ter filhos como Castro Matoso.

Por que Aveiro tenha sempre homens que em devido tempo saibam prestar homenagem àqueles que, como Castro Matoso, tanto honraram e serviram a sua terra natal.»

*

bibRIA

A homenagem tinha sido prestada. Pretendia-se—e, como, ingenuamente, em casos similares, supunha-se tê-lo conseguido — que o prestantíssimo aveirense ficasse inolvidado, na memória e na gratidão dos seus patrícios. Ora, como de costume, nem o retrato, nem o assinalá-lo com uma placa toponímica fizeram subsistir o conhecimento do valioso «curriculum vitae» do destacado filho de Aveiro, magistrado e homem público de evidência. Aliás, não é raro que os próprios moradores ignorem quem seja o patrono da artéria em que habitam (1).

*

Para remate deste já tão longo arrazoado que mais intenta relembrar a figura de Castro Matoso, do que o facto que deu imediata origem a estas desataviadas linhas, deixarei registado que o retrato se encontra, como atrás deixamos dito, no Museu.

---

(1) Veja-se in *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. XXXIV, pág. 3, F. FERREIRA NEVES, *A Casa e Morgado da Oliveirinha nos concelhos de Eixo e Aveiro.*

O AVEIRENSE FRANCISCO DE CASTRO MATOSO

Na sessão camarária de 22 de Outubro de 1936, efectivamente, «foi resolvido oficiar ao Senhor Director do Museu desta cidade a dar-lhe conhecimento que, tendo necessidade esta Câmara de proceder a obras em algumas das suas repartições, entre as quais se conta a sala das sessões, onde se encontram os retratos dos saudosos conselheiros Castro Matoso e Manuel Firmino de Almeida Maia, em ponto grande e em ricas e artísticas molduras, se lhe pedindo o especial favor de autorizar esta Câmara a fazer a transferência dos dois retratos para uma das salas daquele Museu, onde Sua Excelência ordenária fossem tratados com todo o cuidado e carinho que merecem...».

Ali se encontra, pois, o retrato do Conselheiro Castro Matoso, há muito próximo de quatro decénios, entre as telas e esculturas que representam alguns dos mais ilustres filhos de Aveiro.

EDUARDO CERQUEIRA

bibRIA

OS SUPERIORES DO MOSTEIRO DE S. PEDRO DE AROUCA DESDE AS ORIGENS ATÉ À ADOPÇÃO DA REGRA DE CISTER

ANTES de iniciarmos propriamente o assunto proposto, devemos fazer alguns esclarecimentos. Este estudo sobre os superiores do mosteiro de S. Pedro está integrado em uma obra mais vasta, intitulada «O Mosteiro de S. Pedro de Arouca. História das suas origens (Séc. X-1226)», dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e que preparamos para publicação. Aí transcrevemos abundante documentação inédita (c. 250 documentos) que, completando a já publicada, nos permitiu elaborar a história do mosteiro desde a sua fundação até à aprovação da mudança da regra beneditina para a cisterciense, pelo papa Honório III, procurando abordar a vida da comunidade nos seus aspectos internos e externos, se bem que, em alguns pontos, as informações sejam sucintas dada a escassez de elementos colhidos nas fontes.

O mosteiro de S. Pedro foi fundado por particulares e sempre se manteve com a sua ajuda. Uma mesma família protegeu-o quase sempre ao longo do período que consideramos, embora não nos pareça que fosse um mosteiro familiar, negando a entrada a pessoas estranhas à família fundadora. Não há dúvida, porém, que muitos membros dessa família se abrigavam no seu interior, vindo aí a desempenhar altos cargos, como veremos em seguida.

Foram seus fundadores Loderigo e Vandilo que, entre 915 e 925, deviam ter mandado construir a pequena ermida (1). Os

(1) O nome daqueles fundadores surge-nos citado no doc. 781 dos *Diplomata et Chartae*. Aquela primeira data foi extraída de uma ordem de Ordonho II para que se restituísse às igrejas de Lamego e Tuy tudo

biblRIA

seus filhos, por razões que desconhecemos, venderam-na a D. Ansur e D. Eileuva, senhores de alta linhagem (1). Estes fidalgos, de tal modo engrandeceram e aumentaram a instituição, que são normalmente apresentados como os seus primeiros fundadores. O mosteiro, invocado desde logo aos santos orientais S. Cosme e S. Damião associados a S. Pedro e S. Paulo, veio a ser legado, em 951, por aqueles padroeiros, uma vez que não tinham filhos, ao abade Hermenegildo (2). Aqui temos o primeiro abade conhecido da comunidade, que, como vimos, acumula estas funções com as de padroeiro, caso que não será único na história de S. Pedro. A sua acção foi notável, tendo cumprido as disposições testamentárias que lhe foram confiadas. Assim, no plano do engrandecimento material da comunidade, Hermenegildo vai doar ao mosteiro as «villas» de Vilar, Cartamil, Fonte Coberta, Friães, Moldes e Novais (3). A «villa» de S. Pedro, limitada pelas de Crasto, Cartamil, Rio de Moldes e Romariz, deve ter ficado integralmente na posse da instituição. Além de aumentar o património do mosteiro, podemos observar através de um documento de 972 (4), com que energia Hermenegildo o defendia, tendo mesmo recorrido à justiça para levar avante uma questão sobre a posse de certas terras em Arouca, doadas à instituição pela família de Godesteu Moniz, as quais um certo Ataúlfo reclamava como suas. Paralelamente, o conteúdo dessa mesma carta mostra-nos o seu espírito de compreensão, espírito esse que o leva a apiedar-se de Ataúlfo, que, rojando-se a seus pés, lhe implora uma quinta para viver, tendo-lhe concedido essa mercê. Por fim, Hermenegildo vai dar cumprimento a outra parte das disposições dos fundadores, legando o mosteiro, do qual era único possuidor, a alguém da sua escolha, recaindo esta sobre a sobrinha dos fundadores, D. Godinha. Deixa escolhida a sua sucessora na protecção do mosteiro, não designando, contudo, o chefe espi-

---

o que lhe havia sido retirado (daí a questão sobre a posse de certos bens entre um senhor de Moldes, e depois seus filhos Loderigo e Vandilo, e o bispo de Lamego), ordem essa citada por HENRIQUE FLORES e MANUEL RISCO, *España Sagrada*, T. XIV, Madrid, 1758, pp. 161-162 em 925, temos a certeza de que o mosteiro já existia pelas informações colhidas no doc. 746 dos *Diplomata et Chartae*.

(1) *Dipl. et Chart.*, doc. 781.

(2) *Dipl. et Chart.*, doc. 63: «Concedimus ipsud quod in testamento resonat ipsi loco sancto pro remedio animarum nostrarum et tibi ermigildo abbati ut habeas et possideas in uita tua edifices et plantes et ganes et teneas eum sanum et intemeratum post parte de ipso loco sancto et quantum ibidem ganare uel agmentare potueris cum dei adiutorio relinquas omnia ad ipsius loci sancti at uero obitu tuo licitum habeas tu faciendi inde quod uolueris tam propinquis nostris quam estraneis cui fuerit uoluntas tua relinquas istum testamentum et omnia que inuenta fuerint in manus tuas...».

(3) *Dipl. et Chart.*, doc. 392.

(4) T. T. — L.º D. Maior Martins, fl. 32 v., doc. 84.

biblRIA

ritual da comunidade. Frei Bernardo de Brito (1) diz que Hermenegildo governou o mosteiro durante 13 anos e 5 meses, tendo-lhe sucedido Froilano. Desconhecemos, no entanto, se estas afirmações têm algum fundamento, já que os documentos são mudos sobre tal pessoa. Igualmente por falta de elementos, teremos na história dos superiores do mosteiro uma lacuna que vai desde 972, ou pouco depois, até 1064. Assistiremos, ainda, à sucessão de mais dois padroeiros — Toda Godesteis e seu sobrinho, Froila Godesteis — sem, contudo, podermos entrever qual o abade do cenóbio (2).

Só quatro anos depois da entrega do domínio a Froila, em uma doação de 1064, vemos mencionado novo abade «... tibi adeffonso abba uel fratribus et sororibus uestris...» (3) e, de igual modo, uma doação de Crescónio ao mosteiro de S. Pedro, em 1077, é dirigida «... uobis adefonsus abba et fratribus tuis...» (4). Volvidos, porém, quatro anos, em 1081, o superior da comunidade passa a ser «Gudino abba» (5). Estamos perante os dois irmãos Afonso e Godinho Forjaz a quem seu pai, Froila Godesteis, vai legar o domínio do mosteiro, em uma data que se desconhece. Como hipótese, frente aos elementos documentais de que dispomos, poderíamos supor que Afonso teria governado o mosteiro primeiramente (6), legando depois a sua missão de chefe espiritual da comunidade a seu irmão, talvez mais novo, uma vez que, a partir de 1081, as doações ao mosteiro de S. Pedro se referem unicamente ao abade ou prior Godinho. Em 1092 (7) o monge Afonso delega, também, em seu irmão, o presbítero Godinho, todo o encargo do patronato do convento, doando-lhe a metade do domínio que lhe coubera por herança. Vê-lo-emos, pela última vez, em 1096 (8), ao lado de seu irmão, em um pacto concertado com D. Godinha *Eriz*, sobre o domínio da instituição, mas já então o abade devia ser

b'bRIA

---

(1) *História da fundação e dedicação do Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca*, in FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *Memórias para a vida da Beata Mafalda...* Coimbra, 1814, pp. 205-254.

(2) É certo que, no ano 1000, encontramos uma venda de Aldonça Soares «... tibi Godinus prior et fratribus tuis de Sancto Petro de Arauca». Este documento, todavia, só aparece transcrito no Livro de D. Maior Martins, fl. 4, doc. 8, pelo que deve ter havido lapso do copista, esquecendo um C na era, o que dá o ano de 1100. Realmente, em esta data, aparece o mesmo notário e ainda as testemunhas Garcia e Todereo, o que não acontece nos anos à volta de 1000. Este Godinho é, pois, Godinho Forjaz, futuro abade da comunidade.

(3) *Dipl. et Chart.*, doc. 438.

(4) *Dipl. et Chart.*, doc. 546.

(5) *Dipl. et Chart.*, doc. 600.

(6) A data de 1064 marcará, para nós, o início do seu abaciado, pois em esse ano temos a primeira alusão ao seu cargo.

(7) *Dipl. et Chart.*, doc. 781.

(8) *Dipl. et Chart.*, doc. 831.

Godinho. Temos, porém, uma dúvida, que ficará certamente sem explicação, criada por dois diplomas de 1091 que se referem a «didagu abba et tibi gudino presbitero» (1). Existiriam dois abades regendo a comunidade? Não sabemos como resolver a questão, pois este abade Diogo apenas é citado em estes dois documentos. Logo em 1092 se seguem duas doações (2), onde surge Godinho como presbítero ou abade, e este mesmo continua a ser citado nos anos subsequentes.

Apresentando a data de 1081, com todas as flutuações e incentezas a que fica sujeita, como início do abaciado de Godinho, poderemos saber quando termina a sua alta missão? A última doação que lhe é dirigida data de 1101 (3), havendo logo no ano de 1109, em um documento de Pendorada, alusão a «Eikanus prior Arauack» (4), se bem que esta indicação não seja precisa, pois não se fala aí directamente do mosteiro de S. Pedro. No ano seguinte, vamos encontrar uma doação destinada a «tibi Arias presbiter» (5), mas desconhecemos se este documento alude ao mosteiro de S. Pedro ou ao de S. Salvador da Várzea. Possivelmente destituído do cargo de abade, Godinho deve ter permanecido na instituição e, em 1110, no documento atrás citado, ainda desempenha o cargo de notário.

Novo problema se nos depara com um documento de 1148, em que Paio Odores doa metade da Igreja de Santa Marinha e da sua herdade «... tibi Godinus prior et monasterio de Sancti Petri de Arauca...» (6). É quase impossível admitir que se trata de Godinho Forjaz, porque, nesse caso, teria permanecido no abaciado 67 anos. Além disso, não compreenderíamos o motivo pelo qual o seu nome esteve omisso desde 1101 como abade, e desde 1110 como notário, até data tão avançada. Por semelhança com um outro caso já analisado, admitimos, desde logo, a possibilidade de o diploma estar mal datado ou ser falso, mas a análise diplomática é aqui bem mais difícil. Não estamos perante uma cópia do cartulário, mas frente a um documento avulso que contém mesmo o sinal do notário Paio. Nesse mesmo ano, o proprietário Paio Odores dera a outra metade ao mosteiro de Vila Boa do Bispo, aparecendo a redigir o documento o dito notário, embora sem apor o seu sinal (7).

biORIA

---

(1) *Dipl. et Chart.*, docs. 746 e 765.
(2) *Dipl. et Chart.*, docs. 773 e 779.
(3) *Doc. Part.*, vol. III, doc. 14: «... tibi Gudinus prior».
(4) *Doc. Part.*, vol. III, doc. 320.
(5) *Doc. Part.*, vol. III, doc. 349.
(6) T. T. — C. R., Arouca, m. III, doc. 29. VITERBO, *Elucidário*, s. v. *Ferros* cita este doc. exactamente com a data de 1148 e com o mesmo conteúdo.
(7) T. T. — C. R., Arouca, m. III, doc. 18. Note-se que no Livro de D. Maior Martins, fl. 49, doc. 27, se diz que esta metade veio a pertencer ao mosteiro de Arouca por troca com Vila Boa do Bispo.

Esta última carta aproxima-se muito, pelo traçado da letra, de uma outra doação que, em 1147, Ouroana Viegas endereçou a Vila Boa do Bispo, escrita pelo notário Paio, que aí desenha o seu sinal (1). O documento que se refere a Arouca é de letra bem diferente, podendo, realmente, tratar-se de uma cópia. Mas isso não é o bastante para nos levar a concluir que se trata de uma falsificação ou que a data se encontra errada. Atentemos ainda no facto de Paio Odores só nos aparecer à volta destes anos, conforme uma doação de 1146 a Vila Boa (2). Que concluir? Poderia o notário Paio, mais relacionado com Vila Boa, ter cometido um engano na designação do prior de Arouca? Ou, sempre hipóteses, tratar-se-ia de um outro abade Godinho, não identificável com o anterior, que então governaria a comunidade? (3). Mais ousadamente poderíamos alvitrar que o documento fosse uma falsificação tardia daquela doação a Vila Boa, onde o enquadramento histórico estivesse manifestamente errado. Após todas estas conjecturas, não atingiremos certezas, até pela desconexão deste documento com os acontecimentos que se vão seguir.

As fontes documentais informam-nos que, em 1114 (4), D. Toda Viegas superintendia no mosteiro, como sua padroeira. Vamos agora averiguar se, para além do domínio material, ela deteria também o governo espiritual da comunidade. Frei Fortunato de S. Boaventura (5) afirma que Toda exerceu o cargo de abadessa, opinião compartilhada mais recentemente por Mattoso (6), apontando ambos o período que medeia entre 1114 e 1154 para o desempenho dessas funções. Viterbo (7) não concorda e, se bem que apresente as mesmas datas para a sua permanência no mosteiro, afirma que D. Toda, sem fazer profissão monástica, e sendo apenas familiar da ordem, governou o mosteiro como sua padroeira. Que nos dizem os documentos? Em variadíssimos encontramos referências a D. Toda «Deo uota» (8) e muitas doações aparecem dirigidas «ad monasterio supra dicto Sancti Petri et tibi domna Tota Beniegas et sororum uel fratrum qui ibi in seruitio Dei fue-

biblIA

(1) T. T. — C. R., Arouca, m. III, docs. 27 e 28.
(2) T. T. — C. R., Arouca, m. III, doc. 26. O notário aqui é Martinho e não Paio.
(3) Descramos bastante desta possibilidade, já que este abade nunca é citado nos documentos.
(4) *Doc. Part.*, vol. III, doc. 464.
(5) *Memórias para a vida da Beata Mafalda...* Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1814, cap. x.
(6) Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, s. v. *Arouca* de J. Mattoso.
(7) *Elucidário*, s. v. *Famulo de Deos.*
(8) T. T. — C. R., Arouca, m. II, docs. 13, 15, 17, 29...

rint» (1). Se completarmos estes dados com o facto de os diplomas serem omissos sobre a pessoa do abade (2), temos de concluir que D. Toda Viegas desempenhava tais funções, a ela se dirigindo os doadores, prova de que reconheciam a sua autoridade. É certo que parece estranho não ser designada como abadessa, nem uma única vez, em os diplomas de Arouca, esta senhora que tão pródiga foi para a comunidade e tão bem soube desempenhar os seus cargos de padroeira e superiora. Exigi-lo-ia, talvez, a sua modéstia, a que mais agradava a designação humilde de «Deo uota», ou até as circunstâncias, já que dentro de uma comunidade até aí sempre governada por abades, uma autoridade feminina se impunha. Quando assim estudávamos o problema face à nossa documentação, tivemos ocasião de compulsar o Livro Preto da Sé de Coimbra, onde, pela primeira vez, encontrámos uma referência a D. Toda como abadessa. Trata-se de uma carta sem data, que versa sobre o problema da igreja de Santo Estêvão de Moldes, onde se lê: «Domna Toda abbatissa de Arauca...» (3). Embora não datado, este documento refere o bispo Gonçalo Pais, que deteve este cargo de 1109 a 1128 (4), pelo que tem de estar compreendido entre estes anos. Este dado vem confirmar o governo de D. Toda em S. Pedro antes de 1128, o que concorda com os elementos já apontados — domínio (temporal e espiritual) comprovado a partir de 1114.

D. Toda Viegas governou a comunidade até 1154 (5), ano em que a vai colocar sob a autoridade da abadessa Elvira Anes que, tal como Toda, acumulou na sua pessoa as funções de padroeira e abadessa. Esta religiosa vai estar alguns anos a dirigir a instituição e assim a encontramos referida em a sua condição de «abbatissa de Arauca» desde 1154 até 1203 (6), ano da venda que Nuno Pais fez a «... Iluira Iohannes domna abatissa de Sancto Petro de Arouca...» (7).

---

(1) T. T. — L.º de D. Maior Martins, fl. 30 v., doc. 80 e contextos similares em outros, como o doc. 13 e 29 do maço 2 e o doc. 23 do maço 3.

(2) Salvo o doc. controverso de 1148.

(3) Livro Preto da Sé de Coimbra, fls. 35-35 v.

(4) P. MIGUEL DE OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*. Lisboa, União Gráfica, 1948, p. 434.

(5) T. T. — C. R., Arouca, m. IV, doc. 8.

(6) T. T. — C. R., Arouca, m. IV, docs. 8, 12, 38; m. V, doc. 15; gav. 3, m. 4, n.º 17; L.º de D. Maior Martins, fl. 9 v., doc. 20.

(7) Durante o abaciado de Elvira Anes, aparecem dois documentos que levantam alguns problemas. O primeiro é uma troca realizada em 1158 (T. T. — C. R., Arouca, m. IV, doc. 11) entre o presbítero Paio Pais e Elvira, onde é mencionado o abade João como notário; o segundo, uma venda, em 1203 (T. T. — C. R., Arouca, gav. 3, m. 4, n.º 17), onde é citado Egas Dias «seu abade». Este último caso, uma vez que se trata de uma venda de Elvira a Nuno Pais, parece evidente tratar-se

Não encontramos, depois desta data até 1215, referências a superiores do mosteiro. Em aquele ano, o diploma do cabido e bispo de Lamego que concede a Arouca a isenção do direito diocesano e do censo anual de seis áureos, aponta a Rainha D. Mafalda como padroeira do mosteiro e refere-se expressamente à «priorissa Dordia» (1). Do mesmo modo, a «domna Dordie mee abbatisse» se refere a doação da monja Marinha Gomes ao mosteiro de S. Pedro (2). Assim, poderemos dar razão a Frei Fortunato de S. Boaventura (3) que nega ser D. Eldara, parente da rainha, a primeira abadessa da reforma, contra a opinião do autor da Crónica de Cister (4). Aliás, esta abadessa nunca nos aparece citada nos documentos, mas logo em Junho de 1226 (5) nos surge a desempenhar esse cargo Maria Lourenço. Com D. Dórdia e Maria Lourenço (6) entramos já na reforma cisterciense da comunidade e atingimos, como tal, o fim do período que nos propusemos estudar.

Conhecida a cronologia dos superiores de S. Pedro, uma palavra se impõe sobre as suas qualidades e acção, nos casos em que nos é dado conhecê-las. Já dissemos que o mosteiro

---

do seu confessor, que assim aparece designado «seu abade». Quanto ao primeiro diploma, o abade João podia referir-se à instituição de que era presbítero Paio Pais, ou ao mosteiro de Arouca. Na verdade, sabemos ter existido um notário João no convento de S. Pedro desde 1144 (T. T. — C. R., Arouca, m. III, doc. 22), podendo tratar-se do mesmo. Comparando as duas cartas (de 1144 e 1158), no seu tipo de letra, a hipótese não nos parece totalmente rejeitável, já que, embora diferentes, se pode ver na última uma evolução no traçado que pode provir do de 1144. Se aceitarmos, então, este abade como sendo de Arouca, talvez se explicasse a sua presença pela necessidade de existirem clérigos que assegurassem os ofícios litúrgicos na comunidade.

(1) T. T. — C. R., Arouca, gav. 2, m. 1, n.º 11.

(2) Esta doação aparece com a data de 1224 (T. T.—C. R., Arouca, gav. 3, m. 10, n.º 14 e L.º D. Maior Martins, fl. 65 v., doc. 72) ou 1225 (T. T. — C. R., Arouca, gav. 3, m. 10, n.º 15).

(3) *Op. cit.*, p. 105.

(4) Fr. BERNARDO DE BRITO, *Crónica de Cister*. Lisboa, 1602. L. VI, cap. XXV.

(5) T. T. — C. R., Arouca, gav. 3, m. 1, n.º 66.

(6) O Livro de D. Maior Martins, na fl. 67, doc. 75, copia uma carta de 1220, onde é citada a abadessa de Arouca D. Maior Martins. Esta data está manifestamente errada, pois D. Maior Martins foi abadessa do mosteiro, mas posteriormente. A abadessa Maria Lourenço que nos surgiu, como vimos, em 1226, vai ser citada até Fevereiro de 1238 (T. T., — C. R., Arouca, gav. 6 m. 9, n.º 12). D. Maior Martins é nomeada abadessa em um diploma de Maio de 1244 (T. T. — C. R., Arouca, gav. 4, m. 5, n.º 9) e ainda a encontramos a desempenhar esse cargo em Agosto de 1279 (T. T. — C. R., Arouca, gav. 3, m. 11, n.º 13). Fr. Fortunato de S. Boaventura, no seu trabalho *Memórias para a vida da Beata Mafalda*, p. 106, aproxima-se desta cronologia, colocando D. Maior Martins, como abadessa, no ano de 1246. A data do cartulário deve ser um erro do copista, se nos lembrarmos que, em 1224, ainda D. Dórdia é citada como abadessa.

teve no abade Hermenegildo um esteio forte no qual pôde alicerçar a sua recente fundação. Aumentou e soube defender o património da instituição, não devendo ser de menor valia a sua acção no interior da comunidade. De igual vulto foram os seus continuadores Afonso e Godinho Forjaz, filhos do padroeiro Froila Godesteis e sua mulher *Sesilli*. Tal como Hermenegildo, vão acumular as funções de padroeiros e abades, sabendo-as cumprir integralmente. Pouco sabemos sobre a actividade de Afonso. Durante os anos do seu governo, o mosteiro recebe três doações e, ele próprio, em 1092, ao legar a metade do mosteiro que lhe pertencia ao irmão, deixa também à instituição muitos dos seus bens, acrescentando, porém, a cláusula de que seu filho Ero devia ser recebido na comunidade, caso desejasse. Presente ainda com Godinho, em 1096, no acordo efectuado com Godinha *Eriz*, parece que teria delegado todos os seus cargos no irmão, talvez mais novo, embora continuando certamente a viver no mosteiro. A designação de novo abade Godinho foi providencial para o cenóbio que conheceu momentos altos durante o seu governo. Os bens da comunidade crescem em um ritmo que não se pode comparar com qualquer período gerido por outros superiores. Considerando que o seu governo se estende entre os marcos de 1081 a 1101, vemos serem dirigidas ao mosteiro, durante esses anos, vinte e nove doações, índice nunca mais atingido. Com uma comunidade dispondo de reservas, Godinho pôde ainda fazer oito compras e ajustar as propriedades do mosteiro a locais de maior conveniência, através de duas trocas. O seu prestígio elevou o mosteiro de S. Pedro, e os particulares, através da doação de alguns dos seus bens, sentiam-se ligados à instituição de maior preponderância na região, que lhes garantia uma protecção espiritual e, se necessário, como, aliás, aconteceu algumas vezes, o auxílio material. Godinho procurou não só aumentar o património da instituição mas também defendê-lo, e assim o vemos envolvido em oito questões sobre o domínio de certas terras. As demandas foram sempre levadas às instâncias superiores, onde Godinho, por cartas e testemunhas, provou com êxito a legitimidade das suas posses. Quem assim zelava pelos bens materiais de S. Pedro, não descuraria menos o governo interno da comunidade. Como pessoa esclarecida e culta que era, deve ter feito sentir no mosteiro a influência das reformas de Cluny que então se difundiam em Portugal. A sua instrução patentea-se no cargo de notário que desempenha dentro da comunidade. É ele o único notário de Arouca desde 1083 a 1092, mas ainda nos surge posteriormente a par de outros. A chancelaria do mosteiro beneficiava, então, da influência do centro cultural de Coimbra e os diplomas da autoria de Godinho, escritos em letra visigótica redonda de transição, apresentam uma sintaxe bastante correcta. Se bem

bibRIA

que breves, estas palavras dão-nos já uma imagem da pessoa de Godinho Forjaz e da posição de destaque que assumiu em Arouca.

Igualou-o outra padroeira, Toda Viegas, tendo-o, porventura, ultrapassado em magnificência. É incontestável que o mosteiro de Arouca sempre progrediu graças ao amparo de padroeiros que souberam desempenhar dignamente a sua missão, norteados pelo desejo de engrandecer o cenóbio. Toda Viegas e seu filho Mónio Rodrigues são personagens influentes e poderosas da região. Mónio foi fiel partidário de Afonso Henriques que lhe demonstrou a sua amizade e recompensou os serviços doando-lhe certos bens. É exactamente devido ao prestígio desta família que o nosso primeiro rei outorga cartas de couto ao mosteiro de S. Pedro em 1132 e 1143 (1). As riquezas desta família deviam ser muito avultadas, e fácil é, se compulsarmos os documentos, verificar as inúmeras doações, vendas e trocas que lhe são dirigidas (muito próximo de uma centena). D. Toda veio a colocar grande parte dessas propriedades, se não a sua totalidade, na posse do mosteiro. E não depositaria só os seus bens, mas também os de seu filho que antes de partir da sua terra, de onde foi expulso por ter matado um homem, deixou todos os haveres à mãe, como se depreende de uma carta de 1133 (2). O testamento que deixou ao mosteiro de S. Pedro é bem elucidativo sobre as suas posses, pois D. Toda Viegas pôde legar àquela instituição a avultada soma de 44 casais e meio e 11 «villas» (3). A sua conduta revela-nos um espírito de justiça exemplar e uma enorme dedicação ao mosteiro. Assim, preocupada com o filho, entregou-lhe certos bens da instituição para obviar aos seus problemas, mas apressou-se a ir até junto de Egas Moniz e Teresa Afonso, que ficaram como testemunhas, comprometendo-se a recompensar o mosteiro com bens de igual, se não de superior valia (4). Este acordo preocupou-a de tal maneira que ainda no seu testamento o deixou especificado. Do mesmo modo, ao dispor de seis casais do património de S. Pedro para doar à Ordem do Hospital, logo atribui à instituição variadíssimos outros bens (5). A elevação espiritual da comunidade de S. Pedro devia também ter sido sua constante preocupação, deixando mesmo designada, já perto do fim de seus dias, a nova superiora do mosteiro que, ao mesmo tempo, é a sua padroeira. A sua influência aliada à escassez e decadência dos monges

biblRIA

(1) *Doc. Rég.*, vol. I, T. I, docs. 124 e 197.
(2) T. T. — C. R., Arouca, m. III, doc. 3.
(3) T. T. — C. R., Arouca, m. III, docs. 4 e 5.
(4) T. T. — C. R., Arouca, m. III, doc. 3.
(5) T. T. — C. R., Arouca, m. IV, doc. 9.

deve ter contribuído para a formação da comunidade exclusivamente feminina a partir de 1154. Infelizmente sobre a instituição de religiosas não temos elementos, para além do nome das superioras Elvira e Dórdia. É evidente que nela se fez sentir uma decadência material (o património pouco aumenta a partir de 1154) e espiritual, a que D. Mafalda procurou fazer face com a reforma de Cister. Em esta rainha, de novo o mosteiro encontra a padroeira e amiga que o leva a viver dias de grande prestígio.

A DUPLICIDADE NO MOSTEIRO DE S. PEDRO

Após termos enunciado os governantes espirituais do mosteiro de Arouca, importa aludir brevemente ao tipo de comunidade que regiam. É opinião corrente (1), quanto ao mosteiro de S. Pedro, afirmar a sua duplicidade, quase desde os primeiros anos da sua existência até 1154, se bem que certos autores apresentem algumas variantes, como iremos ver. A história do mosteiro encaminhar-nos-á para esta afirmação de duplicidade, embora saibamos que a expressão «fratres et sorores», comum à maioria dos documentos, se veio a integrar no formulário dos mesmos, sendo, portanto, uma prova controversa.

D. Ansur e D. Eileuva doam, em 951 (2), o mosteiro de Arouca a Hermenegildo: «pro tolarantia fratrum monachi uel sororum», o que nos indica que, logo desde os inícios da sua existência, se tratava de uma comunidade dúplice, governada por um abade. A partir desta data os diplomas vão apresentar simultaneamente esta expressão «fratres et sorores», ou apenas «fratres», sem que daí se possam inferir válidas teorias, como certos historiadores tentaram fazer. Exponhamos dois casos.

O autor da «Beneditina Lusitana» (3) narra que uma fidalga, de nome Godinha, teve uma contenda com os monges de Arouca, resolvida por julgamento de Egas Ermiges, senhor da terra de Sousa, e dos abades de Rendufe e Pendorada. A sentença é proferida em benefício daquela dona, que fica com o convento de Arouca para nele recolher as suas parentes, filhas

(1) Apenas P. MIGUEL DE OLIVEIRA, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, in *Revista Portuguesa de História*, T. V. Coimbra, 1951, p. 348, afirma: «este mosteiro, que primitivamente fora de homens, passou para as monjas de S. Pedro na 2.ª metade do século XII».

(2) *Dipl. et Chart.*, doc. 63.

(3) Fr. LEÃO DE S. TOMÁS, *Benedictina Lusitana*, T. II. Coimbra, 1644, pp. 139-144.

e outras virgens (1), passando, portanto, a instituição a ser feminina e tendo os monges de se refugiar em Cucujães. Esta lenda, que se baseia em um documento desconhecido, foi já por demais contestada (2), verificando-se que os diplomas reproduzem, a partir de 1091, o formulário anterior e a comunidade continua a ser governada por um abade.

A hipótese de Frei Fortunato de S. Boaventura (3) parece-nos, também, insustentável. Admite este historiador que o mosteiro, no século XI, teria deixado de ser dúplice por alguns anos. Para tal, invoca os documentos de 1077 e 1082 (4), dirigidos, respectivamente, «a uobis adefonsus abba et fratribus tuis» e «ad uobis abba domnus godinus et a fratribus cui sumtis (sic) habitantes», além do testamento que em 1094 (5), D. Crescónio faz, da parte de Gavinho Forjaz, referindo-se a «tibi gudinus prior et fratribus cui ibi Deo seruierunt». Só a partir de 1105 teríamos, novamente, religiosos de ambos os sexos na comunidade, como deduz a partir de uma doação que nesse ano Onega Ermiges concede «... ad ipsum locum Sancti Petri ad fratribus uel sororibus que ibi fuerint...» (6).

É evidente que partindo do formulário dos documentos não podemos ir tão longe nas afirmações, nem estabelecer estes marcos divisórios. Se é bem verdade que durante os governos de Afonso e Godinho os documentos nos falam, geralmente, de «fratres», também nesse período deparamos com uma venda em 1083 (7) onde se explicita «fratribus et sororibus» e uma doação de Alderedus em 1101 (8) ao mosteiro de S. Pedro e ao prior Godinho, onde se lê «... habeatis uos illa firmiter fratres

CÓPIA

(1) *Benedictina Lusitana*, T. II, p. 142: «Abbas et conventus de dicto Monasterio conceditis libere... istum vestrum Monasterium de Arouca Domina Godina ad ingressum Religionis filiarum suarum et propinquarum et aliarum virginum, et ibi monialem vitam gerentes deinceps Deo, et beatissimo Patri nostro Benedicto inseruiant...».

(2) P. MIGUEL DE OLIVEIRA, *Ourique em Espanha*. Lisboa, Empresa Editora Pro Domo Ld.ª, 1944, escreve na p. 125, com vivo espírito crítico: «Confiados em Fr. Leão, muitos autores citam ou reproduzem o documento. Trata-se, porém, de autêntica invenção do insigne padre-mestre, em abono da antiguidade da sua Ordem. Ninguém mais viu o original. Ele não figura na colecção *Diplomata et Chartae*. São insólitas nos documentos da época tão insistentes referências à Ordem do Nosso Santíssimo Pai Bento. Nem vale a pena discutir outras minúcias». Este autor vem a concluir, nesta obra, que o mosteiro de Cucujães teria sido fundado por Egas Odoriz em data próxima da sua carta de couto (1139), depois de ter afastado outras hipóteses sem fundamento, entre as quais, se contava esta versão.

(3) *Op. cit.*, cap. X.

(4) *Dipl. et Chart.*, docs. 546 e 608.

(5) *Dipl. et Chart.*, doc. 810.

(6) *Doc. Part.*, vol. III, doc. 178.

(7) *Dipl. et Chart.*, doc 619.

(8) *Doc. Part.*, vol. III, doc. 14.

aut sorores que ibi habitarent...». Não há dúvida que a comunidade de S. Pedro era dúplice, com nítida preponderância masculina, que mais se fazia sentir quando os seus abades eram influentes, como no caso daqueles dois irmãos, Afonso e Godinho Forjaz. Por certo que as religiosas de Arouca tiveram a sua origem na ligação de algumas «devotae» ao mosteiro, logo desde a sua origem, que vieram com o decorrer do tempo a recolher-se na comunidade, levando uma vida religiosa. Assim, poderá ter certo fundamento, na sua ideia geral, a história que nos conta Fr. Bernardo de Brito (1), já que a maioria das personagens e episódios relatados são impossíveis de comprovação documental. Relata este autor que D. Eileuva se tinha recolhido, juntamente com duas sobrinhas e algumas criadas, a que se vieram juntar outras «molheres nobres e devotas», em uma casa perto do mosteiro, onde viviam em santidade sob as ordens do abade Hermenegildo e do seu sucessor Froilano. Por morte de D. Eileuva, Froilano teria escolhido Eleutéria, uma das suas sobrinhas. Esta comunidade feminina desenvolvia-se em santidade, enquanto que a masculina se degradava. Depois de uma visita ao mosteiro, o bispo de Lamego pediu ao arcebispo de Braga que a comunidade masculina fosse dispersa por outras instituições religiosas de ordem mais severa, ficando em Arouca apenas as religiosas. O arcebispo de Braga fez o pedido ao legado apostólico de Compostela que acedeu. Desde aí o cenóbio aroquense passou a ser só de freiras, escolhendo-se para abadessa Rosimunda, senhora de grande virtude, conselheira de bispos e do próprio Conde D. Henrique, que a ela se dirigiam em momentos de grande perigo. À sua morte, escolheu para nova abadessa, em 23 de Dezembro da Era de 1162 (2), Elvira Anes, a única por nós conhecida. Claro que a fantasia é a base da maior parte destas afirmações, mas parece perfeitamente aceitável a tese de que as futuras «sorores» dos documentos, que até ao século XII nunca assim nos aparecem designadas fora da expressão «fratres et sorores», tenham evoluído a partir de devotas agrupadas em algum recolhimento.

Posteriormente, quando D. Toda Viegas dominava o mosteiro, as dádivas que lhe são oferecidas continuam a usar o formulário «fratres et sorores», mantendo-se a comunidade

(1) *História da fundação e dedicação do Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca*, in Fr. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *Memórias para a vida da Beata Mafalda...* Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1814.

(2) Note-se que este autor não considera que o X, na Era de M. C. LX'II, seja aspado; na realidade é-o, devendo ler-se Era de 1192 (entrando o X aspado com o seu valor de 40) e não Era de 1162. (Tipograficamente, por falta do sinal próprio, representamos o X aspado por um X seguido de apóstrofe).

dúplice sob a hegemonia desta padroeira. Mas, durante os anos em que o cenóbio viveu sob a sua superintendência, deve ter-se processado uma lenta evolução que levou ao aparecimento de uma comunidade puramente feminina. Seguindo a opinião geral, o terminus ad quem do mosteiro de Arouca como dúplice seria o ano de 1154, em que D. Toda transmitiu o seu domínio na instituição à abadessa Elvira Anes que, doravante, governaria uma comunidade de religiosas (1). A partir de então, o cenóbio sempre se manterá feminino, governado por abadessas sob a regra beneditina e, posteriormente, cisterciense.

Convém destacar uma carta que se insere já neste período e que pode suscitar dúvidas. Trata-se de uma doação a 11 de Março de 1162, na qual Elvira Godins lega certos bens ao cenóbio «... ad tolarantie sororum uel fratrum aut sacerdotibus qui ibidem fuerint...» (2). A referência a «fratrum aut sacerdotibus» não afirma aqui a duplicidade do mosteiro que é costume induzir a partir da expressão, algo diferente e que se tornou formulário, «fratres et sorores», mas antes a presença de clérigos que viviam ao lado do mosteiro feminino de Arouca para presidir aos ofícios religiosos.

Esta modificação sofrida pelo mosteiro de S. Pedro não é uma excepção, pois é exactamente na segunda metade do século XII que algumas antigas comunidades dúplices se transformam em congregações femininas, como observa J. Mattoso (3). Igualmente nos diz que, embora os mosteiros beneditinos de homens, na época, estivessem em decadência e as novas correntes de Cister e dos Cónegos Regrantes despontassem, as monjas adoptaram, no geral, a regra de S. Bento. Assim se passou em Arouca, mas por pouco tempo, uma vez que o declínio também se fez sentir na comunidade das religiosas, que, em um movimento de reforma interior se vieram ligar, cerca de setenta anos depois, à ordem de S. Bernardo.

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO

---

(1) T. T. — C. R., Arouca, m. IV, doc. 8: «ego Toda Venegas iussi facere cartam donationis et firmitudinis de hoc monasterio Sancti Petri quod in Arauca constitutum est tibi abbatisse Eluira Iohannis omnibusque sororibus tuis in eo regulariter commorantibus».

(2) T. T. — C. R., Arouca, m. IV, doc. 15.

(3) J. Mattoso, *Le monachisme ibérique et Cluny*. Louvain, 1968, pp. 132-133. Tal facto deu-se em Sandim—1154; em Vairão e Rio Tinto—1162; em Ferreira de Aves — antes de 1163; em Tuias e Espiunca — 1173.

*

APÊNDICE DOCUMENTAL

Transcrevemos, em apêndice, dois documentos inéditos que nos dão a conhecer as abadessas Elvira Anes e D. Dórdia, dado que todos os outros abades e D. Toda são conhecidos por documentação já publicada. Para além disso, o primeiro diploma é importante, pois marca o fim da comunidade dúplice de Arouca, enquanto que o segundo atesta as diligências efectuadas pelo mosteiro para obter a mudança de ordem.

Queremos esclarecer que a cota é dada por maço e número nos documentos até 1200 e, a partir daí, por gaveta, maço e número, conforme a diferente catalogação que lhes foi atribuída na Torre do Tombo.

DOC. 1

1154, DEZEMBRO, 26 — Toda Viegas doa o mosteiro de S. Pedro de Arouca com todos os seus haveres à abadessa Elvira Anes e a todas as freiras.

A) T. T. — C. R., Arouca, m. IV, doc. 8, *or. car.*
B) T. T. — L.º de D. Maior Martins, fl. 48, doc. 135.

bibRIA

In nomine Sancte et Indiuidue Trinitatis cum omnium sanctorum uestigia imitari uolumus quatinus amorem Christi adhipiscamur nos et nostra Deo dare debemus. Igitur ego Toda Veagas (sic) iussi facere cartam donationis et firmitudinis de hoc monasterio Sancti Petri quod in Arouca constitutum est tibi abbatisse Eluire Iohannis omnibusque sororibus tuis in eo regulariter commorantibus. Do illum uobis cum omnibus suis derecturis cum domibus et hedificiis cum uineis et uillis et cum omnibus que ad ornamentum pertinent ecclesie. Hec omnia supra nominata do uobis et omnibus successoribus uestris in eodem supra nominato monasterio regulariter uiuentibus sicut iam dixi pro remedio anime mee et parentum meorum omniumque benefactorum prefati monasterii ut ab hac die de meo iure et de omni mea parentela eradicetur et in uestro dominio tradita sint euo perhenni. Si quis autem uenerit tam ex propinquis quam ex alienis qui hoc meum factum irrumpere temptauerit sit maledictus et a Domino Deo diuisus et cum Iuda traditore in inferno sepultus et insuper componat uobis in duplum quantum petierit et D. solidos bone monete et domino terre aliud tantum. Facta carta firmissime donationis Era M.ª C.ª LX'ª II.ª VII.mo Kalendas Ianuarii. Ego supra nominata Toda que hanc cartam facere

iussi coram idoneis testibus propriis manibus roboro +. Regnante Ildefonso rege comitis Henrici et Regine Tarasie filius magni quoque regis Alfonsi nepos.

In Bracara Iohannis archiepiscopus conf., Menendus episcopus ad cuius diocesim pertinet locus conf., Fernandus dapifer curie, Petrus signifer. Martinus notuit.

DOC. 2

1215 — O bispo e cabido de Lamego renunciam ao direito diocesano e ao censo anual de seis áureos que tinham no mosteiro de S. Pedro de Arouca, recebendo, em troca, os direitos que o dito mosteiro possuía sobre a igreja de S. Martinho de Sardoura e dois casais em Penela (c. Castelo de Paiva).

A) T. T. — C. R., Arouca, gav. 2, m. 1, n.º 1, *or. car.* com dois selos pendentes e prisões de outro.

In Dei nomine. Nos Pelagius episcopus et A. decanus et capitulum Lamecenses ex una parte et priorissa Dordia et conuentus Sancti Petri de Arauca hanc composicionem uel concambium aut commutacionem inter nos et per nos legitime factam notam facimus tam presentibus quam futuris. In primis nos uidelicet episcopus et capitulum supra dicti sponte cedimus iuri diocesiano quod ecclesia Lamecensis actenus in monasterio Sancti Petri de Arauca possidebat. Quitat etiam censum sex aureorum quos annuatim monasterium ecclesie Lamecensi persoluebat et liberat ab omni debito. Monasterium uero Sancti Petri de Arauca conssensu regine domne Maphalda illius monasterii matrone in recompensationem tanti beneficii quicquid habebat in ecclesia Sancti Martini de Sardoria in Pauia cum duobus casalibus quos habebat in uilla de Penela cum omnibus suis pertinenciis iure perpetuo donat ecclesie Lamecensi et hoc sponte et est sciendum quod episcopus Lamecensis ex debito pactionis tenetur benedictiones abbatisse et monialibus prestare clericos ibi habitantes ad ordines sacros promouere et hoc quando fuerit requisitus excessus uero tam clericorum quam laicorum corrigere et secundum Deum emendare. Et ut hoc spontaneum factum nostrum maneat firmum et inuiolabile sigilla nostra apposuimus et coram testibus iuramento firmauimus et nos obseruaturos promisimus. Hec acta sunt sub E^{a}. M^{a}. CC^{a}. L.III^{a}:

DIGITAL

«RECORDAR É VIVER...»

EM 10 de Abril de 1921 — há 53 anos! —, tivemos a honra e o prazer, eu e o Dr. André dos Reis, de participar no cortejo que acompanhou ao Mosteiro da Batalha as urnas dos «Soldados Desconhecidos» — ele como representante da Junta Geral do Distrito, e eu como representante da Câmara Municipal de Aveiro. Acompanhavam-nos as nossas Esposas e Artur dos Reis, irmão, então solteiro, do Dr. André.

Saímos de Aveiro na manhã do dia 9 e regressámos no dia 11.

Sem nada me dizer, esse meu saudoso amigo foi elaborando, em verso, um pormenorizado relatório dessa nossa inesquecível excursão, denominado — «Recordar é viver...» —, do qual me ofereceu uma cópia no dia 29 de Julho de 1924. Mais de mil versos!

Em homenagem à memória do Dr. André dos Reis, colaborador do Arquivo *nos volumes I, II, III, VI e VII, transcreve-se, a seguir, o início da composição, os passos relativos à cerimónia que à Batalha nos levou, e o regresso.*

Aveiro, 10 de Abril de 1974

JOSÉ TAVARES

«RECORDAR É VIVER...

Nove de Abril. Neste dia,
deixando em paz os seus lares,
botam-se a andar p'ra Leiria
um solteiro e mais dois pares,
no respeitável desejo,
também por muitos nutrido,
de assitirem ao cortejo
do «*Herói Desconhecido*».

biblRIA

.....

«Batalha! Imortal padrão,
que incitas o nosso brio!
Se és da crença alto pendão,
és também do desafio
nobre cartel duma raça,
que, adorando a independência,
nunca tremeu de ameaça
em sua longa existência!
Nos milhares de teus lavores
há 'strofes, hinos, santos,
heroísmos, esplendores,
e que de fé, que de encantos!
Com que orgulhosa ufania
esses teus blocos sagrados
nos falam da valentia
da «Ala dos Namorados»!
Como quisera eu cantar-te
em versos mais que divinos,
prenda de amor, jóia de arte,
assombro dos peregrinos!
Porém a musa que inspira
a minha alma pobre, ignara,
só me dá inculta lira...
É para mim muito avara!

.....

Uma imensa multidão,
ao calor dum sol de Abril,
toda aquela região
cobria, ansiosa e febril.
Nas ruas adjacentes
e nas estradas vizinhas,
ondas de povo, crescentes,
ouvem-se em todas as linhas.
De infantes e artilheiros
os regimentos desfilam...
Num largo, de cavaleiros
brancas espadas cintilam!
Automóveis militares
se cruzam aqui e além,
e lá, singrando nos ares,
aviões surgem também.

.....

bibRIA

Se o cortejo tarda mais,
criavam-se ali raízes,
e os pobres oficiais
não voltam a seus países.
Pois, aguardando os Heróis,
havia-os, e muito ufanos,
francos, belgas, espanhóis,
ingleses, italianos.

Finalmente, uns esquadrões,
que eram guardas-avançadas,
nos anunciam os armões,
trazendo as urnas sagradas.
Agitam-se os estandartes;
há movimento, ruído;
e, vibrando em várias partes,
os clarins bradam: — *Sentido!*

O teu ódio, ó Alemanha,
inferno, génio do mal,
como fez maior, tamanha,
esta nação — Portugal!

Corria um receio justo,
por causa do grande atraso:
entrar-se no Templo Augusto
já c'o Sol perto do Ocaso.
Por isso, o cortejo, à pressa,
mesmo mal organizado,
a marchar logo começa,
com um geral desagrado.

.....

Por entre alas de soldados,
dispostos em continência
na estrada, de ambos os lados,
desfilam em grave cadência
ministros e almirantes,
generais e senadores,
deputados, estudantes,
magistrados e doutores,
edilidades e juntas,
de oficiais núcleo enorme,
com medalhas, muitas, muitas,
a chamejar no uniforme.
Na frente, sobre uns armões,
cobrindo-os de lés-a-lés,
poisam coroas, padrões,
palmas de bronze e buqués.

bibRIA

Oh, ternas Mães, que de luto
também viestes aqui,
conservai o rosto enxuto!
Por que chorardes? Sorri!
Que no ataúde que passa,
coberto de amor e glória,
vai o simb'lo duma Raça
com oito séculos de «História»!
Os Heróis que além, no Templo,
vão ficar juntos de Reis
são da estoicidade exemplo
e querem que não choreis!
Para quem seu berço adora
e de alma possua dotes,
«*Dulce est pro Patria mori...*
Carpent poma nepotes!»

Soberbo o instante da entrada
dos Heróis no Panteão!
Quem não sente a alma envaidada
e pulsar-lhe o coração?
Fazendo tremer a terra,
abalando a cercania,
pelas quebradas da serra
estrondeia a artilharia!
Eu não sei que força hercúlea,
ingente, dominadora,
naquela tarde cerúlea,
de nós se apossa e assenhora!
Ante a cena — uma epopeia,
que emociona, embriaga —,
seus impulsos não refreia
toda aquela imensa vaga
de povo, que à Liberdade,
à Justiça e ao Direito
rendia com majestade,
ali, seu culto e seu preito!
Inolvidáveis momentos
de sagração triunfal!
Os pendões dos regimentos
abatem-se em funeral!
Mas os sons da *Portuguesa*,
num perpassar que electriza,
dizem ao Mundo que a Nobreza
de Portugal se eterniza.

bibRIA

Lá na «Casa do Capítulo»
Adonde Afonso Domingues
conquistou famoso título
— que, ó tempo, jamais extingues! —,
num catafalco irrisório,
sem gosto, elegância e arte,
deram túmulo provisório
aos bravos filhos de Marte!
A profana terminando,
seguiu-se a parte em que a Igreja,
o amor da Pátria exalçando,
os nossos Heróis festeja.
Presente o Chefe do Estado,
com a mais alta hierarquia,
sobe ao púlpito sagrado
novel Bispo de Leiria.
Talhado na própria carne,
vislumbro o Marechal Joffre,
audaz defensor do Marne,
junto do qual Germânia sofre
revés, desastre profundo,
que a anula, com decisão,
garantindo a paz ao Mundo
e do progresso a expansão!
Vindos de Itália e Inglaterra,
à apoteose concorrem
outros dois cabos de guerra:
Arm. Diaz e Smith Darrien.

Com o discurso do Prelado
a homenagem acabou
ao Anónimo Soldado
que na luta baqueou».
.....

«Para aquém de Formoselha,
busca a máquina, afanosa,
Taveiro, Coimbra Velha,
Souselas e Pampilhosa.
Feita a necessária aguada
através forte mangueira,
investe prà Mealhada,
Mogofores e Oliveira.
Poucos momentos galgando
lá de Oiã o apeadeiro,
marcha após, sempre rentando,
para as Quintãs — Aveiro.

BIBRIA

Depois das Quintãs sair,
um vivo prazer me embala,
da terra vendo surgir
paisagem que nada iguala!
No seio das «Duas Águas»,
o Vouga e a Ria de Aveiro
em beijos desfazem mágoas,
no mais lindo cativeiro
unidos p'la Natureza —
convívio eterno e bendito! —
Foi-lhes madrinha a Beleza
e paraninfo o Infinito!
Extensa faixa de areia,
olhando além a montanha,
vi bem alegre a Gafanha,
simples, modesta e plebeia!
Luzeiro que o imenso mar
ilumina quando o Sol
no céu deixa de brilhar,
lá 'stava, ao longe, o Farol!
E São Jacinto diviso
sobre as águas reclinada,
festiva como um sorriso
em lábios de namorada.
Mas todo este panorama,
que rapidamente traço,
passa ante o olhar, qual a chama
dum meteoro no espaço...
Entrando na estação
o comboio em que viemos,
findara a nossa excursão,
que sempre recordaremos.

André dos Reis»

biblRIA

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DO SÉC. XVIII

IX

FREGUESIA DA TROFA (1758)

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico*, vol. 37, pág. 1145, n.º 116)

Freguesia da Tropha

C. Esgueira

bibRIA

Illustrissimo Reverendissimo Senhor Doutor Provizor

Satisfazendo ao que Vossa Merce me ordena por determinaçaõ de Sua Magestade que Deus guarde nos Itens dos interrogatorios incluzos digo que o que passa nesta freguzia hé o seguinte.

Item 1.º Na provinçia da Beyra Bayxa Bispado de Coimbra, comarqua de Esgueyra, esta esta freguesia do Salvador da Villa da Tropha.

2.º Foy Donatario della Luis Thomas de Lemos, e Carvalho, e de prezente seu filho Bernardo de Lemos, e Carvalho.

3.º Tem Cento e noventa e dous fogos, e pessoas de comunhaõ seiscentas, e desasete, e das menores que naõ comungaõ setenta e huma.

4.º Esta situada em planiçie, e Campo descuberto, taliter que della se descobrem terras para todas as catro partes do Mundo, para o sul a Jgreja de Recardais, e a de Travasso, que hé jzenta, e subgeyta ao Real Convento de Grijo; e para o poente se deviza a jgreja de Eyrol, subgeyta ao mesmo convento; e para o Norte a jgreja e freguezia de Alquerobim, e a villa de Páos da mesma freguezia, que asim villa, como jgreja distaõ desta meja legoa, e mais se deviza a jgreja de Albergaria a velha que dista desta legoa e meja; e a supra ditta jgreja de Recardais dista desta huma legoa, e a de Travasso, e de Eyrol

meya legoa cada huma e para o Nascente se devisa parte da Freguesia de Valongo, como hé o lugar do Moutedo que dista desta freguesia legoa, e meya e a freguesia de Castanheira, que dista desta perto de duas legoas; e pera a mesma parte, em distancia de tres legoas está a serra das Talhadas, que corre de Norte, ao súl e se deviza desta freguesia mais de quinze legoas, aonde para a parte do sul está o Magnifico, e memoravel cabeco, e serra de Bussaco, em que esta hũ convento de carmo, que dista desta freguesia sinco legoas; e na mesma serra correndo do Norte, esta o celebrado Caramulo, chamado pellos navegantes do Oçeano, o Caramullo de Aveyro, e fica distante desta freguezia sinco legoas, e meya, em nesta serra há outras muntas terras, que pellos montes, e alquevados se naõ devizaõ claramente.

5.º He villa, e comprehende o lugar de Crastovais que tem Corenta e sete vezinhos, e pessoas de comunhaõ cento e setenta e das que não comungão vinte e sete; e o lugar de Mourisca, que esta na estrada que vaj do Porto pera Coimbra, e tem noventa e tres vesinhos, e pessoas de comunhão duzentos e noventa, e huma, e das que não comungaõ vinte, e outo e este hé todo desta freguezia, mas os moradores da parte do Nascente são do Concelho, e villa de Aguieyra; e a villa tem cincoenta e dous vezinhos, e pessoas de comunhão cento e sincoenta e seis e das que não comungão dezaseis.

6.º Esta a jgreja desta freguesia contigua à villa da parte do Nascente, e pegada as cazas solares dos Fidalgos desta villa da Tropha; e os lugares que comprehende ficaõ dittos no jnterrogatório antecedente.

7.º Hé o seu orago a seis de Agosto a Transfiguraçaõ do Santissimo Salvador; tem coatro Altares, hũ colateral da parte do Norte aonde está o sacrario do SSantissimo Sacramento, e da mesma parte hũ das Almas, e da parte do Súl esta outro Altar da Nossa Senhora do Rozario que se festeja a outo de Setembro em dia do Nascimento da mesma Senhora e no mesmo o Sanctissimo Salvador padroeyro desta jgreja; e na Capella Mór esta outro, em que esta Nossa Senhora da Conceypcaõ, e este hé dos Fidalgos desta villa da Tropha, ahonde tem os seus Mausoleos para sy, e seus descendentes, e esta quanto a propriedade hé dos sobreditos senhores, e quanto ao uzo para as funçois da freguezia hé dos freguezes della, e não tem Naves.

8.º He priorado, e a apresentaçaõ pretençe a caza dos sobredittos senhores da Tropha, e rende hũ anno, por outro tresentos mil reis.

9.º Naõ tem Beneficiados

10.º Naõ tem conventos

11.º Naõ tem Hospitais

12.º Naõ tem Casa de Misericordia

bibRIA

13.º Tem tres Ermidas digo Coatro, todas postas na estrada que vay de Aveyro para o nascente, a primeira hé de Nossa Senhora da Piedade, e esta no fim da villa da parte do poente; esta junto a ella hũ grande Freyxo da parte do Norte, pello qual se deviza a freguesia quasi duas legoas, e tem a porta para o nascente. A segunda que hé da Milagrosa Imagem de S. Antonio fica adiante da Jgreja para o nascente dous tiros de Mosquete, e tem a porta para o poente; A terceyra hé do Martir S. Sebastião, e fica fora dos lugares em campo razo, e tem a porta para o poente. A quarta hé do SSantissimo nome de Jesus, e esta no lugar da Mourisca, em hũ Trivio que fazem as estradas do Porto e Aveyro, e dizem os viantes que de Lisboa the o Porto a não há milhor e nella há missa de obrigaçaõ, em todos os dias de precejto, e tem a porta para o Norte, e todas ellas são paramentadas, e festejadas à custa da freguezia e a sobredita capella da Mourisca tem huma jrmandade debayxo do estandarte do ssantissimo nome de jezus, com estatutos, e compromissos para seu bom regimen, e tem mais de coatro çentos jrmãos, que acompanhaõ aos jrmaõs defunctos com suas opas, ou vestias pretas, e tem hum jubileo para todos os Jrmaos, que vesitarem a dita capella das primeyras vesperas da circuncizão, the o Ocazo do mesmo dia, confecandose, e comungando primeiro, e nelle se festeja o ssanctissimo nome de Jesus;

14.º Em nenhuma dellas há romagem.

15.º Os fructos que se colhem nesta terra, são Milho grosso, ou por outro nome zaburro, senteyo, e trigo, e vinho tudo em abundancia para a terra, naõ sahindo della.

16.º Tem juis Ordinario, que serve dos horphaos, crime, civel, e cisas e este tem a regalia, e poder, de lançar as cizas de Sua Magestade, naõ só nesta villa, mas na de Agueeyra, e na de Lamas, aonde fas execuçois sendo necessario, com vara alçada, não obstante ser esta de Lamas subgeita a vara branca da Notavel villa de Aveyro; e as apellacois deste juizo da Tropha nas cauzas Civeis e algumas Criminais vão directamente para a rellaçaõ do Porto. tambem tem Camera, que vem a ser de hum vereador, hũ procurador, dous Almotases, dous Escrivais do publico, e hum da Camera, e horphaos.

17.º Naõ hé Couto, e o mais esta dito no jtem supra.

18.º Naõ há memoria de pessoas de virtudes heroycas, nem letras e quanto as armas, vejamse os souzas, lemos, Meneses, e Carvalhos, que foraõ os antepasados dos sobreditos Fidalgos da Tropha.

19.º Naõ tem feyra alguma.

20.º Naõ tem Correjo, passa pello ditto lugar da Mourisca a segunda feira de manham para Coimbra, e a quinta feyra da tarde para a Cidade do Porto; recebe e entrega as cartas na freguezia de Agueda que dista desta meya legoa;

bibPIA

21.º Dista esta freguesia a Capital do Bispado sete legoas e meja, e à Capital do Reino Corenta e duas legoas.

22.º Os privilegios que tem ficaõ declarados no Jtem dezaseis supra.

23.º Na villa de Tropha tem huma fonte perenne no principio da villa da parte do nascente; e no lugar de Crastovais da parte do poente há outra fonte muito copioza, e na Mourisca no meyo do lugar para a parte do nascente, mas desviado delle dous tiros de Mosquete, está huma Arca de Agoa em abundançia, e dizem ser misteriosa para as quejxas do figado; e asim esta como as mais tem especial virtude para matar a sede a quem a tem.

24.º Naõ hé porto de Mar.

25.º Naõ hé Murada, nem praca de Armas, nem tem castello, nem Torres.

26.º Naõ padeceo ruina alguma nos terremotos de 1755.

27.º Há no lugar da Mourisca quinze logeas de Espingardejros, e duas de ferreyros; e tem mais onze poços de Agoa, que perenemente a conservaõ, e em quintais particulares.

No que toca a Serra esta ditto.

No que toca aos Rios hé o seguinte:

1.º Desta villa para a parte do norte, em distancia de hum terso de meya legoa corre o Rio Vouga do Nascente, a poente, todo o anno, a com abundancia de Agoas, e capas de navegarem Barcos em todo o anno, este tem seu principio na sempre milagrosa Senhora da lapa, que dista desta freguesia perto de vinte legoas, e em duas Arcas de agoa, e dahi a meja legoa a senhora de penha o vouga já hé regato arebatado com as agoas que se lhe vaõ Cadunando; e mais abayxo duas legoas tem huma ponte, chamada a ponte do Vouga, e hé de pedra de cantaria, e tem de cumprimento hum tiro de Mosquete; e distante desta freguesia sete legoas passa por entre as villas de Vouzella, e a de S. Pedro do Sul, aonde se lhe incorporaraõ as agoas das Caldas de Vouzella e desde seu nascimento the freguesia de Pesegueyro que dista desta freguesia tres legoas não hé navegavel por causa de Assudes, e dahi the o Mar que hé distancia de outo legoas hé navegavel, e daqui distante duas legoas se lhe ajunta o cellebrado Rio Cayma aonde chama Carvoeyro, e daqui distante de meya legoa tem huma ponte de pedra de cantaria, de cumprimento de tres tiros de Mosquete, na estrada que ocorre do Porto, para Lisboa, pegada a villa de Vouga, hoje anexa à de Oliveyra de Bajrro; chamada antigamente a cidade da Vaca — e daqui naõ se sabe se ella tomou o nome do Rio, se o Rio della, e dahi the o Már naõ tem mais pontes, e em toda a distançia que tem de navegavel naõ tem Moinhos, nem lagares, nem outros ingenhos, nem se uza

biblRIA

delle para regar por se naõ poder tirar da Madre; divide este os campos desta villa, e os da freguesia de Alquerubim, e os banha superabundantemente com suas inundaçois; e daqui hũ quarto de legoa aonde chamão Almiara se lhe ajunta o Rio de Barró, e o de Agueda chamado do Alfusquejro, e os sobreditos Rios se passaõ em Barco, e desta passagem saõ senhorios os Fidalgos desta vila de Tropha, e daqui sete legoas se mistura com agoa salgada e em Cál, ou braço de Már abayxo da villa de Aveyro, e the ahi conserva seu próprio nome desde seu nascimento, e dahi se mette no Oceano pella Barra nova, e velha; na vezinhança desta freguezia o pejxe que nelle há são Rovacos, Barbos, Roballos, enguias, e no tempo da primavera abundancia de lampreas, e saveis, e a pescaria hé livre em todo elle, das suas agoas se aproveytão as vezinhanças para cortir linhos, e lavar roupas, e outros uzos nesessarios e livremente; tambem saõ misteriosos os seus banhos no tempo delles, emquanto se não mistura, com o Rio do Alfusquejro em Almiara por trazer consigo as agoas das caldas, Id est o Vouga para banhos.

He o que pude colher de pessoas inteligentes, sobre os Itens dos Interrogatorios iuntos. Tropha e de Majo 8 de 1758.

O prior Ayres de Saa e Cunha

bibRIA

*

NOTA

Entre os assuntos versados na *Memória Paroquial* de 1758 da freguesia da Trofa, há dois que merecem especial relevância: são a igreja, e os Fidalgos senhores da vila. A igreja da freguesia da Trofa, anterior àquela a que se refere a dita Memória, estava situada no lugar de Covelas. Sucedeu, porém, que GOMES MARTINS DE LEMOS, o moço, fidalgo da casa do rei D. Afonso V, tinha servido em África com brilho e valentia, e por isso este monarca lhe fez doação da vila da Trofa, de juro e herdade para ele e seus descendentes em linha direita e por varonia, por carta dada em Évora a 13 de Novembro de 1449. Foi este Gomes Martins de Lemos o primeiro donatário ou senhor da Trofa. Junto à igreja de Covelas estabeleceu o seu paço.

Seu filho, JOÃO GOMES DE LEMOS, foi o segundo senhor da Trofa. Casou, e do seu matrimónio teve DUARTE DE LEMOS que veio a ser o terceiro senhor da Trofa.

DUARTE DE LEMOS foi incorporado no ano de 1508 numa armada da Índia, na qual comandava quatro navios. Na Índia serviu com notável distinção.

Em 1512 regressou a Portugal, já possuidor de avultados recursos financeiros. Em 1514 faleceu seu pai, e Duarte de Lemos herda o senhorio da Trofa. Resolve então fazer à sua custa uma capela num terreno seu situado na vila, e nesta capela construir mausoléus para si, sua mulher, seus pais e avós.

Em 1534 estavam construídos a capela e os túmulos, que ficaram verdadeiras obras de arte da Renascença. Sobre o mausoléu de DUARTE DE LEMOS foi colocada uma notável estátua deste fidalgo, vestido de trajos de guerra, e posto em atitude orante.

A capela foi mais tarde incorporada numa nova igreja como capela-mor.

Este fidalgo casou com D. Joana de Melo e tiveram JOÃO GOMES DE LEMOS que foi o quarto senhor de Trofa.

Casou João Gomes de Lemos com D. Leonor Pinheiro, e do seu matrimónio nasceu DUARTE DE LEMOS, que foi o quinto senhor da Trofa.

DUARTE DE LEMOS, segundo do nome foi um fervoroso partidário de D. António, Prior do Crato, pretendente ao trono de Portugal, por morte do cardeal-rei D. Henrique em 31 de Janeiro de 1580. Ao Prior do Crato opunha-se Filipe II de Espanha, também pretendente ao trono português. O exército de Filipe II derrotou o exército português do Prior do Crato na ponte de Alcântara em 25 de Setembro de 1580, o Prior do Crato fugiu de Portugal e muitos dos seus partidários foram presos e alguns condenados à morte, entre estes Duarte de Lemos 5.º senhor de Trofa, mas que foi perdoado (1).

DUARTE DE LEMOS, 5.º senhor da Trofa casou com D. Maria de Távora, e tiveram vários filhos, entre os quais Diogo Gomes de Lemos que foi o 6.º senhor da Trofa. Este teve alguns filhos, entre os quais JOÃO GOMES DE LEMOS e D. JERÓNIMA DE LEMOS.

JOÃO GOMES DE LEMOS foi o 7.º senhor da vila da Trofa. Morreu no ano de 1686 sem descendentes, pelo que todos os bens da Coroa que constituíam o senhorio voltaram imediatamente à posse da Coroa, sendo Regente do reino o Príncipe D. Pedro.

---

(1) Alguns autores afirmam erradamente que a estátua situada na capela mór da igreja é de Duarte de Lemos, 5.º senhor da Trofa. Assim, Carvalho da Costa diz na sua *Corografia Portuguesa*, tomo II:

> *«Este Duarte de Lemos foi o que se precipitou a cavalo da ponte de Coimbra, por não passar por El Rei Dom Filipe. Está a sua estátua de relevo inteiro vestida de armas brancas na sua capela da Trofa, onde estes Cavalheiros têm magníficos enterros.»*

Este episódio é absolutamente falso.

digitalizado por DIGITARQ

*

Mais tarde o Príncipe D. Pedro fez doação da vila da Trofa a BERNARDO DE CARVALHO E LEMOS, filho da dita D. Jerónima de Lemos e de seu marido BERNARDO DE CARVALHO E LEMOS. Esta doação foi feita em duas vidas por carta de 7 de Maio de 1699. Este donatário casou com D. Maria Madalena de Sousa e Menezes, e tiveram LUÍS TOMÁS DE LEMOS E CARVALHO que herdou de seu pai o senhorio de Trofa. A este Luís de Lemos e Carvalho sucedeu neste senhorio seu filho BERNARDO DE LEMOS E CARVALHO, segundo diz o Prior da Trofa na sua *Memória*.

EDUARDO COSTA

bibRIA

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado da pág. 80)

M

316 Lic.º **Manuel de Mesquita e Loureiro** — almoxarife e juiz dos Direitos Reais na vila de Buarcos; natural da Figueira da Foz, filho de Manuel de Mesquita de Loureiro, natural de freg. de S. João das Areias de Vilar de Frades, e de Francisca Duarte, natural de Coimbra; neto paterno de Domingos de Mesquita Loureiro, mestre de obras de cantaria, filho de Fernandes de Mesquita e de Maria Francisca, de S. João das Areias, e de Maria Gomes, natural do Porto, ao Cruzeiro de S.to Elói, filha de Sebastião Gomes, natural de Landim, e de Cesília Fernandes, natural do Porto, e materno de António Esteves, chapineiro, natural de Coimbra, filho de Simão Esteves, da vila de Pereira, e de Isabel Gonçalves, de Coimbra, e de Antónia Duarte, filha de João Duarte, natural de Bera, e de Guiomar Fernandes, natural de Coimbra; casado com Maria do Espírito Santo Ferreira, filha do Lic.º *João Ferreira, natural de Fraga, freg. de Salvador de Burgo, Arouca,* e de Doroteia Negroa, natural de Soure, neta paterna de *João Gaspar* e de *Antónia Luís, moradores em Fraga,* e materna de Manuel Negrão, de Soure, e de Catarina Carraça, natural de Vila Nova da Barca. O habilitando teve um filho natural, Manuel, o «Gago», então residente no Brasil, filho de Maria de Almeida, a «Galinha», e neto materno de Manuel Domingues, o «Galinha», e de Maria de Almeida, todos naturais e moradores em Vila Verde.
Carta de Familiar de ... de Março de 1676.

Manuel — m. 20, n.º 509

317 **Manuel Monteiro da Silva** — natural de Torres Vedras e morador em Lisboa no Bairro do Marquês; filho de António Fernandes e de Isabel Monteira, naturais respectivamente da freg. de S.ta Suzana de Maxial, Torres Vedras, e desta vila; neto paterno de Francisco Álvares e de Catarina Fernandes, moradores no Maxial, e materno de Jorge Duarte, natural do Turcifal, e de Margarida Monteira, natural de Torres Vedras e aí moradores; casado com Catarina Rabela, natural de Amora, termo de Almada, filha de Manuel Pinto Leal, natural do Porto, rua da Banharia, e de Margarida Rabela, natural do Barreiro, neta paterna de Dinis Pires e de Ana Leonel, naturais e moradores no Porto, e materna de Gaspar Gomes, natural de Amora, e de Maria Rabela, natural do Barreiro; enviuvando, ajustado para casar, em 1671, com Mariana de Paiva Mascarenhas, natural de Lisboa, freg. de N.ª Sr.ª dos Anjos, filha de Francisco de Paiva, escrivão do Consulado do Paço da Madeira e da Mesa da Fazenda do Hospital Real, natural de Pombal, e de Francisca de Oliveira, natural da Quinta dos Fidalgos, que havia sido de Egas Coelho, freg. de N.ª Sr.ª da Purificação de Cachoeiras, Vila Franca de Xira, moradores em Lisboa na rua Direita das Portas de S.ta Catarina, freg. de N.ª Sr.ª dos Mártires, neta paterna de *Simão de Paiva*, escrivão das sisas na vila de Pombal, *natural de Águeda, freg. de S.ta Eulália*, e de Ana de Mascarenhas, natural de Pombal, e aí moradores, e materna de João de Andrade, natural de S.to António do Tojal, e de Maria de Oliveira, natural da Quinta dos Fidalgos, e aí moradores.

Carta de Familiar de 9 de Dezembro de 1651.

Manuel — m. 17, n.º 447

318 **Manuel Monteiro da Silva e Cunha** — *natural e morador na vila de Angeja, freg. de N.ª Sr.ª das Neves, Albergaria-a-Velha;* filho de *André Monteiro da Silva, natural da freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja,* e de *Maria Teixeira, natural de Angeja, e aí moradores;* neto paterno de *Manuel Monteiro da Silva, sargento-mor da Comarca de Esgueira, Aveiro,* natural da vila de Azambuja, e de *Mariana da Cunha, natural de Salreu, e aí moradores,* e materno de *Domingos João* e de *Domingas Teixeira Rebelo; naturais e moradores em Angeja;* casado com *Ana Maria, natural de Angeja,* filha de *Bento da Silva* e de *Isabel Nogueira, moradores em Angeja,* neta paterna de *João da Silva* e de *Catarina João, natural de Salreu,* e materna de *Diogo Fernandes Nogueira, natural da Quinta do Fernando, freg. de S. Pedro de Valongo,*

Agueda, e de *Andresa Dias*, igualmente *natural de Angeja*.

Carta de Familiar de 13 de Julho de 1724.

Manuel — m. 89, n.º 1673

319 **Manuel de Morais Pereira** — lavrador; *natural e morador na freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Ventosa do Bairro, Mealhada;* filho de *Manuel de Morais Pereira, natural de Ventosa do Bairro*, e de *Maria de Morais, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Mogofores, Anadia, moradores em Ventosa do Bairro;* neto paterno de *Domingos de Morais, natural de Ventosa do Bairro*, e de *Maria Pereira, natural de Pedreira, freg. de S. Miguel de Vilarinho do Bairro, Anadia*, também *moradores em Ventosa do Bairro*, e materno de *Manuel de Morais, natural da freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia*, e de *Serafina de Pinho, natural da freg. de S.to Isidoro de Eixo, Aveiro, moradores em Mogofores;* casado com *Sebastiana Simões, natural de Ventosa do Bairro*, filho de *Manuel Jorge* e de *Bárbara Simões, moradores em Ventosa do Bairro*, neta paterna de *Domingos Jorge* e de *Mónica Martins, naturais de Arinhos, Ventosa do Bairro*, e materna de *Manuel Francisco Cerveira*, Familiar do S.to Ofício, e de *Domingas Simões, naturais de Grada, freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia*, e irmã de *António Cerveira*, Familiar do S.to Ofício, *de Ventosa do Bairro.*

Carta de Familiar de 14 de Setembro de 1756.

Manuel — m. 173, n.º 1828

320 Lic.º **Manuel de Moura** — natural de Coimbra e aí morador na rua das Covas, freg. da Sé; filho de *Domingos de Moura, natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau*, e de Maria do Espírito Santo, natural de Coimbra, freg. de S.ta Cruz, e aí moradores na rua dos Sapateiros, freg. de Santiago; neto paterno de *Domingos de Moura* e de *Antónia Rodrigues, naturais e moradores na vila da Feira*, e materno de Manuel Francisco e de Maria Gomes, naturais e moradores em Coimbra, freg. de S.ta Cruz; casado com Josefa Teresa, natural de Coimbra, filha de António Jorge e de Antónia da Fonseca, moradores em Coimbra na rua das Covas, neta paterna de António Jorge, natural de Orvieira, Ribeira de Frades, e de Isabel Francisca, natural da freg. do Salvador de Coimbra, e aí moradores na de S. Bartolomeu, e materna de Domingos Simões, natural de Bruscos, Seia, e de Inês João, natural de Telhadela, Sernache; enviuvando, ajustado para casar,

DGLAB

em 1728, com Maria Baptista Botelha, natural de Lisboa, freg. das Mercês, e aí moradores ao Arco dos Pregos, freg. de S. Julião, viúva de Olaio Nogueira, filha de António Álvares, natural da freg. de S.ta Maria de Loures, sobrinho de Pascoal Francisco, mestre pedreiro, que era pai de Tomás Botelho, mestre pedreiro e do P.e Matias Botelho, Familiares do S.to Ofício, moradores na rua do Capelão, e de Joana Baptista, natural da freg. de S. Nicolau de Lisboa, neta paterna de Domingos Álvares e de Domingas Fidalga, naturais da freg. de Alvogas, Loures, e materna de António Francisco Ozala, mestre cabeleireiro, e de Maria da Luz, naturais de Lisboa, freg. de S. Nicolau e aí moradores na rua dos Douradores.

Carta de Familiar de 17 de Janeiro de 1721.

Manuel — m. 85, n.º 1622

321 **Manuel de Moura da Silva** — capitão; natural de Lage, freg. de S. Miguel de Gémeos, Celorico de Basto, e morador em Pernambuco; filho de Francisco João e de Maria de Moura, moradores na Lage; neto paterno de Pedro Domingues e de Madalena Solteira, naturais de Cerqueda, freg. de S. João de Arnóia, e de Gonçalo de Moura, natural de Boucinhas, Arnoso, e de *Francisca da Silva, natural da freg. de S. Pedro de Canedo, Feira*, moradores em Boucinhas; casado com D. Úrsula de Araújo, natural da vila do Recife, freg. de S.to António, filha de Domingos da Costa, natural da freg. de S.ta Maria de Rendufinho, Póvoa do Lanhoso, e de D. Teresa Gomes, natural do Recife, freg. do Corpo Santo, neta paterna de Pedro da Costa, natural de Verim, freg. de S. João do Rei, e de Maria Fernandes, natural da freg. de Santiago de Goães, S.ta Marta do Bouro, e materna de Pantaleão Fernandes de Figueiredo, natural do Porto, e de Maria Gomes, natural da freg. de N.a Sr.a da Conceição da vila de Serinhaens, Pernambuco, e irmã de Maria da Costa de Araújo, casada com José Ribeiro Riba, Comissário de Cavalaria de Pernambuco e Familiar do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 16 de Maio de 1724.

Manuel — m. 93, n.º 1746

322 **Manuel Narciso de Sousa** — homem de negócio; natural de Matosinhos, freg. de S. Salvador de Bouças (1), morador na vila de S.to António do Recife de Pernambuco, na

(1) Actualmente Matosinhos é sede do concelho.

rua do Crespo; filho de Narciso Manuel de Sousa, natural de Matosinhos, e de Maria Narcisa da Silva, natural da freg. de S. Martinho de Guifões, moradores em Matosinhos; neto paterno de Manuel Cação e de Jerónima Teresa de Sousa, naturais e moradores em Matosinhos, e materno de João Gonçalves Ferreira, natural de Gatões, Guifões, e de Maria da Silva, natural de Guifões, e aí moradores; ajustado para casar, em 1773, com D. Francisca da Silva Gama, natural do Recife, filha do capitão *António da Silva Gama, natural da freg. de S. Simão de Oiã, Oliveira do Bairro,* e de D. Ana da Silva Gorjão, natural do Recife, e aí moradores, neta paterna de *Miguel Domingues* e de *Madalena Simões, naturais e moradores em Oiã,* e materna do sargento-mor José da Silva Gorjão, natural da vila de Peniche, e de D. Teresa Coutinho, também natural do Recife, e aí moradores, irmã de D. Teresa da Silva Gama, casada com Joaquim Fernandes de Sousa, Familiar do S.to Ofício, morador no Recife.

Carta de Familiar de 15 de Outubro de 1770.

Manuel — m. 220, n.º 1308

323 P.e Frei **Manuel da Natividade** — religioso capucho da Província da Conceição, mestre da Sagrada Teologia e mais tarde de Filosofia no Colégio de S.to António da Estrela de Coimbra; natural de Ponte de Lima e morador no referido Colégio; filho de Manuel da Costa Faria, natural do Porto, e de Maria Correia Galvão, natural de Ponte de Lima, e aí moradores; neto paterno de Marcos João, natural da freg. de S.to Tirso de Riba d'Ave, e de *Maria Fernandes,* filha de *Domingos Fernandes, o «Touro»,* e de *Vitória Antónia, naturais do Olival, freg. de S.ta Maria de Fermedo, Arouca,* moradora com seu marido no Porto, na calçada da Relação Velha, e materno de Francisco Fernandes Galvão e de Domingas Correia, moradores em Ponte de Lima.

Provisão de Qualificador de 22 de Junho de 1725.

Manuel — m. 253, n.º 1669

324 **Manuel das Neves** — mercador; *natural de Escoural, freg. de Santiago da Mouta, Anadia,* e morador em Coimbra; filho de *Manuel João, natural da freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia,* e de *Eulália Rodrigues, natural de Escoural, e aí moradores;* neto paterno de *Domingos João, natural de Vila Nova de Monsarros,* e de *Isaura João, natural de Póvoa de Parada, Vila Nova de Monsarros,* e materno de *André Rodrigues, natural de*

Escoural, e de *Maria Fernandes, natural de Aljariz, Vila Nova de Monsarros;* casado com *Custódia Maria, natural da vila de Aveiro,* filha de *Manuel Rodrigues Manço* e de *Páscoa Ribeiro, naturais e moradores em Aveiro,* neta paterna de *Salvador Lourenço,* natural de Arnal, e de *Maria João,* natural de Gaios, ambas as localidades da freg. de N.ª Sr.ª da Luz de Maceira, Leiria, e *moradores em Aveiro,* e materna de *Domingos Miguéis* e de *Juliana Ribeiro, naturais e moradores em Aveiro.*

Carta de Familiar de 8 de Março de 1708.

Manuel — m. 68, n.º 1352

325 **Manuel das Neves Pessoa** — natural e morador na vila de S. João das Areias, S.ta Comba Dão; filho de *António Neves, natural da freg. de S. Pedro de Belazaima, Águeda,* e de Águeda Pessoa, natural de S. João das Areias, e aí moradores; neta paterna do P.e *António de Almeida, prior encomendado da igreja de Belazaima, natural de Assequins, freg. de S.ta Eulália de Águeda* e de *Maria Neves, natural de Belazaima, e aí moradora* e materno de Manuel Pessoa, natural de S. João das Areias, e de Maria João, natural da freg. de S. Miguel de Parada, Carregal do Sal, moradores em S. João das Areias; ajustado para casar, em 1789, com Mariana Coelha Tavares, natural de Chamadouro, freg. de S. Martinho de Óvoa, S.ta Comba Dão, filha de António de Matos e de Eufémia Maria, naturais e moradores em Chamadouro, neta paterna do P.e António Tavares, natural de Coagido, Óvoa, e de Ana Rodrigues, natural de Chamadouro, e materna de Manuel Coelho e de Maria Henriques, naturais de Oveiro, Óvoa.

Carta de Familiar de 19 de Setembro de 1786.

Manuel — m. 249, n.º 1579

326 **Manuel das Neves Trabalhoso** — mestre alfaiate; *natural da freg. de S.to António de Avelãs do Caminho, Anadia,* e morador em Lisboa na rua dos Douradores; filho de *João de Oliveira, natural da freg. de S. Pedro de Avelãs de Cima, Anadia,* e de *Maria das Neves, natural de Avelãs do Caminho, e aí moradores;* neto paterno de *Pedro Domingues, natural de Canelas, Avelãs de Cima,* e de *Maria Gaspar, natural de Avelãs de Cima, e aí moradores,* e materno de *António Ferreira* e de *Ana Ferreira, naturais e moradores em Avelãs do Caminho.*

Carta de Familiar de 9 de Março de 1731.

Manuel — m. 99, n.º 1837

DIGITAL

327 Lic.º **Manuel Nogueira** — natural da freg. de S. João Evangelista de Vil de Matos, Coimbra; filho de João Nogueira e de Domingas Simões, naturais e moradores em Vil de Matos; neto paterno de João Nogueira e de Isabel Francisca, moradores em Vil de Matos, e materno de *Manuel Simões* e de *Brites Simões, lavradores em Grada, freg. de N.ª Sr.ª do Ó de Barcouço, Mealhada.*

Provisão de Notário de 22 de Junho de 1715.

Manuel — m. 79, n.º 1524

328 **Manuel Nogueira** — *natural e morador na freg. de S. Vicente de Louredo, Feira;* filho de *António Nogueira, natural de Louredo,* e de *Teresa Gomes de Pinho, natural de Cimo d'Inha, freg. de S.to André de Escariz, Arouca, moradores em Louredo;* neto paterno de *Jerónimo Nogueira,* natural de Arrufe, freg. de S.ta Maria Madalena de Loivos da Ribeira, Baião, e de *Isabel Francisca, natural de Louredo, e aí moradores,* e materno de *Pedro Fernandes, natural de Cimo d'Inha,* e de *Maria Gomes, natural de Azagães, freg. de S. Salvador de Carregosa, Oliveira de Azeméis, moradores em Cimo d'Inha.*

Carta de Familiar de 27 de Julho de 1756.

Manuel — m. 171, n.º 1804

329 Lic.º **Manuel Nunes de Abrantes** — bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra; natural da vila de Mangualde e morador em Ourentã, termo de Cantanhede, filho de Manuel Nunes e de Maria de Abrantes, moradores em Mangualde; neto paterno de António Fernandes, filho de António Fernandes, naturais de Contenças de Cima, freg. de Cassurães, Mangualde, e de Francisca Nunes, filha de Francisco Nunes, o «Corisco», natural de Tervaldinho, freg. de Alcafache, e de Catarina Fernandes, natural de Pedrelos, freg. de Maceira Dão, Mangualde, e materno de António de Abrantes, filho de António João, e de Maria Domingues, filha de Márcia Domingues, naturais de Mangualde; casado com Maurícia Josefa de Melo, natural de Ourentã, filha de António Barreto da Costa e de Maria Pereira dos Santos, moradores em Ourentã, neta paterna de António Rodrigues Barreto, filho de Jorge André, natural de Arazede, termo de Montemor-o-Velho, e de Maria da Costa, filha de Antónia Francisca, naturais de Póvoa da Lomba, termo de Cantanhede, e materno de Sebastião Jorge, de Ourentã, filho de *Acúrsio Pereira, natural de Pedreira, freg. de S. Miguel de Vilarinho do Bairro, Ana-*

bibRIA

dia, e de Maria Pereira, filha de Isabel Galindres, natural de Ourentã.

Carta de Familiar de 6 de Fevereiro de 1741.

Manuel — m. 119, n.º 2144

330 **Manuel Nunes de Almeida** — *natural de Moutedo, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda, morador em Águeda, freg. de S.ta Eulália;* filho de *Manuel Nunes, natural de Moutedo,* e de *Maria de Almeida, natural de Arrancada, freg. de Valongo, moradores em Moutedo;* neto paterno de *António Nunes, natural de Vide, freg. de S. Mamede de Talhadas, Sever do Vouga,* e de *Domingas André, natural de Moutedo, e aí moradores,* e materno de *António Gonçalves* e de *Sabina de Almeida, naturais e moradores em Arrancada;* sobrinho materno do capitão *António de Almeida, mercador em Águeda,* Familiar do S.to Ofício; casado com *Maria de Ascensão Vidal, natural de Águeda,* filha de *Manuel Domingues, natural de Massonda, freg. de S.ta Eulália de Águeda,* e de *Maria da Ascensão, natural de Águeda, e aí moradores,* neta paterna de *António do Souto* e de *Maria Domingues, naturais e moradores em Massonda,* e materna de *Gaspar Fernandes* e de *Ana da Ascensão, naturais e moradores em Águeda.*

Carta de Familiar de 10 de Setembro de 1694.

Manuel — m. 37, n.º 818

331 **Manuel Nunes da Costa** — *natural da vila de Aveiro* e morador em Tomar; filho do *Dr. Pero Nunes* e de *Catarina Roloa, natural de Aveiro, e aí moradores;* neto materno de *Miguel André* e de *Maria André, a «Piricoa»,* igualmente *naturais e moradores em Aveiro.*

Carta de Familiar de 12 de Junho de 1638.

Manuel — m. 5, n.º 176

332 Lic.º **Manuel Nunes da Cruz** — *natural e morador na vila de Aveiro;* filho de *Tomás Nunes* e de *António da Cruz, naturais e moradores em Aveiro;* neto paterno de *Inácio Nunes,* Familiar do S.to Ofício, e de *Maria João, moradores em Aveiro,* e materno de *João de Deus,* natural de Messina, Reino da Sicília, e de *Dária Francisca, natural de Aveiro, e igualmente moradores na referida vila;* sobrinho materno de *Joana de Deus,* casada com *João Monteiro,* cônsul e intérprete das línguas francesa e italiana, Familiar do S.to Ofício, *naturais e moradores em Aveiro;* casado com *Maria Temudo de Afonseca,* filho de

biblRIA

João de Afonseca Temudo, Familiar do S.to Ofício, e de *Maria Miguéis da Piedade*, neta paterna de *João de Afonseca* e de *Maria Ferraz*, e materna de *Manuel Miguéis Negrão* e de *Antónia Cravoa, todos naturais e moradores em Aveiro.*

Carta de Familiar de 8 de Abril de 1743.

Manuel — m. 76, n.º 1479

333 **Manuel Nunes Pereira** — homem de negócio; natural de Portalegre, freg. de Santiago, e morador em Lisboa na rua do Verão, freg. da Sé; filho de Augusto Nunes Arcas de Área, homem de negócio, e de Maria Pereira, naturais e moradores em Portalegre; neto paterno de João Nunes Arcas de Área e de Maria da Serra, naturais de Portalegre, e materno de Manuel Vaz Pereira Chorales, natural de Portalegre, e de Joana Pereira, natural de Castelo de Vide, moradores em Portalegre; irmão de Lucas Nunes, Familiar do S.to Ofício; casado com Maria dos Santos, natural da freg. de S. Julião de Lisboa, filha de Manuel Gonçalves, natural de Parada de Ester, Castro d'Aire, e de Antónia Lopes, naturais da freg. de S.ta Justa de Lisboa, neta paterna do P.e *João da Silveira*, cura da freg. de S. João Baptista de Parada de Ester, *natural de Arouca, freg. de S. Bartolomeu*, e de Catarina Gonçalves, a «Galanta», natural e moradora em Parada de Ester, e materna de Domingos Gonçalves, natural de Bobadela, freg. de S. Miguel do Anjo, Boticas, e de Francisca Lopes, natural da freg. de S.ta Justa de Lisboa.

Carta de Familiar de 15 de Março de 1726.

Manuel — m. 91, n.º 1703

334 **Manuel Nunes de Pinho** — capitão e cavaleiro professo da Ordem de Cristo; *natural e morador na vila de Angeja, freg. de N.ª Sr.ª das Neves, Albergaria-a-Velha;* filho do do capitão *Diogo Dias* e de *Maria Nunes, naturais e moradores em Angeja;* neto paterno de *João Dias do Rego, natural de Angeja*, e de *Maria Dias, natural da freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja*, e materno de *João Dias, o «Sanfalhão», natural de Ventosa, freg. de S. Miguel de Fermelã, Estarreja*, e de *Filipa Nunes, natural de Angeja, e todos aí moradores;* casado com *Maria da Conceição de Figueiredo, natural de Salreu*, filha de *António de Figueiredo, natural de Águeda, freg. de S.ta Eulália*, e de *Maria da Silva Valente, natural de Salreu, e aí moradores*, neta paterna de *Manuel Antunes de Figueiredo*, natural de Alvorge, Ancião, e de *Isabel Jorge, natural de Assequins,*

DGARQ

freg. de S.ta Eulália de Águeda, e moradores nesta vila, e materna de *Domingos Dias* e de *Domingas da Silva, naturais e moradores em Salreu.* Teve uma filha natural, *Páscoa de Figueiredo,* filha de *Ascensa de Figueiredo,* solteira, filha de *Júlio de Figueiredo* e de *Maria Dias Madeira, naturais e moradores em Angeja.*

Carta de Familiar de 15 de Novembro de 1689.

Manuel — m. 35, n.º 768

335 **Manuel de Oliveira** — natural da vila de Oliveira do Hospital e *morador na freg. de S.ta Eulália de Águeda;* filho de Manuel Gonçalves, natural de Lagos da Beira, Oliveira do Hospital, e de Maria de Oliveira, natural da referida vila, e aí moradores; neto paterno de Domingos Gonçalves, natural de Oliveira do Hospital, e de Ana Domingues, natural de Lagos da Beira, e aí moradores, e materno de Manuel de Oliveira, natural de S. Joaninho, S.ta Comba Dão, e de Isabel Correia, natural de S. Paio de Codeço, Oliveira do Hospital, moradores na mesma vila; casado com *Maria Luísa, natural da freg. de Santiago de Préstimo, Águeda,* filha de *Manuel de Almeida, meirinho da vila de Préstimo, natural da freg. de S. Mamede de Castanheira do Vouga, Águeda,* e de *Micaela Martins, natural de Préstimo, e aí lavradores,* neta paterna de *Manuel de Almeida do Paço,* alfaiate, *natural de Castanheira do Vouga,* e de *Giralda das Neves,* natural de Belazaima do Monte, Tondela, *moradores em Castanheira do Vouga,* e materna de *Domingos Dias,* lavrador, *natural da freg. de S. Martinho de Macieira de Alcoba, Águeda,* e de *Águeda Martins, natural de Préstimo, e aí moradores.*

Carta de Familiar de 15 de Novembro de 1765.

Manuel — m. 201, n.º 1135

336 P.e **Manuel de Oliveira** — *natural e morador em Silveiro, freg. de S. Simão de Oiã, Oliveira do Bairro;* filho de *Pedro de Oliveira, natural de Vila Verde, freg. de S. Miguel de Oliveira do Bairro,* e de *Maria Francisca, natural de Silveiro, e aí moradores;* neto paterno de *Manuel Miguéis, natural de Armoreira, Oliveira do Bairro,* e de *Maria João, natural de Vila Verde, e aí moradores,* e materno de *António Pires, o «Cativo», natural de Silveiro,* e de *Maria André, natural de Monte Longo, Oliveira do Bairro, moradores em Silveiro.*

Provisão de Notário de 8 de Janeiro de 1762.

Manuel — m. 185, n.º 1966

biblRIA

337 P.e **Manuel de Oliveira** — bacharel formado nos Sagrados Cânones e reitor da igreja de S. Tomé de Penalva d'Alva; *natural da freg. de S. Vicente de Sangalhos, Anadia;* filho de *Manuel de Oliveira, natural de Oliveira do Bairro, freg. de S. Miguel,* e de *Isabel Dias, natural de Sangalhos, e aí moradores;* neto paterno de *João Miguéis* e de *Madalena Antónia, naturais e moradores em Oliveira do Bairro,* e materno de *André Dias* e de *Domingas Jorge, naturais e moradores em Sangalhos.*

Provisão de Comissário de 30 de Julho de 1723.

Manuel — m. 87, n.º 1653

338 **Manuel de Oliveira** — ourives da prata; natural de Lisboa e aí morador na rua dos Ourives da Prata, freg. de S.ta Maria Madalena; filho de António de Oliveira, também ourives da prata, natural da freg. de N.a Sr.a dos Olivais, termo de Lisboa, e de Maria dos Prazeres, natural da freg. de S. Cristóvão de Lisboa, moradores na rua atrás citada; neto paterno de António de Oliveira e de Maria Teixeira, naturais e moradores nos Olivais, e materno de Domingos Fernandes, natural de Quintãs, freg. de S.ta Maria de Nine, termo de Barcelos, e de e de *Domingas Martins, natural de Teamonde, freg. de S. Salvador de Carregosa, Oliveira de Azeméis,* moradores em Lisboa na freg. de S. Cristóvão.

Carta de Familiar de 6 de Outubro de 1704.

Manuel — m. 60, n.º 1242

339 **Manuel de Oliveira Conde** — *natural da freg. de S. Simão de Mamarrosa, Oliveira do Bairro;* filho de *Manuel de Oliveira Conde, natural de Portouro, Oliveira do Bairro, freg. de S. Miguel,* e de *Teresa Simões, natural de Mamarrosa, e aí moradores;* neto paterno de *Manuel Francisco Conde, natural de Monte Longo, Oliveira do Bairro,* e de *Catarina Miguéis, natural da Quinta de Vale de Mouro, freg. de S. Bartolomeu de Troviscal, Oliveira do Bairro,* e materno de *Ascenso André, natural de Mamarrosa, e aí moradores;* casado com *Maria da Silva, natural de Mamarrosa,* filha de *Manuel da Silva* e de *Maria Francisca,* igualmente *naturais e moradores em Mamarrosa,* neta paterna de *Domingos da Silva, natural de Mamarrosa,* e de *Maria Couceira de Oliveira, natural da freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia,* e materna de *Domingos Francisco, natural de Póvoa do Forno, Troviscal,* e de

Maria Simões, natural de Mamarrosa, e todos aí moradores.

Carta de Familiar de 13 de Agosto de 1756.

Manuel — m. 170, n.º 1792

340 **Manuel de Oliveira Correia** — natural da freg. de Espírito Santo de Monte Redondo, termo de Torres Vedras, e morador na freg. de S.ta Cruz da Chapada, Minas Novas do Funado da vila de N.a Sr.a do Bom Sucesso das Minas de Aracuaí; filho de Manuel Correia, natural de Ramalhal, freg. do Amaxial, e de Isabel de Oliveira, natural de Lapão, Arruda dos Vinhos, moradores em Torres Vedras; neto paterno de Manuel Correia, natural de Ireira, Amaxial, e de Catarina Marques, natural de Ramalhal, e aí moradores, e materno de Manuel de Oliveira, natural de Valverde, freg. de Palhacana, e de Isabel Coelha, natural de Lisboa, freg. dos Anjos; irmão de José Correia de Oliveira, Familiar do S.to Ofício; ajustado para casar, em 1748, com D. Antónia Josefa Severina de Moura, natural de Lisboa, freg. de S.ta Catarina do Monte Sinai, e moradora na Baía, freg. da Sé, filha de *Alexandre Francisco, natural da freg. de S.to André de Barrô, Águeda,* e de Maria Josefa, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e moradores na mesma cidade, neta paterna de *António Simões* e de *Jerónima Francisca, naturais e moradores em Barrô*, e materna de Manuel Gomes, natural de Alhandra, e de Maria de Moura, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e aí moradores.

Carta de Familiar de 23 de Janeiro de 1742.

Manuel — m. 121, n.º 2166

341 P.e **Manuel de Oliveira Ferreira** — bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones e *reitor da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis;* natural do Porto, freg. de S. Nicolau; filho de *Jorge de Oliveira Ferreira, natural da freg. de S. Vicente de Louredo, Feira,* e de Catarina Álvares Ferreira, natural de Eira Verde, freg. de S. Miguel de Vilarinho, S.to Tirso, moradores no Porto; neto paterno de *Gonçalo de Oliveira, natural de Louredo,* e de *Catarina Antónia, natural de Serralva, freg. de S. Pedro de Canedo, Feira, moradores em Louredo,* e materno de Pedro Francisco, natural de Vilarinho, e de Ana Álvares, natural da freg. de S. Martinho do Campo, S.to Tirso, moradores em Vilarinho.

Provisão de Comissário de 15 de Abril de 1744.

Manuel — m. 128, n.º 2250

342 **Manuel de Oliveira Garrido** — homem de negócio; natural de S. João da Foz e morador na vila do Recife de Pernambuco; filho de *Manuel André Garrido*, marinheiro que fora cativo dos mouros e mais tarde embarcara para o Brasil, *natural da freg. de S. Cristóvão de Ovar*, e de Maria Fernandes, a «Maria do Pedro», natural de S. João da Foz, e aí moradores; neto paterno de *Domingos André Garrido* e de *Maria Fernandes de Sousa, naturais e moradores em Ovar*, e materno de Pedro Fernandes Souto, pescador, e de Maria de Sousa, a «Maria do Pedro», naturais e moradores em S. João da Foz; casado com D. Jerónima de Albuquerque, natural de Beberibe, freg. da Sé da Cidade de Olinda, filha de Custódio Álvares do Vale, natural da freg. de S. Tomé de Negrelos, e de D. Mariana de Albuquerque, natural de Olinda, freg. da Sé, neta paterna de António Tomé e de Maria Álvares, naturais e moradores em S. Tomé de Negrelos, e materna do capitão João Gomes de Albuquerque, natural do Recife, e de D. Filipa de Freitas, natural da freg. da Sé de Olinda, e aí moradores.

Carta de Familiar de 10 de Dezembro de 1762.

Manuel — m. 190, n.º 2014

bibRIA

343 **Manuel de Oliveira Neves** — homem de negócio; natural de Massarelos, freg. de N. S.ª da Boa Viagem, e morador na cidade da Baía; filho de Manuel Gonçalves Neves e de Antónia de Oliveira, naturais e moradores em Massarelos; neto paterno de Manuel Gonçalves e de Maria das Neves, e materno de Gonçalo de Oliveira e de Francisca Gonçalves, a «Paloa», todos igualmente naturais e moradores em Massarelos; casado com Sebastiana de Lemos, natural da vila de Camamu, Baía, filha do capitão-mór *Bento Ribeiro de Lemos*, cavaleiro da Ordem de Cristo, *natural da vila de Aveiro*, e de Isabel do Vale, natural de Camamu, e aí moradores, neta paterna de *Manuel Ribeiro* e de *Maria Afonso, naturais de Aveiro, freg. de N.ª Sr.ª da Apresentação*, e materna de Gonçalo Afonso, natural de Lanhezes, termo de Viana, e de Maria do Vale, natural da vila de Ilhéus, Baía, moradores em Camamu.

Carta de Familiar de 3 de Março de 1717.

Manuel — m. 81, n.º 1556

344 **Manuel de Oliveira Velho** — guarda dos Armazéns da Alfândega de Lisboa; natural de Évora, freg. da Sé, e morador em Lisboa no Castelo de S. Jorge, na rua Direita

que ia para a freg. de S.ta Cruz; filho de António de Oliveira Velho, natural de Pindelo, termo de Vouzela, e de Bárbara Nunes, natural de Évora, freg. da Sé, e aí moradores; neto paterno de António de Oliveira e de Marta Francisca, naturais e moradores em Pindelo, e materno de *António Francisco, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Ó de Barcouço, Mealhada,* e de Francisca Rodrigues, natural de Évora, e aí moradores; ajustado para casar, em 1751, com Teresa Caetana de Jesus, viúva de Caetano Ferreira de Azevedo, natural de Lisboa, freg. de S. João da Praça e moradora no Castelo, na mesma rua, filha de Luís Alberto Caetano Rodrigues e de Antónia Maria Faustina, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S. João da Praça e de S.to Estêvão de Alfama, neta paterna de Silvestre Rodrigues, natural da freg. de S. Lourenço de Azeitão, e de Mariana Francisca, natural da freg. de S. Lourenço de Azeitão, e de Mariana Francisca, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Pópolo das Caldas da Rainha, e materna de *Manuel João, natural da freg. de S. João da Pesqueira, então no termo de Aveiro,* e de Páscoa Rodrigues, natural de Montemor-o-Velho.

Carta de Familiar de 5 de Outubro de 1750.

Manuel — m. 144, n.º 1444

bibRIA

345 **Manuel Pacheco Soares** — *natural da freg. de N.ª Sr.ª das Neves de Angeja, Albergaria-a-Velha,* e morador na Índia, ao serviço do Conde de Vila Verde; filho de *António Pacheco Henriques, natural da vila de Aveiro,* e de *Juliana Soares, natural da freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja, moradores em Angeja;* neto paterno de *Jerónimo Pacheco* e de *Antónia de Madail, naturais e moradores em Aveiro,* e materno de *Diogo Soares da Fonseca, natural de Graciosa, freg. de S. João Baptista do Loureiro, Oliveira de Azeméis,* e de *Maria de Almeida, natural de Samuel, freg. de S. Vicente da Branca, Albergaria-a-Velha, e moradores em Salreu.*

Já Familiar em 13 de Março de 1697.

Manuel — m. 41, n.º 900

346 **Manuel de Paiva Ribeiro** — homem de negócio com loja de mercador na travessa junto à igreja de N.ª Sr.ª da Conceição dos Freires, Lisboa; natural de Cova, freg. de S. Salvador de Ruivães, termo de Barcelos; filho de Manuel de Paiva, natural de Bouças, e de sua segunda mulher Maria Francisca, natural de Nomães, ambas as

localidades da freg. de Ruivães; neto paterno de António de Paiva e de Maria Ribeira, de Bouças, e materno de Pedro Jorge e de Isabel Francisca, de Nomães; sobrinho paterno de José de Paiva, mercador no Porto, Familiar do S.to Ofício; ajustado para casar, em 1739, com Ana Maria de Jesus, natural e moradora na rua da Biquinha, freg. da Sé do Porto, filha de *Manuel dos Santos Álvares*, tintureiro, *natural de Gildinho, freg. de S.ta Maria de Real, Castelo de Paiva*, e de Inês de Brito dos Anjos, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, e aí moradores na rua da Biquinha, neta paterna de *Manuel Álvares, natural da quinta da Taipa, freg. de S. Martinho de Sardoura, Castelo de Paiva*, e de *Domingas Lourença, natural de Gildinho, e aí moradores*, e materna de João de Brito, tintureiro, natural de Ermida, freg. de S. João de Rio Frio, Arcos de Valdevez, e de Maria Cardosa, vendedora de fruta na Ribeira do Porto, natural de Tarouquila, Sinfães, e moradores na rua da Lada, freg. de S. Nicolau do Porto.

Carta de Familiar de 25 de Abril de 1735.

Manuel — m. 108, n.º 1993

bibRIA

347 **Manuel Pereira** — *alcaide da vila de Aveiro;* natural da vila de Pereira; filho de Mateus Dias e de Joana Brás, naturais e moradores em Pereira; neto paterno de João Álvares e de Isabel Luís, e materno de Brás Afonso e de Francisca Souzel, todos igualmente naturais e moradores em Pereira; casado com *Filipa Teixeira*, natural de Lisboa, freg. de Santos-o-Velho, à Boa Vista, filha de João Fernandes, cantor da igreja de Santos e barbeiro, e de Isabel João, neta paterna de João Fernandes, e materna do capitão João Fernandes, o «Torto», homem do mar, e de Filipe Teixeira, moradores em Lisboa.

Informação para Familiar de 7 de Dezembro de 1620.

Manuel — m. 4, n.º 134

348 **Manuel Pereira** — capitão; natural e morador no Burgo de Celas, Coimbra; filho de *Miguel Pereira, natural da freg. de S. Vicente da Vacariça, Mealhada*, e de Catarina Rodrigues, natural de Chão do Bispo, freg. dos Olivais de Coimbra, moradores no Burgo de Celas; neto paterno de *António Duarte* e de *Maria Gaspar, naturais e moradores em Vacariça*, e materno de Gabriel Rodrigues, lavrador, e de Domingas Francisca, naturais e moradores

em Chão do Bispo; casado com Teresa de Jesus, natural do Burgo de Celas, filha de José Fernandes, oficial de pedreiro, natural do Burgo, e de Antónia Ferreira, natural do Amial, Coimbra, e moradores no mesmo Burgo, neta paterna de Lourenço Lopes, o «Marreca», boieiro, natural de Tovim, e de Madalena Fernandes, natural do Burgo de Celas, e materna de Simão Dias e de Leonor Ferreira, naturais do Amial.

Já Familiar em 24 de Março de 1698.

Manuel — m. 43, n.º 941

349 **Manuel Pereira de Azevedo** — ferrador; natural da freg. de S. Martinho de Vila Jusã, Mesão Frio, e *morador na vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão;* filho de João de Azevedo, natural de Morgido, freg. de Candomil, Amarante, e de Páscoa Vieira, natural de Vila Jusã, e aí moradores; neto paterno de Gaspar Dias e de Antónia de Azevedo, de Margido, e materno de António Pereira e de Antónia Vieira, de Vila Jusã; primeira vez casado com *Isabel de Oliveira, natural de Ovar,* filha de *André Fernandes* e de *Maria Fernandes,* neta paterna de *António Rodrigues* e de *Maria Rodrigues,* e materna de *Gonçalo Martins* e de *Guiomar Fernandes,* também *naturais e moradores em Ovar;* casado segunda vez com *Maria Ferreira, natural de Ovar,* filha de *Manuel Ferreira* e de *Natália de Oliveira,* neta paterna de *Domingos Ferreira* e de *Maria André,* e materna de *André João* e de *Antónia André,* igualmente *naturais e moradores em Ovar.*

Carta de Familiar de 30 de Maio de 1727.

Manuel — m. 93, n.º 1738

350 **Manuel Pereira Barbosa** — natural da freg. da Sé do Porto, e aí morador na de S. Nicolau; filho de Luís Pereira de Almeida, natural do Porto, freg. da Sé, e de *Isabel Maria, natural de Paradela, freg. de S. Miguel de Bairros, Castelo de Paiva,* moradores no Porto; neto paterno de José Pereira de Almeida, homem de negócio, natural da freg. de Almacave, Viseu, e de *Catarina dos Anjos, natural de Goda, freg. de S. Martinho de Mozelos, Feira,* moradores no Porto, e materno de *Silvestre de Paiva,* lavrador, e de *Ana Fernandes, naturais e moradores em Paradela.*

Carta de Familiar de 19 de Maio de 1758.

Manuel — m. 170, n.º 1802

351 **Manuel Pereira de Berredo** — Cavaleiro professo da Ordem de Cristo; *natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau;* filho do Lic.º *Gaspar Leite Cabral*, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, *natural da Feira,* e de *D. Maria da Silva*, natural da cidade do Porto, *moradores na referida vila;* neto paterno de *Diogo Leite de Miranda*, igualmente *natural da Feira,* e de *Mécia Cardosa Coelho*, natural de Lamego, filha de Rui Lourenço de Carvalho e de Mécia Coelho de Vasconcelos, moradores em Lamego, *moradores na Feira,* e materno do capitão António Álvares de Sequeira, o «Capitão Plumas», natural do Porto, e de D. Maria da Fonseca, natural da Baía, filha de Sebastião da Silva, tabelião na Baía, e de Ana da Fonseca, moradores no Porto; sobrinho paterno de Filipa Soares de Carvalho, casada com Manuel Cabral de Castelo Branco, mãe de *D. Mécia de Berredo*, casada com *António Tavares Teixeira, morador em Arouca*, Familiar do S.to Ofício; ajustado para casar, em 1677, com D. Luísa de Lemos, filha do Dr. António de Lemos da Rosa, desembargador da Relação do Porto, e de D. Maria de Matos, moradores no Porto, neta paterna do P.e Cosme da Rosa de Lemos, abade da freg. de S. Vicente de Cidadelhe, natural de Vila Real, e de Antónia João, solteira, depois casada com António Gonçalves, natural e moradora em Cidadelhe, e materna do capitão Domingos Vilela, natural do Couto de Goivães, Sabrosa, e de Isabel Gonçalves, natural de Constantim, termo de Vila Real.

Carta de Familiar de 4 de Outubro de 1675.

Manuel — m. 23, n.º 594

352 **Manuel Pereira Burgos** — *natural e morador em Mução de Além, freg. de S.ta Eulália, Arouca;* filho de *Francisco Pereira Burgos* e de *Isabel de Pinho, naturais e moradores em Mução;* neto paterno de *Estêvão Fernandes, natural de Touta, freg. de S.ta Eulália,* e de *Antónia Pereira, natural da freg. de S. Bartolomeu de Arouca,* e materno de *Domingos Barbosa* e de *Maria Brandoa, naturais da freg. de S. Salvador do Burgo, Arouca;* casado com *D. Mariana de Meneses, natural de Romariz, Burgo,* filha de *Henrique Teles de Meneses* e de *D. Baptista de Miranda, moradores em Romariz,* neta paterna de *Henrique Teles de Melo* e de *D. Maria do Amaral,* também *naturais e moradores em Romariz,* e materna de Manuel João de Oliveira e de Maria Pereira da Rocha, naturais e moradores na vila de Cais (?), conc. de S.ta Cruz, termo de Braga, sobrinha materna do P.e Manuel Pereira da Rocha, abade

da igreja da vila de Cais e Comissário do S.to Ofício, e prima paterna de José de Miranda, Familiar do S.to Ofício, do Porto.

Carta de Familiar de 20 de Novembro de 1716.

Manuel — m. 81, n.º 1544

353 **Manuel Pereira de Campos**—mercador; natural do Porto, e aí morador na rua das Flores, freg. da Sé; filho de Manuel do Couto, alfaiate, natural de Passo, freg. de S. Romão de Paredes, Benviver, e de Catarina Pereira, natural de Carvalhos do Monte, freg. de S. Martinho de Cedofeita, Porto; neto paterno de Pedro Gonçalves e de Maria Carvalha, lavradores, naturais e moradores em Passo, e materno de Bartolomeu Gonçalves e de Maria do Anjo, ou Fernandes, lavradores, naturais respectivamente das freg. de S. Veríssimo de Paranhos e de Carvalhos, moradores em Cedofeita; casado com Mariana da Silva Pereira, filha de *Domingos da Rocha, sapateiro, natural de Arraial, freg. de S. João de Raiva, Castelo de Paiva*, e de Benta da Silva, natural da Porta Nova, freg. de S. Nicolau do Porto, moradores na rua das Congostas, freg. da Sé, neta paterna de *Domingos Rodrigues* e de *Catarina Antónia*, lavradores, respectivamente *naturais das fregs. de S.ta Marinha de Real* e de *S. João de Raiva*, ambos *de Castelo de Paiva*, e materna de *Domingos Jorge, natural da freg. de S. Paio de Fornos, Castelo de Paiva*, e de Maria Antónia, natural da Porta Nova.

Já em 21 de Julho de 1698.

Manuel, m. 45, n.º 1009

354 **Manuel Pereira Chaves** — natural de Viseu, e aí morador; filho de Manuel Pereira Chaves, Familiar do S.to Ofício, natural de Viseu, e de D. Mariana Soares, natural da vila de Currelos, Carregal do Sal, moradores em Viseu; neto paterno de Damião Gonçalves Chaves, Familiar do S.to Ofício, natural de S. Pedro do Sul, e de D. Francisca, natural de Arvoredo, freg. de Pindo, Viseu, e materno de Fernão Soares de Albergaria, natural de Currelos, e de D. Filipa de Mesquita, natural de Loureiro, Silgueiros; irmão do Cónego José Pereira, Comissário do S.to Ofício; casado com *D. Antónia Joana Furtado de Mendonça, natural da freg. de Santiago de Beduído, Estarreja*, filha de *António de Resende Paiva, natural de Santiago de Beduído*, e de *D. Isabel Botelho da Fonseca, natural da vila de Esgueira, freg. de S.to André, Aveiro, e aí moradores*, neta paterna de *Domingos de Resende, natural da*

biblRIA

freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, e de *Antónia de Paiva, natural de Santiago de Beduído, e aí moradores,* e materna de *Francisco de Brito* e de *Antónia do Rego da Fonseca, naturais e moradores em Esgueira.*

Carta de Familiar de 20 de Março de 1725.

Manuel — m. 90, n.º 1696

355 **Manuel Pereira Couto** — mestre tanoeiro na rua do Carneiro da Cidade do Rio de Janeiro; natural de Matozinhos, freg. de S. Pedro de Miragaia, Porto, filho de *João Pereira,* tanoeiro, *natural da freg. de S.ta Maria de Esmoriz, Ovar,* e de Maria Teresa do Couto, natural da freg. de S. Salvador de Ramalde, Porto, moradores em Matozinhos; neto paterno de *João Álvares,* solteiro, lavrador, filho de *António Álvares,* lavrador, *de Godezinde, Esmoriz,* e de *Domingas Pereira,* solteira, filha da «*Mentirosa*» *de S.ta Cruz, Esmoriz,* e materna de Manuel do Couto, natural de S. Salvador de Ramalde, e de Mariana Gonçalves, natural da freg. de S. Martinho de Lordelo do Ouro, Porto, moradores em Ramalde.

Carta de Familiar de 24 de Outubro de 1769.

Manuel — m. 216, n.º 1278

bibRIA

356 **Manuel Pereira de Lima** — natural da freg. de S.ta Maria de Doçãos, Vila Verde, e morador na quinta da Farrinhela, freg. de S.ta Maria de Mós, Vila Verde; filho de Francisco Pereira de Lima, natural da freg. de S.ta Maria de Duas Igrejas, Vila Verde, e de Felícia Pereira, natural de Doçãos, e aí lavradores; neto paterno de João Manuel Fernandes e de Paula Lopes, de Duas Igrejas, e materno de João Fernandes, Familiar do S.to Ofício, e de Maria Pereira, de Doçãos; casado com *Maria da Silva de Resende, natural de Sub-Moínhos, freg. de S.ta Marinha de Avanca, Estarreja,* filha de *Baltasar Lopes* e de *Isabel Lopes, naturais e moradores em Sub-Moinhos,* neta paterna de *Estêvão Vaz* e de *Isabel Lopes* e materna de *Gregório da Silva Godinho* e de *Maria de Resende, todos* igualmente *de Sub-Moinhos,* irmã de *Inocência da Silva de Resende,* casada com Joaquim de Abreu e Silva, bacharel em Cânones e Familiar do S.to Ofício, e sobrinha materna do P.e *João de Resende Fragoso,* abade de Mós e Comissário do S.to Ofício, também *de Sub-Moinhos.*

Carta de Familiar de 14 de Junho de 1774.

Manuel — m. 240, n.º 1438

357 Lic.º **Manuel Pereira de Pinho** — *natural de Arada, freg. de S.ta Marinha de Avanca, Estarreja, e morador na freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja;* filho do capitão *João Antão Pereira, natural de Arada,* e de *Isabel de Pinho, natural da freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra, moradores em Arada;* neto paterno de *Manuel Antão Pereira, natural da freg. de S. Vicente de Pereira de Jusã, Ovar,* e de *Bárbara André, natural de Arada, e aí moradores,* e materno do capitão *André Coutinho, natural da freg. de S.to Estêvão do Couto de Esteves, Sever do Vouga,* e de *Isabel de Pinho, natural de Castelões, e aí moradores;* casado com *Teodósia Pacheco de Macedo, natural de Salreu,* filha do Lic.º *André Pacheco de Pinho* e de *Catarina da Rocha de Resende, naturais e moradores em Salreu,* neta paterna de *Miguel de Pinho* e de *Luísa Pais Pacheca,* igualmente *naturais e moradores em Salreu,* e materna de *Miguel de Macedo, natural de Salreu,* e de *Catarina da Rocha de Resende, natural da freg. de S.ta Maria da Murtosa, e aí moradores.*

Carta de Familiar de 31 de Julho de 1714.

Manuel — m. 78, n.º 1502

biblRIA

358 **Manuel Pereira dos Santos e Magalhães** — homem de negócio, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, e morador no Recife de Pernambuco na rua da Cadeia; filho de *Manuel Pereira de Sousa, natural da freg. de S.to Tirso de Paramos, Espinho,* e de Rosália de Magalhães, natural da freg. de S. Jorge de Cima de Selho, Guimarães, moradores no Porto na rua do Muro do Outeiro; neto paterno de *João Pereira* e de *Maria Francisca, naturais de Paramos e moradores em Relva, Paramos,* e materno de Francisco de Magalhães, natural de Trofa, freg. de S. Martinho do Arco de Baulhe, Guimarães, e de Maria Vinagre, natural de Cima de Selho, e aí moradores.

Carta de Familiar de 21 de Outubro de 1741.

Manuel — m. 166, n.º 1741

359 Dr. **Manuel Pereira da Silva** — médico; natural de Coimbra, freg. de S.ta Cruz, e *morador na vila de Aveiro;* filho de *Francisco Pereira Travaços,* natural de Vila Nova da Barca, termo de Montemor-o-Velho, e de *Catarina da Silva,* natural da freg. de S.ta Cruz de Coimbra, *moradores na vila de Aradas, freg. de S. Pedro, Aveiro;* neto paterno de Mateus Gonçalves Travaços, natural de Caxaria, termo de Montemor-o-Velho, e de Madalena

Jorge, natural de Penacova, moradores em Caxaria, e materno de João da Silva, natural de Silvas, freg. de S. João de Longos Vales, Monção, e de Maria Gonçalves, natural de Coimbra, freg. de S.ta Cruz, e aí moradores; primo materno de Manuel da Silva, Familiar do S.to Ofício, de Coimbra; casado com D. Mariana da Cruz, natural do Casal de Bolho, freg. de S. Mamede de Bolho, Cantanhede, filha de Domingos da Cruz, natural da Lapa, freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Ourentã, Cantanhede, e de *Ana Antónia, natural da Quinta de Pedralvites, freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia*, moradores em Casal do Bolho, neta paterna de Domingos da Cruz, natural da Lapa, e de *Natália Jorge, natural de Silvã, freg. de S. João do Casal Comba, Mealhada*, moradores na Lapa, e materna de *Manuel Lopes, natural de Horta, freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia*, e de *Ana Antónia*, natural de Casal do Bolho, *moradores em Pedralvites;* enviuvando, ajustado para casar, em 1715, com *Luísa Maria Pacheco, natural de Aveiro*, filha de *António Pacheco Leitão* e de *Maria Frazoa, naturais e moradores em Aveiro*, neta paterna de *João de Matos Leitão* e de *Marta Pacheca*, e materna de *António Frazão Ripado* e de *Francisca Lopes, todos naturais e moradores em Aveiro.*

Carta de Familiar de 23 de Maio de 1713.

Manuel — m. 77, n.º 1491

360 **Manuel Pereira da Silva** — ourives do ouro; natural da freg. de S. Tomé de Lisboa e aí morador; filho de Manuel Pereira da Silva e de Sebastiana Carvalha, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de N.ª Sr.ª da Conceição e dos Anjos; neto paterno de Gaspar Rodrigues, natural de Celeiros, termo de Vila Real, e de Maria Pereira da Silva, natural de Lisboa, e aí moradores, e materno de António Carvalho, natural da Serra de Alqueidão, termo de Torres Novas, e de *Catarina Gomes*, filha de *Aleixo Gonçalves*, lavrador, *natural de Vila Seca, freg. de S. Vicente de Louredo, Feira*, moradores em Lisboa.

Carta de Familiar de 11 de Setembro de 1691.

Manuel — m. 38, n.º 837

361 **Manuel Pereira Rebelo** — mercador na cidade de Évora; *natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão;* filho de *Gonçalo André Velho, natural de Ovar*, e de *Catarina Dias Rabela, natural de Passo de Degarei, freg. de Válega, Ovar, moradores em Ovar;* neto paterno de *Afonso André*

e de *Antónia Martins, da vila de Ovar*, e materno de *Gaspar Dias Rebelo* e de *Isabel Marques, de Passo de Degarei;* ajustado para casar, em 1656, com Maria de Oliveira Velha, natural e moradora em Palmela, filha de Martim Fernandes, mercador em Palmela, natural de Ribeira de Pena, freg. de S.ta Marinha, e de Leonor Gonçalves Velha, natural de Palmela, neta paterna de Sebastião Fernandes e de Antónia Dias, naturais e moradores em Ribeira de Pena, e materna de Martim Afonso, natural da Vila de Punhe, freg. de S.ta Olaia, Viana do Castelo, filho de Pedro Afonso Darcas e de Leonor Martins, e de Margarida Gonçalves, natural de Montezinhos, freg. das Caldas de Vizela, filha de Francisco Gonçalves e de Marta Gonçalves.

Carta de Familiar de 19 de Junho de 1556.

Manuel — m. 12, n.º 337

362 **Manuel Pinheiro** — *natural da freg. de S.ta Eulália de Águeda;* filho de *Francisco Pinheiro, natural de Águeda,* e de *Maria Pinheira, natural de Aguieira, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda, moradores em Águeda;* neto paterno de *António Rodrigues Figarão* e de *Isabel Pinheira,* também *naturais e moradores em Águeda,* e materno de *Manuel João* e de *Maria de Almeida, naturais e moradores em Aguieira;* casado com *Inês de Brito, natural de Águeda,* filha de *Gonçalo de Brito* e de *Catarina Coelho,* neta paterna de *Luís de Brito* e de *Maria da Conceição,* e materna de *Manuel Coelho* e de *Maria das Neves, todos* igualmente *naturais e moradores em Águeda.*

Carta de Familiar de 26 de Novembro de 1729.

Manuel — m. 97, n.º 1805

363 **Manuel Pinheiro** — *natural da freg. de S.ta Eulália de Águeda;* filho de *João de Almeida,* natural de Rebordinho, freg. de Campia, Vouzela, e de *Isabel Pinheira, natural de Águeda, e aí moradores;* neto paterno de António Jorge e de Antónia João, naturais e moradores em Rebordinho, e materno de *Manuel Pinheiro, natural de Aguieira freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda,* e de *Isabel Francisca, natural de Águeda, e aí moradores;* casado com *Maria de Pinho,* filha de *Manuel de Figueiredo* e de *Natália de Pinho, todos naturais e moradores em Águeda,* neta paterna de *Manuel de Bastos* e de *Serafina de Figueiredo, naturais e moradores em Paredes, Águeda,* e materna de *Pedro Martins, natural da Veiga, freg. de*

S. Pedro de Valongo, Águeda, e de *Maria Francisca*, também *natural de Águeda, e aí moradores.*

Já Familiar em 3 de Janeiro de 1697.

Manuel — m. 43, n.º 948

364 **Manuel Pinheiro da Fonseca** — natural de Arneiro, termo de Lamego, e aí morador; filho de *João Rodrigues, natural da freg. de S.ta Marinha de Tropeço, Arouca*, e de Ângela Pinheira, natural de Arneiro; neto paterno de *Gonçalo João* e de *Isabel João, moradores em Tropeço*, e materno do P.e António Pinheiro da Fonseca, Arcediago de Riba Coa, natural de Gestaçô, morador em Lamego, e de Isabel Álvares, natural e moradora em Arneiro; casado com Maria Monteira, filha de André Gonçalves e de Ana Monteira, neta paterna de André Gonçalves e de Joana Luís, e materna de Domingos Álvares e de Isabel Monteira, todos naturais e moradores em Arneiro.

Carta de Familiar de 21 de Outubro de 1676.

Manuel — m. 25, n.º 591

365 **Manuel Pinheiro Lobo** — homem de negócio; natural da freg. de S.ta Maria Madalena da Vila Nova de Famalicão e morador no Porto na rua da Porta dos Carros, freg. de S.to Ildefonso; filho de Luís Pinheiro Lobo e de Francisca Luísa da Silva, naturais e moradores em Vila Nova de Famalicão; neto paterno de Alexandre de Carvalho, natural de Bandeirinha, freg. de S.ta Maria Maior de Viana, e de Serafina Pinheira, natural da freg. de Santiago de Mouquim, termo de Barcelos, moradores em Vila Nova de Famalicão, e materno de Domingos Rodrigues, natural da freg. de S.ta Lucrécia de Louro, Barcelos, e de Maria da Rocha, natural de Vila Nova de Famalicão, e igualmente aí moradores; ajustado para casar, em 1764, com Antónia Maria Joaquina, natural e moradora no Porto na rua da Porta dos Carros, filha de Domingos Luís, natural da freg. de S. Miguel de Rebordosa, Paredes, e de Catarina Jorge da Silva Monteiro, natural do Porto, freg. de S.to Ildefonso, e aí moradores, neta paterna de Agostinho Manuel, natural da freg. de S.to André de Solnado, Valongo, e de Maria Gaspar, natural de Rebordosa, e aí moradores, e materna de *João do Couto Monteiro, natural da freg. de S. João da Madeira*, e de Catarina da Silva Monteiro, natural do Porto, freg. da Sé, e moradores na mesma cidade.

Carta de Familiar de 25 de Janeiro de 1763.

Manuel — m. 190, n.º 2016

PORIA

366 **Manuel de Pinho** — cirurgião; *natural da vila de Angeja, freg. de N.ª Sr.ª das Neves, Albergaria-a-Velha,* e morador em Lisboa; filho de *Domingos de Pinho, natural de Angeja,* e de *Helena João, natural de Nespereira, freg. de S. João Baptista de Rocas do Vouga, Sever do Vouga, moradores em Angeja;* neto paterno de *Feliciano de Pinho* e de *Maria Francisca, naturais e moradores em Angeja,* e materno de *Gonçalo de Bastos, o «Novo»,* e de *Maria João, naturais e moradores em Nespereira;* casado com Joana Nunes, natural de Caniçal, freg. da Madalena, Tomar, filha de João Nunes e de Maria Nunes, naturais e moradores no Caniçal, neta paterna de Francisco Duarte, o «Conserva-te», e de Maria Nunes, e materna de João Lopes e de Maria Nunes, a «Grila», naturais do Caniçal, à excepção do avô paterno, nascido em Punhete, e moradores no Caniçal.

Carta de Familiar de 24 de Março de 1746.

Manuel — m. 133, n.º 2314

367 **Manuel de Pinho Henriques** — *natural e morador na freg. de S.ta Maria de Válega, Ovar;* filho de *Paulo de Pinho Henriques* e de *Bernarda da Fonseca, naturais e moradores em Válega;* neto paterno de *Manuel Lopes, natural de Válega,* e de *Catarina de Pinho, natural da freg. de S. Miguel de Milheirós de Poiares, Feira,* e materno de *Manuel da Fonseca* e de *Maria Pais, naturais de Válega, e todos aí moradores;* casado com *Mariana Godinho da Costa, natural de Válega,* filha de *André Godinho da Cunha, natural da freg. de S.ta Marinha de Avanca, Estarreja,* e de *Antónia da Costa Neves, natural da freg. de S. Roque de Vila Chã, Oliveira de Azeméis, moradores em Válega;* neta paterna de *António Godinho, natural de Avanca,* e de *Suzana da Cunha, natural de Válega, lavradores em Avanca,* e materna de *Manuel António* e de *Maria Manuel, naturais e moradores em S. Roque de Vila Chã.*

Carta de Familiar de 28 de Setembro de 1742.

Manuel — m. 122, n.º 2191

368 **Manuel Pinto de Azevedo** — natural da freg. de S. Martinho de Sande, Conc. de Benviver, e morador no Porto na rua da Ponte Nova; filho de André Vieira de Freitas, natural de S. Martinho de Sande, e de Antónia Aranha, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Penha Longa, Benviver, e aí moradores; neto paterno de João Vieira de Freitas

biblRIA

e de Maria Pedrosa, naturais e moradores em S. Martinho de Sande, e materno de Manuel Vieira Aranha, natural de Penha Longa, e de Maria Alves, natural da freg. de S. Pedro de Miragaia, moradores em Penha Longa; casado com Bernarda Josefa do Sacramento e Azevedo, natural do Porto na rua das Congostas, freg. da Sé, filha de *Domingos da Costa Marques, natural da freg. de S. Nicolau da Vila da Feira,* e de Conceição da Silva, natural da rua dos Mercadores, freg. da Sé, e moradores na rua das Congostas, neta paterna de *Gonçalo Marques* e de *Maria Álvares, natural e moradores na Vila da Feira,* e materna de *Sebastião da Silva, natural da freg. de S. Pedro de Canedo, Feira,* e de Marta Ferreira, natural do Porto, e aí moradores na rua das Congostas.

Carta de Familiar de 19 de Janeiro de 1731.

Manuel — m. 101, n.º 1867

369 **Manuel Pinto Correia** — homem de negócio; natural e morador na freg. de S. Pedro de Miragaia, Porto; filho de Manuel Luís Pinto e de Ana Antónia, naturais e moradores em Miragaia; neto paterno de Adriano Luís, natural de Paços de Gaiolos, freg. de S. Martinho de Fandinhais, e de Leonor Pinto, natural de Miragaia, e aí moradores, e materno de António Pires, natural de Carcavelos, freg. de Bouças de Matosinhos, e de Maria Domingues, natural de Bouças de Matosinhos; casado com Luísa Correia Gomes, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, filha de *André Duarte,* torneiro, *natural da freg. de S.ta Marinha de Real, Castelo de Paiva,* e de Sebastiana Correia Gomes, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, e aí moradores, neta paterna de *Pedro Duarte* e de *Joana Barbosa, moradores em Real,* e materna de Miguel Correia e de Ana Gomes, moradores na rua dos Banhos, do Porto, e irmã de Francisco Correia Gomes, Familiar do S.to Ofício, morador no Recife de Pernambuco.

Carta de Familiar de 16 de Dezembro de 1711.

Manuel — m. 75, n.º 1472

370 **Manuel Pinto Ribeiro de Castro** — natural do Porto; filho de Manuel Pinto Ribeiro Libório e de Teodózia Maria Teresa, naturais do Porto, e aí moradores na rua das Flores; neto paterno de Manuel Ribeiro da Silva e de Maria Pinta da Silva, naturais do Porto, e igualmente moradores na rua das Flores, e materno de *Manuel Tavares de Oliveira, natural da freg. de S. Pedro de Castelões,*

OBRA

Vale de Cambra, e de Teresa do Rosário, natural de Massarelos, Porto, moradores na mesma cidade; casado com D. Ana Perpétua Saldanha, em solteira Ana Baptista Saldanha, natural do Porto, filha de Gervázio de Carvalho e de Joana Baptista Saldanha, moradores em Miragaia, neta paterna de Francisco Domingues e de Maria Carvalha, de Paneladas, freg. de S.ta Maria do Outeiro, Cabeceiras de Basto, e materna de Manuel de Saldanha Marinho, Familiar do S.to Ofício, e de Maria Evangelina, de Miragaia.

Carta de Familiar de 11 de Outubro de 1750.

Manuel — m. 144, n.º 1449

371 **Manuel Pinto Tavares** — bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra; *natural da Lage, freg. de S. Salvador de Fornos, Feira;* filho de *José Pinto Tavares, natural de Framil, freg. de S. Pedro de Canedo, Feira*, e de *Joana dos Santos, natural de Lage, e aí moradores;* neto paterno de *António Tavares, natural da freg. de S.ta Maria de Sandim, termo da Feira* (1), e de *Maria Pinta, natural de Carvoeiro, freg. de S. Pedro de Canedo, moradores em Framil*, e materno de *Domingos Rebelo* e de *Maria Fernandes, naturais e moradores na Lage.*

Carta de Familiar de 7 de Abril de 1729.

Manuel — m. 97, n.º 1802

372 **Manuel Pinto Tavares** — lavrador; natural de Vila Meã, freg. de S.ta Maria de Sandim, Vila Nova de Gaia; filho de Manuel Pinto Tavares, natural de Vila Meã, e de Ana Tavares, natural de Crasto, Sandim, lavradores em Vila Meã; neto paterno de Valério André, lavrador, natural de Vila Meã, e de Maria Tavares, natural de Crasto, moradores em Vila Meã, e materno de António Tavares Pinto, natural de Crasto, e de *Maria Marques, natural de Framil, freg. de S. Pedro de Canedo, Feira*, moradores em Crasto; casado com *Caetana dos Santos, natural de Pereirada, freg. de S. Mamede de Guizande, Feira*, filha de *Manuel de Santiago*, lavrador, *natural de Pereirada*, e de *Constantina Ferreira dos Santos, natural da freg. de S. Mamede de Vila Maior, Feira, moradores em Pereirada;* neta paterna de *António de Santiago, natural da freg. de*

(1) Actualmente do Conc.º de Vila Nova de Gaia.

biblRIA

S. Vicente de Louredo, Feira, e de *Ana Rodrigues, natural de Pereirada, e aí lavradores,* e materna de *João dos Santos Ferreira, natural de Vila Maior,* e de *Isabel Francisca,* natural de Sandim, *moradores em Vila Maior.*

Carta de Familiar de 27 de Setembro de 1804.

Manuel — m. 259, n.º 1748

373 P.e **Manuel Pires Ferreira do Espírito Santo** — bacharel em Cânones, pároco colado na freg. de S. Varão, Montemor-o-Velho; *natural de Amoreira, freg. de S. Miguel de Oliveira do Bairro;* filho de *Manuel Pires Ferreira, natural de Bouça, freg. de S. Miguel de Travassô, Águeda,* e de *Maria Ferreira, natural de Amoreira, e aí lavradores;* neto paterno de *João Pires* e de *Maria Antónia, naturais* respectivamente *de Bouça e de Repelão, Oliveira do Bairro,* e materno de *Vicente Ferreira,* e de *Ascensa de Oliveira, naturais* respectivamente *de Cercal e de Amoreira, Oliveira do Bairro,* todos lavradores.

Provisão de Comissário de 13 de Janeiro de 1772.

Manuel — m. 230, n.º 1334

374 P.e **Manuel Quaresma de Almeida,** formado em Cânones e *prior da freg. de Santiago de Codal, Vale de Cambra; natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda;* filho de *Manuel Quaresma* e de *Joana de Almeida, naturais e moradores em Arrancada;* neto paterno de *Diogo João* e de *Maria Fernandes,* e materno de *João Baptista* e de *Isabel de Almeida,* todos igualmente *naturais e moradores em Arrancada;* irmão do B.el *João Quaresma de Almeida, juiz de fora da vila de Aveiro* e Familiar do S.to Ofício, *natural de Arrancada.*

Provisão de Comissário de 5 de Outubro de 1728.

Manuel — m. 95, n.º 1776

375 Dr. **Manuel dos Reis e Sousa**—lente condutário na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra; natural e morador na mesma cidade; filho de Pascoal da Costa, natural de S. João de Canelas, Vila Nova de Gaia, e de Maria de Sousa, natural de Coimbra, e aí moradores; neto paterno de João Domingues, natural de Canelas, e de Maria André, natural de Seara, Oliveira do Douro, e materno de *Lourenço de Sousa, natural da vila de Águeda, freg. de S.ta Eulália,* e de Andresa João, natural da Lapa,

bibRIA

freg. de Ourentã, Cantanhede; irmão de Maria de Sousa, casada com Luís Teixeira, sapateiro, Familiar do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 22 de Setembro de 1714.

Manuel — m. 48, n.º 1512

376 **Manuel de Resende Fragoso da Silva Valente**—alferes da Ordenança; *natural e morador na freg. de S.ta Marinha de Avanca, Estarreja;* filho do capitão *Diogo Tavares de Resende, natural de Mato, Avanca,* e de *Maria Joana Godinha, natural de Congosta, Avanca, moradores na Quinta de S. Bernardo, Avanca;* neto paterno do capitão *Manuel Resende Fragoso, natural de Freixieiro, Avanca,* (?) *e de Teresa Valente, natural de Mato, moradores na Quinta da Zangarinheira, Avanca,* e materno de *Giraldo da Silva Figueira, natural de Congosta,* e de *Maria da Silva, natural de Arca Grande, Avanca, moradores em Congosta;* ajustado para casar, em 1772, com *Adriana Antónia da Silva, natural de Pinheiro, Avanca,* filha de *Manuel de Almeida, natural de S. Sebastião, Avanca,* e de *Isabel Antónia, natural de Bandeira, Avanca,* neta paterna de *João de Almeida Brandão,* filho de *António Brandão* e de *Maria André, de S. Sebastião,* e de *Maria André,* filha de *Manuel Afonso* e de *Maria André de Sardinha, Avanca,* e materna de *Pedro Dias* e de *Inácia da Silva, naturais e moradores em Bandeira.*

Carta de Familiar de 8 de Maio de 1761.

Manuel — m. 180, n.º 1910

377 **Manuel Ribeiro** — mercador de panos em Coimbra; *natural da Mealhada, freg. de S. Vicente;* filho de *Damião Henriques, natural de Mealhada,* e de *Antónia Ribeira,* natural de Coimbra, *moradores na Mealhada;* neto paterno de *Bernardo Henriques* e de *Francisca Cameira,* também *moradores na Mealhada,* e materno de Cristóvão dos Santos, escrivão dos Órfãos de Coimbra, e de Antónia Ribeira, moradores em Coimbra na freg. de S.ta Justa; casado com Maria Rodrigues, natural de Coimbra, filha de António Jorge, natural de Refóios, e de Maria Álvares, natural de Coimbra, e aí moradores, neta paterna de João Pires e de Catarina Pires, moradores em Refóios, e materna de Domingos Carvalho e de Margarida Rodrigues, moradores em Coimbra.

Informação para Familiar de 8 de Julho de 1623.

Manuel — m. 3, n.º 109

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

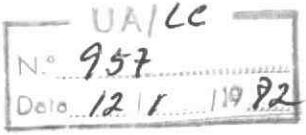
378 **Manuel Ribeiro Coutinho** — ourives do ouro; natural da freg. de N.ª Sr.ª do Monte de Caparica, Almada, morador em Lisboa na rua dos Ourives; filho de José Ribeiro Coutinho, ourives do ouro, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, e de Helena Maria Xavier, natural de Monte da Caparica, moradores na citada rua dos Ourives; neto paterno de Domingos Ribeiro, também ourives do ouro, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, filho de André Ribeiro, de Sousel, e de Vitória de Sousa, natural de Lisboa, freg. de Salvador, e materno de *Manuel Pereira,* mestre ferreiro, *natural da freg. de S.ta Cruz de Alvarenga, Arouca,* filho de *Domingos Simões, natural de Carvalhais, Alvarenga,* e de *Helena Pereira, natural de Alvarenga, e aí moradores,* e de Maria da Conceição, natural da freg. de Santiago de Almada, moradores na Caparica.
Carta de Familiar de 18 de Setembro de 1750.

Manuel — m. 143, n.º 2440

(Continua)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA
1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

bibRIA



OFERTA

A FALSA IDENTIFICAÇÃO DA CIDADE LUSO-ROMANA DE TALÁBRIGA COM AVEIRO

I

O renascimento das literaturas gregas e latinas nos fins do século XV permitiu que se vulgarizasse o conhecimento dos factos históricos e heróicos da antiguidade clássica. Estes factos, verdadeiros ou fabulosos, relativos a navegações, guerras, conquistas e fundações de cidades, de que nos dão notícia os antigos autores gregos e latinos, entusiasmaram tanto os escritores da Renascença, que, por vaidade ou patriotismo procuraram integrar as povoações dos seus países na vida dos gregos, romanos e outros povos, atribuindo a estas povoações fundações remotas, celebridade, nobreza e insignes tradições, não sendo isto, muitas vezes mais do que produtos da sua fantasia.

biblRIA

Foi Aveiro uma das povoações portuguesas que, a partir do século XVI, os escritores e corógrafos engrandeceram, identificando-a falsamente com a cidade de Talábriga, antiga e heróica cidade da Lusitânia, célebre pelas suas revoltas contra o domínio romano na Península Ibérica. Uma destas revoltas teve lugar no ano de 138 antes de Cristo, chefiada pelo caudilho lusitano VIRIATO, e que foi dominada pelo procônsul romano Décimo Júnio Bruto.

PLÍNIO E TALABRIGA

As obras básicas usadas pelos autores dos séculos XVI e seguintes, para a identificação de Aveiro com a cidade luso-romana de Talábriga, são a «História Natural» *(Naturalis Historia)* escrita em latim pelo naturalista romano PLÍNIO (1)

(1) CAIO PLÍNIO SEGUNDO ou PLÍNIO O VELHO (23-79).

e o «Itinerário de Antonino» *(Iter Antoninus Pius)* do século III ou IV de Cristo, que é uma relação das vias ou estradas militares do império romano e das principais cidades por onde passavam estas vias.

PLÍNIO situa o *oppidum* Talábriga na Lusitânia, pois ao descrever esta província romana, diz:

> «*A Durio Lusitania incipit, Turduli Veteres, Pæsuri, flumen Vacca, oppidum Talabrica, oppidum et flumen Aeminium, oppida Conembrica, Collipo, Eburobritium.*» (1).

ou na tradução:

> *No rio Douro começa a Lusitânia, Túrdulos velhos, Pésuros, rio Vouga, cidade de Talábrica, cidade e rio Emínio, cidades de Coimbra, Colipo, Eburobritium.*

A Lusitânia era limitada ao norte pelo rio Douro e compreendia regiões situadas para leste da actual fronteira entre Portugal e Espanha, pois incluía ainda as cidades de Salamanca e Mérida.

bibRIA

O ITINERÁRIO DE ANTONINO

A obra conhecida pela designação de *Itinerário de Antonino Pio* é o mais precioso documento que nos legou a Antiguidade para o conhecimento das grandes vias militares do império romano e das mais importantes localidades por onde elas passavam.

É uma obra em língua latina de que não se conhece ao certo o seu autor nem a sua época, mas que erradamente é atribuída ao imperador Antonino Pio (86-161). Alguns autores dizem que deve ter sido escrita no século III ou IV. Ainda existem hoje alguns antigos códices desta obra.

Em 1735 Wesseling fez uma edição impressa do dito *Itinerário*, intitulada *Vetera Romanorum Itineraria*. Há uma edição de Parthey et Pinder, feita em Berlim, em 1848 (2).

As estradas mencionadas neste documento serviam para as marchas dos exércitos, para os pretores visitarem as diferentes regiões em tempo de paz e para a comunicação e comércio de umas cidades com outras e com Roma, capital do império.

---

(1) PLÍNIO, *História Natural*, liv. 4, caps. 21 e 22.
(2) Dr. EMÍLIO HÜBNER, *Noticias Archeologicas de Portugal*, pág. 95. Lisboa, 1871.

A FALSA IDENTIFICAÇÃO DA CIDADE LUSO-ROMANA

Segundo o *Itinerário de Antonino*, a cidade de Talábriga estava situada na estrada romana de Lisboa a Braga.

As estradas romanas mais importantes tinham uma largura variável de 4,30 metros a 4,75; as menos importantes tinham 2,15 metros e 3,55.

Os gregos mediam os caminhos e viagens por *estádios*. Cada estádio constava de 125 *passos (passos duplos)* ou 625 *pés* (1).

Os romanos mediam por *milhas;* cada milha continha mil passos (M. P.) ou oito estádios. Cada passo equivalia a $1^{m},479$ (2).

A via militar romana, entre *Olisipona* (Lisboa) e *Bracara Augusta* (Braga), tinha de comprimento 244 milhas ou 244 000 passos, e é descrita no *Itinerário de Antonino*, vendo-se que passava por oito cidades intermédias como consta do quadro seguinte.

ESTRADA ROMANA DE LISBOA A BRAGA

Iter ab Olisipone Bracaram Augustam M. P. CCXLIIII

Ierabriga	M. P. XXX
Scalabin	M. P. XXXII
Sellium	M. P. XXXII
Conembriga	M. P. XXXIIII
Aeminium	M. P. X
Talábriga	M. P. XL
Langobriga	M. P. XVIII
Calem	M. P. XIII
Bracara	M. P. XXXV

bibRIA

Entre as cidades de Lisboa e Braga são mencionadas oito cidades cujas identificações até hoje não foram feitas satisfatoriamente. Talábriga é uma destas oito cidades. O número de milhas (M. P.) colocado à frente do nome de cada cidade é a distância existente entre ela e a anterior. Assim, a distância de Conembriga a Aeminium é de 10 milhas; a de Aeminium a Talábriga é de 40 milhas.

Desde há muitos séculos se tem procurado determinar o trajecto da via romana de Lisboa a Braga, mas sem êxito, porque os marcos miliários que a marginavam, desapareceram e não tem sido possível identificar com segurança as ditas cidades situadas entre Lisboa e Braga. Os investigadores têm-se deixado arrastar pela ideia de que a dita estrada romana segui-

(1) PLÍNIO, liv. 2, cap. 23.
(2) JAMES GOW e S. REINACH, *Minerva*, pág. 153. Paris, 1925.

ria um trajecto sensivelmente coincidente com o da actual estrada nacional de Lisboa a Gaia ou ao Porto. Admitem que Calem seria Gaia uma destas duas povoações, e portanto situada numa das margens do rio Douro.

Das oito cidades referidas, aquelas cuja situação e identificação mais tem preocupado os historiadores e investigadores são: — Conembriga, Aeminium, Talábriga e Calem.

A distância de Conembriga a Aeminium é de 10 milhas; a de Aeminium a Talábriga é de 40 milhas. A distância de Conembriga a Talábriga é portanto de 50 milhas ou doze léguas e meia, visto que uma légua equivale a 4 milhas.

Convém dizer-se que *Conembriga* e *Conimbriga* são equivalentes.

Vejamos a seguir os principais estudos feitos para determinar a situação e identificação do *oppidum* Talábriga.

GASPAR BARREIROS SITUA TALÁBRIGA NO LOCAL DA POVOAÇÃO DE CACIA (1)

GASPAR BARREIROS, natural de Viseu, fidalgo da Casa do infante-cardeal Dom Henrique, cónego da Sé de Évora e pessoa erudita, fez uma viagem a Milão no ano de 1546 passando por Badajoz, e acerca dela escreveu uma obra que deve ter concluído em Roma a 15 de Janeiro de 1548, e que intitulou *Corografia de alguns lugares.*

Conservou-se esta obra manuscrita até o ano de 1561, no qual foi impressa em Coimbra por mandado do Doutor Lopo de Barros, do desembargo do Rei e cónego na Sé de Évora. BARREIROS, ao comentar nesta obra a origem de Talavera de La Reina, que alguns geógrafos, entre os quais Cláudio Mário Aretio, diziam ser a antiga cidade de Talábriga pela semelhança de nomes, mostra-se em completo desacordo com estes geógrafos, pois que, em face de certas provas, conclui que Talábriga existiu no local da vila de Cacia, situada no fim do curso do rio Vouga, e na sua margem esquerda, no sítio onde estava a igreja de São Julião, e a pequena distância da então importante vila de Aveiro.

A afirmação de GASPAR BARREIROS baseia-se no texto do *Itinerário de Antonino* e no da *História Natural* de PLÍNIO, e ainda em vestígios de construções muito antigas existentes então na supradita povoação de Cacia, entre as quais os fundamentos de uma torre.

(1) Cacia é actualmente um lugar pertencente ao concelho de Aveiro. Está situada na margem esquerda do rio Vouga e próxima da foz deste rio, e à distância de 5 quilómetros ao norte da cidade de Aveiro.

biblRIA

Referindo-se ao *Itinerário de Antonino*, diz BARREIROS:

> «E situa Talabrica. l. milhas de Conimbriga, em q̃ ã XII legoas & mea. O qual lugar de Talabrica auemos ser à villa de Cacia, que permanece nas ribeiras do rio de Vouga, junto da villa de Aueiro, specialmente onde ora stá á igreja de Sanct. Juliani, por as razões q̃ adiãte darêmos.» (1)

Mais adiante, identificando Aeminium com Águeda, descreve o trajecto do troço da estrada desde Aeminium até Talábrica ou Cacia, fazendo-o passar por Ponte de Vouga. Assim, diz:

> «... Agueda â ponte de Vouga hũa [legoa] & mea, por ser tam grande como todos sabẽ, de q̃ â prouerbio no pouo. De ponte de Vouga á Cacia hũa legoa, q̃ somam todas xij legoas & mea, conforme as. l. milhas de Antonino.»

E mais:

> «Na qual villa e igreja de Sanct. Juliã nas ribeiras de Vouga situadas, se acham vestigios antigos. s. os fundamẽtos de hũa torre que na memoria dos homẽs inda stava quasi inteira, onde em outro tẽpo segundo ficou fama de hũs em outros chegavam navios da foz do mar, porque inda ali se achâram pedaços d'elles e anchoras juncto da dita torre em hũa lagoa. Afora muitos vestigios e ruinas de argamassa que dentro em seu ambito cõprehende hũa milha pouco mais ou menos.
>
> Ha hi outro argumento para cõfirmaçam d'este, o qual ê á descripçam q̃ Plinio faz da Lusitania do rio Douro té á cidade de Eburobritium, per toda aquella strada dizendo per esta maneira:
>
> *A Durio Lusitania incipit, Turduli veteres, Pesuri, flumẽ Vacca, oppidum Vacca, oppidũ Talabrica, oppidũ et flumẽ Miniũ, oppida Conimbrica, Collipo, Eburobritiũ.*
>
> De maneira que nomea depois do Douro ó rio Vacca q̃ ê Vouga e ô lugar de Vacca q̃ nos avemos ser á que ora chamã Ponte de Vouga. s. Põte de Vacca, nam por causa do rio senam por causa do nome do lugar, como

(1) *Corografia de alguns lugares*, fl. 48 v.

biblRIA

dizemos Põte do Arcebispo ou Ponte d'Alcantara. E logo nomea Talabrica por estar nas ribeiras do dito rio e perto do lugar do mesmo nome Vacca. E seguindo á dicta strada nomea Minium àquem de Conimbriga, cõforme â descripção do dicto Antonino q̃ situa Minium. X. milhas da dita Conimbriga que sam II legoas e mea.» (1)

«Assim q̃ n'este tracto de caminho q̃ chamamos strada Coimbrã, á qual Plinio screve por descripçã geographica sucessiva, do rio Douro te este lugar Eburobritiũ, nomea Talabrica junto do rio Vouga, e do lugar da Ponte de Vouga como dixe. E por q̃ em algũs exemplares de Plinio nã sta scripto ó lugar de Vacca, somẽte o rio de Vacca por esta maneira, flumen Vacca, oppidum Talabrica, saiba o lector q̃ em hum archetypo Toledano sta scripto da maneira q̃ dixe. s. flumen Vacca, oppidum Vacca, oppidum Talabrica, etc. A qual liçam Fernando Pintiano cõmendador de Salamanca cita nas suas castigações Plinianas.» (2).

Os passos que acabamos de transcrever são fundamentais para o nosso estudo; com eles fez GASPAR BARREIROS uma falsa identificação de Talábriga com o lugar de Cacia. Os escritores posteriores aceitaram plenamente esta identificação, acabando por identificar Talábrica com Aveiro.

biblRIA

Destes passos destacamos as principais afirmações de BARREIROS relativas a Talábriga:

1.º De harmonia com o Itinerário, admite que Talábriga está situada à distância de cinquenta milhas para o norte de Conimbriga que em determinado ponto da sua *Corografia de alguns lugares* diz ser Condeixa-a-Velha.

2.º Situa Talábriga em Cacia, quase no fim do curso do rio Vouga e perto da vila de Aveiro, e diz que a via romana de Lisboa a Calem e Braga passava por Conimbriga, Águeda, Ponte de Vouga e Cacia.

3.º Considera o rio Vacca como sendo o rio Vouga, e identifica o lugar de Vacca (Vouga) com Ponte de Vouga.

4.º Afirma que em Cacia existiam restos arqueológicos de uma povoação, especialmente os fundamentos de uma torre.

---

(1) A palavra *Minium* é aqui equivalente a *Aeminium* do *Itinerário*.

(2) *Ob. cit.*, fls. 50 v. e 51.

5.º Diz que Plínio nomeia Talábrica logo a seguir ao rio Vouga por esta cidade estar situada nas ribeiras deste rio e perto da povoação chamada Vacca *(Vouga)*.

6.º Diz que em alguns códices da «História Natural» de Plínio não é mencionado o *oppidum Vacca*, mas que está expresso num antiquíssimo exemplar da catedral de Toledo, e disto teve conhecimento pela leitura dos comentários feitos ao texto de Plínio por Fernando Pintiano, professor de grego e latim na Universidade de Salamanca.

GASPAR BARREIROS situa o *oppidum* Talábriga em Cacia, por ter interpretado erradamente o «Itinerário de Antonino» e texto de Plínio, e por se ter deixado sugestionar pelos vestígios arqueológicos existentes em Cacia no século XVI junto da igreja de S. Julião.

Sem dúvida existiu neste local em tempos remotos uma pequena povoação, mas nada indica que tenha existido ali a grande e poderosa cidade de Talábriga.

Interessa saber-se que muitos anos antes de BARREIROS ter conhecimento da locução *oppidum Vacca*, dela teve conhecimento ANDRÉ DE RESENDE (1498-1573) directamente, em Salamanca, por intermédio do próprio Pintiano.

Assim, Pintiano mostrou a André de Resende, então estudante na Universidade de Salamanca, um códice muito antigo de Plínio onde se encontrava a dita locução. Este códice pertencia à igreja de Toledo. Também lhe mostrou outro códice de Plínio, pertencente à Biblioteca da Universidade de Salamanca, mais moderno do que o de Toledo, mas que fora copiado com muita exactidão.

As circunstâncias em que aquilo sucedeu são referidas pelo próprio André de Resende na sua obra *De Antiquitatibus Lusitaniae* (1).

Apresentamos em tradução o respectivo passo:

> «Há quarenta anos, quando mercê dos estudos, vivi em Salamanca e por esse motivo muito privei com Fernando Pintiano, mestre de grego e (comentador) de Plínio, ele me mostrou um vetustíssimo códice pliniano, que trouxera mediante penhor, da igreja de Toledo e tinha à sua guarda para estudo, além de outro, proveniente da biblioteca da Academia de Salamanca, que a hora determinada costuma todos os dias abrir-se, sob a vigilância de dois

(1) Teve duas edições: a de Évora em 1593 e a de Roma de 1597.

biblRIA

guardas, o qual não é, sem dúvida igualmente velho, mas se acha copiado com muita exactidão.» (1)

A OPINIÃO DE DIOGO MENDES DE VASCONCELOS ACERCA DA LOCALIZAÇÃO DE TALABRIGA E AEMINIUM

DIOGO MENDES DE VASCONCELOS, cónego da Sé de Évora, publicou nesta cidade em 1593, após a morte de André de Resende em 1593, a obra deste em latim intitulada *Libri Quatuor De Antiquitatibus Lusitaniae*, mas que o autor deixou ficar incompleta.

Fez em seguida a segunda edição desta obra em Roma, no ano de 1597, agora com o título *De Antiquitatibus Lusitaniae, Libri quattuor*, mas acrescida de alguns comentários *(scholia)* seus em latim ao livro primeiro desta obra.

Um dos comentários (pág. 251) refere-se à cidade e rio Aeminium, etc. *(oppidum & flumen Aeminium, etc.)*, mencionados em Plínio na sua descrição da Lusitânia. Neste comentário, MENDES DE VASCONCELOS segue completamente as afirmações de Barreiros, e assim situa Conimbriga em Condeixa-a-Velha; Aeminium em Águeda, e Talábriga em local próximo de Aveiro, isto é, Cacia.

De acordo com isto, MENDES DE VASCONCELOS emendou o *Itinerário de Antonino*, trocando entre si as distâncias de Conimbriga a Aeminium, e de Aeminium a Talábriga; e assim, diz que a distância de Conimbriga a Aeminium é de quarenta mil passos e a de Aeminium a Talábriga é de dez mil passos.

Vamos transcrever em tradução o que sobre estes assuntos escreveu MENDES DE VASCONCELOS, tendo em vista o *Itinerário de Antonino:*

«Existiu, porém, Aeminium no lugar em que hoje está o *oppidum* chamado vulgarmente Agatha ou Águeda por ser banhado pelo rio do mesmo nome, e, desde que se aceite esta opinião, com a qual também concordaram Vaseu e Barreiros, deve-se corrigir deste modo o Códice de Antonino:

Conimbrica, Aeminium quarenta mil passos, Aeminium, Talábriga, dez mil passos. Conimbriga é aquela antiga cidade

(1) «Ante annos quadraginta, cum Salamanticae studiorum causa agerem, & Vernando Pintiano graecarum litterarum, ac Plinij publico professore, eius rei gratia plurimum uterer: ostendit mihi vetustissimum Plinianum codicem, quem ab Ecclesia Toletana conferendi gratia dato pignore deferendum curauerat: alterū quoque ex Salmanticensis academia Bibliotheca, quae certa hora solet quotidie sub duobus custodibus aperiri, non ad modum sane veterem, scriptum tamen per diligenter.» (2).

(2) *Ob. cit.*, liber primus, pág. 9, ed. de 1597.

cujas ruínas se conservam e que vulgarmente se chama *Condeixa-a-Velha.*

Talábriga existiu junto da cidade marítima que hoje se chama Aveiro, e assim é de aceitar o número de passos que propus, como emenda, porquanto de Condeixa a Águeda são umas dez léguas e de Águeda a Talábriga, duas e meia.

O número tinha sido transposto e trocado no Códice de Antonino.

Daqui se conclui que se devem separar a cidade de Aeminium, e aquela a que hoje damos o nome de Conimbriga ou Colimbria, o rio Munda *(Mondego)* e o Aeminium. Efectivamente, sem falar em outros argumentos, para ser breve, isto contraria as palavras de Plínio que, no citado cap. 22 do livro quarto, depois de falar do rio e da cidade de Aeminium, faz a seguir acrescentar estas palavras:

O Tejo dista do Douro duzentos mil passos, havendo no meio o rio Munda» (1).

OS ESTUDOS DE FREI BERNARDO DE BRITO (1569-1617) ACERCA DE TALÁBRIGA

Gaspar Barreiros e Mendes de Vasconcelos pouco mais fizeram para justificar a situação de Talábriga próximo de Aveiro, que interpretar erradamente os textos da *História Natural* de Plínio e do *Itinerário de Antonino.* Nos seus erros e fantasias sucedeu-lhes o monge de Alcobaça, frei BERNARDO DE BRITO (2) o qual, impressionado pelo espírito heróico das obras clássicas, afastou-se extraordinariamente da verdade histórica, e entrou ousadamente no campo da fantasia, excitado ainda pelas suas viagens à Itália, e pelos seus vinte e sete anos de idade que tantos eram os que tinha quando escreveu a sua obra *Monarchia Lusitana,* Parte I, com primeira edição em 1597, e Parte II, com primeira edição em 1609.

BERNARDO DE BRITO não trata já somente da situação de Talábriga; ocupa-se também da sua fundação. Quanto ao primeiro assunto, segue Barreiros e Vasconcelos; e quanto ao segundo, aproveita vários elementos duvidosos e falsifica mesmo outros. Assim, citando Laimundo, diz que os gregos Lacones, com alguns celtas, fundaram a povoação de Talábrica ou Talábriga na região marítima de Aveiro:

«Fundarão a povoação de Talabrica, ou Talabriga dõde agora vemos edificada a Villa de Aveiro, aças conhecida pelo

(1) *De Antiq. Lusit. Libri Quatturor,* ed. de 1597, págs. 251 e 252.
(2) Nasceu em Almeida em 1569 e aqui faleceu em 1617.

grande numero de gente, q̃ acode às muytas pescarias, e trato de cousas maritimas, cõ q̃ florece em nossos tempos. E que seja Talabriga no lugar que digo, prova claramente Antonino Pio, quando escreve, q̃ de Águeda a Talábriga são dez mil passos, o numero dos quaes cumpre as duas leguas & meya, q̃ ha desta Villa à de Aveiro, & nas computações de Frei Francisco Lisboa, q̃ eu tenho escritas de mão, está o nome de Aveiro, respondendo ao de Talábriga & quasi no proprio lugar o poem Plinio & Ptolomeu, na descripção da nossa Lusitania (1).

... ...

«Assim, que destas provas, e das que traz Diogo Mendez de Vasconcelos, avemos de concluir, que a Cidade de Talábrica, esteve antigamente donde agora he a Villa de Aveiro, ressuscitada (como se pode crer) das cinzas de Talábrica».

A OPINIÃO DE GASPAR ESTAÇO E MANUEL DE FARIA E SOUSA SOBRE TALÁBRIGA E AEMINIUM

GASPAR ESTAÇO, na sua obra *Várias Antiguidades de Portugal* impressa em 1625, ao tratar de Talábriga, mantem a identificação desta com Cacia, expressando-se nos seguintes termos:

bibRIA

«De Conimbriga a Eminio que Vaseu, Barreiros e Diogo Mendes de Vasconcelos dizem ser Águeda, quarenta mil passos, que são dez leguas pouco mais ou menos que este caminho tem. De Emínio a Talabrica que Barreiros diz ser a vila de Cacia nas ribeiras do rio Vouga, junto a Aveiro, dez mil passos, que são as duas léguas e meia, que fazem de Águeda a Aveiro.» (2).

Como se vê, GASPAR ESTAÇO nada adianta acerca do assunto em causa, pois que repete fielmente o que escreveram Gaspar Barreiros e Mendes de Vasconcelos.

MANUEL DE FARIA E SOUSA identifica Emínio com Águeda e Talábriga com Aveiro (3).

Este autor limita-se também a repetir o que outros autores já tinham dito.

---

(1) *Mon. Lusit.*, Parte I, pág. 172 e segs., 2.º ed., 1690.
(2) *Várias Antig. de Portugal*, MDCXXV, cap. 87, pág. 305.
(3) M. FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, 1678, 2.ª edição, tomo I, parte I, cap. X, pág. 65 e *Epitome de las Historias Portuguesas*, pág. 46, Lisboa, 1674.

TALÁBRIGA E O P.e CARVALHO DA COSTA

Nos princípios do século XVIII publicou o padre ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, a sua *Corografia Portuguesa*, em três volumes, na qual, ao tratar da então vila de Aveiro, repete as opiniões e erros dos historiadores que o antecederam, especialmente frei Bernardo de Brito, acerca da localização de Talábriga e sua identificação com Aveiro (1).

Descreve CARVALHO DA COSTA a fundação da cidade de Talábriga, seus progressos e sugeição aos Romanos e diz:

> «... entrou taõ possante no domínio de Roma, que no império de Vespasiano era uma das que por famosas descreve Plínio em toda a Lusitânia. Anos adiante a demarcou tambem Ptolomeu, chegando seu nome a tão distantes regiões; e ultimamente o imperador Antonino Pio a situou pontualmente em seu *Itinerário*: do que se colige lhe ficou por memória a Águia, que até hoje conserva em suas armas» (2).

REFERÊNCIAS DE MARQUES GOMES A TALÁBRIGA

MARQUES GOMES, escritor e investigador aveirense (3) que ao estudo das antiguidades da sua terra dedicou grande parte da sua actividade, também se ocupou do problema de Talábriga embora muito levemente, na sua obra *O Distrito de Aveiro*, seguindo, porém, o que sobre este assunto escreveram Carvalho da Costa e outros autores e historiadores. Assim, diz:

biblRIA

«É um problema histórico a fundação e o local da antiga cidade de Talábriga. Ao certo sabe-se apenas que foi fundada pelos celtas, que no tempo dos Romanos era uma das 36 cidades tributárias da Lusitânia, pertencente ao conventus jurídicus de Emérita, e que estava situada junto à margem do Vouga. E é quase provável que o seu local coincida com o do moderno lugar de Cacia, sobranceiro ao Vouga» (4).

É errada a afirmação de Marques Gomes de que Talábriga era uma cidade tributária, porque, embora Plínio diga que havia na Lusitânia 36 cidades tributárias, ele não inclui Talábriga neste número.

---

(1) *Corog. Portug.*, vol. II, pág. 88, 2.ª ed., 1868.
(2) *Ob. cit.*, vol. II, pág. 86.
(3) JOÃO AUGUSTO MARQUES GOMES (1853-1931).
(4) MARQUES GOMES, *O Distrito de Aveiro*, 1877, pág. 162.

Em conclusão: Marques Gomes repete as afirmações e erros dos autores que o precederam, pelo que as suas informações não têm qualquer interesse.

A OPINIÃO DE FELIX ALVES PEREIRA

Em 1907, o investigador e arqueólogo Dr. FÉLIX ALVES PEREIRA ocupou-se também do problema da localização de Talábriga, pretendendo mostrar que esta cidade não podia ter existido no local de Aveiro ou próximo. Publicou para isso um trabalho que intitulou *Geografia protohistórica da Lusitânia. Situação conjectural de Talábriga* (1).

No seu estudo, aliás puramente bibliográfico, demonstra que a via militar romana desde Emínio (que identifica como Coimbra), até Calem (que identifica como Gaia), não passava por Aveiro por motivos de ordem geológica, técnica e comercial, e que assim parte da referida via teria a forma aproximadamente rectilínea; por isso devia coincidir sensivelmente com a actual estrada nacional de Coimbra a Gaia. E conclui que, pelas distâncias expressas no *Itinerário*, o *oppidum* Talábriga devia ter existido nas proximidades da povoação Souto da Branca, do concelho de Albergaria-a-Velha, ou mais exactamente: no cimo do vizinho monte de São Julião ou São Gião onde se encontravam ruínas de muros antigos e outros vestígios arqueológicos. Neste monte já Fr. Bernardo de Brito tinha situado a cidade de Lancóbriga, do *Itinerário*.

Félix Alves Pereira confessa, no entanto:

> «Não desconheço quanto de problemático isto tem, antes de serem perguntados pelo arqueólogo os lugares, as ruínas, os vestígios e os montes e as vozes da região, mas nem por isso no meu espírito deixou de ficar demonstrado, até o possível, que as cinzas de Talábriga nunca podem estar guardadas em Aveiro.»

AS INVESTIGAÇÕES DE ALBERTO SOUTO

O aveirense Dr. ALBERTO SOUTO procurou esclarecer o problema da situação da luso-romana Talábriga em Cacia, de acordo com as informações dadas por Gaspar Barreiros no século XVI. Para isso, procedeu no ano de 1930 a investigações e escavações no lugar de Cacia, no sítio da Torre. Na verdade,

(1) Publicado na revista *O Archeólogo Português*, vol. XII, n.os 5 a 8. Lisboa, 1907.

biblioteca digital

ainda encontrou aqui vestígios arqueológicos, tais como fragmentos de cerâmica e objectos metálicos. Recolheu alguns deles, e depositou-os no Museu Regional de Aveiro.

ALBERTO SOUTO não obteve elementos que lhe permitissem tirar a conclusão de que ali tinha existido Talábriga, e por isso, o problema em causa continuou como estava anteriormente.

Alberto Souto, no entanto, para se certificar do que poderiam significar os restos arqueológicos que ele tinha encontrado em Cacia, fê-los examinar pelo arqueólogo RUI DE SERPA PINTO, mas este nada encontrou com características romanas. Verificou que alguns cacos de louça eram da época goda.

Depois disto, escreveu Alberto Souto em 1933:

> «Talábriga aparece no *Itinerário* de Antonino Pio. Não mais, depois, sabemos dela positivamente, apesar de alguns escritores pretenderem conhecer a sua história.
>
> Cacia, essa é que atingiu os tempos godos. Constatou-o o malogrado, saudoso e talentoso Dr. RUI DE SERPA PINTO, pelos ornatos de alguns cacos de louça de tipo arretino por mim colhidos e recolhidos no embrionário Museu Municipal.» (1)

bibRIA

II

PTOLOMEU E TALÁBRIGA

Os historiadores e investigadores apoiaram-se fundamentalmente na obra de PLÍNIO e no *Itinerário de Antonino* para localizarem o *oppidum* Talábriga e disseram que PTOLOMEU (2) demarca esta cidade, sem indicarem o modo como ele fez a demarcação.

Nada aproveitaram da *Geografia* de PTOLOMEU que resolvesse ou esclarecesse o problema da localização da cidade de Talábriga, e assim procederam porque o texto da obra de PTOLOMEU contrariava os textos de Plínio e do *Itinerário de Antonino*, e, portanto, contrariava também as opiniões que tinham acerca do dito problema.

Vamos nós aqui suprir esta falta, e ver até que ponto pode PTOLOMEU esclarecer-nos sobre a localização de Talábriga.

Mostraremos que Talábriga não existiu em Cacia ou em Aveiro, ou em qualquer local da região do litoral, tendo sido antes uma cidade «mediterrânea» isto é, do interior.

Consultemos a *Geografia* de PTOLOMEU. Este autor não

---

(1) *Correio do Vouga*, n.º 149 de 4 de Novembro de 1933, Aveiro.

(2) CAIO PTOLOMEU ALEXANDRINO, notável geógrafo grego do século II depois de Cristo.

menciona simplesmente as localidades, rios, etc., como fizeram os outros autores clássicos tais como Plínio, Estrabão, Solino e Pompónio Mela.

Ptolomeu determina a situação por meio de coordenadas geográficas — a *longitude* e a *latitude* expressas em graus e minutos, método já empregado por Marin de Tiro.

Sobre este assunto escreveu o ilustre navegador português D. João de Castro nos meados do século XVI, no seu *Tratado da Sphaera:*

«E por isso Ptolomeu enuentou o 3.º, modo de geografia que foy hũa marauilhosa & excelente & diuina enuençaõ cõ a qual vierão muitos, E mui grandes proueitos ao mundo, por que achada maneira de põr cada hũa das terras, E mares deste mundo em seu certissimo lugar ficarão mui faciles.» (1).

Segundo o autor espanhol CORTÉS & LOPEZ, parece que Ptolomeu tomou como primeiro meridiano o do ponto mais ocidental de uma das ilhas Canárias, talvez Tenerife, e fez equivaler cada grau de longitude a 500 estádios.

As latitudes eram marcadas a partir do equador, tendo cada grau de latitude 16 léguas, isto é, 4/5 do grau actualmente usado (2).

É claro que se as coordenadas de um certo lugar fossem determinadas por processos absolutamente rigorosos, nada haveria a opor aos números indicados por Ptolomeu. Mas os processos usados não permitiam grande rigor, acrescendo ainda que as coordenadas de muitas localidades foram determinadas por simples informações de viajantes, duração de viagens, distâncias a cidades notáveis de que se conhecia a situação rigorosa, etc.

Ptolomeu mesmo confessa que não é rigoroso em muitas das informações que apresenta porque se utilizou de tradições recolhidas em diversos lugares e tempos, e ainda porque algumas partes da Terra ainda não tinham chegado ao seu conhecimento, e de outras tinha conhecimento pouco exacto pelas informações dos que viajavam.

Ele mesmo acreditava mais na exactidão das notícias que tinha das cidades litorais que das mediterrâneas, em virtude dos périplos dos navegadores fenícios, gregos e cartagineses. De poucas cidades mediterrâneas podia garantir a sua exacta situação.

Vejamos agora os elementos que Ptolomeu nos fornece para a localização de Talábriga. Da sua *Geografia*, impressa

---

(1) *Tratado da Sphaera.* Prefácio e notas por A. FONTOURA DA COSTA. Edição da Agência Geral das Colónias, Lisboa, MCMXL.

(2) CORTÉS & LOPEZ, *Diccionário Geográfico-Histórico de la España Antigua*, Tomo I, pág. 210. Madrid, 1835.

em Veneza em 1562, consta que as coordenadas geográficas de Talábriga eram:

Longitude 7° 30'; latitude 40° 45'

Para ajuizarmos do valor informativo destas coordenadas, vamos transcrever da mesma obra as coordenadas geográficas de mais algumas cidades e da foz do rio Vouga.

	Longitude	Latitude
Olisipona	5° 10'	40° 15'
Eminium	7° 20'	41° 30'
Talábriga	7° 30'	40° 45'
Vaci flu. ostia ...	5° 30'	40° 10'
Langobriga	5° 45'	40° 15'
Bracara Augusta...	6°	43° 40'
Salmantica	8° 50'	41° 50'

bibRIA

Neste quadro se vê que Talábriga tem de longitude 7° 30' e de latitude 40° 45'; e Eminium tem de longitude 7° 20' e de latitude 41° 30'.

A foz do Vouga *(Vaci fluminis ostia)* tem por coordenadas: longitude 5° 30', latitude 40° 10'.

Sendo praticamente iguais as coordenadas geográficas da foz do Vouga, Cacia e Aveiro, conclui-se que Talábriga não podia estar localizada em Cacia ou Aveiro, visto que estava situada dois graus para leste da foz do Vouga, ou sejam cerca de 185 quilómetros.

Sendo assim, o *oppidum* Talábriga estaria situado muito para oriente da actual estrada nacional de Lisboa ao Porto, e portanto muito afastado de Cacia ou de Aveiro para oriente. Era de facto uma cidade «mediterrânea».

Analogamente se concluia que Eminium também era um cidade do interior.

Pode parecer, no entanto, exagerada a distância de dois graus entre Talábriga e a foz do Vouga.

Para apreciarmos esta distância, isto é, a situação de Talábriga, convém compará-la com as longitudes de terras do *Itinerário* bem identificadas. Assim temos:

Longitude de Lisboa	5° 10'
Longitude de Braga	6°
Longitude de Salamanca	8° 50'

Portanto, Talábriga e Eminium estavam situadas em meridianos compreendidos entre os de Braga e Salamanca. E se Ptolomeu atribui a Talábriga a longitude de 7° 30' e a latitude de 40° 45', motivos teve para isto.

Sem dúvida esta situação contraria *o Itinerário*, se admitirmos que a via militar de Lisboa a Braga passava por *Cale* e esta localidade for identificada com Gaia ou Porto.

CORTÉS y LOPEZ diz que em vários códices, e em edições da *Geografia* de Ptolomeu dos séculos XV, XVI e XVII que consultou, as coordenadas da foz do Vouga são:

Longitude 5° 10' e latitude 41° 20'.

APIANO DE ALEXANDRIA E A REVOLTA DE TALABRIGA

Em Ptolomeu encontrámos a prova de que Talábriga era uma cidade do interior, utilizando apenas a sua longitude e latitude. Seria, porém, muito conveniente obter informações de ordem social, económica e militar que ajudassem a determinar a localização e valor desta cidade.

bibRIA

APIANO DE ALEXANDRIA, historiador grego do século II depois de Cristo, dá-nos notícias de Talábriga na sua obra *De rebus hispaniensibus*, a propósito da conquista da Ibéria ou Hispania pelos Romanos, e da resistência dos Lusitanos ao domínio romano, na qual se distinguiu principalmente o caudilho ou *dux* Viriato, que, com suas guerrilhas, atacou durante muitos anos os exércitos romanos.

A exemplo de Viriato, muitos outros bandos de salteadores assolavam com correrias a Lusitânia.

Décimo Júnio Bruto foi então mandado a esta província com um exército contra eles a tomar-lhes e saquear-lhes as suas praças pátrias *(patria oppida)*.

Júnio Bruto atravessou em seguida o rio Douro com o seu exército, e obrigou a renderem-se-lhe muitas povoações. Dirigiu-se em seguida para o rio que se diz do esquecimento *(Lima)* e foi o primeiro de entre os Romanos que o atravessou. No entanto, algumas cidades já submetidas, revoltavam-se de novo, passado pouco tempo. Uma das cidades que se revoltou contra o domínio romano foi Talábriga; a esta voltou Décimo Júnio Bruto, e a ele se rendeu incondicionalmente, com a imediata entrega dos trânsfugas das hostes romanas, dos prisioneiros, de todo o armamento, e ainda de reféns. Bruto também tomou aos talabrigenses os cavalos, os mantimentos, os dinheiros da cidade, e o material público, expulsando-os ainda da cidade.

Não manteve, porém, estas imposições com o que mostrou a sua generosidade para com os vencidos.

Assim diz APIANO, em versão:

«Entre outras estava a praça forte de Talábriga que foi a que mais vezes se revoltou. Vindo para ali, Bruto, aos cidadãos suplicantes e que se entregaram à sua autoridade, mandou que em primeiro lugar lhe entregassem os desertores dos Romanos e os cativos e todas as armas e além disto reféns; em seguida ordenou que saíssem da cidade com suas mulheres e filhos.

Quando se sujeitaram a fazer também isto mesmo, Júnio Bruto, cercando-os com tropas postas em toda a volta, dirigiu-lhes um discurso em que lhes patenteou quantas vezes tinham renovado a guerra e com que grande esforço o haviam feito.

Desta maneira, tendo-lhes incutido temor e a convicção de que os havia de castigar mais gravemente, pôs termo ao seu agastamento com uma repreensão.

E tendo-lhes tomado os cavalos, as provisões, os dinheiros públicos e todos os aprestos de interesse público, contra a espectativa deles lhes restituiu a cidade para que a habitassem.

Depois de tão grandes façanhas, Bruto voltou a Roma» (1).

Vê-se claramente que Talábriga era uma cidade de alto valor económico, político e guerreiro, dos Lusitanos e não seriam por certo as quase desertas campinas de Aveiro ou do baixo Vouga que lhe forneceriam os recursos materiais de que necessitava para seu poderio e defesa.

As características sociais e militares de Talábriga indicam que ela estava situada no interior.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

(1) APIANO, *De Rebus Hispaniensibus*, Ed. greco-latina de Ambrósio Firmin Didot. Paris, 1377, cap. LXXIII, pág. 62.

bibRIA

JOÃO EVANGELISTA DE LIMA VIDAL NO 1.º CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO

A passagem do 1.º centenário de D. João Evangelista de Lima Vidal, que nasceu em Aveiro, na rua do Gravito, freguesia da Vera-Cruz, no dia 2 de Abril de 1874, não pode deixar de ocasionar e de impor uma palavra de homenagem ao Homem que foi aveirense de berço e de coração, escritor inconfundível, que já anda transcrito nas páginas de antologia da literatura portuguesa, e Bispo exemplar, porventura «um dos grandes Bispos do nosso século», como o classificou D. Frei Francisco Rendeiro na oração fúnebre que proferiu na Sé Catedral de Aveiro a 5 de Fevereiro de 1958.

D. João Evangelista de Lima Vidal, bispo de Aveiro desde Janeiro de 1940, tinha falecido nesta cidade a 5 de Janeiro de 1958.

Honrar um Homem simples, bondoso, inteligente, culto, desprendido, acolhedor, sensível, não é favor que se faz, mas justiça que se presta; não é condescendência com as convenções da sociedade estabelecida, mas respeito pelos valores fundamentais da comunidade humana; não é só reminiscência saudosa do passado, mas também, e sobretudo, descoberta, nele, de coragem para construir o presente e de perspectivas válidas para preparar o futuro. Mesmo a quem faltem motivos ou sentimentos para honrar o Bispo, sobram razões para admirar o Homem que, para servir os homens seus irmãos, correspondeu modelarmente à sua vocação de Padre e não recuou sequer perante a cruz de Bispo, cruz essa que, apesar de pequena na aparência e de brilhante na cor, pesa e aflige muito mais que o báculo prateado do Pastor e a mitra preciosa do Pontífice.

Efectivamente, D. João Evangelista foi um Homem que nasceu da nossa gente e nesta cidade, ao que ele mesmo

supunha «na proa de alguma bateira»; que foi «baptizado à mesma hora nas águas da nossa Ria»; a quem se abriram os «ouvidos ao som cadenciado dos remos no mar, ao pio estrídulo das famintas gaivotas, ao praguedo inocente dos pescadores»; cujo peito se encheu, «à nascença, do ar salgado da maresia»; Homem «plasmado de Aveiro, com os beiços a saber a salgado, a pingar gotas da Ria por todo o corpo, por toda a alma»; feito «nesga desta deliciosa aguarela de Aveiro», autêntico «pedaço da nossa terra». Este Homem assim apaixonado pela sua terra, «com um altar de Aveiro dentro do peito», foi condenado, desde criança, a viver longe dela, mas teve o privilégio de voltar um dia, não como o pródigo ou o reformado, mas «como o primogénito ainda vivo da grande família», «quase um avô que estremece os seus netos, que lhes conta a história da sua vida e todas as histórias que ele aprendeu no curso longo dos seus velhos anos». E voltou «para ser só de Aveiro», para sentir nas veias só o seu sangue, numa palavra que também é sua, para se «fazer uma encarnação viva da nossa terra».

*

Nesta homenagem, contemplamos no Aveirense, que foi D. João Evangelista, não apenas «um pedaço da nossa terra», moldado no barro portentoso da nossa região e impregnado do ar salgado da maresia, mas um dos exemplares mais completos do nosso povo, porventura a sua encarnação mais perfeita.

BIBRIA

Há trinta e três anos, realizou-se, no Teatro Aveirense, uma sessão soleníssima também em honra do nosso homenageado, que tinha sido vítima dum inexplicável e ainda não explicado atentado na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 11 de Novembro de 1940. Nunca assisti, como então, a uma simbiose tão perfeita entre a assembleia que escutava e o orador que falava, entre a eloquência de um e o sentimento de todos. Nunca vi, como então, um orador, que no caso era o talentoso Dr. António Cristo, traduzir tão elegantemente o respeito e a veneração de todos os presentes. Quase não houve um período que não tivesse sido sinceramente apoiado e calorosamente aplaudido. No final do seu formosíssimo panegírico, disse o orador: — «Chego às vezes a supor que andamos todos iludidos: — não estará ali Francisco de Assis, passeando nas margens do Vouga a infinita riqueza da sua gloriosa pobreza?». A quente e prolongada ovação com que a assembleia aclamou esta bela imagem, talvez o maior louvor que se possa dizer dum homem, mostrou inequivocamente que todos reconheciam na figura humilde e martirizada e ricamente pobre do Bispo de Aveiro a mística e feliz reincarnação do *Poverello de Assis*.

Mas D. João Evangelista não foi só um Homem e um conterrâneo a quem a humanidade e a nossa terra continuam a dever perpétua gratidão; foi também escritor primoroso e estilista inconfundível.

Não me pertence, nem neste nem em qualquer outro momento, fazer a crítica literária do artista que manejou a pena com a beleza, a inspiração e o amor com que os grandes pintores realistas se serviram do pincel para tornar o mundo mais formoso e a humanidade mais enobrecida. Mas não posso deixar de referir, em simples apontamento, o seu extraordinário espírito de observação, o assombroso poder criador da sua imaginação, a sua requintada sensibilidade estética. O Escultor Euclides Vaz documentou, para sempre, no bronze da estátua, esta faceta da multiforme personalidade do nosso saudoso Arcebispo.

Quantas vezes o vi, na pequena capela da sua modesta mas acolhedora residência episcopal, compor os seus habituais artigos para o *Correio do Vouga*. Ajoelhado ou de pé, redigia lentamente, parando de quando em quando a pena para reflectir na justeza das palavras, no rigor dos conceitos ou no acerto das imagens, em pequenos passeios que dava ao longo do corredor anexo. E depois de declamar para si próprio a frase procurada e de saborear devidamente a musicalidade fonética do texto, lá voltava pressuroso à capela para lançar na alvura do papel, em gesto quase ritual, o resultado do seu esforço intelectual e o fruto amadurecido da sua sensibilidade artística.

A sua inteligência penetrante e a sua cultura vastíssima permitiram que tratasse temas da mais variada ordem; há-de se reconhecer, no entanto, que tinha uma acentuada predilecção pelas pessoas mais humildes e pelas coisas mais insignificantes: o gesto inconsciente duma criança a lançar um tostão no saco das esmolas, o comentário jocoso, quase irreverente, dum velho albergado, os olhos suplicantes do pobre, o brilho opulento duma réstea de sol, o segredo extasiante duma gota de água, a brancura cristalina dum monte de sal, o maravilhoso gorgeio dum passarinho, o tronco ressequido duma velha árvore, o esperançoso romper da aurora ou a luz nostálgica do poente. E de todos estes seres ínfimos, a que muitos não costumam prestar a mínima atenção, nem sequer a esmola dum olhar furtivo, ele soube fazer grandes mestres e tirar grandes e oportunas lições.

*

Bispo aos 35 anos, D. João Evangelista passou a maior parte da sua vida nas lides exigentes, constantes e por vezes bem amarguradas do apostolado episcopal. E quase sempre

lhe foram confiados pela Providência missões difíceis e cargos bem ingratos.

Bispo de Angola e Congo em 1909, mal chegou a Luanda, teve de sobrecarregar as suas preocupações pastorais com o dever de presidir ao Conselho Governativo da Província durante alguns meses, por se haver retirado o Governador Álvaro Ferreira. Pouco tempo depois, fez-se a proclamação da República no nosso País com o cortejo de rupturas políticas, convulsões sociais e crises religiosas que a História regista. As Missões católicas no Ultramar passaram então horas de agonia pela expulsão dos religiosos e pelo intuito oficial de as substituir por Missões laicas. O tacto diplomático de D. JOÃO EVANGELISTA e a visão política do grande Governador que foi NORTON DE MATOS conseguiram evitar o pior, reduzindo às proporções inofensivas do papel os objectivos secularizantes da lei.

Vigário Geral do Patriarcado de Lisboa com o título de Arcebispo de Mitilene (cargo e título que parecem ter-se afeiçoado desde então a eclesiásticos oriundos desta nossa região lagunar...), foi valioso auxiliar do Cardeal Mendes Belo durante oito anos e dedicou-se a intenso trabalho pastoral, nas circunstâncias particularmente hostis dessa época conturbada, tantas vezes mesmo sob ameaças de morte. Nem lhe faltou sequer a incumbência de iniciar o inquérito sobre as Aparições de Fátima, para tornar mais experiente e multiforme o seu ministério de Pastor.

Primeiro Bispo de Vila Real, coube-lhe lançar as fundações da nova diocese trasmontana, a começar pela construção do Seminário, que ainda hoje é edifício imponente e robusto, a condizer plenamente com a terra e as gentes a que se destinava. Durante 10 anos, foi Pastor dedicado e apostólico dos fiéis a seu cargo. Não obstante os múltiplos cuidados e canseiras que a evangelização da diocese lhe exigia, patrocinou e promoveu a realização dum Congresso de Catequese, em 1952, e do 1.º Congresso Litúrgico Português, em 1926 — acontecimentos precursores da renovação catequética e litúrgica que viria a intensificar-se com a publicação da revista beneditina *Opus Dei* e o magistério incomparável e persistente de Mons. Pereira dos Reis, a quem boa parte do clero desta diocese e do País deve por certo o melhor da sua formação humana e sacerdotal.

*

D. JOÃO EVANGELISTA era ainda Bispo de Vila Real, em 1931, quando se viu escolhido pelo Papa Pio XI para 1.º Superior Geral da Sociedade Portuguesa das Missões

Católicas Ultramarinas — cargo que desempenhou com superior critério e inexcedível dedicação durante cerca de 10 anos, e de que foi exonerado, a seu pedido, em 1940, para ser Bispo de Aveiro.

D. João Evangelista foi recebido em Aveiro com grandes manifestações de regozijo. Católicos e descrentes comungaram unânimes no entusiasmo do acolhimento. Grande e infatigável obreiro da restauração da diocese, veio a ser o 1.º Bispo da diocese restaurada, depois de ter sido seu Administrador Apostólico durante dois anos. Casou misticamente com uma noiva pobre e sem dote. Começou por dar a sua casa, como prenda de casamento, para residência episcopal e por pouco não deu também a vida como mártir dum ideal que o ultrapassava. E depois de dar tudo quanto tinha e de empenhar a sua própria cruz peitoral, fez-se pedinte para poder construir o Seminário de Santa Joana Princesa. Só parecia pensar no Seminário: não havia conversa ou alocução em que se lhe não referisse, nem número do *Correio do Vouga* em que a sua pena o não apontasse como o grande pobre da diocese. A alguém que um dia cometeu a irreverência de dizer publicamente — e na sua presença — que, se D. João Evangelista escrevesse um evangelho, inspirar-se-ia de certeza no 4.º evangelho e começaria assim o prólogo: «No princípio era o Seminário...» — o nosso bondoso Arcebispo, longe de se sentir ofendido, até achou graça à ousadia e deu-lhe a sua aprovação nestes termos: «tudo o que seja atirar achas para a fogueira do Seminário é bom e recomendável».

Depois de ter estabelecido a unidade jurídica pela celebração do Sínodo Diocesano, em 1944, D. João Evangelista foi de novo precursor na renovação pastoral então iniciada. Um Curso notável feito na Curia sob a orientação do Dr. Abel Varzim, em 1949, constituiu o arranque de uma série de iniciativas, entre as quais me permito destacar o Congresso Catequístico, as Semanas de Estudos Pastorais e os Cursos de Estudos Sociais.

*

Não seria lícito encerrar estas breves palavras de homenagem sem referir o espírito tolerante e o coração bondosíssimo de D. João Evangelista. Privilegiava os pobres e os humildes, como já se disse. Mas não se ficou por aqui: foi também pobre e humilde. As crianças mereceram sempre paternais carinhos às suas preocupações de Pastor. Para elas instituiu obras amorosas que ainde hoje perduram: «Florinhas da Rua» em Lisboa, «Florinhas da Neve» em Vila Real e «Florinhas do Vouga» em Aveiro, — entregues estas, em boa hora, aos cuidados maternais das Criaditas dos Pobres.

biblRIA

No seu coração não havia lugar para o ressentimento. O sol não se punha sobre qualquer irritação que circunstâncias desagradáveis pudessem porventura ferir a sua delicada sensibilidade. Detestava o ódio, a ponto de lhe dedicar esta justa condenação: — «Eu sei que há lírios que nascem do lodo; mas o ódio é lodo demais para fazer brotar lírios!» Não admira, por isso, que tivesse por lema de vida pastoral e escolhesse para legenda das suas armas de fé a conhecida exortação do autor do 4.º evangelho: — «Filhinhos, amai-vos uns aos outros» *(«Filioli, dilígite altérutrum»)*.

Aveiro, 2 de Abril de 1974.

PADRE ANÍBAL RAMOS

bibRIA

CARTOGRAFIA E ENGENHARIA DA RIA E BARRA DE AVEIRO NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVIII

1 — *Introdução*

EM trabalho anterior, intitulado *Cartografia e Engenharia Pombalinas da Ria e Barra de Aveiro*, publicado nos volumes 42.º e 43.º do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, saídos em 1973 e 1974, mas referidos aos anos de 1972 e 1973, traçámos a história documentada de tudo o que se passou, no período pombalino, quanto ao problema e às obras da barra de Aveiro.

Aí acompanhámos com minúcia, de acordo com o que apurámos, a acção patriótica e heróica do aveirense JOÃO DE SOUSA RIBEIRO DA SILVEIRA que, à sua custa, foi autorizado por aviso de 27 de Janeiro de 1757 a abrir, e abriu, uma barra nos areais da Vagueira, em frente do *Forte Velho*.

Expusemos com pormenor toda a acção dos engenheiros enviados pelo Marquês de Pombal para Aveiro, com o intuito de dominar-se a questão, divulgando toda a cartografia produzida e os relatórios e projectos de cada um deles.

Fizemos assim perpassar pela nossa frente os esforços dos engenheiros portugueses Francisco Xavier do Rego e Francisco Pinheiro da Cunha; dos engenheiros Carlos Mardel, húngaro, e franceses Louis d'Alincourt e François Hyacinte de Polchet; do engenheiro alemão Adam Venceslau Hetochoffs; bem como a intervenção no caso do engenheiro-mor do reino, o insigne MANUEL DA MAIA.

Assistimos ao ponto polémico representado pela alternativa entre a abertura de uma nova barra na região central da laguna e a fixação da barra aberta por JOÃO DE SOUSA RIBEIRO.

Por cima de tudo isto acompanhámos a evolução da barra de Aveiro até à morte física deste aveirense e à morte política do Marquês de Pombal.

Pretendemos agora traçar a história do sucedido com a barra de Aveiro no último quartel do século XVIII. No entanto, para que ela seja verdadeiramente compreendida, daremos primeiro um resumo dos factos ocorridos durante a governação do Marquês de Pombal.

Ao meu querido Amigo Júlio de Matos Vilarigues mais uma vez agradeço a preciosa ajuda prestada. E ao *Instituto Geográfico e Cadastral* igualmente agradeço o apoio concedido, bem como ao «Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga».

2 — *Breve Resumo do que se Passou com a Barra de Aveiro no Reinado de D. José I e Governo do Marquês de Pombal* (1750-1777).

Com suficiente aproximação podemos asseverar que no século XII o rio Vouga era ainda de barra aberta e não existia portanto a chamada laguna de Aveiro. No princípio do século XIII estaria já formado o cabedelo da Murtosa, e o da Gafanha crescia dos areais de Mira para o norte. Por sua vez um novo cordão litoral progredia do norte para o sul e tinha atingido a Torreira. Este nos fins do século XIV ainda não alcançara o local da Capela da Senhora das Areias.

Ao findar do século XV já existiam todas as ilhas da Ria. Cerca de 1575 a flecha de areia tinha a mesma latitude que a ponta norte do areal da Gafanha e nessa altura ter-se-ia dado uma obstrução da barra, passageira, devida à eclosão de um inverno tempestuoso.

Pelo ano de 1600 a barra de Aveiro encontrava-se a sul da Costa Nova e em 1643 na Vagueira. As irregularidades meteorológicas determinavam a sua instabilidade. Por meados do século XVIII, o ciclo evolutivo da laguna tinha-se completado, encerrando-se assim a antiga baía, que ficou isolada do mar por um cordão de areia. Até tal se verificar tinha dominado a Natureza. Daí em diante o Homem iria medir-se com esta e levá-la-ia de vencida.

Paralelamente à marcha da evolução lagunar ia-se modificando o quadro humano e económico da região. Ao avanço da barra de areia até à capela da Senhora das Areias correspondeu um porto de mar facilmente acessível, amplo e abrigado. Aveiro desenvolveu-se e prosperou na agricultura, no comércio, na pesca, na indústria do sal, etc. A população foi saudável e demograficamente progressiva.

Logo que a flecha de areia passou para o sul do bordo norte da Gafanha, as comunicações da laguna com o mar foram

biblRIA

piorando cada vez mais, o que ocasionou o empobrecimento de todas as actividades económicas, desastrosas condições de salubridade, devido à estagnação das águas da ria, e consequentemente a diminuição da população. O movimento marítimo deixa então de existir completamente. Com efeito, este, se ainda de 1619 a 1624 foi caracterizado por uma entrada de 300 navios, dos quais 109 com carregamento de bacalhau, de 1638 a 1700, porém, já entraram só 140. De 1741 a 1745 os aveirenses viram entrar no seu porto unicamente 6 navios, e de 1746 a 1749, nenhum.

A barra estava já então nos areais de Mira e portanto praticamente obstruída e as comunicações entre o mar e a laguna eram puramente acidentais. Em 1750 ainda entrou uma embarcação, e outra, a última, em 1753.

A partir desta altura o Homem teria de entrar em luta aberta com a Natureza, para a poder vencer, e dominar o tremendo problema que se lhe punha perante os olhos e o seu viver.

O objectivo a atingir que logo se pôs com toda a acuidade, foi o da abertura de uma barra.

Em 1752 o engenheiro húngaro Carlos Mardel é enviado a Aveiro, e formou o projecto de abrir uma barra um pouco mais de meia légua a sul do local de S. Jacinto. A barra veio na verdade a ser aberta mas pelo aveirense João de Sousa Ribeiro da Silveira, capitão-mor de Ílhavo, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e formado nos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra.

biblRIA

Escolhido definitivamente o local, bem em frente do chamado *Forte Velho*, duas léguas ao norte da barra que então existia, João de Sousa Ribeiro aí concentrou cerca de 80 juntas de bois e mais de 200 homens, e a 11 de Fevereiro de 1757 iniciou a sua epopeia, a abertura da vala para o mar. Esta devia ter 20 braças de largura e teria de atravessar um areal de mais de 300 braças, isto é, de mais de 600 metros. Durante sete semanas seguidas João de Sousa Ribeiro não se afastou do local, nem sequer para ir a casa. Nos primeiros quinze dias o denodado esforço foi quase inglório.

O regueirão, à medida que ia sendo aberto, era protegido dum lado e do outro por estacadas de pinheiros.

Ao fim de sete semanas deu o trabalho por terminado, mas embora na ria se encontrasse grande quantidade de água, não a considerou suficiente para a fazer entrar no regueirão e provocar o que pretendia: não só romper o areal, mas abrir uma barra ampla e profunda.

Em vão esperou durante vários meses que as águas das chuvas aumentassem a cheia, e é-nos fácil avaliar a ansiedade

deste homem, que na empresa, realizada à sua custa, gastou uma considerável quantia de dinheiro, pois que a todas as pessoas pagou sempre prontamente os salários, superiores aos habituais na região, sem que aceitasse nem uma hora de serviço gratuito.

Em Agosto do mesmo ano aprofundou mais a vala, servindo-se de várias juntas de bois, ao mesmo tempo que renovou e fortaleceu as estacadas, e tudo para a conservar pronta a soltar as águas na primeira altura.

O dia 8 de Dezembro de 1757 foi considerado favorável. O tempo tempestuoso não só aumentou consideravelmente o volume das águas na ria, como prometia tornar a cheia ainda mais catastrófica.

JOÃO DE SOUSA RIBEIRO simbolicamente fez questão de ser do seu filho, a primeira enxadada das que se dessem, para fazer entrar a água no regueirão aberto com tanto suor de esperança. Acabou por ser de felicidade para Aveiro esse dia. Em 48 horas a ria ficou desalagada. Ao mesmo tempo ficava aberta uma barra com mais de 400 metros de largura de boca e com a profundidade suficiente para nela entrarem navios. Também o canal interior conduzindo a ela, aumentou de tal modo em largura, que qualquer embarcação podia inverter nele, à vontade, o sentido da marcha.

Terminaram assim os dias sombrios e a miséria da vila de Aveiro, pela mão corajosa e generosa de um dos seus filhos. A partir de tal dia, os campos até então cobertos pelas águas, semear-se-iam, as salinas poder-se-iam explorar novamente, o peixe entraria na laguna para a povoar com abundância e o reatamento da navegação daria novo vigor ao comércio de Aveiro.

Em virtude da sua altruísta acção, JOÃO DE SOUSA RIBEIRO DA SILVEIRA foi considerado herói por todas as Câmaras da região de Aveiro.

Mas a luta de JOÃO DE SOUSA RIBEIRO pela barra e por Aveiro, ainda não tinha terminado, como haveremos de ver.

*

O estado da evolução da barra, decorridos alguns meses depois da sua abertura, exigia que alguma coisa se fizesse pela sua fixação.

A acuidade da questão foi devidamente avaliada por Pombal que, em vez de a um só, deu ordem a quatro engenheiros para marcharem para Aveiro, não se importando portanto com as questões de verba. De resto, daí em diante e por certo tempo, Aveiro merecerá uma atenção especial de Pombal.

ICIRIA

Dois sargentos-mores de infantaria com exercício de engenheiro, um francês e outro português, e os respectivos oficiais adjuntos, também com exercício de engenheiro, tirariam uma exacta planta de todo o terreno desde o rio Vouga até à barra aberta por João de Sousa Ribeiro. Além do desembargador da Relação do Porto, Manuel Gonçalves de Miranda, assistiria também a esta missão o dito capitão-mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro, o que significava evidentemente para este o reconhecimento dos seus serviços e dos seus méritos.

Os sargentos-mores foram Francisco Xavier do Rego e François Hyacinte de Polchet, e os oficiais adjuntos Adam Venceslau Hetochoffs e Louis d'Alincourt. O praticante Francisco Pinheiro acompanhava também o sargento-mor Francisco Xavier do Rego.

Muito resumidamente diremos agora a actuação de cada um destes engenheiros em Aveiro, uma vez que pormenorizadamente o descrevemos no trabalho mencionado da nossa autoria.

Assim, quanto à equipa formada pelos engenheiros Francisco Xavier do Rego e Adam Venceslau Hetochoffs e praticante Francisco Pinheiro da Cunha, deixou-nos duas configurações, a primeira «a ria desde a boca do Vouga até à barra nova com todos os canais que ali se achão, suas larguras e suas alturas» e a segunda «a parte do caneiro que vem da Ria onde se acha a barra nova, e canal que vai para a barra velha».

Infelizmente, delas só chegou até nós uma cópia da primeira, muito deteriorada e queimada pela tinta, faltando-lhe ainda bons pedaços.

Arquiva-se na *Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral* em cujo catálogo tem o n.º 314 (1).

Dois são os seus principais interesses: o toponímico e o de representação das sondas. Nela se localizam a barra nova, Aveiro, a capela de S. Jacinto, os fortes Velho e Novo, e algumas marinhas. É abundante a toponímia ao longo do canal de Mira.

*

Num relatório datado de 22 de Setembro de 1758, Francisco Xavier do Rego esclarece-nos que o regueirão inicial de 20 braças de largura, deu origem a uma barra com cerca de 247 braças de largo. Porém, na altura em que escrevia, a barra estava reduzida a 137 braças de seco a seco, mas nestas

(1) H. Gabriel Mendes, *Catálogo de Cartas Antigas da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*, Lisboa, 1959.

ainda se teriam de descontar 100 braças, por nelas não poder passar embarcação, por constituírem areal submerso de pouco fundo, e onde o mar quebrava com muita força. A barra de João de Sousa Ribeiro, para efeito de passagem, estava assim reduzida a uma largura de 37 braças, com fundo e margens de areia movediça.

Para conservar a barra outra solução não lhe ocorria que não fosse fechar e tapar o braço sul da ria de acesso à barra velha, com uma linha oblíqua (o que era elucidado pela configuração 2.ª, perdida, como dissemos) para que as águas com maior quantidade saíssem pela nova abertura e a mantivessem. A conservação ficava portanto dependente do rigor dos invernos.

Por sua vez do relatório do engenheiro alemão Adam Venceslau Hetochoffs colhe-se mais ou menos a mesma opinião. Dá-nos, porém, uma outra informação: que as 300 braças através das quais o capitão-mor de Ílhavo abriu o regueirão, estavam reduzidas a 54, número que está escrito na configuração. A acção do mar por um lado, e a da corrente de braço da ria por ontro, provocaram este resultado.

Para ele a largura e a profundidade da barra diminuíram tão consideravelmente em 9 meses, que ela não teria senão a mesma sorte que teve a velha; consequentemente não viria a servir para navios. Tudo que se empreendesse para a tornar perdurável, com paredões e diques, custaria somas imensas e os resultados finais não eram seguros. No entanto, poder-se-ia tapar o canal de acesso à barra velha para que se retivesse a água que para aí corre, e aumentar deste modo a força da corrente, que só sendo bastante forte teria força para arrastar e expelir a areia para fora da barra, e colocar e conservar esta como no seu primeiro estado, sem se ser obrigado a fazer aí muitas outras obras de grande despesa e de efeito incerto.

biblRIA

*

A permanência de François Hyacinte de Polchet e do seu adjunto Louis d'Alincourt em Aveiro foi mais demorada. Só no fim de Janeiro de 1759 Polchet enviou o levantamento topográfico efectuado e também um projecto com o respectivo orçamento, para fortificar e conservar a barra aberta por João de Sousa Ribeiro da Silveira.

Desse levantamento efectuado por Polchet e D'Alincourt, guardam-se actualmente duas cartas manuscritas e coloridas na *Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral* e estão relacionadas no respectivo catálogo, sob os n.os 315 e 316, sendo porém a 1.ª uma redução da 2.ª

Tanto uma como outra são dum inestimável valor, aten-

dendo que se trata da mais antiga representação cartográfica, digna deste nome, da ria de Aveiro e seus arredores. Na verdade, encerram todos os preciosismos próprios da ciência e arte cartográficas de então, e atestam iniludivelmente a idoneidade e a actualização dos cartógrafos pombalinos.

Sem dúvida nenhuma, Polchet e Alincourt, legaram-nos um documento iconográfico preciosíssimo da ria de Aveiro, que a ninguém é lícito desconhecer, no estudo da sua evolução fisiográfica.

Das duas cartas reproduzimos a que mais nos interessa agora, pois que nela se assinala não só a barra aberta por João de Sousa Ribeiro, mas também o projectado local de abertura de Carlos Mardel e igualmente um outro projecto de abertura de uma barra no areal de S. Jacinto da autoria de Polchet (Fig. 1).

No canto superior esquerdo, dentro da mancha, além da sua breve descrição da região levantada, que é limitada, por um lado, pela costa do mar, desde a capela do Bom Sucesso (Torreira) até à barra nova, e por outro, por uma linha definida pelo Forte Velho, Vagos, Arada, Esgueira, Sarrazola, Rio Velho, foz do Vouga, Pardelhas e outra vez N.ª Sr.ª da Torreira, transcrevem-se as sondas figuradas na configuração da equipa do engenheiro Francisco Xavier do Rego, e que foram obtidas pelos pilotos da cidade do Porto, e fornecem-se mais as seguintes informações:

BIBRIA

«A antiga barra estava distante duas légoas da que agora há, e desta a N. S.ª do Bom Sucesso vão 4 légoas, e duas légoas e meya athé a vila de Ovar. Tinha a nova barra de largura no mez de Julho de 1758 braças 172 e em 20 de S.bro do mesmo ano 250 braças; e em 10 de Dezembro do mesmo anno 400 braças.

Aveiro, 6 de Janeiro de 1759»

As indicações sobre a barra são preciosas, pois nos asseguram que depois dos engenheiros Xavier do Rego e Hetochoffs terem abandonado a vila de Aveiro, as condições daquela melhoraram consideravelmente, por circunstâncias favoráveis do tempo.

Esta barra aberta pelo capitão-mor de Ílhavo ficou situada no território do concelho de Ovar, uma vez que a que então ainda existia duas léguas mais para o sul e obstruída, é que separava as terras de Ovar das do concelho de Mira. Daí que a Câmara de Ovar, para que no futuro não se pudessem estabelecer confusões e não perder direitos, tivesse mandado colocar em 22 de Dezembro de 1757 um marco de pedra na margem norte da barra velha.

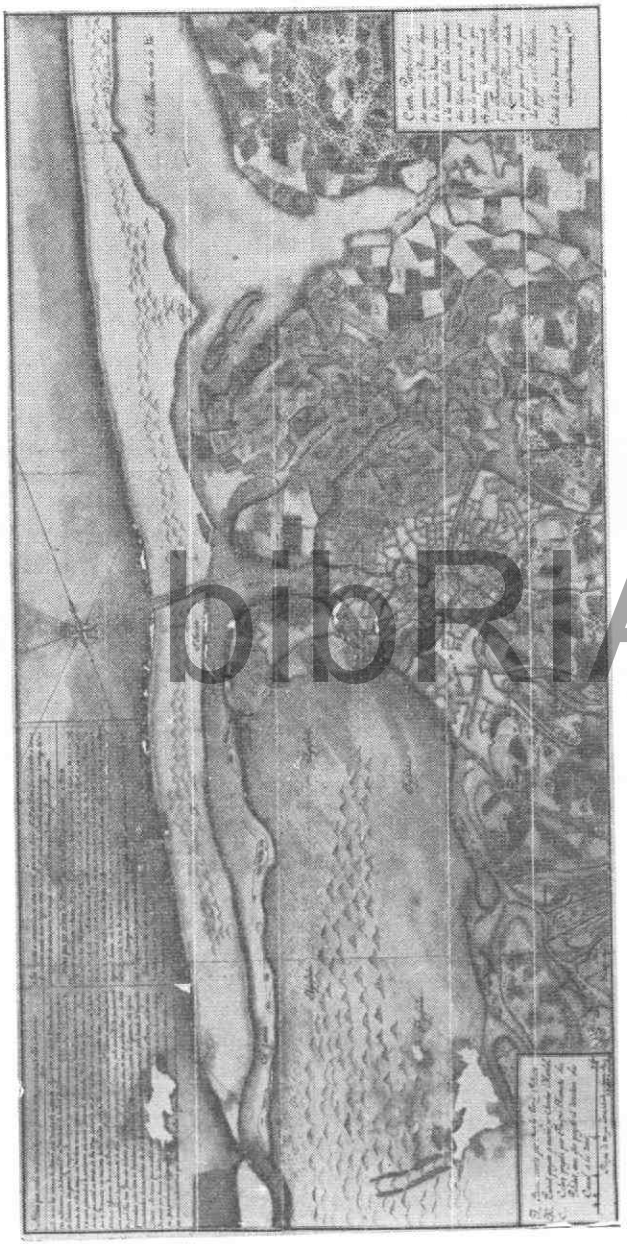


Fig. 1 — Carta da Ria e Barra de Aveiro, da autoria dos engenheiros franceses François Hyacinte de Polchet e Louis d'Alincourt (1759)
(Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral, n.º 315)

bibRIA

*

Quanto ao projecto de François Polchet, para tornar permanente a barra aberta por João de Sousa Ribeiro da Silveira, ele consistia em proteger a barra por duas «jettées» completadas por três diques. O braço da ria conduzindo à barra velha seria tapado. Os diques avançariam também um pouco sobre a costa do mar. O custo de tal obra seria de 270 998$816, portanto bastante elevado.

Polchet, acreditando que este projecto de fixação da barra nova não seria aceito, em virtude de ficar muito caro, convenceu-se, como aliás os outros engenheiros, de que ela acabaria por arcar-se e tornar-se portanto inútil.

Concebe então a abertura duma nova barra no areal de S. Jacinto, para a qual calculou ser necessária a importância de 120 989$088, importância que ainda era inferior em 18 contos de réis à que seria necessária para abrir a barra no local indicado pelo engenheiro Carlos Mardel.

É natural que Polchet alimentasse algumas esperanças de que o projecto de S. Jacinto viesse a merecer a aprovação superior.

A memória descritiva do seu projecto é um documento histórico interessantíssimo não só para a história da engenharia portuguesa, pela sua antiguidade e pela sua pormenorização, mas também para a história das relações culturais luso-francesas. Data de 25 de Fevereiro de 1759.

Sobre tudo isto POMBAL suscitou a opinião do engenheiro-mor do reino, o insigne engenheiro MANUEL DA MAIA, já com 82 anos de idade.

bibRIA

*

O assunto exigia séria meditação e MANUEL DA MAIA não poderia apressar-se na resposta, que só deu a 18 de Maio do mesmo ano.

Chegou à conclusão de que não lhe era possível inclinar-se totalmente para qualquer das sugestões apresentadas pelos engenheiros, porque nenhuma estava isenta de defeito. De resto todos os engenheiros estavam de acordo com Belidor: nada se poderia propor com verdadeira segurança sem antes se proceder a um período mínimo de observações do comportamento dos elementos naturais, águas e ventos, na ria e nas costas do mar. O custo de qualquer dos projectos era elevado, como o tinham evidenciado os cálculos do engenheiro Polchet, e seria absolutamente necessário, que se evitasse o prejuízo de se perder o que se intentasse.

Os engenheiros deviam manter-se, pois, no local em exames e em ensaios, pelo menos durante um verão e um inverno, e remeter-lhe relatórios mensais.

*

MANUEL DA MAIA era a voz da razão técnica, e POMBAL, como é óbvio, não poderia ir contra ela, se fosse um verdadeiro homem de estado.

Além dos engenheiros, JOÃO DE SOUSA RIBEIRO também foi suscitado a apresentar a sua opinião. E quando o fez, a 18 de Abril de 1759, a barra por ele aberta encontrava-se em óptimas condições de utilização, assim como o braço da ria que conduzia ao ancoradouro.

Expõe então a opinião fundamentada do que urgia obrar-se para que a barra se tornasse permanente. Em primeiro lugar devia tapar-se com segurança a boca do canal que, a partir do *Forte Velho*, conduzia as águas à barra velha, com «trinta ordens de carreiras de estacas» que, pela borda sul do canal da barra iriam até ao mar, protegendo ainda uma distância conveniente da costa. Haveria também conveniência em levantar outra estacada, no bordo norte do dito canal, acompanhando o braço da ria. A despesa não seria grande, ao contrário do que sucederia, se tudo se fizesse de pedra e cal. Preconizava ainda que no cordão arenoso, para evitar a acção arrastadora das areias para a barra, ocasionada pelos ventos do norte, se pregassem dez ou doze estacadas, que o atravessassem totalmente, e sisgadas para o mar, para que essas areias corressem para ele. Entre elas seriam semeados pinheiros. Estes crescendo, evitariam que se tivesse de renovar as estacadas.

Propunha ainda que o esteiro que conduzia do ancoradouro, utilizado na altura, ao cais de Aveiro, e se encontrava entupido, se pusesse navegável e fosse protegido com paredes de um e de outro lado. Comprar-se-iam ainda duas catraias para que os pilotos pudessem, com verdadeira utilidade, cumprir a sua missão. Estas e outras medidas visavam o restabelecimento do comércio no porto de Aveiro e consequentemente ao aumento dos rendimentos alfandegários e do pescado.

JOÃO DE SOUSA RIBEIRO não esquecia todas as mil e quinhentas marinhas da região e propunha que se auxiliassem, por meio de empréstimos reembolsáveis, todos os proprietários pobres, para que elas pudessem ser refeitas e dar sal, o que ocasionaria por sua vez o aumento dos réditos da *Mesa do Sal*.

Segundo ele, para todas estas despesas, o dinheiro que se achava depositado no cofre das obras da barra era suficiente.

biblRIA

Estava-se na presença de todo um plano completo de acção, como as circunstâncias impunham e com a enorme vantagem de se ser realista nas despesas a efectuar.

*

Um dia antes do engenheiro-mor MANUEL DA MAIA ter apresentado o seu parecer ao Marquês de Pombal, sobre os relatórios dos engenheiros, tinha ele recebido a visita de João de Sousa Ribeiro, com quem longamente conversou sobre o assunto da barra.

É mesmo muito provável que esta visita tenha feito apressar esse parecer.

Tudo leva a crer que o Marquês de Pombal tenha dado audiência a João de Sousa Ribeiro.

Pombal teve assim na sua frente o homem que rogou autorização para abrir a barra à própria custa, e que a abriu mesmo. E que também se apresentava agora a opinar como era mister agir para a conservar. Nele viu o governante, o cidadão zeloso do interesse colectivo, mas que não se esquecia do que lhe dizia respeito como particular, deixando no ambiente a sugestão, informe, do que lhe poderia satisfazer.

POMBAL agradeceu-lhe tudo que realizou em Aveiro, informou-o que o processo em causa estava agora nas mãos do engenheiro-mor do reino Manuel da Maia e que brevemente se tomaria a resolução mais adequada e que as circunstâncias exigiam.

bibRIA

*

Sabemos que Manuel da Maia, com a mesma data de 18 de Maio de 1759, escreveu uma carta ao Marquês de Pombal para lhe expor «um arbítrio que me tem ocorrido para acomodar o capitão-mor da vila de Ílhavo, a quem será insofrível que se forme barra em diferente lugar da abertura que ele fez para êxito das águas suspendidas porque como se considera com o crédito daquele benefício, que fez ao público, entende que se ali se não fizer a barra, não se conservará brilhantemente aquela memória, pois não serviu mais que por um acidente; o que será muito diferente se ficar servindo de barra».

E Manuel da Maia acabava por propor que João de Sousa Ribeiro se obrigasse a conservar à sua custa a barra que abriu, «fazendo-lhe S. Mg.de a mercê assim em atenção ao benefício que havia feito, como do que iria fazendo de lhe consignar uma quota parte do rendimento que de novo crescesse na alfândega

da cidade de Aveiro (1), cuja mercê se conservaria nele e em seus descendentes enquanto aquela barra se conservasse com o mesmo bom uso; o que me parece aceitará e talvez que lhe tenha vindo ao pensamento, sem que eu lho tenha proposto».

Certamente João de Sousa Ribeiro, terá falado a Manuel da Maia com segurança e euforia, aliás naturais e compreensíveis, mas o engenheiro-mor não conseguira elevar-se acima do que poderia parecer jactância, e não se coíbe de propor que seja João de Sousa Ribeiro a fazer novas despesas, para fixar a barra, antes de se poder tirar dela qualquer lucro, em que o próprio engenheiro-mor não acredita.

O Marquês de Pombal teria agora de pronunciar a última palavra. Não deparámos com documentos que explicitamente no-la defina, mas os que já são conhecidos, embora fragmentários, são suficientes para a surpreendermos em toda a sua lógica.

*

Não havia qualquer razão para deixar de continuar a ter toda a confiança em João de Sousa Ribeiro. Se este teve energia e altruísmo suficientes para abrir a barra, que se encontrava em óptimo estado de utilização, tanto que já por ela se tinha notavelmente restabelecido o tráfego e acabado com os males que Aveiro há bastante tempo sofria, ele saberia mobilizar nesta recente cidade todas as vontades para que o objectivo se alcançasse.

Ao capitão-mor de Ílhavo seria entregue, com toda a confiança, a honra de localmente suscitar, estimular e até mesmo coordenar, a colaboração das entidades interessadas no problema da conservação da barra: Câmara, Superintendência das Obras da Barra, Juízo da Alfândega e população de Aveiro.

No conjunto foi esta a decisão de Pombal, e havemos de concordar que mui hábil e sabiamente decidiu, de acordo com as informações que tinha sobre os olhos. Aveiro seria no fundo, o que os seus próprios filhos soubessem fazer por ela.

João de Sousa Ribeiro viria a ser Juiz proprietário da Alfândega de Aveiro e sabemos que, enquanto viveu, continuaram a entrar barcos pela ria. Pelo livro de despachos de sal da

(1) O rei D. José I elevou a vila de Aveiro à categoria de cidade por seu alvará de 11 de Abril de 1759 e carta de lei de 25 de Julho de 1759. A Câmara de Aveiro, em sua sessão de 1 de Junho de 1759 deliberou encarregar o aveirense João de Sousa Ribeiro da Silveira, capitão-mor de Ílhavo, e que já por várias vezes tinha sido vereador em Aveiro, de pessoalmente agradecer a Sua Magestade em nome da Câmara, a mercê da elevação de vila de Aveiro à categoria de Cidade. João de Sousa Ribeiro da Silveira nesta data encontrava-se na Corte, e desempenhou-se do encargo. Veja-se *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. I, pág. 24.

biblRIA

Alfândega reconhece-se que ainda em 1765 houve um movimento de trinta e seis embarcações. Bem poderemos dizer que as areias da Vagueira temiam as mãos de João de Sousa Ribeiro da Silveira.

Os anos porém não perdoam e o arcaboiço do lutador já não era o mesmo, passado mais algum tempo.

*

Por alturas de Abril de 1768 a barra já estava tomando fama de não se encontrar em condições de segurança, talvez mais por falta de pilotos competentes. Porém a falta de estabilidade da barra era mal que começava a apoquentar os aveirenses e por isso mesmo o Senado Municipal resolveu, a 20 de Junho, representar a el-rei sobre essa insegurança. Na acta da vereação, correspondente à sessão do dia 6 de Julho de 1771, ficou descrito o modo deficiente em que então a barra funcionava, é também o que se aconselhava para que a barra se conservasse capaz para todas as embarcações. Sente-se que este não passa do apelo de sempre, de João de Sousa Ribeiro, feito agora por intermédio de outra voz. Ele já não tinha forças para recomeçar os trabalhos das estacadas, pois que a 15 de Novembro de 1772 fechava para sempre os olhos. Por sua vez, o Marquês de Pombal seria destituído de todos os seus poderes a 4 de Março de 1777, por morte do rei D. José. Outros governantes e outros engenheiros teriam de vir a enfrentar-se com o problema, como vamos ver.

BIBRIA

3 — *Guilherme Elsden Chefia em Aveiro Nova Equipa de Engenheiros. Cartografia, Projecto de Abertura de Nova Barra e Relatórios dos Engenheiros Portugueses Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos. Morte de Guilherme Elsden.*

Alguns meses depois da destituição de POMBAL, uma nova equipa de engenheiros recebe ordens da rainha D. MARIA I, para se ocupar dos problemas respeitantes à cidade de Aveiro. Constituem-na o engenheiro inglês Ten.-cor. Guilherme Elsden e os engenheiros portugueses Isidoro Paulo Pereira, capitão de infantaria com exercício de engenheiro, e Manuel de Sousa Ramos, ajudante de infantaria com o mesmo exercício. Paulo Pereira e Sousa Ramos trabalhariam sob as ordens e a superintendência de Guilherme Elsden.

Os meios que foram postos à disposição de Guilherme Elsden, podemo-los avaliar pelo Aviso de 29 de Outubro de 1777 dirigido pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira,

Ministro e Secretário de Estado, ao Corregedor da Comarca de Aveiro:

> «*Sua Magestade manda a deligencia do seu Real Servisso, e em beneficio dos moradores dessa Cidade o tenente coronel Guilherme Elsden, que a vm.ce há de entregar este Avizo: e manda a mesma Senhora ordenar a vm.ce que ao dito Guilherme Elsden, deve vm.ce assistir com a despeza que necessaria for para a mesma deligencia, barcos e gente de que para ella carecer, pasando o mesmo tentente-coronel a vm.ce huma competente Atestação de toda a importancia que vm.ce extrahir do Cofre para lhe ser abonada no seu devido tempo. Deos guarde vm.ce Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em vinte e nove de Outubro de mil setecentos setenta e sete = Visconde de Villa Nova de Cerveira = Senhor Corregedor da Comarca de Aveiro =*» (1).

Por sua vez o tenente-coronel Guilherme Elsden, engenheiro que durante o reinado pombalino inspirou sempre muita confiança a Pombal e a quem este encarregou de muitas tarefas no campo das obras públicas, continuava com a superintendência de várias obras e, não podendo por esse motivo demorar-se muito em Aveiro, limitou-se a acompanhar aí durante quatro dias os seus ajudantes, deixando-lhes por fim instruções precisas que ficaram registadas no *Livro I do Registo da Superintendência da Barra de Aveiro*, a fol. 31:

> «Conforme as Ordens de Sua Magestade dirigidas no dia 20 de Outubro do presente ano pelo Ill.mo e Ex.mo Snr. Visconde de Villa Nova de Cerveira, Ministro e Secretario de Estado, etc., etc., etc.
>
> Devem V. m.ces logo entrar a tirar a Planta Topographica da Barra de Aveiro que presentemente existe; e da mesma situação o outro Rio que tem seu curso para o Sul na direcção da Lagôa de Mira. D'este mesmo ponto da Barra continuar para o Norte na direcção do Rio Salgado (que serão 4 legoas e meia até 5), até à desembocadura do Rio Vouga, notando com individuação as entradas de todos os Rios, Lagôas, Canaes, etc., que cairem no dito Rio Salgado.
>
> Tambem se-devem calcular as sondas da mesma Barra, e no dito Rio Salgado do Sul para o Norte nas distancias de 250 braças no tempo da baixa-mar das aguas vivas para se-combinarem as differentes alturas das aguas d'este canal, suas Lagoas, etc., com as do mar largo;

(1) *Ms. Azul n.º 1086*, documento n.º 23, da *Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa.*

biblRIA

para sôbre a dita Planta se-determinarem todas as mais operações sôbre a nova Barrra de Aveiro; e a respeito das despezas, e mais coisas necessarias para a dita diligencia, o Doutor Corregedor tem Ordem de Sua Magestade para providenciallas; das quaes despezas se formará folha que v. m.ces assinarão durante a minha ausencia para descarga do mesmo Doutor Corregedor.

= Aveiro, 27 de Novembro de 1777. = *Guilherme Elsden* Tenente coronel =

Snr.s. Isidoro Paulo Pereira Capitão de Infantaria, com exercício de Engenheiro, e Manuel de Sousa Ramos Ajudante de Infantaria com o mesmo exercício» (1).

Primeiramente levantariam portanto uma carta topográfica e hidrográfica da ria e barra de Aveiro. Isto com o fim de examinar o estado de tal barra e de escolher o melhor sítio para ela. Estudariam também a melhor maneira de esgotar as águas estagnadas que houvesse próximas à cidade e a possibilidade de tornar navegável o rio Vouga até S. Pedro de Sul.

De tudo apresentariam relatório a Elsden e igualmente os projectos e orçamentos para algumas obras a realizar em Aveiro no aqueduto, cadeia, etc.

Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos logo no dia imediato, isto é, a 28 de Novembro de 1777, lançaram-se com afinco ao trabalho, e ao fim de curto prazo de quatro meses tinham terminado o levantamento ordenado por Guilherme Elsden.

biblRIA

Na Mapoteca do *Instituto Geográfico e Cadastral* guarda-se ainda hoje um preciosíssimo conjunto de cartas antigas, que nos traduzem toda a actividade cartográfica destes operosos engenheiros portugueses, nos períodos em que estiveram ocupados com os problemas respeitantes à barra de Aveiro e outros.

Estas cartas descrevem-se sucintamente sob os números 277, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 317, 318 e 390 no respectivo catálogo, e a elas nos referiremos quase sempre com brevidade no presente trabalho, por absoluta falta de espaço, embora merecessem uma descrição mais detalhada, atendendo aos seus muitos valores históricos.

Somos assim ainda hoje possuidores da imagem cartográfica de há duzentos anos de toda a linha da costa, desde o rio Douro até o areal de Mira; e de toda a região limitada por esta

---

(1) Aproveitámos a transcrição dada pelo Dr. Francisco Ferreira Neves, ao reproduzir no vol. XIII do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, a *Memória Descritiva...*, da autoria de Luís Gomes de Carvalho.

linha, areais da Gafanha, campos de Ílhavo, cidade de Aveiro, Eixo, Ponte de Almiar, rio Vouga, Ponte do Vouga, Angeja, S. Martinho de Salreu, Estarreja, Ovar e Maceda, tudo de inapreciável valor iconográfico.

O primeiro levantamento que Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos enviaram a Guilherme Elsden tinha a data de 4 de Abril de 1778, e está materializado na carta n.º 308, cujo título é

«Por Ordem de Sua Magestade / Mappa Topografico / Da / Barra da Cidade de Aveiro / que presentemente existe, e da Costa para o Norte athé o sitio da Torreira, que / / dista da dita Barra quatro legoas e meya, Rios salgados, e doces athé / a Villa de Eixo no Rio Vouga; com as sondas das mayores Cais nos Rios salgados: / Feito debaixo das direcçoens do Tenente Coronel Guilherme Elsden / Por Isidoro Paulo Pereira Cap.m Engr.º / e por Manoel de Souza Ramos Ajud.te Engr.º / Em 4 de Abril de 1778»

Este o título passado a tinta, pois que antes das designações de autoria, está ainda escrito a lápis:

«Para o projecto da nova Barra, cujas explicaçoens se verão no Suplemento annexo.»

bibRIA

Carta manuscrita, colorida e de grandes dimensões (1552 × 980 mm.), com uma escala gráfica de 2818 braças (equivalente a uma légua) igual a 320 mm., embora erradamente se indique:

«Petipé de 2218 Braças equivalente a huma legoa»,

compõe-se ainda de 6 cartelas, uma das quais, a n.º 6, representando a configuração da «Desembocadura do Rio Agueda no Rio Vouga, onde esta situada a Ponte de Almiar muito arruinada». Discrimina com pormenor os esteiros, as ilhas e as marinhas, dando-lhes os respectivos nomes. Sobre toda a restante informação que nos fornece não nos alongaremos mais, pois está também contida numa outra carta mais completa, de que falaremos a seguir.

*

Tivemos a sorte de encontrar o «Suplemento annexo» acima referido, o qual está dividido em três partes, cada uma das quais assinada simultaneamente por Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Souza Ramos e em datas diferentes.

Precisamente a *Primeira parte* é datada também de 4 de Abril de 1778, o que quer dizer que corresponde à carta em causa.

Certos pormenores respeitantes a acções posteriores e o facto de algumas informações estarem a lápis, bem como o traçado do projecto da nova barra, já muito sumido, levam-nos a concluir que este exemplar mais não é que o duplicado de que, por várias vezes, se serviram os autores.

Estes em Novembro de 1778, ao apresentarem a *Terceira Parte* do seu «Suplemento do Mappa Topográfico», fizeram-na acompanhar da carta que, sob o n.º 309 se guarda igualmente na *Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*, e que substitui em toda a sua preciosa informação a carta anterior e ainda a excede, como veremos (Fig. 2).

O título completo deste importante trabalho de cartografia e de engenharia portuguesas é

> «*Por ordem De Sua Magestade / Mappa Topografico / Da / Barra Da Cidade de Aveiro / que presentemente existe, e da Costa para o Norte athé o sitio da Torreira, / que dista da dita Barra quatro legoas e meya, Rios salgados, e / doces athé asima da Ponte de Vouga: / Com varias notas respectivas aos mesmos Rios, as Sondas das mayores Cais / nos Rios Salgados, e com o Projecto para a nova Barra, / e Rio Vouga, cujas explicações se verão no / Suplemento annexo. / Feito debaixo das ordens do Ten.te Cor.el Guilherme Elsden/Por Isidoro Paulo Pereira Cap.m Engr.o, / e Manoel de Souza Ramos Ajud.te Engr.o / Em Novembro de 1778.*»

BIBRIA

A carta, muito bem desenhada a cores, tem por dimensões 800 × 737 mm., planimetricamente é uma redução da carta anterior e é um importante dado cartográfico para o estudo da região de Aveiro e sua barra, não falando já no significado que representa na história da cartografia portuguesa.

Os estudiosos encontrarão em ambas muitos motivos de interesse.

Por elas ficamos conhecendo com precisão a situação da barra em 28 de Novembro de 1777, como nos dão o estado de assoreamento do rio Vouga, das *cales* do Espinheiro, da Gafanha e da Cidade e do canal de acesso à barra.

Traçada esta num «Petipé de 2818 Braças equivalente a huma legoa» e igual a 161 mm., consta ainda de 6 cartelas complementares.

A N.º 1 assinala-nos planimetricamente a «Mudança que fes a Barra desde 28 de Novembro de 1777 athé 10 de Fevereiro de 1778».

«Os pontinhos vermelhos notão a figura, em que estava a Barra a 28 de Novembro dito.»

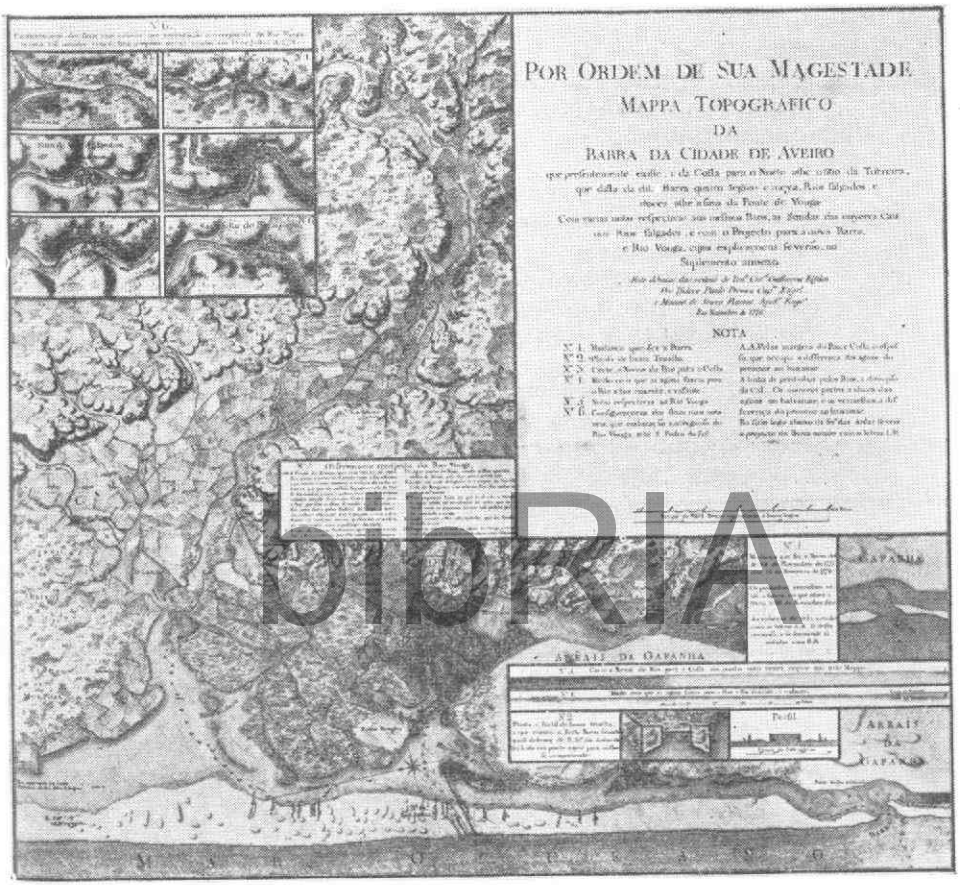


Fig. 2 — Mapa Topográfico da Barra da Cidade de Aveiro, dos engenheiros portugueses Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos (Novembro de 1778)

(Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral n.º 309)

«As cabeças de arêa notadas com as letras A, A, se-desvanecerão, e se-formarão as notadas com B, B.»

A N.º 2 consta da «Planta, e Perfil de huma Tenalha, a que chamão o Forte Novo, situado quasi defronte de N. Sr.ª das Arêas: desenhado em ponto mayor para melhor se-compreender.»

A escala gráfica é de 300 palmos = 68 mm.

Digamos que nas duas cartas se assinala também o «Forte Velho arruinado».

A N.º 3 representa o «Corte e Niveis do Rio para a Costa em ponto oito vezes mayor que o do Mappa.»

Na N.º 4 mostra-se o «Modo com que as agoas fazem para o Rio a sua enxente, e vasante.»

A escala gráfica desta é de 500 palmos = 114 mm.

Fazendo aqui um parêntesis na descrição das cartelas, digamos que logo abaixo do título do mapa vem uma «Nota» que do lado esquerdo nos fornece, em forma de índice, o conteúdo das seis cartelas, e do lado direito nos dá as seguintes informações:

bibRIA

«A, A. Pelas margens do Rio, e Costa, o espasso que occupa a differença das agoas da preamar ao baixa-mar.

A linha de pontinhos pelos Rios, a direcção da Cal.

Os numeros pretos, a altura das agoas no baixa-mar; e os vermelhos a differença do prea-mar ao baixa-mar. No sitio logo abaixo da Sr.ª das Arêas se-verá o projecto da Barra notado com as letras L M».

Tanto os A, A iniciais como as letras finais L M são escritas a vermelho.

Encontrou-se portanto assim uma maneira de expressar na carta os níveis alto e baixo das águas ao longo da costa e no canal de acesso à barra.

*

O projecto de abertura de uma nova barra, no local dos «Baixos dos Zandoeiros», cerca de um quilómetro ao sul da capela de «N. Sr.ª das Arêas», pelo interior do rio, está devidamente assinalado em planta.

A fixação da barra far-se-ia por um molhe aproximadamente na direcção W. S. W., construído a partir da extremidade norte das marinhas do Forte Novo e até ao mar.

Era este o projecto de abertura de nova barra, não da

autoria de Guilherme Elsden como até aqui se tem admitido, mas sim da dos engenheiros portugueses «Izidoro Paulo Pereira e Manuel de Souza Ramos», pelo que adiante se verá.

Na carta n.º 308 este projecto está já hoje muito sumidamente assinalado a lápis, no entanto é o bastante para concluirmos que lhe podemos atribuir a data de 4 de Abril de 1778, o que nos é confirmado por outro documento de que trataremos.

Continuando na descrição das cartelas, reparamos que a N.º 5 se intitula

«Observaçoens arrespeito do Rio Vouga»

e que estas dizem respeito a locais indicados no mapa por letras a vermelho, discriminando-se estas no texto:

«AB. — A Ponte de Almiar, que tem tres arcos cahidos para a parte de A, aonde hoje está a Barca, cuja renda, como tambem o tributo de todos os barcos, que por ali passão, se paga a Casa de Trofa há muitos annos, e outro arco em B. tambem cahido, aonde se-devem fazer os arcos para o Rio por ser milhor situação, e ja se-acha o Rio novo feito pelos Padres de Grijó o qual da milhor escoante aos Campos; e tem a dita Ponte as cortinas muito quebradas, e a estrada arruinada com a passage da agoa.

C. — Lugar de humas Pedreiras, que ajudão a entulhar o Rio, causando por isso ruina aos Campos.

D. — Lugar perto do Eixo, aonde o Rio quebra todos os annos, por estar muito entulhado.

E. — Lugar por onde desaguão os Campos da Seren.ma Casa de Bragança, e as arêas do Rio lhe embaração o escoante.

F. — Tres piquenos Rios, em que se divide o Vouga os quais estão tão entulhados de arêa, que de Verão ainda os pequenos barcos não podem passar com toda a carga.

G. — Lugar, aonde o Rio está arêado, que de Verão se passa a vau.

H I. — Projecto para encanar as agoas do Vouga, principiando da ponta de Sarrasola em direitura à Cal d'Espinhr.º».

As informações que se incluem nesta cartela n.º 5 destribuem-se na carta n.º 308 pelas cartelas dela com os números 5 e 6, com a diferença que nesta última se configura, como dissemos, a «Desembocadura do Rio Agueda no Rio Vouga, onde está situada a Ponte de Almiar muito arruinada»; é que enquanto na carta n.º 308 o levantamento vai só até aos arredores da vila de Eixo, nesta carta n.º 309 ele atinge a Ponte do

biblRIA

Vouga na «estrada que vem do Porto e vai para Coimbra». As duas pontes não são portanto representadas planimetricamente na carta n.º 308.

Por agora acrescentemos que o engenheiro Luís Gomes de Carvalho também veio a atender mais tarde ao encanamento do Vouga, de Sarrazola até à entrada da ria, no princípio da Cale do Espinheiro.

E que na carta n.º 308 se prevê o prolongamento deste encanamento, que acaba por bifurcar-se, atingindo um ramo o lugar de «Froços» e outro o lugar da «Tabueira». No entanto não há qualquer referência a este prolongamento, como veremos, no relatório dos dois engenheiros portugueses.

O conteúdo da cartela N.º 6 da carta que estamos descrevendo não faz parte da carta n.º 308. O seu título é

> «Configuraçoens dos sítios mais notaveis que embaraçaõ a navegação do Rio Vouga, os quais vão notados com os seus próprios nomes: tiradas em 14 de Julho de 1778».

Esta cartela está subdividida por sua vez em seis partes configurando-se nelas respectivamente os sítios «de S. Pedro de Sul, da vila de Banhos, da Fóz, das Pedras dos Cubos, de Cunhedo e do Buraquinho».

Referindo que a carta n.º 308 tem maior número de topónimos, como é natural, atendendo à sua escala, e que divergem também nas convenções gráficas utilizadas nas marinhas em fabrico e velhas, etc., teremos marcado a diferença entre uma e outra, de modo mais ou menos completo.

bibRIA

*

Conhecido o conteúdo cartográfico em causa, estamos agora aptos a acompanhar o «Suplemento annexo [1] referido em ambas as cartas.

A *Primeira Parte* dele compõe-se de sete capítulos. Nela se descreve o estado da barra na altura, as mudanças que sofreu e os seus defeitos; opina-se sobre a melhor situação a dar à barra e discriminam-se as razões de tal escolha; descrevem-se as operações a efectuar para a realização da abertura da barra; e finalmente trata-se das causas da ruína do Vouga e do encanamento das suas águas pela Cale do Espinheiro.

Este relatório, pelo inegável interesse monográfico, pas-

---

(1) *Arquivo Histórico Militar* (Arquivo Militar de Lisboa, Caixa n.º 116).

samo-lo a transcrever, o que torna ociosas quaisquer outras palavras:

> «Suplemento do Mappa Topografico da Barra, e Rios da Cidade de Aveiro, o qual explica as observaçoens que fizemos arrespeito da dita Barra, e Rios, e o Projecto para a nova Barra, e navegação do Rio Vouga.
>
> Primeira Parte
>
> Sobre a Barra, e Rios da Cidade.

He a cidade de Aveiro situada em hum plano baixo, perto do principio do Rio Vouga, cujas agoas no tempo de Inverno por muitas vezes innundão parte della: tem sido terra de Negocio à proporção que a Barra facilitava, ou dificultava a sua entrada, e hoje está em huma quasi total decadencia; pois das Marinhas, que hé hum dos mayores effeitos desta terra, está a mayor parte arruinada, as Ilhas incultas, e muitos campos perdidos: tudo occazionado pelo que vamos a dizer no seguinte.

biblRIA

Capitulo 1.º

Do prezente estado da Barra, e mudanças, que tem feito.

A Barra se acha prezentemente situada a tres legoas e meya distante da Cidade, para a parte do Sul, cuja situação as agoas vão continuamente mudando, levando-as mais para o Sul, para onde ja esteve a legoa e meya mais perto da Lagoa de Mira, de que se-exprimentou huma continua innundação não só nas Marinhas, e Terras, como tambem na mayor parte da Cidade: por cuja cauza se abrio a que existe, que ja tem corrido para o Sul tres oitavos de legoa, formando muitas cabeças de Arêa, e diferente correntes, que a fazem impraticavel.

Cap. 2.º

Deffeitos da Barra pela sua má situação

Por cauza da dita abertura ficou a Cidade mais livre de innundaçoens, mas não de todo, nem os Campos com bastante escoante, e as mesmas Marinhas com falta de Agoas salgadas

para o seu ministerio; tudo pela muita distancia em que ainda está.

Cap. 3.º

Qual seja a milhor situação para a Barra.

Como temos mostrado que a Barra se acha mal situada, longe, e impraticavel pelas muitas cabeças de Arêa, cauzadas pelas refflexoens das diferentes correntes das Agoas; temos achado, que seria milhor abrir huma nova Barra no sitio chamado os Baxos dos Zandueiros, logo abaixo da Capella da Sr.ª das Arêas como no Mappa se verá notado com as letras L M.

Cap. 4.º

Rezoens porque achamos ser este o milhor sitio.

1.ª Porque sendo mais curto o caminho das Agoas, tem estas mais tempo para vazar, e encher, e sendo encanadas por hum canal direito, sem que fação reflexão alguma, alem de lhe augmentar o declive correrão para o Mar com maior rapidez em huma linha recta, cuja sahida rapida, e direita fará levar diante de si alguma Arêa, que as enxentes queirão depozitar na Barra, e aprofundará o mais que poder.

2.ª Que entrando, e sahindo mais agoa nos Rios, e Rias não succederá o ficarem ali sempre as mesmas agoas criando mau xeiro; e assim mais bem reparada a saude deste Povo.

3.ª Que aquellas Marinhas, que não trabalhavão por falta de escoante, agora se possão fabricar, e aquellas, a que não chegava a Agoa salgada, agora a tenhão por levantarem mais: e ainda que as Marinhas, que hoje trabalhão, recebão mais Agoa, não se lhes segue perjuizo algum, levantando-lhes seos donos aquelles piquenos, e fracos valados, que as cercão, que deitará a hum palmo, athé palmo e meyo mais alto, conforme a situação em que estiverem.

4.ª Porque, esgotando as Agoas, as Ilhas, que hoje se achão alagadas se-secarão com as vazantes, no qual tempo, fazendo-lhes seos donos valados, as podem reduzir a toda a qualidade de cultura, e aquellas terras que no Rio Vouga se fabricão tarde, e por consequencia a sua colheita muito contingente, esgotarão mais cedo, tendo então mais tempo para se poderem fabricar, e por consequencia milhor tempo para a sua colheita.

5.ª Ultimamente, como a Cal (que assim se chama aquella parte mais funda, que há nos Rios, ou Rias, que tem mayor correntes, cujas alturas se-verão notadas no Mappa) que vem

bibRIA

da parte da Cidade, onde os Navios fazem o seu ancoradouro, se encontra com a Cal da Gafanha, e dispedem direitas pela Capital do angulo que formão, e depois se tornão a encontrar com a outra cal de Espinheiro, (formada pelas Agoas do Vouga) e tornando a partir direitas logo mais abaixo se encontrão ultimamente com a Cal, que corre paralellamente às Areas, e tornão a partir direitas àquella parte, em que se vê notado o projecto da nova Barra: he este lugar aonde todas as Agoas juntas dão a sua primeira pancada, cuja força se pode augmentar, augmentando as Agoas pela Cal de Espinheiro, como se verá no projecto HI, pelo qual as Agoas do Vouga se encaminhão em linha recta à dita Cal, seguindo-se alem disso muitos beneficios aos campos como em seu lugar diremos, e correndo as Agoas nesta direcção, fas que pela nova Barra possão entrar; e sahir as embarcaçoens com os Ventos Nortes, que nesta terra são mui frequentes.

Cap. 5.º

Da construcção do projecto

bibRIA

Tem este sitio do projecto para a parte do Nascente huma grande distancia de Lodo, que só está coberta, por 5, 6 e 7 palmos de Agoa athé à Cal, na qual se devem meter humas estacadas com faxina, e pedra, em forma de redente, a fazer apertar, e encaminhar as Agoas, segurando-lhes invariavel a sua direcção, o que neste sitio se pode fazer com toda a segurança, formando humas por detras das outras, até que a experiencia das mesmas Agoas mostrem que estão seguras.

Na parte em que se-hade fazer o corte para a nova Barra se construira huma bem grossa estacada da parte do Sul hum pouco mais recolhida que a primeira asima dita, pondo humas fiadas por detras das outras, travando-se estas, tanto pelo comprimento, como pela largura, com madeiras, ficando nos intervalos pedra, que para isso se-deve cortar de sorte que fação união entre si, e depois da primeira fiada outro gradamento, e outra fiada de pedra athé ficar na altura sufficiente, e depois de ter o Már levado as Arêas ao pé desta estacada, a qual se-deve principiar na linha do Baixamar, se-hade esta obra ir baixando por si mesma, e então dessima della se irão tornando a pôr outras estacadas mayores a perfilar as primeiras, tudo travado com os gradamentos, que servem de segurar as pedras, que por entre ellas se devem pôr, ficando por fim hum corpo forte, e unida a esta estacada deve voltar nas extremidades para dentro das Arêas, como se ve notado no Mappa, para que o Már não escave pela parte detrás.

Da parte do Norte do projecto não se deve fazer obra alguma sem que primeiro as Agoas das xeyas mostrem a preciza largura que deve ter este canal.

Na Cal, que está entre a primeira, e segunda estacada, se devem pôr humas fiadas de estacas, e por dentro deve-se lançar pedra a monte para o fundo da Cal.

E para que as Agoas, que vem pelo Rio da parte da Barra que existe, não prejudiquem o novo canal se-devem encaminhar por detrás do Forte Novo, por aquella parte chamada a Mó do Meyo, como se-verá no Mappa notado com as letras N O, e a Agoa encanada por ali se virá meter direita ao novo canal; e ja por aquelle mesmo sitio os barqueiros se servem de Inverno.

Todas estas estacadas devem ser de Pinheiros verdes, de que esta terra hé abundante, e com bom transporte. Há duas qualidades de pedra, a milhor a huma legoa à borda da Agoa, e a mais inferior a há em mayor abundancia, a quatro legoas, tambem à borda d'Agoa.

Esta obra como he feita em Arêa, que por isso pode ter alguma mudança, que com a experiencia das Agoas se-podem ir facilmente remediando, se fás incalculavel, pois não há pontos fixos em que se fundar o dito calculo; porem o dinheiro que o Povo tem achamos ser ja de sobejo para fazer a dita obra.

BIBRIA

Cap. 6.º

Do encanamento das Agoas do Vouga
pela Cal de Espinheiro

O Rio Vouga, e outros em que se divide notados no Mappa com as letras F, F, F. estão muito entulhados de Arêas, que não será possivel tirá-las, e correndo as Agoas para onde não tem expedição se alagão os Campos por muito tempo; e como só para a parte da Barra he que fazem o seu escoante, por consequencia procurarão aquella parte, que lhe hé mais proxima, que he pela Cal de Espinheiro, e só por ella, fazendo-se um novo canal como no Mappa se-vê projectado, notado com as letras H I, o qual principia em huma volta do Rio Vouga, aonde está continuamente deitando Agoa, por ser o campo para aquella parte mais baixo, de sorte que muito pôco se lavra por todo aquele sitio, como tambem para baixo, e indo este canal em linha recta à Cal de Espinheiro segue-se, que encana milhor as Agoas para o novo projecto da Barra, como ja dicemos, e fás todos os Campos para a parte de S. Martinho, e Estarreja, e metade dos de Angeja mais temporoens.

Cap. 7.º

Cauza da ruina do Vouga.

A cauza da ruina do Vouga he as muitas Arêas que trazem as Xêas que lhe vão continuamente alteando o leito, sem que possão lançar-lhas fora pelas grandes voltas, que o Rio fás; augmentando esta ruina as pedreiras de pedra vermelha ao pé de Eixo, que há muitos annos os cabouqueiros, que nellas trabalhão estão continuamente lançando no Rio a terra, e carrego que dellas tirão.

Cap. 8.º

Perjuizos que causa a ruina do Vouga

Que a mayor parte do campo que pertence à Caza de Bragança em a Villa de Eixo está alagada, sem ser capás de se cultivar por se-ter levantado o leito do Rio, de sorte que todos os annos os moradores de Eixo gastão muito, e trabalhão em segurar com arvoredos (notados no Mappa com as letras D, D) para que o Rio não mude por elle a sua corrente, o que por mais alguns annos, não se-vedando os ditos entulhos, virá a faze-lo: e quando o dito campo escôa no mesmo Rio, a huma legoa mais abaixo as mesmas Arêas o embaraça.

Em fim observamos que ainda as mesmas Arêas, e entulhos cauzão mais perjuizos; pois fás reprezar as Agoas do Vouga, ou lhes não dá lugar a ter tanto declive de sorte que logo mais para sima na entrada do Campo, e Rio que vem de Agueda, em cujo sitio está a Ponte de Almiar cahida (notada no Mappa com A B) correm as Agoas nas Xêas com muita violencia pelo dito campo, e Rio asima, e o entulha de sorte que a Ponte está muito baixa, e as Xêas lhe quebrão as cortinas, e lhe tem feito muitos rombos, depois de lhe ter deitado os arcos abaixo; e tem de comprido esta Ponte 3000 Palmos, e nem toda he de arcos.

Aveiro 4 de Abril de 1778

Izidoro Paulo Pereira
Capp.m Engen.ro

Manoel de Souza Ramos»
Ajud.te Engr.º

*

Reparemos que se afirma que a barra aberta por João de Sousa Ribeiro já se tinha deslocado para o Sul três oitavos de légua, formando muitas cabeças de areia e diferentes correntes que a tornavam impraticável.

biblRIA

Que se aconselhava a não efectuar qualquer obra da parte do norte da barra a abrir, até que as águas das cheias mostrassem a largura aconselhável.

Não se apresentava qualquer orçamento, pelas dificuldades inerentes à experiência de tais obras, mas considerava-se que o dinheiro já arrecadado no Cofre para a abertura da barra era suficiente.

Fica assim provado que o projecto se tem de atribuir aos engenheiros portugueses Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos e não ao engenheiro inglês Guilherme Elsden.

Nesta *Primeira Parte* do seu relatório, Paulo Pereira e Sousa Ramos, não se referiam concretamente à possibilidade da barra existente vir a servir os interesses em causa, desde que se procedesse nela a trabalhos de fixação.

Guilherme Elsden, em face de tal exposição, deverá ter provocado a *Segunda Parte* dele, datada de 30 de Maio de 1778, e para a qual os seus autores se seguraram com observações maregráficas alcançadas no dia 27 do mesmo mês e ano. Seguem-se por isso agora a sua Resposta e as observações que a acompanham:

bibRIA

«Segunda Parte

Resposta sobre o poder, ou não servir a Barra existente

A Barra existente he impraticavel, como já dicémos no Suplemento do Mappa Topografico, Cap. 1.º, e 2.º, e alem disso se-vê no mesmo Mappa, que desde o sitio do projecto, que apontamos abaixo da Capella de N.ª Sr.ª das Arêas, athé à dita Barra, corre o Rio por varias reflexoens, que nunca se-remediarão, cuja propriedade he comerem sempre as Arêas na quella parte aonde refletem, e depozitarem-as dentro do angulo da reflexão, o qual obstaculo não teremos no novo projecto pois na quelle sitio he aonde as Agoas dão a sua primeira pancada, e aberto o canal na direcção das ditas Agoas não haverá motivos para refletirem.

Demais o Rio que vem da parte da Lagoa de Mira que como não tem Agoa do monte vaza, e enche mais cedo, tendo iguais oras de vazante, como de enchente, fás, que vindo as Agoas do Rio da parte da Cidade e mais lagoas, cuja vazante he de 7 horas, e meya, e enxente de 4, e 52 minutos (como se ve pela observação ap 6 feita a 27 de Mayo do prezente anno, a qual difére a proporção das Agoas do monte) formem em huma mesma maré diferentes correntes, que fás certo não poderem com a força do Mar, e as Arêas baldeando-se de hum para outro lado não se extinguem, antes se-multiplicão, e espalhão formando cabeças, o que não sucederá no novo pro-

jecto, entrando as Agoas todas juntas de Rios, e lagoas em linha recta.

No corte da Terra, e perfil das Agoas notados no Mappa com o N.º 3, e N.º 4 se vê a falta de declive, que tem o Rio para o Mar, que corresponde somente de Nivel com a linha da meya maré notada no dito perfil: no sitio do projecto, o pezo das Agoas da grande lagoa correrá para o Már na distancia menor de meya legoa com a mesma altura que corre para a prezente Barra na distancia de duas legoas, por cuja cauza considerando as Agoas da Costa de Nivel na distancia de duas legoas virá a ser mais de quatro vezes mayor o declive das ditas Agoas no mesmo sitio projectado, e por consequencia muito mais augmentada a potencia dellas, e por isso mais longe perderão a dita potencia.

Enfim a Barra no sitio em que existe ficará com os defeitos que dicémos no Cap. 2 do Suplemento do Mappa, e assim as marinhas, que tem falta de Agoas salgadas, ficarão sem ellas; e as que não trabalhão por falta de escoante, nunca o terão; as Ilhas e Terras de Pão ficarão igualmente alagadas, e as Agoas estagnadas se conservarão da mesma forma, e quasi tudo ficará no mesmo estado, os quais defeitos nos parece mais bem remediados no sitio projectado, como dicémos no sobredito suplemento em todo o Cap. 4: ainda que este sitio he laboriozo.

Isto he que nos parece pelo que temos observado, ficando para executarmos as ordens que nos determinarem.

biblRIA

Aveiro 30 de Mayo de 1778

Izidoro Paulo Pereira
Capp.m Engen.ro

Manoel de Souza Ramos»
Ajud.te Engr.o

*

«Observação que fizemos em o dia 27 de Mayo de 1778 nas enchentes, e vazantes das Agoas na Barra existente.

Principiou a subir a maré na Costa às 10 horas
Nas cabeças fora da Barra às... ... ... 10 hor. e 45 min.s
Na ponta da Arêa da parte do Norte às 11 hor. e 30 min.s
Esteve sem levantar nem baixar na dita ponta 45 min.s antes das 11 e ½, e da parte do Sul enchendo para o Rio morto, que vem da parte da Lagoa de Mira, que enche, e vaza mais cedo.
Depois de ter levantado na dita ponta 5 palmos e ¾, em

que gastou 2 horas, e 50 min.ˢ deixou de correr para fora, que foi pela 1 hor. e 35 min.ˢ
Continuou a encher pela tarde athé às 4 hor. e 15 min.ˢ Depois foi baixando, e não deixando de entrar pelo que se pode contar 7 hor., e meia de vazante, e 4 e 52 min.ˢ de enxente.
E à proporção que as Agoas de monte enxem, assim vaza mais, ou menos, fazendo a figura que abaixo se mostra. No sitio do Forte novo a duas legoas asima da Barra principiou a enxer pelos 20 min.ˢ da tarde, que fes diferença da Costa 2 hor. e 20 min.ˢ: da Barra no lugar da ponta da Arêa da parte do Norte asima dita 50 min.ˢ que juntos com a semi-diferença do tempo que esteve parada fás 1 hor., 27 min.ˢ e 30 segd.ᵒˢ»

bibRIA

Sobre esta alternativa de fixar a barra existente ou de abrir uma barra nova no local mais conveniente, Aveiro toma também partido através da sua Câmara, pois segundo nos conta Francisco Ferreira Neves, em *Breve História da Barra de Aveiro*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. I, 1935, pág. 227 «a Câmara em 17 de Outubro de 1778, juntamente com a Nobreza e o Povo resolveu encarregar o cidadão José Leandro da Costa Monteiro Rangel de Quadros de ir à Corte solicitar a graça da abertura da barra e êste ter aceitado o encargo».
Diz-nos ainda Francisco Ferreira Neves:

«De como a barra estava má, informa o têrmo da vereação de 7 de Novembro do ano supra, pois nele se lê que a barra só tinha dois pilotos nomeados pelo contratador da Massa, Jorge Way, com consentimento da Câmara, mas que eram poucos e por isso tinha havido naufrágios na foz e no canal da barra, e encostando algumas embarcações era preciso expô-las à descarga à distância de três léguas da cidade de Aveiro, e havia prejuízo para a Real Fazenda por descaminho de direitos.»

Por esta altura, Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos averiguavam a possibilidade de navegabilidade do rio Vouga, desde S. Pedro de Sul até Aveiro.

*

Depois das suas excursões indagadoras, eles apresentaram a *Terceira Parte* do seu relatório, e que é a seguinte:

«Terceira Parte

Sobre o poder ser navegavel o Rio Vouga athé S. Pedro do Sul.

Revista Geral que fizemos no Rio Vouga para o fim de vermos se poderia ser navegavel o dito Rio desde S. Pedro do Sul athé Aveiro.

Corre o Rio Vouga perto da villa de S. Pedro do Sul aonde se ajunta com o Rio Sul (como se vê no Mappa N.º 6. configuraçoens dos Sitios &ª, Sitio N.º 1) e vem correndo por entre montes athé o Lugar de Pecegueiro distante de S. Pedro do Sul sinco legoas; e por todo este sitio, como tambem athé Aveiro há terras fertilissimas, principalmente em Milhos, Vinhos, e Linhos, cujos effeitos superabundão aos Povos que nellas vivem, que são bastantes, pois a cada quarto de Legoa, e menos, há huma Povoação, e huma grande parte dellas são villas, e terras grandes, por cuja cauza seria muito util a dita navegação, e todo aquelle Povo se-intereça muito nella, a qual se poderá fazer tirando-se alguns embaraços de pedras grandes e muita quantidade della miuda, que há pelo leito do dito Rio, varios Assudes de Pesqueiras de particulares, e alguns moinhos que só trabalhão no Verão e poderá durar a navegação geral por espaço de oito athé nove mezes no anno, (tempo sufficiente para os transportes dos effeitos de parte a parte) e no resto do anno não se poderá navegar por falta de Agoa, senão particularmente de huns para outros sitios.

Sitios que embaração a navegação

1.º Na dita Villa de S. Pedro do Sul não há embaraço algum, senão os Assudes de alguns moinhos, que todos os Veroens se fazem; porque as Xêas do Inverno os tem arruinado, os quais desmanchando-se totalmente ficará o Rio por ali dezembaraçado; e da falta destes moinhos não pode o Publico receber dano algum; pois elles se-podem fazer ao pé

biblRIA

das immensas Agoas nativas, que há pelos montes, sem que estas deixem de regar aquellas terras, que costumão regar.

2.º Mais abaixo poco mais de meya legoa está a Villa de Banhos situada de huma e outra parte do Rio (ditas configuraçoens, situação N.º 2) communicando-se por huma excelente Ponte, a qual tem um arco bem capás de passarem barcos sem o menor embaraço. Neste lugar há humas fragas, mas só a ponta de huma embaraça a navegação; e para a dezembaraçar se-deve cortar a fogo, em pedaços capazes de se poderem facilmente mover para qualquer parte.

3.º Mais abaixo hum quarto de legoa está o sitio chamado a Fós (ditas config.ª, situação N.º 3) ali corre o Rio por entre duas fragas, no fim das quais estão duas pedras grandes, que embaraçarão o leito do Rio, do que ficará livre, quebrando-se as ditas pedras no modo a sima dito.

4.º Logo mais abaixo outro quarto de legoa estão humas pedras chamadas os Cubos (ditas config.ª Sitio N.º 4) as quais com facilidade se podem quebrar, e ficar dezembaçado o leito do Rio.

bibRIA

5.º Mais abaixo perto de meya legoa está o sitio chamado o Cunhedo (ditas config.ª Sitio N.º 5) e fica por baixo de S. Christovão de Lafoens, junto do qual corre o Rio Varozo que vai a unir-se com o Vouga: este sitio he a pêor passage, que tem o Vouga;; porque corre por entre duas montanhas fragozissimas, fazendo dois cotovelos os quais apertão de tal sorte o Rio, que junto com muitas pedras que estão pelo leito, e tudo na distancia de quasi cem braças, fás hum formidavel ruido: esta passage se pode remediar cortando as pedras; que há pelo meyo do Rio, e lados das montanhas; e dezembaraçando-se totalmente aquelle passo correrão as Agoas mais socegadas; e como he o sitio mais laboriozo necessariamente será de mayor despeza.

6.º Mais abaixo pôco mais de meya legoa está o sitio chamado o Buraquinho (d.as config.ª Sitio N.º 6) ao pé do lugar de Segens, no qual sitio há duas pedras muito grandes, e outras muitas piquenas espalhadas pelo leito do Rio, que fazem apertar muito as Agoas, as quais pedras sendo quebradas a fogo, reduzindo-as todas a huma grandeza tal, que com facilidade se movão, ficará facilmente dezembaraçado aquelle passo.

7.º Daqui para baixo em distancia de duas legoas e meya athé o Lugar de Pecegueiro não tem o Rio mais embaraços que os Assudes de Pesqueiras de alguns particulares, que fazem

todos os Veroens, as quais com facilidade se desmanchão por serem feitos de pedra solta, e miuda, de tal forma que a mesma Agoa das Xêas todos os annos as desmanchão, assim como os moinhos; e prohibindo-se totalmente as ditas Pesqueiras ficará tambem dezembaraçada por esta parte a navegação.

De Pecegueiro athé Aveiro ja o Rio he navegavel por aquelle tempo de oito ou nove mezes; e o seria todo o anno se a immensidade de Arêas lho não impedira, espalhando-se por ella as Agoas, formando muitas e diversas correntes, e dividindo-se assim a Agoa segue-se que nenhuma das ditas correntes tem Agoa sufficiente para levantar hum barco carregado, e isto succede principalmente no sitio, aonde está a Ponte de Almiar, cuja ruina lhe tem cauzado as ditas Arêas, as quais ainda chegão a perjudicar os mesmos campos; como já dicemos no Suplemento do Mappa da Barra no Cap. 8.

Estes são os embaraços que necessitão desfeitos para a navegação do Rio Vouga, cuja obra não he mais que quebrar pedras, e transporta-las para onde as Xêas as não tornem a mover como para as anciadas, &ª, o que se pode fazer em jangadas, que para isso se devem construir comodas, e a mayor parte das pedras miudas as mesmas Xêas a arrumarão, arrastando-as para a parte mais baixa.

Enfim achamos que he obra, ainda que laborioza por ser por sitios escabrozos e intranzitaveis, que ha-de ter felis exito e fará a felicidade daquelle Povo, que tanto a dezeja.

Quasi toda esta obra he feita na Commarca de Vizeu, que tira della huma grande utilidade, pelo que parece que deve esta tambem contribuir para a dita obra. Novembro de 1778.

Izidoro Paulo Pereira
Capp.m Engen.ro

Manoel de Sousa Ramos»
Ajud.te Engr.º

biblRIA

E assim ficam completamente explicadas as cartas n.os 308 e 309 de que tratámos e que se encontram arquivadas na *Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral.*

Das tarefas de que tinham sido encarregados faltava agora, a Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos, examinar as obras em Aveiro que eram exigidas para o Cais, Aqueduto da Fonte da Praça, Paços do Concelho e Cadeia Pública, para as quais teriam de apresentar planta e orçamento.

Mas, para tanto já não tiveram tempo, pois que, sendo chamados à presença do Marquês de Angeja, para, na presença do ten.-coronel Guilherme Elsden, se discutirem as conclusões dos seus relatórios, foram surpreendidos pela morte do engenheiro inglês, que entretanto tinha adoecido gravemente e já não chegou a assistir à conferência.

4 — *Recorre-se ao Hidráulico Italiano Giovanni Iseppi. Ressurge a Alternativa: Abertura de Nova Barra ou Fixação da Existente?*

Aprovados os Projectos de Iseppi para Tornar Permanente a Barra. A Mais Antiga Planta de Aveiro. Um Engenheiro Português Contra Iseppi. Dispensam-se os Serviços do Hidráulico Italiano.

O contratempo da morte de Guilherme Elsden provocou um certo impasse, ao fim do qual resolveu o Governo contratar para superintender em tudo, o hidráulico italiano GIOVANNI ISEPPI. Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos acompanhá-lo-iam como seus assistentes e colaboradores; conhecedores que já eram dos problemas, dar-lhe-iam todo o apoio necessário, para que Iseppi, por sua vez pudesse dar a sua própria opinião sobre a questão da barra, etc.

Só no princípio do ano de 1780 é que Giovanni Iseppi acompanhado do filho, de outros italianos e de Isidoro Paulo Pereira e Manuel da Sousa Ramos, chegou a Aveiro.

É curiosíssima a notícia que dá superiormente, com data de 19 de Março deste ano, sobre as suas impressões colhidas no primeiro contacto com os problemas da barra e da ria.

Que a barra estava distante da cidade, cerca de 3 léguas, e que antes do ano de 1758 se situava duas léguas mais abaixo, isto é, para o Sul, mas tão entupida, que se procedeu à abertura da que existia. Esta, na altura, tinha pelo menos 16 palmos de profundidade, na maré baixa, pois que ele próprio observou no dia 16 de Fevereiro o trânsito de um navio dinamarquês, o que provava a profundidade referida e a capacidade do porto.

Em Aveiro havia o convencimento de que se tornava necessário abrir uma nova barra, em frente da cidade, para que o comércio se animasse e diminuísse a poluição dos ares.

Além de se afigurar difícil de realização, um projecto desta natureza tinha uma grande dose de incerteza.

A barra presentemente era profunda não só para os barcos de pesca que via, mas podia também melhorar-se. Estar a três léguas da cidade era uma vantagem, pois se fosse mais próxima, a água do mar, na enchente, prejudicaria as terras cultivadas, que eram seguras e férteis.

O defeito vinha não da situação da barra nem da falta de profundidade, mas da rede de canais, dos esteiros, que se encontravam assoreados, de tal modo que o nível da maioria das salinas era mais baixo que o fundo deles. Havia, portanto, que aprofundar estes, tanto mais que na memória das gentes da região, não havia lembrança disso alguma vez se ter feito. Citava-se, no entanto, o facto de tal se ter praticado uma vez

no canal dito da cidade, mas não completamente, pois que não se sabia escavar sob a água.

Quanto à conservação da barra existente, afirmava que era possível fixá-la no mesmo local, desde que se lançasse mão de obras de fortificação, à custa de pedras e de estacas.

Para que não se deixe de apreciar o verdadeiro sabor de tal relatório de Giovanni Iseppi, podemos lê-lo na sua própria língua através da obra de Adolfo Loureiro, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. II, Lisboa, 1904, págs. 18 e 19.

Iseppi era portanto partidário da fixação da barra existente, e francamente duvidava do êxito da abertura de uma nova. Na verdade, como veremos apresentou um plano para se alcançar esse objectivo.

A 8 de Maio de 1780 a Câmara de Aveiro pede que se proceda à limpeza das águas estagnadas nos sítios do Cais, Esteiro da Ribeira e Côjo.

Por esta data os engenheiros Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos andavam ocupados com o levantamento da barra, para lhe avaliarem concretamente a situação e profundidade.

E a 31 do mesmo mês de Maio apresentaram o

> *«Mappa Topografico / Da Barra da Cid.e de Aveiro de todo o Rio Morto athé o Posso / aonde estava a Barra quando João de Souza a abrio no anno de 1757, tudo conforme se achava no dia 31 de Maio de 1780 / / Tirado debaixo das Ordens da Secretaria de Estado / Pellos Officiais Engen.os / Sarg.to Mór Izidoro Paulo Pereira / Ajud.e Manoel de Sousa Ramos.»*

biblRIA

Na cronologia do estado evolutivo da barra de Aveiro e dos projectos de engenharia apresentados para a resolução do seu problema, é esta carta um elemento identificativo de importância e valor.

Trata-se de um manuscrito colorido com as dimensões de 913 × 306 mm., que se guarda na *Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*, sob o n.º 313 do seu catálogo de cartas antigas (Fig. 3).

Apresenta uma escala gráfica de 1000 braças = 114 mm.

O título ocorre no verso da carta, bem como uma «Nota» que relaciona alfabeticamente algumas informações dadas por ela, e que passamos a transcrever:

«Nota

A — Mapa particular que mostra a mudança q.' fes a Barra desde 28 de 9.bro de 1777, dia em que se principiou a

tirar o Mappa g.l da Barra, e Rios da d.ª Cid.e athé o d.o dia 31 de Maio.
Os Pontinhos vermelhos mostrão a figura em que se achava a Barra no sobred.o dia 28 de Novembro.

B — Lugar em q.' João de Souza abrio a Barra no anno de 1757 q.do a Cid.e se achava m.to innundada com as agoas das Xeias pois não tinhão expedição pela Barra por lhe ficar m.to distante.

C — Pelas margens do Rio e Costa mostra o espasso que occupa a diferença das agoas do Preamar ao Baixamar.

D — Cabeça de Arêa que o Baixamar descobre na Barra.

E E — Lugar onde estava a Barra quando se abrio em B.
Os pontinhos pretos mostrão a direcção do Canal cujos numeros pretos mostrão os palmos de altura q.' a agoa tem no Baixamar, e os vermelhos os palmos que levanta sobre o Baixamar.»

bibRIA

Este mapa representa o canal de acesso à barra desde o «Cazal do Luis», o «Rio Morto» e o Canal de Mira, figurando-se ainda o «Poço» no «Sitio da Barra Velha».

E além de nos fornecer a posição relativa da barra existente e sua profundidade, e do sítio em que João de Sousa Ribeiro a abriu e do local em que ela se encontrava quando se procedeu a esta abertura, informa-nos ainda do conteúdo do projecto de Giovanni Iseppi para sua fixação, pois que ele está representado em planta, a vermelho. A confirmação é-nos dada pela locução

«O Projecto de Iseppi»

escrito a tinta no verso da carta e a um canto.

Verificamos que constava dum redente triangular com base no terreno do Forte Velho e cujo vértice distaria 400 braças deste. Os lados teriam quase 100 braças; e de um dique ou molhe unindo a Costa de Mira com a cabeça de areia existente no meio do canal, de modo a fechar o acesso das águas ao *Rio Morto*.

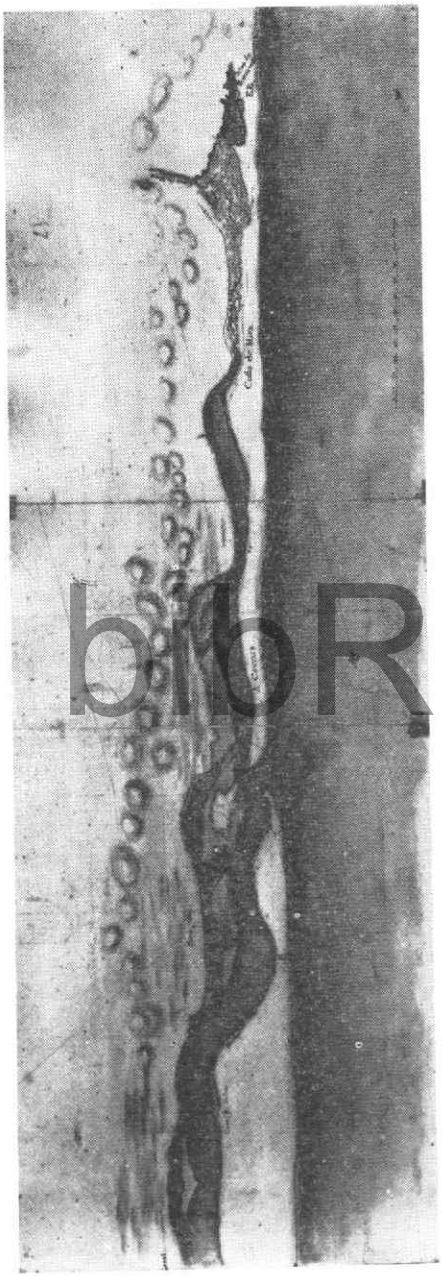


Fig. 3 — Mapa Topográfico da Barra da Cidade de Aveiro em 31 de Maio de 1780, da autoria de Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos

(Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral n.º 313)

bibRIA

Deste projecto, infelizmente, parece não ter ficado qualquer memória escrita de seu autor, além do que já transcrevemos. Mas ele foi aprovado como no-lo confirmam documentos que referiremos.

Através das cartas n.os 308, 309 e 313 ficamos portanto assegurados da posição e do estado da barra, em 28 de Novembro de 1777, 10 de Fevereiro de 1778, Novembro de 1778 e 31 de Maio de 1780.

(Continua)

HUMBERTO GABRIEL MENDES

bibRIA

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado da pág. 160)

M

379 **Manuel Ribeiro da Fonseca** — escrivão dos órfãos; natural e morador em Évora; filho de Amaro Ribeiro, natural da freg. de S. Miguel de Queirã, Vouzela, e de Brites Gomes, natural de Évora, e aí moradores; neto paterno de Estêvão Ribeiro, natural de Queirã, e de Maria Marques, natural da freg. de S.ta Eulália do Couto de Baixo, Viseu, e materno de Matheus Gomes, natural de Montemor-o-Novo, e de Maria Antunes, natural de Évora, e aí moradores; irmão de Brás Ribeiro da Fonseca, solicitador da Inquisição de Évora; ajustado para casar, em 1719, com *Maria da Maia, natural da Mata, freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia*, filha de *Filipe Rodrigues Maia* e de *Maria Antónia, naturais e moradores na Mata*, neta paterna de *Manuel Rodrigues da Maia* e de *Isabel Mendes*, naturais da freg. de S.ta Justa de Coimbra, *moradores na Mata*, e materna de *António Vaz, o «Pego», natural de Alpalhão, freg. de Tamengos*, e de *Ana Antónia, natural da Mata, e aí moradores*.

Carta de Familiar de 17 de Dezembro de 1710.

Manuel — m. 74, n.º 1446

380 **Manuel Rodrigues Gomes** — ourives da prata com loja no largo da Alfândega em Lisboa; natural da freg. de S.ta Iria de Santarém e morador no beco do Mexia, freg. de S. Miguel de Alfama; filho de Faustino Ribeiro, oficial de alfaiate, engeitado na roda da Misericórdia do Porto e criado em casa de *João Tavares* e de *Teodósia Ribeira*,

naturais e moradores em Passais, freg. de S.ta Maria de Fiães, Feira, que o haviam ido buscar ao Porto, e de Maria de S. José, natural da freg. de S.ta Cruz de Santarém, e aí moradores; neto materno de António Gomes Beirão, trabalhador, filho de Pedro Mateus e de Maria Gomes, da freg. de S. João Degolado de Terrugem, termo de Sintra, e de Maria Correia, filha de Manuel Correia e de Domingas Lopes, de Santarém, freg. de S.ta Cruz; casado com Antónia Xavier, natural de Lisboa, freg. de S. Miguel de Alfama, filha de Francisco Xavier de Lacerda, natural da freg. de Marvila de Santarém, e de Arcângela Cardosa, natural da freg. do Salvador de Lisboa, moradores na mesma cidade, neta paterna de Manuel Rodrigues Santarém, filho de Luís Lopes e de Domingas Rodrigues, e de Teodósia da Silva, esta natural da freg. de Marvila e os restantes da de S.ta Cruz, e materna de André Lopes, filho de Manuel Lopes e de Maria Dias, e de Isabel Cardosa, filha de Domingos Cardoso e de Maria da Cruz, todos de Lisboa, respectivamente das fregs. de S.to Estêvão de Alfama e de S. Miguel de Alfama.

Carta de Familiar de 12 de Fevereiro de 1765.

Manuel — m. 199, n.º 1108

bibRIA

381 **Manuel Ribeiro Leitão** — capitão de infantaria na *freg. de S.to António de Avelãs do Caminho* (1), *Anadia; natural da freg. de S. Miguel de Oliveira do Bairro e morador em Aveiro na freg. de N.ª Sr.ª da Apresentação;* filho de *Pedro de Oliveira* e de *Ângela Leitoa, moradores em Oliveira do Bairro;* neto paterno de *Pedro Gonçalves* e de *Maria Jorge,* igualmente *moradores em Oliveira do Bairro,* e materno de *António Leitão* e de *Catarina Martins, moradores em Avelãs de Caminho;* casado com *Maria Miguéis, natural de Aveiro, freg. de N.ª Sr.ª da Apresentação,* filha de *João de Torres* e de *Maria Miguéis, moradores na mesma freguesia de Aveiro,* neta paterna de Pedro Afonso e de Catarina Vaz, naturais de Torres Novas, freg. de S. Pedro, e materna de *Domingos Rodrigues* e de *Filipa Miguéis, naturais e moradores em Aveiro, freg. de N.ª Sr.ª da Apresentação.*

Carta de Familiar de 3 de Julho de 1645.

Manuel — m. 7, n.º 218

---

(1) Então localidade pertencente à *freg. de S. Vicente de Sangalhos.*

382 **Manuel Ribeiro de Pinho** — homem de negócio para o Maranhão e Pará; *natural da freg. de S.to André de Esgueira, Aveiro*, e morador em Lisboa no beco da Mesurada, à rua dos Espingardeiros, freg. de S. Nicolau; filho de *André Ribeiro*, pescador, e de *Josefa de Pinho, naturais e moradores em Esgueira;* neto paterno de *Manuel André Ribeiro*, pescador e *vereador da Câmara de Esgueira*, e de *Simoa dos Santos*, e materno de *João Martins*, também pescador, e de *Andreza Nunes, todos naturais e moradores em Esgueira.*

Carta de Familiar de 23 de Julho de 1753.

Manuel — m. 155, n.º 1599

383 **Manuel da Rocha Ferreira** — mercador; *natural da freg. de S. Pedro de Aradas, Aveiro*, e morador em Lamego; filho de *André da Rocha*, lavrador, e de *Mariana Ferreira, naturais da Quinta do Picado, Aradas, e aí moradores;* neto paterno de *Pedro da Rocha* e de *Isabel Francisca*, e materno de *Manuel Nunes* e de *Antónia Ferreira, todos* lavradores e *naturais e moradores na citada quinta;* casado com Joana Maria, natural de Lisboa, freg. de S.ta Justa, filha de *Domingos Nunes Branco*, cozinheiro, *natural de Aradas, freg. de Aradas*, e de Antónia Coelha, natural da freg. de S. Martinho de Sintra, moradores em Lisboa na rua da Crespa, freg. de S. Julião, neta paterna de *Manuel Nunes Branco*, alvener (pedreiro), e de *Francisca Fernandes, naturais da vila de Aradas*, e materna de António Jorge e de Maria Coelha, naturais e moradores em Sintra.

Carta de Familiar de 23 de Agosto de 1755.

Manuel — m. 166, n.º 1738

384 **Manuel Rodrigues** — cirurgião; *natural de Barrô, freg. de N.ª Sr.ª da Natividade de Luso, Mealhada, e morador em Grada, freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia;* filho de *Tomé Rodrigues*, tabelião de notas, e de *Maria Fernandes, naturais e moradores em Barrô;* neto paterno de *Manuel Rodrigues, o «Velho»*, lavrador, *natural de Barrô*, e de *Maria Francisca natural de Várzeas, Luso, moradores em Barrô*, e materno de *Manuel Fernandes*, sapateiro, *natural de Vila Nova de Monsarros*, e de *Domingas João*, também *natural de Barrô, e aí moradores;* casado com *Brízida Simões, natural de Grada*, filha de *Manuel Simões Ferrugem, natural de Logra-Sol, freg. de S. Vicente de Vacariça, Mealhada*, e de *Eulália Simões, natural de Grada, e aí moradores*, neta paterna de *Antó-*

biblRA

nio Simões Ferrugem, natural de Rebolim, Ribeira de Frades (1), e de *Catarina Domingues, natural de Logra-Sol, e aí moradores,* e materno de *Inácio Simões, natural de Barrô,* e de *Eulália Simões, natural de Grada, e aí moradores.*

Carta de Familiar de 22 de Maio de 1733.

Manuel — m. 103, n.º 1911

385 **Manuel Rodrigues** — livreiro em Lisboa; *natural de Águeda, freg. de S.ta Eulália;* filho de *Paulo Rodrigues* e de *Maria Lopes, moradores em Águeda;* neto paterno de *Pero Adão* e de *Catarina Brás, moradores em Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda,* e materno de *Mateus Fernandes* e de *Maria Lopes, moradores em Águeda;* casado com Vicência Henriques, natural de Almada, filha de Bernardo Antunes e de Catarina Fernandes, moradores em Almada, neta paterna de António Luís e de Margarida Álvares, moradores na freg. de S. Julião de Lisboa, e materna de António Fernandes e de Catarina Fernandes, moradores em Almada.

Carta de Familiar de 1 de Agosto de 1645.

Manuel — m. 7, n.º 214

bibRIA

386 **Manuel Rodrigues** — mercador de livros; *natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda,* e morador em Coimbra; filho de *João Francisco* e de *Madalena Rodrigues, naturais* respectivamente *de Aguieira, Valongo, e de Arrancada;* neto paterno de *Manuel Francisco* e de *Maria Miguéis,* também *naturais de Aguieira,* e materno de *Manuel Rodrigues* e de *Maria de Almeida,* igualmente *naturais de Arrancada;* casado com Ana Lamega, filha de Miguel Martins, natural de Barreiro, e de Ana Lamega, natural de Coimbra, e aí moradores, neta paterna de João Martins e de Maria Jorge, naturais de Palheiros, termo de Sintra, e materna de João Ramos, natural de S. Miguel de Poiares, e de Maria Lamega, natural de Coimbra.

Carta de Familiar de 2 de Dezembro de 1671.

Manuel — m. 19, n.º 492

387 **Manuel Rodrigues** — mercador de panos de lã, e então *rendeiro da terça na freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Espinhel, Águeda; natural de Paradela, Espinhel;* filho de *Manuel Francisco da Eira* e de *Maria Rodrigues, naturais*

(1) Então pertencente à freg. de S. Martinho do Bispo.

e moradores em Paradela; neto paterno de *André Francisco, natural de Paradela,* e de *Isabel Rodrigues, natural de Crasto, Espinhel, e aí moradores,* e materno de *Manuel Rodrigues* também *de Paradela,* e de *Jerónima de Almeida, natural de Castanheira, freg. de S. Paio de Frossos, Albergaria-a-Velha, moradores em Paradela;* ajustado para casar, em 1695, com *Maria Simões, natural de Borralha, freg. de S.ta Eulália de Agueda,* filha de *Pedro Francisco, natural da freg. de S. Miguel de Recardães, Agueda,* e de *Maria Tomé, natural da Borralha, e aí moradores,* neta paterna de *Pedro Francisco, o «Garajal», natural de Recardães,* e de *João Simões, natural de Sardão, Recardães,* e materna de *Agostinho Tomé* e de *Catarina Antónia, naturais e moradores na Borralha.*

Carta de Familiar de Março de 1695.

Manuel — m. 42, n.º 925

388 **Manuel Rodrigues** — mercador no pátio da Capela; natural de Lisboa, freg. de S.ta Engracia, e morador em casa de seu cunhado Matias de Freitas, Familiar do S.to Ofício, casado com sua irmã Antónia da Ascensão, na freg. de S. Mamede de Lisboa; filho de Amaro Rodrigues e de Margarida da Costa, naturais e moradores em Lisboa na freg. de S.ta Engrácia; neto paterno de Pedro Fernandes Mortágua, natural de Vale de Remige, e de Ensença Antunes, natural de Lisboa, freg. de S.ta Engrácia, e materno de Francisco Pires, natural de S.ta Maria de Duas Igrejas, Prado, e de Maria da Costa, também natural da freg. de S.ta Engrácia e aí moradores; ajustado para casar, em 1695, com Maria de Jesus, moradora no beco da Lapa, freg. de S.to Estêvão de Alfama, donde era natural, filha de Manuel Nogueira e de Francisca Dias, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S.ta Engrácia e de S.to Estêvão, moradores no mesmo beco da Lapa, neta paterna de *Manuel Nogueira, natural de Pinheiro, freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha,* e de Isabel Rodrigues, natural de Lisboa, S.ta Engrácia, e materna de Luís Dias e de Sebastiana Gonçalves, igualmente naturais de Lisboa, das fregs. de S.to Estêvão de Alfama e de S.ta Engrácia, todos moradores na Corte; enviuvando, ajustado de novo para casar, em 1697, com Teresa de Jesus, natural de Lisboa, freg. de N.ª Sr.ª dos Mártires, moradora em casa de seu irmão Manuel Leitão, sevadeiro de S. Mag.de, ao Ferregial, freg. dos Mártires, filha de João Leitão e de Joana Teixeira, naturais de Lisboa, fregs. de N.ª Sr.ª da Conceição e da Trindade, e aí mora-

GLORIA

dores, neta paterna de António Leitão, natural de Carvalheira, freg. de S. Paio de Vizela, Guimarães, e de Isabel Francisca, natural de Mouriz, freg. de Santiago, termo de Montalegre, moradores em Lisboa no bairro do Marquês, ao Chiado, e materna de Bento Fernandes, natural de Arruda, e de Maria Gonçalves, natural de Lixa, freg. de S. Salvador de Vila Cova, Guimarães, moradores na rua da Boa Viagem, freg. dos Mártires de Lisboa, e irmã de Serafina Teixeira, casada com Lucas Rodrigues Palavra, pais de João Rodrigues Palavra, Familiar do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 23 de Dezembro de 1693.

Manuel — m. 38, n.º 825

389 **Manuel Rodrigues** — *ourives do ouro e mercador na vila de Aveiro, freg. de N.ª Sr.ª da Apresentação;* filho de *Domingos Rodrigues* e de *Maria Gomes, naturais de Águeda;* neto paterno de *Pero Fernandes,* criador e caçador de *Filipe de Sotomaior, prior da igreja de S.ta Eulália de Águeda,* e de *Isabel Fernandes, moradores em Águeda,* e materno de *Miguel Fernandes,* ferreiro e *meirinho de Águeda, dai natural,* e de *Maria Martins, natural de Assequins, freg. de S.ta Eulália de Águeda;* casado com *Isabel da Conceição, natural de Aveiro,* filha de *Manuel Dias* e de *Catarina Fernandes, naturais e moradores na freg. de N.ª Sr.ª da Apresentação de Aveiro,* neta paterna de *Tomé Dias* e de *Maria Francisca,* e materna de *António Fernandes* e de *Antónia Jorge, de Aveiro,* respectivamente *das fregs. do Espírito Santo e de N.ª Sr.ª da Apresentação.*

Carta de Familiar de 12 de Fevereiro de 1649.

Manuel — m. 9, n.º 282

390 **Manuel Rodrigues Alegre** — mercador; natural de Ceira, Coimbra, e morador nessa cidade; filho de Manuel Rodrigues Alegre e de Maria dos Santos, naturais e moradores em Ceira; neto paterno de Diogo Rodrigues e de Maria Dias, e materno de Miguel Francisco e de Maria Jerónima, todos igualmente naturais e moradores em Ceira; casado com *Isabel Fernandes, natural da freg. de S.ta Eulália de Aguada de Cima, Águeda,* filha de *André Fernandes* e de *Isabel Fernandes,* neta paterna de *André Fernandes, o «Manco»,* e de *Maria João,* e materna de *João Fernandes, o «Ruivo»,* e de *Maria Simões, todos* igualmente *naturais e moradores em Aguada de Cima.*

Carta de Familiar de 10 de Maio de 1701.

Manuel — m. 53, n.º 1130

391 (Lic.º) **Manuel Rodrigues Beja** — médico de partido na vila de Abrantes; natural de Castelo Branco; filho de José Rodrigues Beja, natural de Beja, e de Catarina Rodrigues, a «Bulhoa», natural de Castelo Branco, e aí moradores; neto paterno de *António Rodrigues*, filho de *Mateus Dias* e de *Maria André, naturais da Mouta, freg. de S.to António de Oliveirinha, Aveiro*, e de Maria Gonçalves, a «Longa», natural de Beja, e aí moradores, e materno de António Simão Merendela e de Catarina Fernandes, naturais e moradores em Castelo Branco; primo de António Pereira, morador em Reguengos de Monsaraz, Familiar do S.to Ofício, filho de Filipe Pereira e de Isabel Gonçalves, irmã de seu pai; viúvo de Catarina Nunes Rica, de quem tivera um filho, Manuel António, filha de Francisco Nunes Piteiros e de Maria Nunes Leitoa, todos naturais de Idanha-a-Nova.

Carta de Familiar de 22 de Abril de 1732.

Manuel — m. 103, n.º 1909

392 **Manuel Rodrigues Botelho** — *natural e morador em Sardão, freg. de S. Miguel de Recardães, Águeda;* filho de *António Barbosa* e de *Maria Ferreira, naturais e moradores em Sardão;* neto paterno de *António Barbosa* e de *Maria Teresa*, e materno de *Jorge Fernandes* e de *Maria Ferreira, todos de Sardão;* casado com *Mariana de Paiva Silveira*, natural da freg. de S. Bartolomeu de Coimbra, filha de Manuel Fernandes Silveira, natural da mesma freg. de S. Bartolomeu, e de *Maria de Paiva, natural da Mealhada, freg. de S. Vicente*, neta paterna de Baltasar Fernandes e de Ana Francisca, da mesma freg. de S. Bartolomeu de Coimbra, e materna de *João Baptista* e de *Maria de Paiva, da Mealhada.*

Carta de Familiar de 3 de Maio de 1701.

Manuel — m. 53, n.º 1135

393 **Manuel Rodrigues da Costa** — ourives; natural de Castelo Viegas e morador em Coimbra; filho de Simão João, natural de Algaça, Poiares, e de Isabel Rodrigues, natural de Castelo Viegas, e aí moradores; neto paterno de Manuel Simões e de Domingas Simões, de Algaça, e materno de Miguel Rodrigues e de Brites Manuel, de Castelo Viegas; casado com *Maria Gomes, natural de Águeda, freg. de S.ta Eulália*, filha de *Mateus Gomes, natural de Águeda*, e de *Maria Ferreira, natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda*, neta paterna de *Inácio Lopes* e de *Francisca Gomes, de Águeda*, e

JORIA

materna de *Manuel Rodrigues* e de *Maria Ferreira, de Arrancada.*

Carta de Familiar de 17 de Fevereiro de 1705.

Manuel — m. 61, n.º 1261

394 **Manuel Rodrigues da Cruz** — lavrador; *natural e morador em Cacemes, freg. de S. Vicente de Pereira, Ovar;* filho de *António Rodrigues dos Santos,* lavrador, *natural de Cacemes,* e de *Maria Álvares da Cruz,* que, enviuvando, casara mais tarde com *José Joaquim Gomes Leite, natural de Rossio, freg. de S. Nicolau da vila da Feira, moradores em Cacemes;* neto paterno de *António Fernandes,* lavrador, *natural de Cacemes,* e de *Sebastiana Fernandes, natural de Cabo Monte, freg. de S. Miguel do Souto, Feira,* e materno de *Manuel Álvares,* lavrador, e de *Maria Francisca da Cruz, naturais de Cacemes, e todos aí moradores;* bisneto paterno de *João António, de Rossio,* filho de *Manuel António* e de *Isabel Fernandes, de Castanheiro, S. Vicente de Pereira,* e de *Domingas Fernandes,* também *de Rossio,* filha de *Diogo Fernandes* e de *Maria Fernandes, da Torre, S. Vicente de Pereira,* e de *Manuel Fernandes,* filho de *Gaspar Fernandes* e de *Vicência Francisca, de Cacemes,* e de *Maria Rodrigues,* filha de *Manuel Gonçalves* e de *Maria Gonçalves, de Cabo Monte,* e materno de *Lourenço Vaz,* filho de *Domingos Vaz* e de *Catarina Jorge, do Rossio,* e de *Paula Álvares,* filha de *Manuel Álvares, de Insua, freg. de S. Martinho da Gândara, Oliveira de Azeméis,* e de *Catarina Manuel, de Sá, S. Martinho de Gândara,* e de *Manuuel Francisco,* filho de *Domingos Francisco, de Rossio,* e de *Maria de Oliveira, de Sandoado, freg. de S. Cristovão de Ovar,* e de *Isabel Fernandes,* filha de *Domingos Fernandes, de Cacemes,* e de *Catarina Fernandes, da Deveza, S. Vicente de Pereira;* ajustado para casar, em 1815, com *Ana Maria de Jesus, natural da Deveza,* filha de *José Fernandes,* lavrador, *natural do Outeiro, S. Vicente de Pereira,* e de *Maria Rosa, natural de Deveza, e aí moradores,* neta paterna de *Manuel Fernandes,* lavrador, filho de *Manuel Fernandes* e de *Páscoa Fernandes, do Outeiro,* e de *Mariana Gomes, de Cacemes,* filha de *Manuel Gomes* e de *Maria Luís, de Rossio,* e materna de *José Francisco da Silva,* lavrador, filho de *Frutuoso Francisco* e de *Domingas Fernandes, da Deveza,* e de *Rosa Manuel, de Pardieiro, Souto,* filha de *Paulo Henriques* e de *Maria Francisca, de Morgado, Souto.*

Carta e Familiar de 10 de Outubro de 1811.

Manuel — m. 270, n.º 1874

biblRIA

395 **Manuel Rodrigues da Cruz** — ourives do ouro; *natural da freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda,* e morador no Porto na rua dos Canos, freg. da Sé; filho de *Manuel Rodrigues da Cruz* e de *Antónia Francisca, naturais de Aguieira, Valongo, moradores em Valongo;* neto paterno de *Manuel Rodrigues, natural de Aguieira,* e de *Maria de Almeida, natural de Arrancada, Valongo, moradores em Aguieira,* e materno de *António Francisco, natural de Aguieira,* e de *Maria João, natural de Salgueiro, Valongo,* igualmente *moradores em Aguieira;* irmão de *José Rodrigues da Cruz,* ourives do ouro, Familiar do S.to Ofício, *natural de Aguieira,* morador no Rio de Janeiro, freg. da Sé; ajustado para casar, em 1776, então morador na rua do Loureiro, com Francisca Marcelina Rosa de Sampaio, natural e moradora no Porto, respectivamente da rua do Padrão, freg. de S.to Elói, e no Porto na rua do Bonjardim, freg. de S.to Ildefonso, filha de João da Cunha, natural de Igreja, freg. de S.to Estêvão de Vilela, e de Joana Josefa de Sampaio, natural do Porto, da rua do Padrão, e aí moradores, neta paterna de João da Cunha e de Ana de Barros, naturais e moradores em Vilela, e materna de Manuel de Sousa Martins, natural da freg. de S.ta Maria de Duas Igrejas, Penafiel, e de Lourença Maria de Sampaio, natural da freg. de S.to André de Medim, S.ta Marta de Penaguião, moradores no Porto.

Carta de Familiar de 23 de Março de 1764.

Manuel — m. 194, n.º 1065

396 **Manuel Rodrigues Ferrão** — oficial de serralheiro; *natural de Águeda, freg. de S.ta Eulália,* e morador em Lisboa, freg. de S.ta Engrácia; filho de *Mateus Rodrigues Ferrão, natural de Águeda,* e de *Maria Rodrigues,* natural da freg. de S. Miguel de Campia, Lafões, *moradores em Águeda;* neto paterno de *Gaspar dos Reis, natural de Ventoso, freg. de Santiago de Préstimo, Águeda,* e de *Sebastiana Ferroa, natural de Águeda, e aí moradores,* e materno de *Pedro Manuel* e de *Maria Manuel,* naturais e moradores em Cambarinho, Campia, sendo também *moradores em Águeda;* ajustado para casar, em 1715, com Arcângela Maria, natural de Lisboa e moradora à portaria do Salvador, freg. de S. Tomé, filha de Manuel Rodrigues, correeiro, natural da freg. de Santiago de Amorim, termo de Barcelos, e de Ângela de Sousa, natural de Lisboa, da trav. dos Latoeiros, freg. da Conceição Velha, casada segunda vez com Diogo Ferreira, correeiro, moradores em Lisboa, freg. de S. Tomé, neta paterna de Manuel Gomes Gorita e de Maria Manuel, naturais e

DORIA

moradores em Santiago de Amorim, e materna de António Luís, latoeiro, natural de Sabugo, freg. de S. Pedro de Almargem do Bispo, e de Joana Gomes, natural de Lisboa, da Tinturaria, freg. da Conceição Velha, e aí moradores; ajustado novamente para casar, em 1725, com Domingas do Espírito Santo, natural de Lisboa, filha de Domingos Dias, mestre ferrador, natural de Sanguedo, Eiró, e de Domingas João, natural de Pobral, Pousa Flores, moradores em Lisboa, freg. de S.to André, neta paterna de João Dias, natural de Carrasqueiros, freg. de S.ta Maria, e de Ana Gonçalves, natural de Sanguedo, e aí moradores, e materna de Diogo Teixeira, natural de Palião, Soure, e de Isabel João, natural de Palral, e aí moradores.

Carta de Familiar de 30 de Setembro de 1714.

Manuel — m. 78, n.º 1511

397 Frei **Manuel Rodrigues de Figueiredo**—professo da Ordem de S. Bento e *vigário da igreja do Espírito Santo da vila de Aveiro; natural da freg. da Vera Cruz de Aveiro;* filho de *Manuel de Figueiredo, natural da freg. de Santiago de Beduído, Estarreja,* e de *Ana Maria, natural de Aveiro, freg. da Vera Cruz, e aí moradores;* neto paterno de *Luís de Figueiredo* e de *Maria Manuel, naturais e moradores em Santiago de Beduído,* e materno de *Manuel Rodrigues* e de *Maria Dias, naturais e moradores na citada freg. de Aveiro;* sobrinho materno de *João Rodrigues da Cruz,* Familiar de S.to Ofício, *da vila de Aveiro.*

Provisão de Comissário de 10 de Novembro de 1761.

Manuel — m. 66, n.º 1344

398 **Manuel Rodrigues Leitão** — mestre entalhador; natural de Lisboa, freg. de N.ª Sr.ª do Socorro, e morador a S. João Nepomuceno, freg. de S. Paulo; filho de *Manuel Rodrigues,* mestre sapateiro, *natural da freg. de S.to André de Escariz, Arouca,* e de Maria do Livramento, natural de Lisboa, freg. de N.ª Sr.ª dos Anjos, moradores na rua Direita do Jogo da Pela; neto paterno de *Gonçalo Fernandes,* lavrador, filho de *Domingos Fernandes* e de *Maria João* e de *Domingas Rodrigues do Outeiro,* filha de *Gonçalo Rodrigues, naturais e moradores em Escariz,* e materno de António Leitão, mestre pedreiro, filho de Jorge Esteves e de Bárbara de Matos, de Lisboa, freg. dos Anjos, e de Maria da Silva, filha de Manuel Rodrigues Francisco e de Francisca Antunes, de Lisboa, freg. de S.ta Engrácia, moradores os avós nas Olarias; viúvo de

Ana Joaquina de Abreu, natural de Lisboa, freg. da Pena, filha de Francisco de Abreu, natural de Pomar, freg. de Vilarinho, Vila Verde, e de Maria de Abreu, natural da vila de Abrantes, freg. de S. João Baptista, neta paterna de João de Abreu, carpinteiro, e de Maria Pimenta, moradores em Pomar, donde eram naturais, e materno de Manuel de Abreu Machado e de Maria Cordeira, naturais e moradores em Abrantes. Desse casamento havia cinco filhos, Luís Rodrigues dos Santos, Francisco Rodrigues Leitão, Joaquim Rodrigues Leitão, António Rodrigues Leitão e Isidoro Rodrigues Leitão.

Carta de Familiar de 17 de Julho de 1761.

Manuel — m. 180, n.º 1923

399 **Manuel Rodrigues de Miranda** — homem de negócio; *natural da freg. do Monte, Murtosa,* e morador na cidade do Rio de Janeiro; filho de *Geraldo Rodrigues,* lavrador, *natural de Pardelhas, freg. de S.ta Maria da Murtosa,* e de *Teresa Miranda, natural do Monte, e aí moradores;* neto paterno de *Cristóvão Rodrigues,* lavrador, e de *Domingas André, naturais e moradores em Pardelhas,* e materno de *António Pires,* também lavrador, e de *Marinha Esteves, naturais e moradores no Monte.*

Carta de Familiar de 30 de Janeiro de 1736.

Manuel — m. 110, n.º 2028

400 **Manuel Rodrigues Monteiro** — natural da freg. de S.ta Marinha de Vila Nova de Gaia e *morador na freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha;* filho de Manuel Rodrigues dos Reis, natural de Bandeira, freg. de S. Cristóvão de Mafamude, Vila Nova de Gaia, e de Antónia Monteira, natural de Vila Nova de Gaia, e aí moradores; neto paterno de António Rodrigues e de Maria dos Reis, a «Empara», naturais e moradores na Bandeira, e materno de Manuel João e de Maria Francisca de S. Lázaro, naturais e moradores em Vila Nova de Gaia; casado com *Maria Nunes, natural de S. João de Loure,* filha de *Luís Rodrigues, natural de Cristelo, freg. de S. Vicente da Branca, Abergaria-a-Velha,* e de *Maria Nunes, natural de S. João de Loure, e aí moradores,* neta paterna de *Francisco Rodrigues* e de *Bernarda de Pinho, naturais e moradores em Cristelo,* e materna de *Francisco Dias, natural de Chaque, Branca,* e de *Isabel Nunes, natural de S. João de Loure, e aí moradores.*

Carta de Familiar de 20 de Abril de 1740.

Manuel — m. 117, n.º 2122

DIGITALIA

401 **Manuel Rodrigues Pinheiro** — ourives de ouro; *natural de Arrrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda,* e morador em Coimbra na rua do Coruche, freg. de Santiago; filho de *Manuel Rodrigues Pinheiro* e de *Luísa de Almeida, naturais e moradores em Arrancada;* neto paterno de *João Francisco* e de *Mariana Rodrigues Pinheira,* igualmente *naturais e moradores em Arrancada,* e materno de *Domingos Francisco, natural de Aguieira, Valongo,* e de *Maria de Almenda, a «Fazenda», natural de Arrancada, e aí moradores;* casado com Ana Maria de Horta Sanches, natural de Coimbra, filha de João Rodrigues Sanches, ourives do ouro e Familiar do S.to Ofício, e de Maria Teresa de Sousa, moradores em Coimbra na rua do Coruche, neta paterna de Pascoal Rodrigues e de Maria da Horta, naturais do Outeiro, freg. de S. Pedro da vila de Gouveia, e materna de Bento de Sousa Carneiro, Familiar do S.to Ofício, e de Teresa de Jesus, naturais de Coimbra, freg. de Santiago, e aí moradores na rua do Almoxarife.

Carta do Familiar de 6 de Agosto de 1754.

Manuel — m. 159, n.º 1667

bibPIA

402 **Manuel Rodrigues de Pinho** — *natural de Vila, freg. de S.ta Marinha do Real, Castelo de Paiva;* filho de *António de Pinho, natural de Seixo, Real,* e de *Luísa da Cruz,* natural de Vila do Conde, *lavradores em Vila;* neto paterno de *Jacinto de Pinho, natural de Mealha, freg. de S. Miguel de Canelas, Arouca,* e de *Helena João, natural de Seixo, e aí moradores,* e materno do P.e António Borges, natural de Queimada, freg. de S. João de Ovil, Baião, e de Maria de Freitas, solteira, natural de Currais, freg. de S. Bartolomeu de Campelo, moradores em Vila do Conde; ajustado para casar, em 1789, com Mariana dos Santos, natural da aldeia de Nogueira, freg. de Jovim, filha de José dos Santos Porto, natural da freg. de S. Pedro da Cova, e de Custódia Fernandes, natural de Nogueira, e aí lavradores, neta paterna de Manuel dos Santos, lavrador, e de Águeda de Crasto, de S. Pedro da Cova, e materna de Salvador Martins e de Isabel Angélica, de Nogueira.

Carta de Familiar de 25 de Setembro de 1781.

Manuel — m. 247, n.º 1540

403 **Manuel Rodrigues Pontes** — homem de negócio; natural do Porto, freg. de S.to Ildefonso, e morador em Vila Rica de N.a Sr.a do Pilar das Minas Gerais do Ouro Preto, e, depois de casado, na cidade do Rio de Janeiro, freg. de

N.ª Sr.ª da Candelária; filho de António Rodrigues e de Bárbara de Jesus Dias, naturais e moradores no Porto, freg. de S.to Ildefonso; neto paterno de Mateus Rodrigues, natural da freg. de S. Martinho da Gândara, termo de Ponte de Lima, e de Maria Vieira, natural de Outeiro, freg. de Cedofeita, Porto, e materno de Francisco Rodrigues Pontes, natural da freg. de S.to André de Barcelinhos, Barcelos, e de Maria do Ó, natural de Cedofeita; casado com D. Ana Maria de Jesus, natural do Rio de Janeiro, freg. da Candelária, filha de *João da Silva de Faria*, mestre marceneiro, *natural da freg. de S. Martinho de Cucujães, Oliveira de Azeméis*, e de Ana da Silva, natural da referida freg. da Candelária, e aí moradores, irmã de Francisca da Silva, casada com João Baptista Ferreira, Familiar do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 23 de Janeiro de 1742.

Manuel — m. 121, n.º 2167

404 **Manuel Rodrigues dos Santos** — natural e morador em Serpins, Lousã; filho de João Rodrigues dos Santos, natural de Outil, Cantanhede, e de Maria Francisca, natural de Serpins, e aí moradores; neto paterno de Manuel Rodrigues Antão, natural de Tentúgal, e de Helena Rodrigues, natural de Outil, e aí moradores, e materno de João Francisco Cavaco e de Ana Fernandes, naturais e moradores em Serpins; ajustado para casar, em 1748, com Filipa Rosa da Conceição, natural e moradora em Coimbra, filha de *Francisco de Oliveira*, mercador de livros em Coimbra, *natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda*, e de Josefa Maria da Conceição, natural de Coimbra, e aí moradores, neta paterna de *Manuel de Oliveira*, filho de *Simão Rodrigues* e de *Antónia de Oliveira*, e de *Giralda da Conceição*, filha de *João Martins* e de *Isabel Luís, todos naturais e moradores em Arrancada*, e materna de António Simões, filho de João Simões e de Domingas João, naturais de Poiares, Coimbra, e de Brízida da Conceição, filha de Agostinho da Costa e de Maria Rodrigues, naturais e moradores em Coimbra.

Carta de Familiar de 17 de Agosto de 1745.

Manuel — m. 130, n.º 2278

405 P.e **Manuel Rodrigues da Silva** — clérigo do hábito de S. Pedro e bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra; *natural e morador na vila de Esgueira, freg. de S.to André, Aveiro;* filho de *Domingos Rodrigues da Silva*, Familiar do S.to Ofício,

natural da freg. de S. Julião de Cacia, Aveiro, e de *Sebastiana Marques, natural de Esgueira, e aí moradores;* neto paterno de *Domingos Mateus,* filho de *Miguel Rodrigues* e de *Maria Mateus, de Sarrazola, Cacia,* e de *Maria André,* filha de *André Domingues* e de *Maria Manuel, de Cacia,* e materno de *António Marques,* filho de *Manuel Jorge* e de *Maria André, da freg. de S.to Isidoro de Eixo, Aveiro,* e de *Maria André,* filha de *André Fernandes Carreto* e de *Antónia Fernandes, de Esgueira, residindo os avós paternos em Cacia, e os maternos em Esgueira;* irmão do P.e Frei *José de S. Tomás,* da Ordem dos Pregadores e Qualificador do S.to Ofício.

Provisão do Comissário de 5 de Outubro de 1723.

Manuel — m. 88, n.º 1659

406 P.e **Manuel Rodrigues da Silva** — presbítero do hábito de S. Pedro e pároco da igreja de N.ª Sr.ª das Ciladas, termo de Vila Viçosa; natural da freg. da Sé de Évora; filho de António Fernandes e de Antónia Rodrigues, naturais e moradores em Évora, freg. da Sé; neto paterno de *Domingos Fernandes, natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão,* e de Catarina Martins, natural da freg. da Sé de Évora, e aí moradores, e materno de Bento Fernandes, natural do Porto de Carros, freg. de S. Martinho de Mortede, e de Sebastiana Pires, natural da freg. de S. Jordão, termo de Évora, igualmente moradores na freg. da Sé da mesma cidade.

Provisão de Notário de 15 de Março de 1746.

Manuel — m. 133, n.º 2313

407 **Manuel Rodrigues Vareiro** — capitão do navio «O Corsário, N.ª Sr.ª da Conceição e Lusitânia»; natural da freg. de S. Paulo de Lisboa, e aí moradores no beco da Junta, na rua Direita do Corpo Santo; filho de *Manuel Rodrigues, o «Vareiro»,* fragateiro, e de *Maria da Conceição, naturais da freg. de S. Cristóvão de Ovar* e moradores no beco de Francisco André, à Boa Vista, freg. de S. Paulo de Lisboa; neto paterno de *Manuel Rodrigues Vermelho* e de *Giralda Gomes, a «Mindoia»,* e materno de *Francisco Fernandes Dornas* e de *Joana Fernandes* (1), *todos naturais e moradores em Ovar;* irmão do P.e Mestre António

(1) Na habilitação do citado irmão aparece com o nome de Graça Fernandes Solha.

do Amor de Deus, religioso da Província de S.to António de Portugal do Convento de S.to António dos Capuchos de Lisboa e Qualificador do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 10 de Outubro de 1751.

Manuel — m. 146, n.º 1479

408 Frei **Manuel do Rosário** — religioso da Ordem dos Pregadores, Lente de Teologia no Real Convento da Batalha; *natural da vila de Aveiro, freg. de S. Miguel;* filho de *Manuel dos Santos,* mercador, e de *Maria dos Santos, naturais de Aveiro,* respectivamente das fregs. *do Espírito Santo e de S. Miguel, e nesta moradores;* neto paterno de *André dos Santos,* alvanel, e de *Inês André, naturais e moradores na citada freg. do Espírito Santo,* e materno de *Manuel André,* mercador, *natural da freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha,* e de *Maria dos Santos, natural da freg. de S.ta Eulália de Vale Maior, Albergaria-a-Velha, e moradores em Aveiro, freg. de S. Miguel.*

Provisão de Qualificador de 7 de Agosto e 1730.

Manuel — m. 183, n.º 1962

bibRIA

409 **Manuel de Sá Monteiro** — homem de negócio; *natural de Esmojães, freg. de S. Martinho de Anta, Espinho,* e morador no Porto na rua das Congostas, em companhia de João Francisco Monteiro Massa; filho de *Manuel Domingues Monteiro, natural de Esmojães,* e de *Maria de Sá, natural de Gondezende, freg. de S.ta Maria de Esmoriz, Ovar, lavradores em Esmojães;* neto paterno de *Gonçalo Domingues Monteiro, natural de Esmojães,* e de *Maria Domingues, natural de Mouxo, Anta,* igualmente *moradores em Esmojães,* e materno de *Manuel de Sá* e de *Isabel Pinto, naturais e moradores em Gondezende;* ajustado para casar, em 1769, com Maria da Purificação Gramacho e Sampaio, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Boa Viagem de Massarelos, Porto, filha de João Ferreira de Sampaio, natural de Guimarães, freg. de S. Sebastião, e de Maria de Jesus Gramacho, natural de Massarelos, e então moradores no Porto na Rua Nova, freg. de S. Nicolau, neta paterna de Miguel de Sampaio e de Grácia Ferreira, naturais de Guimarães, respectivamente das fregs. de N.ª Sr.ª da Oliveira e de S. Paio, e nesta moradores, e materna do capitão Francisco Martins Lima e de Marcelina da Costa Gramacho, naturais e moradores em Massarelos.

Carta de Familiar de 18 de Março de 1768.

Manuel — m. 209, n.º 1206

410 **Manuel de Sá Pereira** — natural da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Pocariça, Cantanhede; filho de *Gabriel da Sé Pereira, natural da freg. de Santiago de Rio Meão, Feira,* e de Joana Ribeiro, natural de Pocariça, e aí moradores; neto paterno de *Gabriel de Sá, natural de Rio Meão,* e de *Leonarda Pereira, natural da freg. de S. Cipriano de Paços de Brandão, Feira, moradores em Rio Meão,* e materno de Manuel Ribeiro, o «Cardeal», natural de Pocariça, e de Maria Francisca, natural de Cantanhede, moradores em Pocariça. O habilitando teve uma filha, Maria, de Páscoa, solteira, filha de Evangelista da Silva, surrador, e de Rosália Maria, todos igualmente naturais e moradores na Pocariça.

Carta de Familiar de 20 de Janeiro de 1752.

Manuel — m. 147, n.º 1501

411 **Manuel Saldanha Marinho**—mestre ou capitão de navios; natural de Agrela, freg. de S.ta Maria de Leça do Balio; filho de *Matias Saldanha, natural de Cimo de Vila, freg. de S.ta Marinha de Tropeço, Arouca,* e de Maria Coelha, natural de Agrela, e aí moradores; neto paterno de *Domingos João Saldanha, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Rossas, Arouca,* e de *Catarina João, natural de Tropeço, e aí moradores,* e materno de Pedro Coelho e de Margarida Gonçalves, moradores em Leça; casado com Maria Evangelista, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Boa Viagem de Massarelos, filha de Tomé Pires Roseiro e de Maria da Costa Campos, neta paterna de Manuel Pires Roseiro e de Maria Fernandes Pasdejo, naturais e moradores em Massarelos, e materna de Domingos Gonçalves de Campos, natural de S. Jomil, junto a Valongo, e de Maria da Costa da Conceição, natural de Massarelos, e também aí moradores.

Carta de Familiar de 8 de Março de 1703.

Manuel — m. 55, n.º 1177

412 **Manuel de Santiago**—*natural e morador na vila de Aveiro;* filho de *João Gonçalves, natural de Alqueidão, freg. de S. Salvador de Ilhavo,* e de *Leonor Afonso, natural da freg. de S.to Isidoro de Eixo, Aveiro;* neto paterno de *Gonçalo Enes,* juiz e vereador, e de *Catarina Álvares,* solteiros, *moradores em Alqueidão,* e materno de *Pero Soares, o «Novo»,* e de *Isabel Afonso, moradores na vila de Eixo;* casado com *Margarida André, natural de Aveiro,* filha de *Fernão André Matoso* e de *Catarina Dias,* tam-

BIBRIA

bém *naturais de Aveiro, e aí moradores*, neta paterna de *André Fernandes de Ferraria* e de *Leonor Fernandes*, e materna de *Pero Fernandes* e de *Isabel Fernandes, todos de Aveiro*, onde os *últimos* eram *moradores na rua de Veneza*.

Informação para Familiar de 16 de Julho de 1620.

Manuel — m. 3, n.º 87

413 **Manuel de Santiago** — *natural e morador na Quinta do Picado, freg. de S. Pedro de Aradas, Aveiro;* filho de *Sebastião João, natural da Quinta do Picado*, e de *Isabel Gonçalves, natural de Aradas, lavradores na referida quinta;* neto paterno de *Sebastião João, o «Corcovado», natural da mesma quinta*, e de *Antónia da Rocha, a «Rebola», natural de Moutinhos, freg. de S. Salvador de Ílhavo, lavradores na Quinta do Picado*, e materno de *António Ferreira* e de *Antónia André*, filha de *André Gonçalves, naturais de Aradas, e aí lavradores;* ajustado para casar, em 1768, com Francisca Gomes Cavaleira, filha de João Gomes Cavaleiro, lavrador, e de Maria Gomes, neta paterna de Antónia Cavaleiro, lavrador, e de Francisca Jorge de Matos, e materna de Francisco Correia Trovão, o «Mana», lavrador, e de Maria Gomes, todos naturais e moradores na freg. de S.ta Susana de Carapinheira, Montemor-o-Velho.

Carta de Familiar de 11 de Abril de 1761.

Manuel — m. 178, n.º 1896

414 **Manuel de Santiago**—capitão; *natural de Casaldelo, freg. de S. João Baptista de S. João da Madeira*, e morador no Porto, na rua da Banharia, freg. da Sé; filho de *Manuel Dias, natural de Casaldelo*, e de *Susana de Santiago, natural da Costa, freg. de S. Martinho de Cucujães, Oliveira de Azeméis, moradores em Casaldelo;* neto paterno de *Matias Fernandes* e de *Maria Dias*, igualmente *naturais e moradores em Casaldelo*, e materno de *António Simões* e de *Isabel de Santiago, naturais e moradores na Costa;* casado com Ana de Jesus natural da freg. de N.ª Sr.ª da Vitória do Porto, filha de Manuel Barbosa, o «Andorinha», oficial de serralheiro na Ferraria de Cima, Porto, natural do Outeiro, freg. das Duas Igrejas, e de Susana da Silva, natural de Casais, freg. de S.ta Maria de Tarouquela, neta paterna de Gaspar Dias e de Maria Fernandes, naturais do Outeiro e moradores em Arrifana de Sousa,

e materna de António Moreira e de Maria Rodrigues, naturais e moradores em Casais.

Carta de Familiar de 24 de Março de 1760.

Manuel — m. 176, n.º 1870

415 **Manuel de Santiago Franco** — cirurgião aprovado; natural de Lisboa, freg. de N.ª Sr.ª dos Mártires, e morador na rua da Tinturaria, freg. de N.ª Sr.ª da Conceição da Rua Nova, e nessa ocasião em Vila Real da N.ª Sr.ª da Conceição do Sabará, servindo de escrivão da câmara eclesiástica, justificação dos casamentos, capelas e resíduos dessa comarca; filho de Francisco de Santiago Pires, natural da freg. de S.ta Maria de Calvão, Chaves, e de Maria da Assunção, natural de S. Lourenço de Sande, termo de Regalados, moradores em Lisboa; neto paterno de Francisco Pires, o «Temido», e de Isabel Carneira, naturais e moradores em Calvão, e materno de Domingos Fernandes e de Domingas Carvalha, naturais e moradores em Sande; casado com Tomásia de Jesus, natural de Xabregas, Lisboa, filha de *António Nunes da Silva*, barbeiro, *natural da vila de Eixo, freg. de S.to Isidoro, Aveiro*, e de Catarina Luísa, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Ponte do Rol, termo de Torres Vedras, moradores em Chelas, Lisboa, neta paterna de *Miguel Fernandes* e de *Maria Nunes, naturais e moradores em Eixo*, e materna de Pedro de Rol e de Maria Luísa, naturais e moradores em Ponte de Rol.

Carta de Familiar de 8 de Dezembro de 1734.

Manuel — m. 107, n.º 1984

416 Frei **Manuel de S.to Alípio** — ermita descalço de S.to Agostinho, lente de Vésperas de Teologia Escolástica no Colégio de S.ta Rita de Coimbra; natural da rua da Porta do Carro, freg. de S.to Ildefonso do Porto; filho de Domingos Luís, natural da freg. de S. Miguel de Rebordosa, Paredes, e de Catarina Josefa da Silva Monteiro, natural da freg. de S.to Ildefonso; neto paterno de Agostinho Manuel, natural da freg. de S.to André do Sobrado, Valongo, e de Maria Gaspar, natural da Rebordosa, e materno de *João do Couto Monteiro, natural de Volta, freg. de S. João da Madeira*, e de Catarina da Silva Monteiro, natural da freg. da Sé da cidade do Porto; irmão de Antónia Maria Joaquina, casada com Manuel Pinheiro Lobo, Familiar do S.to Ofício.

Provisão de Qualificador de 17 de Outubro de 1766.

Manuel — m. 13, n.º 339

417 Frei **Manuel de Santo Tomás** — religioso da Ordem de S. Francisco da Regular Observância da Província de Portugal, leitor de Véspera de Teologia no Convento de S. Francisco da Ponte de Coimbra, e daí natural; filho de António Rodrigues Velho, natural de Coimbra, e de *Antónia da Costa, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Ó de Barcouço, Mealhada,* moradores na freg. de S. Bartolomeu de Coimbra; neto paterno de António Fernandes, natural de Coimbra, e de Maria Rodrigues, natural de Espírito Santo do Monte, freg. de S. Martinho do Bispo, Coimbra, moradores na freg. de Santiago da referida cidade, e materno de *Amaro da Costa,* natural de Ourentã, Cantanhede, e de *Maria Francisca Grinalda, natural de Barcouço, e aí moradores;* sobrinha paterna de Manuel Fernandes Velho, de Coimbra, Familiar do S.to Ofício.

Provisão de Qualificador de 27 de Junho de 1724.

Manuel — m. 262, n.º 1786

418 **Manuel dos Santos Ferreira** — homem de negócio; *natural de Refóios, freg. de N.ª Sr.ª da Purificação de Vila Chã, Vale de Cambra,* moradores em Lisboa na rua do Crucifixo, freg. de S. Nicolau; filho de *António Ferreira dos Santos, natural da freg. de S. Salvador de Carregosa, Oliveira de Azeméis,* e de *Maria Henriques da Silva, natural de Refóios, e aí moradores;* neto paterno de *António Francisco, natural de Carregosa,* e de *Maria Lucas natural da freg. de S. João Baptista de Vila Cova de Purrinho, Vale de Cambra, moradores em Carregosa,* e materno de *António Silvestre da Silva, natural de Refóios,* e de *Maria Henriques, natural de Gândara, Vila Chã, moradores em Refóios.*

Carta de Familiar de 9 de Agosto de 1748.

Manuel — m. 140, n.º 2384

419 Frei **Manuel dos Santos Pereira** — professo da Ordem de S. Bento de Avís, bacharel formado dos Sagrados Cânones e *vigário colado na igreja de Vera Cruz de Aveiro, e daí natural, da freg. do Espírito Santo;* filho de *Manuel Simões,* também *natural de Aveiro, freg. de S. Miguel,* e de *Maria dos Santos, natural da freg. do Espírito Santo da mesma cidade;* neto paterno de *João Simões, natural de Aveiro, freg. de S. Miguel,* e de *Mariana dos Santos, natural de Sedouros, freg. de S. Mateus de Bunheiro, Murtosa,* e materno de *Manuel Rodrigues Pereira, natural*

da vila de Arouca, freg. de S. Pedro, e de *Maria dos Santos, natural da freg. de S. Miguel de Aveiro, todos moradores na mesma cidade.*

Provisão de Comissário de 24 de Janeiro de 1764.

Manuel — m. 13, n.º 349

420 P.e Frei **Manuel de S. Bernardino Lemos** — no século *Manuel de Lemos e Silva;* cónego secular da Congregação de S. João Evangelista, definidor e secretário da mesma Congregação, e então reitor no Convento de S.to Elói de Lisboa, doutor na Sagrada Teologia pela Universidade de Évora, onde fora lente de Teologia e Filosofia, examinador das Três Ordens Militares; natural de Vale de Morelos, freg. de Santiago da vila de Almada; filho de *Luís de Lemos Viana, natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Agueda,* e de Mariana da Encarnação da Silva, natural de Ameixoeira, termo de Lisboa; neto paterno de *Domingos de Lemos,* natural da Lapa, freg. de Quintela, Sernancelhe, e de *Maria da Conceição, natural de Arrancada,* filha de *António Gomes Guerra* e de *Adriana Rodrigues,* naturais da vila de Fonte Arcada e *moradores em Arrancada,* e irmã de *António Gomes Guerra, capitão de Lamas do Vouga, freg. de N.a Sr.a da Assunção, Agueda,* e materno de Francisco Rodrigues, natural de Telheiras, freg. de S. João Baptista do Lumiar, e de Páscoa da Silva, natural de Ameixoeira, e aí moradores.

Provisão de Qualificador de 16 de Julho de 1755.

Manuel — m. 165, n.º 1725

(Continua)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA
1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

UA/Le
N.º 957
Data 12/1/1982

OFERTA

CARTOGRAFIA E ENGENHARIA DA RIA E BARRA DE AVEIRO NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVIII

(Continuado de pág. 220)

O Aviso Régio de 2 de Agosto de 1780, dirigido pelo visconde de Vila Nova da Cerveira a Francisco António Gravito, desembargador dos agravos da Casa da Suplicação e Superintendente das Obras da Barra, registado a fl. 35 do *Livro I* já mencionado, certifica-nos que os planos apresentados por João Iseppi e que temos vindo a descrever, mereceram a aprovação real conforme se vai ver:

«Sua Magestade tem Resoluto que se-comecem a pôr em execução os Planos que-lhe forão apresentados para as Obras necessarias de se-melhorar e abrir a Barra d'essa Cidade, de se-desempedirem os Esteiros, e enxugarem as terras inundadas, que contribuem a fazer doentio e máo o ar da mesma Cidade, e concorrem para o máo serviço actual da mesma Barra.

Semelhantemente tem a Mesma Senhora Resoluto, que se-procure facilitar quanto for possivel a Navegação do Rio Vouga em beneficio do Commércio d'essa mesma Cidade e Provincia; e que todas éstas Obras se-hajão de fazer conforme a Direcção do Arquitecto Hydraulico João Iseppi, cujos Projectos Sua Magestade tem Approvado, e pelo qual serão apresentadas a Vm. todas as Ordens relativas a éstas Obras, com toda a jurisdicção e forças que se-fizerem necessarias para o progresso d'éllas.

Em ordem a êste fim, e para que hajão dinheiros prontos, Ordena Sua Magestade que Vm. vá adiantando, e fazendo cobrar tudo quanto fôr possivel pertencente ás contribuições

applicadas a éstas Obras, de maneira que effectivamente se-recolha ao Cofre d'ellas a maior quantia que podér ser; e que Vm. ao mesmo tempo escreva á Companhia do Douro para que vá aprontando o dinheiro que lhe-for possivel, e tem em si pertencente ao mesmo Cofre, a fim de estar certo, e pronto à primeira Ordem que a Mesma Senhora Mandar expedir á dita Companhia para d'elle fazer entrega no referido Cofre.

E tendo Sua Magestade conhecido a justa necessidade de se-fazer a Obra do Caes, e Esteiro da Ribeira; a cujo he Servida que logo se-dê principio a ella, e se-faça a despeza da mesma Obra pelo Cofre dos dinheiros das contribuições da Barra, sem necessidade de outra alguma Ordem além d'ésta. E pelo que respeita ás Obras do Aqueducto da Fonte da Praça, Paço do Concelho, e Cadêa Publica, Ordena Sua Magestade que Vm. mande tirar a Planta de cada uma d'éstas Obras com o orçamento a cada uma d'éllas pertencente, e com informação de Vm. em que fórme o seu juizo sôbre elas, para que sendo tudo presente á Mesma Senhora Resolva ao dito respeito o que for Servida. = Deos Guarde a Vm. Palacio de Queluz em 2 de Agosto de 1780. = Visconde de Villa Nova da Cerveira. =

Snr. Francisco António Gravito.» (1).

bibRIA

A execução das obras a empreender foi deveras acautelada por cuidadosa e minuciosa correspondência dirigida ao Superintendente das obras da Barra, FRANCISCO ANTÓNIO GRAVITO, Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação.

Assim, por carta régia de 31 de Agosto de 1780, a Rainha confirmava ter-se conformado com o resultado das averiguações do arquitecto hidráulico JOÃO ISEPPI e concordava dar princípio às obras por ele aconselhadas, «para dar corrente às águas estagnadas; melhorar a Barra quanto possível for, e fazer navegável o rio Vouga», para o que juntamente enviava *Instruções*, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, nas quais eram incluídas as da pequena obra, pedida pela Câmara, da limpeza das águas estagnadas nos sítios do Cais, e Esteiro da Ribeira e Cojo.

As despesas a efectuar deveriam ser a pronto pagamento, precedendo folhas correntes com «as devidas legitimidades», observando-se na escrituração e despesa o *Método*, que igualmente era enviado e também dimanado da mesma Secretaria de Estado. A Gravito conferia-se toda a necessária jurisdição para suprir qualquer outra falta de previdência. Por outro lado actuaria sempre de acordo com o dito arquitecto.

---

(1) LUÍS GOMES DE CARVALHO, *Memória Descritiva,... da Abertura da Barra de Aveiro*. Sep. do *Arquivo do Distrito de Aveiro* (vol. XIII).

*

No Aviso, que acompanhava as *Instruções* e o *Método* acima referidos, faziam-se também específicas considerações:

«E porque nas mesmas Instruções há alguns pontos que devem ser comunicáveis ao arquitecto hidráulico João Iseppi pois, que nele deve obrar de acordo com Vossa mercê, será justo que extraindo Vossa mercê das mesmas Instruções os referidos pontos lhos faça ver e perceber, não só para que ele fique sem dúvida alguma no que digo, no em que deve ter cooperação e fique igualmente desassombrado, e sem a desconfiança que acompanha naturalmente aos da sua Nação e ande neles inseparável da sua conveniência. Esta mesma noção, que Vossa mercê terá do carácter dos italianos o fará acautelar e prevenir tudo o que possa infundir-lhe desconfiança, e prudência atalhar quanto possa encaminhar-se a fomentar meios da sua conveniência própria, e interesses no em que eles são engenhosos e fertilíssimos.»

bibRIA

*

Nas *Instruções* começava por afirmar-se:

«Havendo Sua Magestade aprovado o Projecto do arquitecto hidráulico João Iseppi para melhorar a Barra de Aveiro, e segurar quanto for possível que a mesma Barra se não encha de areia, impossibilitando a navegação; dar saída às águas estagnadas vizinhas à mesma cidade, de cuja estagnação se tem seguido o gravíssimo incómodo de febres que têm graçado com tanto dano dos habitantes dela, e também o de privar muitas terras que poderiam, sendo cultivadas, produzir abundantes frutos; fazer navegável quanto possível for o rio Vouga para se poder dar melhor extracção aos frutos do país por onde corre o dito rio». E depois:

«Foi a mesma Senhora Servida ordenar se começassem estas importantes e utilíssimas obras, mas como elas não podem ser empreendidas ao mesmo tempo, determina Sua Magestade que se comece pela mais importante, qual é a de dar curso às águas estagnadas, evitando-se deste modo as numerosas doenças, que nestes últimos anos têm continuado a fazer estragos nestes país, e que se ao mesmo tempo se pode trabalhar na obra da Barra, será de muito maior vantagem, porém quando isto não possa ser, será

conveniente que se vão ajuntando os materiais para o melhoramento projectado. Depois de concluídas estas utilíssimas obras, se empreenderá a outra não menos útil da Navegação do Vouga...».

Nestas instruções confirmava-se a escolha do arquitecto João Iseppi, tendo debaixo das suas ordens o capitão Isidoro Paulo Pereira e o ajudante Manuel de Sousa Ramos, e os três práticos deste género de trabalho, que com o mesmo arquitecto vieram de Itália.

Os ordenados para todos estes técnicos e mais pessoas empregadas nas ditas obras teriam de sair do Cofre da Barra.

O Superintendente teria de evitar os descaminhos «que costuma haver em obras grandes» e actuaria com economia, mas não prejudicando a execução da obra. Deveria também estar prevenido contra as discórdias várias e parcialidades que surgissem, ordinariamente causas de não se levarem ao fim projectos utilíssimos. Tudo atalharia quanto pudesse ter aparência de dissabor.

*

bibRIA

Quanto ao *Método* a utilizar no que tocava às despesas, ele era bastante pormenorizado.

Recusavam-se os trabalhos de empreitada ou de medição, por se entenderem lesivos da Real Fazenda, duma maneira geral, e nestes com maior razão, pela novidade e variedade das obras a executar. Porém, podiam praticar-se «empreitadas soltas, como por exemplo um desmonte, um desentulho e uma condução».

Toda a despesa feita seria reduzida a folhas, as quais seriam de duas espécies: folhas de jornais de cada semana e folhas de materiais de cada mês. O modo de as numerar e discriminar era minuciosamente descrito. Os nomes dos mestres, apontadores, oficiais e trabalhadores seriam devidamente apontados, assinalando-se os dias vencidos, o preço diário e o total recebido. As importâncias totais seriam assinadas pelo arquitecto, chefes ou mandadores de cada obra e por último rubricadas pelo Desembargador Inspector. Quem recebia qualquer dinheiro teria de passar o competente recibo. Em regra não se demorariam por pagar mais de três férias.

Cautelas particulares se usariam no respeitante às folhas de materiais.

No Cofre haveria um *Livro de Receita e Despesa*. «Nas compras dos materiais haverá todo o cuidado na qualidade dos géneros, e comodidade dos preços em certeza do que serão as compras rubricadas pelo Desembargador Inspector».

Tudo era contabilizado de modo a que se ficasse sabendo o custo de cada obra sectorial.

«Porque o arquitecto hidráulico é o Director encarregado desta obra, e sendo estrangeiro com pouca notícia do País, será preciso por uma parte contemplá-lo quanto for justo, e pela outra parte ter todo o cuidado em reduzir a escrito, do modo possível, as suas determinações, para que no bom ou mau êxito das mesmas se não hajam de mover questões, procedendo sempre de acordo e na boa harmonia, quanto o puder permitir o melhor serviço de Sua Magestade».

Entendia-se que ao Arquitecto competia todo o delineamento da obra e ao Inspector toda a economia das suas despesas, de acordo com aquele.

Tanto a Carta Régia, como o Aviso, a Instrução e o Método que sinteticamente acabamos de descrever, encontram-se registados no *Livro I do Registo da Superintendência da Barra de Aveiro* (1). Não foi porém daí que extraímos o conteúdo que divulgamos, mas dum conjunto documental que se guarda hoje na *Biblioteca Central e Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente* (Maço 32 do Ministério do Reino), e a que nos referiremos ainda.

A Carta Régia, como dissemos, é de 31 de Agosto de 1780, e os outros documentos são referidos ao dia 28 do mesmo mês e ano.

biblRIA

*

Depois de todas estas determinações superiores importa agora assinalar as concretizações que se verificaram.

Pelo conjunto documental acima referido reparamos que o Superintendente Francisco Gravito, logo a seguir ao Aviso Régio de 2 de Agosto começou a actuar, pois as folhas de despesa aparecem datadas desde 12 de Agosto de 1780. Estas dizem respeito a jornais pagos por serviços prestados na nova obra do Cais, na abertura dos esteiros e na nova obra da Barra. Igualmente aparecem folhas de materiais.

Podemos mencionar também a existência de documentação provando a nomeação de Francisco dos Santos Silva para pagador geral da obra do Cais, ganhando 400 réis por dia; de Flórido José Soares Ferraz da Silva para apontador, em substituição do alferes António de Oliveira e de José de Pinho para fiel das compras e guarda dos materiais necessários para a obra do mesmo Cais, recebendo 300 réis por dia.

Como nada se fazia sem planta, a *Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral* nos ilustrará quanto à actuação, dos engenheiros nomeados.

---

(1) Ver fol. 38 e segs.

Com efeito nela se guardam duas plantas manifestamente ocasionadas pelo Aviso de 2 de Agosto de 1780, e de inegável interesse para a história da cidade de Aveiro.

Uma delas (Fig. 4), sob o n.º 318, intitula-se:

«Mappa Thopografico / Do / Esteiro da Cidade de Aveiro / Feito em Janeiro de 1781 / Com o Projecto da obra do Caes, Esteiro / da Ribeira, e Cojo / Feito debaixo do Avizo da Secretaria / de Estado dos Negócios do Reino / de 2 de Agosto de 1780.»

É um manuscrito colorido, em papel, com as dimensões de 606 × 326 mm.

O título insere-se numa cartela no canto superior direito, onde se assinalam não só os autores do levantamento topográfico respectivo, o Capitão Engenheiro «Izidoro Paulo Prª», e o Ajudante Engenheiro «Manuel de Souza Ramos» mas também o autógrafo do arquitecto hidráulico italiano «Giovanni Iseppi». Igualmente, nessa cartela, está desenhada uma escala gráfica de 100 braças medindo 114 mm.

Os nomes dos engenheiros portugueses estão escritos com a mesma tinta preta do título.

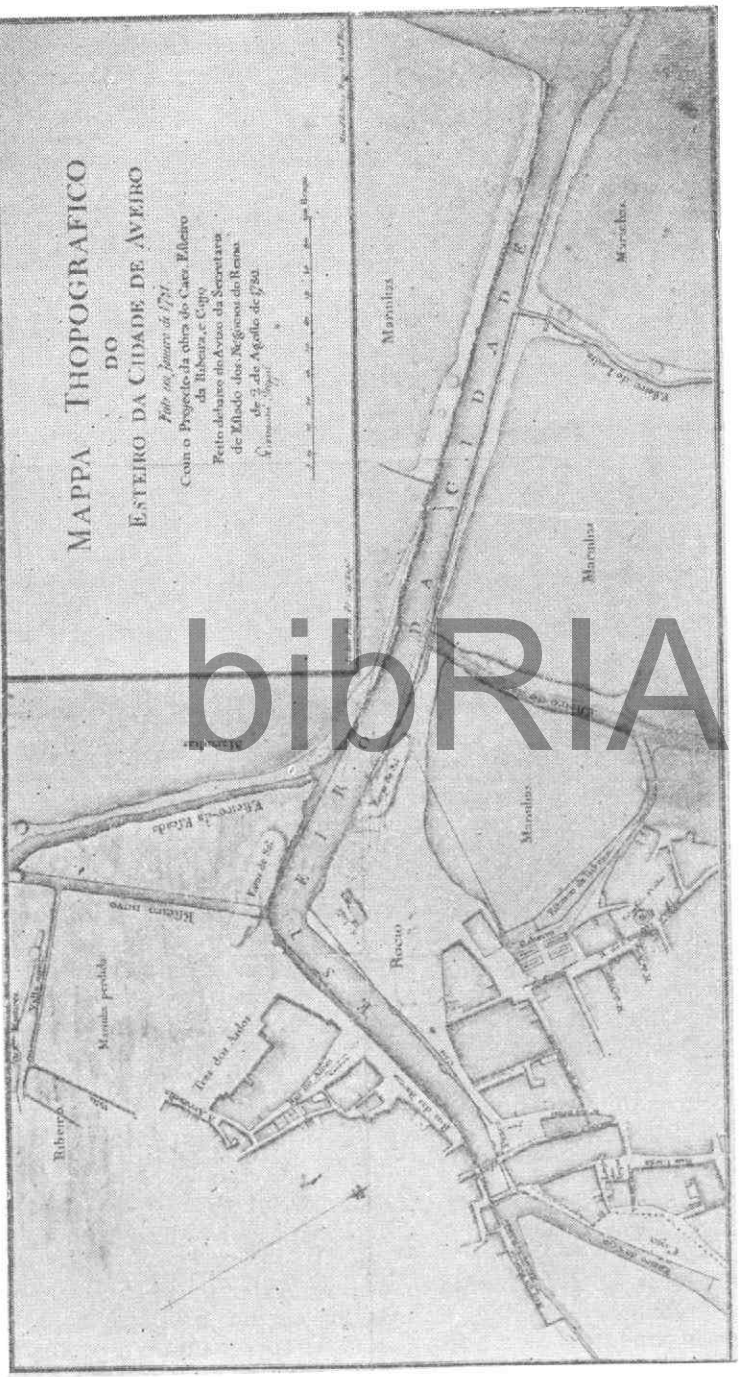
A planta representa todo o curso do «Esteiro da Cidade», desde os esteiros da Fábrica e do Cojo até ao «Esteiro do Ledia», e as respectivas zonas marginais, incluindo parte da topografia da cidade de Aveiro, com a sua correspondente e interessante toponímia dos arruamentos, das praças, dos edifícios religiosos, etc.:

«Rua da Fábrica, Rua das Barcas, Rua do Alboi, nela se assinalando o caneiro, a Arroxelha, Trás dos Aidos, Valla Nova, Esteiro Novo, Esteiro da Escada, Esteiro da Fábrica, Esteiro do Cojo, Cojo, Rua Larga, Largo das Tripas, Viella das Tripas, Rua dos Mercadores e a sua ponte, Rua das Bestas, Praça e seu cano, Cais, Rua do Caiszinho, Caiszinho, Rua do Vigario, Rua do Arco, Ribeira, Esteiro da Ribeira, Rua de S. Gonsalo o Velho, S. Gonsalo o Velho, Rocio, S. João, Os St.os Martires».

O objectivo principal desta planta é porém apresentar o projecto das intervenções a efectuar, e na verdade ela evidencia-nos, a *Terre de Sienne*, o que havia a fazer na então chamada *Marinha do Morgado de S. Silvestre* para se resolver o problema do Esteiro da Ribeira e também as acções a empreender no Cojo e Ribeira. Igualmente se assinalam as correcções a efectuar no Cais, e na margem oposta do Esteiro da Cidade, desde a Ponte até ao Esteiro Novo.

O autógrafo de Giovanni Iseppi, logo abaixo do título da planta, a *Terre de Sienne* também, serve para certificar a sua

biblA


MAPPA THOPOGRAFICO
DO
ESTEIRO DA CIDADE DE AVEIRO
Feito em Janeiro de 1781
Com o Projecto da obra do Caes Ribeira
da Ribeira, e Cojo
Feito debaixo do Aviso da Secretaria
de Estado dos Negocios do Reino
de 7 de Agosto de 1780
Carmelo Angel
Marinhas
Marinhas
Marinhas
Marinhas
Rocio
Marinhas
Marinhas
Marinhas
Marinhas

aprovação do plano de trabalhos assim apresentado pelos engenheiros portugueses Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos.

*

O levantamento topográfico levado a cabo por estes dois engenheiros, não se limitou porém parcialmente à área assinalada pela planta anterior, pois que eles levantaram a planta de toda a área de Aveiro, como nos mostra outra carta manuscrita (Fig. 5), que igualmente se guarda na *Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*, sob o n.º 390 do seu *Catálogo*, já referido.

O levantamento abrange todo o terreno limitado pela linha poligonal definida pelos seguintes locais: «Quinta dos St.os Martires, Marinhas da Mizericordia e do Carramona, Marinha de D. Paula Ribeiro, S. Roque, R. de Sá, Os Marcos, Agra do Judeu, e novamente Quinta dos St.os Martires».

Trata-se na verdade duma preciosíssima *Planta da Cidade de Aveiro*, seu único título, com as dimensões de 1021 × 738 mm., desenhada a tinta preta na mesma escala da planta parcial que acabámos de descrever.

Além do título, no canto superior esquerdo, só mais dois elementos nos são fornecidos: uma escala gráfica de 1000 palmos medindo 114 mm.; e a indicação a lápis, nas costas, «parece que foi levantada por Izidoro Paulo».

Não pode pois haver dúvidas, pelo indicado e pelas comparações que fizemos, quanto à autoria que lhe atribuímos. E podemo-la considerar datada de Janeiro de 1781.

Documento do maior interesse para o estudo histórico da evolução da cidade de Aveiro, mereceria uma descrição mais detalhada, pelo seu pormenor e pela sua toponímia, e ainda pela representação planimétrica das antigas muralhas. Teremos no entanto, pela falta de espaço, de nos limitar a chamar a atenção para ele dos estudiosos da linda cidade do Vouga, embora manifestamente o desenho não tenha sido completado.

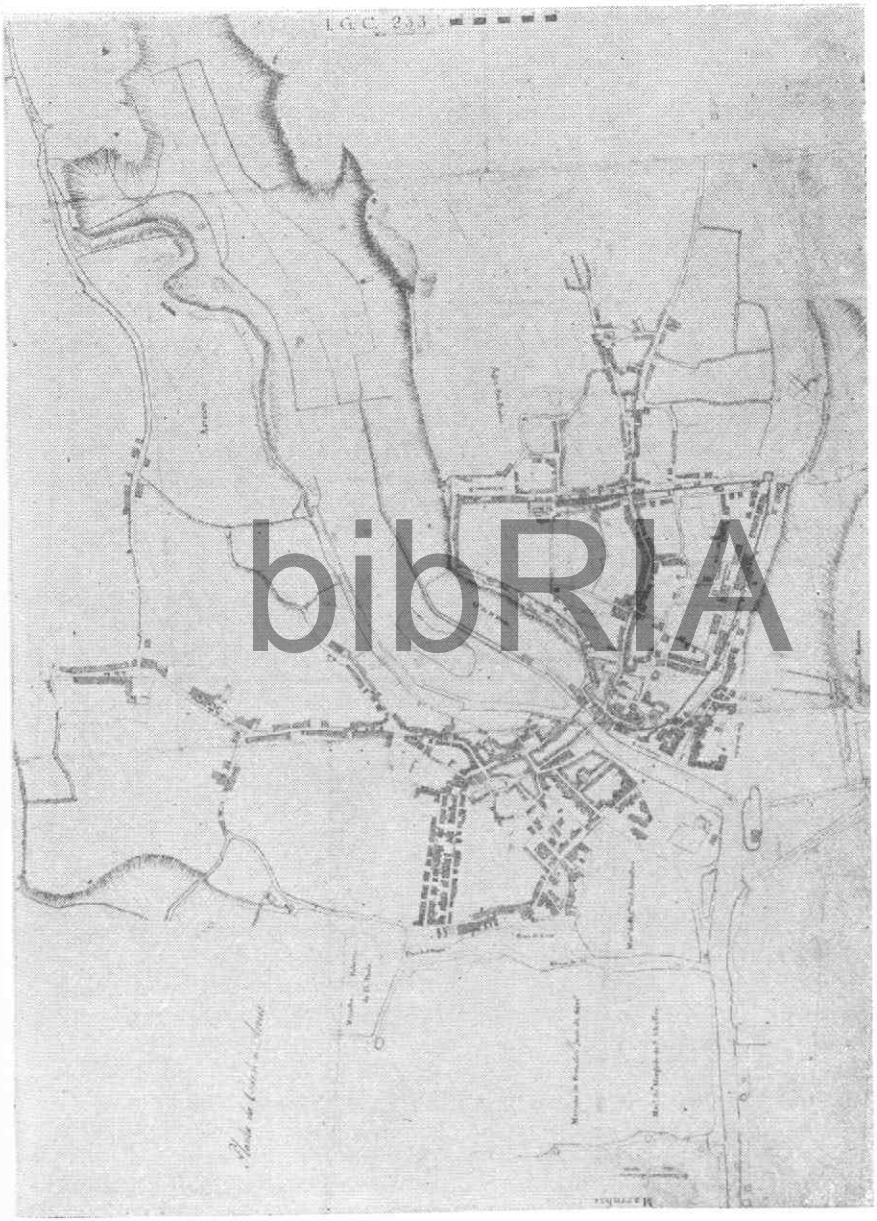
A sua comparação com a planta n.º 318 permite-nos uma mais segura apreciação das obras projectadas para o Cais, Esteiro da Ribeira e Cojo.

*

Será esta a planta mais antiga de Aveiro?

Se levarmos em linha de conta a escala, as dimensões, o pormenor topográfico, a abundância da toponímia e a precisão obtida, poderemos certamente dizer que sim.

BIBLIA



bibRIA

Fig. 5 — Planta da cidade de Aveiro (Janeiro de 1781)
(Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral, n.º 390)

No entanto a existência duma outra planta da cidade de Aveiro, que reproduzimos também (Fig. 6), conhecida dos estudiosos, põe-nos alguns problemas.

Não conseguimos ainda ver directamente esta planta, que se guarda no *Museu de Aveiro* mas não se encontra lamentavelmente exposta ao público. Dela só conhecemos as reproduções aparecidas no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VI, n.º 22, 1940, e na obra do General João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. II, 1946.

Numa rápida comparação verificamos que as duas plantas dizem respeito praticamente à mesma área de levantamento e que é impressionante a coincidência mesmo em pequenos pormenores representados, o que nos autoriza a concluir que elas não se afastam muito no tempo uma da outra.

Podemos considerar a planta do *Museu*, como um exemplo de cartografia religiosa portuguesa, de que não é nada abundante a nossa cartografia, conclusão a que somos levados pela sua legenda, preocupada sobretudo em assinalar as fábricas religiosas e os edifícios habitacionais das gentes fidalgas.

Só um estudo inflectido para a história de umas e outras, e teria aqui importância a do «Novo Paço de João de Sousa», isto é, o do nosso bem conhecido capitão-mor de Ílhavo, nos poderia levar a mais significativas conclusões.

Talvez não erremos muito se dissermos que esta planta está sobretudo ligada à criação da diocese de Aveiro, o que se verificou pelo breve *Militantis Ecclesiae* de 12 de Abril de 1774, depois do respectivo báculo ter sido solicitado ao Papa pelo Marquês de Pombal em 28 de Setembro de 1773. É possível que ela tivesse servido para ilustrar tal pretensão.

Ambas ficam à espera que alguém as estude em profundidade e em todos os seus pormenores e curiosidades.

*

Fechado este breve parêntesis, continuemos a nossa caminhada pelo acontecido com a Ria e Barra de Aveiro.

Deparamos agora na nossa frente com uma pequena memória da autoria do engenheiro Manuel de Sousa Ramos e datada de Aveiro em 9 de Maio de 1781. Intitula-se:

Exposição do que se tem passado sobre as deligências de Aveiro.

E, em resumo, descreve os acontecimentos passados desde Novembro de 1777, com ele, Isidoro Paulo Pereira e Guilherme Elsden. A memória consta de oito páginas escritas e por elas perpassa sinteticamente o estado em que se encontrava a Barra quando ele e Isidoro Paulo Pereira apresentaram o seu pro-

BIBLIOTECA DIGITAL

Fig. 6 — Planta Pombalina da cidade de Aveiro
(Museu de Aveiro)

biblRIA

jecto de abertura de uma nova Barra logo abaixo de S. Jacinto, as razões dum tal estado de coisas e as vantagens dessa abertura, que se diz como se há-de materializar. Nela se refere também o problema da navegação do rio Vouga. Enfim, uma síntese do que já anteriormente tinha exposto em conjunto com Isidoro Paulo Pereira, e por nós foi devidamente transcrito.

Depois de explicar a vinda do arquitecto João Iseppi, devido à morte do engenheiro Guilherme Elsden, Manuel de Sousa Ramos termina assim a sua exposição:

> *«Veyo o dito Hidráulico, e nós como práticos de todas estas diligências para o enformarmos de tudo o preciso para os seus projectos que todos forão conformes ao nosso parecer menos o da Barra o qual consiste em conservá-la no mesmo sítio.*
>
> *Ultimamente foi Sua Magestade servida mandar exzecutar os projectos do dito Hidráulico; tem-se principiado pellas limpezas dos Esteiros, e a juntar materiais para a obra da Barra à qual brevemente se dará princípio».*

Não se pode deixar de notar nesta exposição, um misto de revolta e ressentimento, da parte do engenheiro português, pelo facto do projecto da sua autoria e do seu colega, ter sido substituído pelo modo de ver do veneziano Iseppi.

A exposição de Sousa Ramos não era mais do que uma primeira tentativa para que o projecto de Iseppi, de conservar a Barra no sítio em que se encontrava, fosse substituído pela abertura duma nova no local indicado pelos engenheiros portugueses. Era assim um princípio de discórdia e de desentendimento.

Apesar de tudo, as intervenções nos Esteiros e a actuação no Cais continuaram, e começou-se mesmo a executar o projecto de Iseppi, como no-lo confirma o extracto duma carta deste arquitecto, que foi divulgada por Adolfo Loureiro, a pág. 20 do vol. II, 1904, da sua valiosa obra *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, e que é datada de 14 de Julho de 1781.

Não resistimos à tentação de transcrever para aqui o fragmento de tal carta, devido à sua curiosidade:

«Aveiro 14 Juglio 1781. — Ill.mo et Ex.mo Sig.r — In adempimento del mio dovere permeterà l'E. V. che abbia l'onore di rassegnarle la presente umilissima mia.

«Qui in Aveiro si stà travagliando perfettamente tanto alla Barra, quanto per li cavamenti nelli Canali in vicinanza della Città in conformittà del mio Piano, il quale è esatamente conosciuto, e diretto com tutta la magior perfezione dalla abilità di

questi S.Sri Ingegneri alli quali feci vedere tutto il maneggio delli strumenti Idraulici Forestieri; dei modi di travagliarei nei Fiumi; nelle Lagune e nelle Barre sul Mare, tanto sopra como sotto dell'acqua, con pietre, stacche, et altri diversi generi di materiale, ed'a quest'ora anche molti di questi Nazionali sono capaci di eseguire questi tali travagli.

«Qui addunque Ex.mo Sig.re per parte mia hò adempito certamente allè parte tutte del mio dovere relativamente al mio officio, e perciò mi persuado che l'E.ª V.ª non vorà che io qui perda più tempo nell'ozio, ne che m'ingerisca in certe altre cose che non conosco ne intendo, ma che sono perfettamente conosciute ed'intese dalla pratica, ed'abilità di questi S. S.ri Ingeg.ri li quali in avenire le saprano molto ben regolare persino al loro compim.to».

*

Porém, quando Iseppi endereçou esta carta para a Corte, já anteriormente o superintendente GRAVITO tinha enviado várias informações para o Visconde de Vila Nova da Cerveira, sobre o andamento dos trabalhos.

O Superintendente, assediado pelo engenheiro Sousa Ramos e muito provavelmente pela opinião pública aveirense, acabou por formar também a opinião de que a solução verdadeira do problema só se acharia com a abertura duma nova Barra, e, nos seus periódicos relatórios, a pouco e pouco, ia introduzindo argumentação capaz de modificar superiormente as resoluções régias e que eram as de procurar conservar a Barra no local em que se encontrava.

Assim, sabemos que deu conta para cima, do que ia acontecendo, em 27 de Maio, 24 de Junho e 8 de Julho de 1781.

Torna-se evidente que numa dessas vezes juntou o relatório do ajudante engenheiro Manuel de Sousa Ramos, datado de 9 de Maio do mesmo ano. Mas não só isto, pois posteriormente ou na mesma altura, entendeu esgrimir ele próprio a favor da abertura da Barra nos areais de S. Jacinto, com argumentação histórica.

Com efeito, num manuscrito de 6 páginas, existente, tal como a memória referida de Sousa Ramos, no *Arquivo Histórico Militar* (1) e cujo título é:

> «Adição à nota do Estado da Barra de Aveiro, seus effeitos dannosos, projecto do lugar da nova, seus effeitos uteis; Mudança da Barra Projectada no lugar aonde está com ordem de S. Magestade, Declarado pelo Ajudante Engenheiro Manuel de Sousa Ramos, fazendo algũas

(1) *Arquivo Militar de Lisboa*, Caixa n.º 16.

lembranças advertencias, e crítica, as quaes se fossem prezentes a S. Magestade não concentiria na mudança do primeiro projecto, aprovado, e confirmado por todos os enzenheiros»,

começa-se por resumidamente expor o conteúdo da memória do engenheiro Manuel de Sousa Ramos, para logo a seguir se estranhar que, tendo os engenheiros mostrado as grandes vantagens que resultariam para a cidade de Aveiro, com a abertura da Barra projectada por eles, se tenha consentido em abandonar tal solução, sem que primeiro se tivesse demonstrado, por sua vez, as conveniências de manter a Barra no local em que se encontrava. Esta demonstração não foi certamente feita porque, na realidade, não era possível.

É então que aparecem os raciocínios históricos de Gravito.

A tradição afirma-nos que Aveiro teve uma boa Barra, e até o testemunham os palácios dos senhores que nela viviam.

Ora os *Fortes Velho* e *Novo* podem trazer-nos alguma luz ao problema.

«O forte conhecido com o nome de Velho o não merece senão pela sua ruína, porque a inscripsão de hũa pedra que se acha entre as suas ruínas o declara feito em o anno de 1643 pouco tempo para merecer aquelle nome se não fosse a ruína como dizemos.

O conhecido com o nome de Novo, o vemos quazi inteiro, sem memória do seu princípio com os seus materiaes, indicando hũa antiguidade maior, que estes 138 annos que tem o chamado Velho.

Se fosse mais moderno que este apareceria algũa memória da sua certa factura.

Nestes termos parece, sem exitação devemos ter este chamado novo, pelo mais antigo e immemorial, e que o nome de Novo o conserve pela falta da sua ruína.

Neste suposto, que parece indubitável devemos intender, que fronteira a elle existir a Barra de tanto proveito para a dita Cidade como mostra a conhecida tradição.

Como este he aquelle mesmo lugar, em que primeiramente se projectou a abertura da Barra, he o que devemos ter por mais útil, porque este monomento é hum demonstrativo innegável dessa antiga, e utilíssima Barra, que buscamos».

A estas razões históricas, Gravito acrescentava ainda argumentos técnicos, económicos e até sociais e religiosos. Para obter a conservação da Barra existente haveria de trabalhar-se sobre água, o que era um grande inconveniente e não acontecia na outra hipótese.

No transporte de materiais, ao abrir-se a Barra, poupavam-se duas léguas e meia, o que era muito importante. Daqui, resultava até que os trabalhadores, nos sábados à noite podiam embarcar para a cidade, e assim não só teriam facilidade de abastecer-se dos géneros necessários para o seu sustento na semana seguinte, mas também de ouvir missa. Mesmo aqueles qu não quizessem deslocar-se a Aveiro, tinham a possibilidade de ouvir missa na Capela próxima de S. Jacinto.

O Superintendente Gravito, depois de procurar rebater outros possíveis argumentos em favor da opinião de Iseppi, terminava assim as suas considerações:

> «Não se deve omittir, que assim como o forte chamado novo he demonstrativo dessa antiga barra tão útil a cidade como nos ensina a Tradição, também o forte velho o pode ser; porque da resposta desta instância se colhe direcção ponderada pois aqui se não verificão aquellas razões no lugar da barra projectada, e também porque a experiência, abrindo João de Sousa Ribeiro nos nossos tempos a Barra fronteira a elle não experimentámos os Benefícios dessa antiga Barra, que temos lembrado.
>
> Enfim conservar a Barra no lugar em que está poderia diminuir os effeitos que della resultão, ou aumentar os effeitos úteis, se ella os tivesse; mas como della, assim existente se não recebe benefício algum não podemos ter esperança do seu augmento; pelo que parece que não há razão, nem indicariz algum, que possa persuadir-nos útil a Barra Conservada no lugar em que está.
>
> O mapa de todo este continente, Rias, Angulo das areas canal que sae desse Angulo, e também mostra a cidade provará manifestamente tudo o que se tem ponderado, visto com reflexão e exame.
>
> Se todo o exposto fosse presente a S. Magestade certamente não consentiria na mudança do primeiro projecto, e menos havia de mandar abrir a Barra no lugar em que estava determinado.
>
> De tudo o que se estabelecer pro, ou contra do exposto o tempo mostrará, aclarando a verdade, zelo e desinteresse com que se tem dito».

É fora de dúvida que todas estas considerações pesaram na Corte e levaram a rainha D. Maria I a dispensar os serviços de arquitecto hidráulico veneziano Giovanni Iseppi, como no-lo mostra o Aviso Régio de 25 de Agosto de 1781:

> «A Sua Magestade forão presentes as Contas de Vm., que trouxerão as datas de 27 de Maio, de 24 de Junho, e 8 de Julho d'este anno; e He a Mesma Senhora Servida, que

Vm. pague ao Engenheiro Hydraulico João Iseppi, a seu Filho, e aos mais Italianos que com elle vierão para serem empregados na Obra da Barra d'essa Cidade, tudo o que se-lhes dever, fazendo-se a conta até chegarem a ésta Côrte; declarando-lhes Vm. que Sua Magestade os Manda recolher a élla: em consequencia d'ésta Determinação Ordena a Mesma Senhora que o Sargento Mór Engenheiro, Isidoro Paulo Pereira fique encarregado da referida Obra; com o qual justamente se-espera que Vm. viva em boa harmonia concorrendo cada um zelosamente da sua parte para tudo o que for utilidade da mesma Obra, evitando questões, e tendo por único, e principal objecto o serviço de Sua Magestade; e muito mais quando Vm., e elle tem o facil recurso de-me darem conta do que entenderem sôbre este assumpto, para que, pondo na Real Presença da Mesma Senhora, Haja de resolver o que fôr Servida. E tudo o referido Ha Sua Magestade por muito Recommendado a Vm., e se-participa ao dito Sargento Mór. Quanto ás Cisas sonegadas, em que Vm. falla na sua Conta de 27 de Maio, ainda a Rainha Nossa Senhora não tomou a final Resolução sôbre este negocio. = Deos Guarde a Vm. Palacio de Queluz em 25 de Agosto de 1781. = Visconde de Villa Nova da Cerveira. =

Snr. Francisco António Gravito. = Cumpra-se. Gravito» (1).

biblRIA

*

5 — *O Matemático José Monteiro da Rocha Visita a Obra da Barra em 1781. Dois Anos Depois Suspende-se a Execução do Projecto de Iseppi para Tornar Permanente a Barra Existente. A Morte do Superintendente Francisco António Gravito e o Impasse que Ocasionou.*

Como é bem de ver, este aviso régio não autorizou propriamente a que não se continuasse a obra da barra, isto é, a interromper o projecto de Iseppi.

Certamente, agora sob a orientação de Isidoro Paulo Pereira, é natural que tivesse continuado a construção do redente triangular. Mas foi sobretudo sobre os esteiros junto à cidade e no Cais que se continuou a actuar, atendendo à prioridade anteriormente estabelecida.

---

(1) LUÍS GOMES DE CARVALHO, *Memória Descritiva*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIII, 1947.

Na *Adição à nota do Estado da Barra de Aveiro...*, do Superintendente Gravito, este a certa altura aconselhava:

> «Ainda concedido que estas verdades tivessem algũa dúvida, parece pedia o bem do Serviço de S. Magestade, e a utilidade pública buscar algum arbítrio ou razão, que nos condusice ao acerto, despidos de paixão para se poder livremente mostrar a S. Magestade qual dos projectos está mais certo.»

A sugestão veio na verdade a ser aproveitada, pois por aviso régio, foi mandado a Aveiro o Lente de Matemática da Universidade de Coimbra, Dr. José Monteiro da Rocha:

> «A Sua Magestade foi presente, que o Doutor José Monteiro da Rocha, Lente Cathedrático da Faculdade de Mathemática na Universidade de Coimbra passava a essa Cidade de Aveiro para visitar as Obras da Barra, e as mais que são concernentes à Sciencia Hydráulica, que he do seu instituto ensinar Theoricamente na mesma Universidade; e porque em circunstâncias tão attendiveis, como são as da instrucção d'ésta util Sciencia á vista dos objectos praticos d'ella, se-deve facilitar a este digno Professor tudo quanto a este respeito elle quizer vêr e examinar;
>
> He a Mesma Senhora Servida que Vm. lhe-facilite todos os Projectos, Planos, Mappas, e Máquinas que elle quizer especular, e miudamente examinar, para que possa em benefício da mesmo Sciencia fazer um claro juizo das referidas Obras, tratando-o Vm. com toda a distincção e acolhimento que se-deve a um Professor tão benemérito, e tão digno da Recommendação de Sua Magestade. =
>
> Deos Guarde a Vm. Palacio de Nossa Senhora d'Ajuda em 6 de Dezembro de 1781. = Visconde de Villa Nova da Cerveira. =
>
> Snr. Francisco António Gravito» (1).

Não deparámos com um único documento, que nos certificasse de qualquer juízo expresso sobre o assunto, de Monteiro da Rocha.

*

Francisco António Gravito, sempre escrupuloso na sua actividade, não se cansava porém de, em sucessivas contas, fazer reparar nos enormes gastos que a obra exigia, e em

---

(1) *Idem, ibidem.*

biblRIA

Setembro de 1783 enviou mesmo uma planta (Fig. 7), para melhor evidenciar o que se tinha concretizado, quanto ao projecto de Iseppi até aquela data.

Esta planta guarda-se ainda hoje na *Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*, em cujo Catálogo tem o n.º 317, e intitula-se:

> «*Mappa topografico / da Barra da Cidade de Aveiro, conforme se achava no dia 27 de Setembro de 1783; no qual se vê a diferença / que tem da figura em que estava a 31 de Mayo de 1780; cuja configuração se mostra pelas linhas / de pontinhos vermelhos.*»

Trata-se dum curioso manuscrito colorido, em papel sobre pano, com as dimensões de 420 × 318 mm.; e com evidente interesse no estudo da evolução da barra de Aveiro, pois que fixa esta em data bem determinada, com todas as instalações que aí havia então.

Traçada na escala gráfica de 700 braças (equivalente a 1/4 da légua) e medindo 158,5 mm.,

> «Nota o lugar em que o Plano de João Iseppi manda tapar a boca do rio Morto. Os números pretos notão a altura de palmos que tem as agoas vivas no baxa-mar, e os vermelhos, os palmos que levantão no Preamar.»

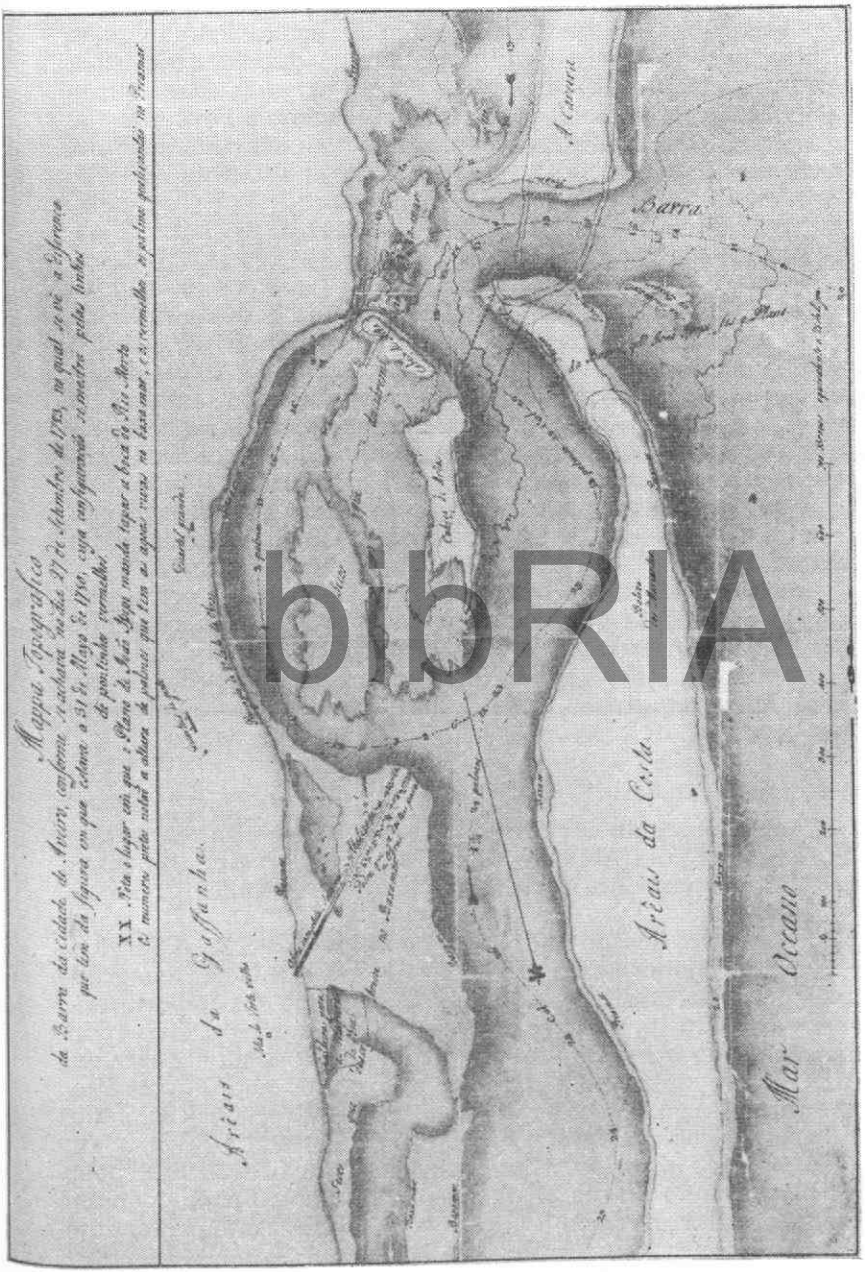
bibRIA

Por esta carta se pode avaliar, além do estado da barra, a porção do redente já completamente construída, no tocante ao projecto de Iseppi, bem como o estado de adiantamento da parte ainda a construir. Verificamos que unicamente se tinha completado um terço de um dos dois lados do redente.

Vemos nela assinalado o «Forte Velho», o «Quartel Grande», os «Quarteis da Gente» e a «Caldeira para as madeiras da obra».

Com uma informação cartográfica tão abundante e tão pormenorizada, era de prever que a suspensão da obra da barra viesse finalmente a ser resolvida, e na realidade veio a sê-lo por Aviso Régio de 24 de Novembro de 1783:

> «Sua Magestade tendo-lhe sido presentes as sucessivas Contas, que Vm. me-tem dirigido em diversas datas, sôbre os objectos que respeitão á Commissão de que Vm. se-acha encarregado, e conhecendo que as referidas Contas encerrão matérias que na sua ordem necessitão de séria consideração, e madureza, He Servida que mandando Vm. suspender por ora toda e qualquer obra que for de maior despeza e trabalho, se-fique sómente continuando n'aquellas que a necessidade fizer indispensaveis,



bibRIA

Fig. 7 — Planta da Barra de Aveiro (27 de Setembro de 1783)
(Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral, n.º 317)

e que da suspensão d'ellas resultaria perigo grave; fazendo-se porêm com a menor despeza e número de gente que possível fôr, até que chegue com o fim da Primavera, e principio do Verão seguinte, o tempo opportuno para a continuação das ditas Obras; a respeito das quaes Sua Magestade Dará as suas Providências, e Fará constar a Vm. a Sua Real Resolução. = Deos Guarde a Vm. Palacio de Nossa Senhora d'Ajuda em 24 de Novembro de 1783. = Visconde de Villa Nova da Cerveira.

= Snr. Francisco António Gravito. =

Cumpra-se. Gravito» (1).

Até à data do falecimento do desembargador Francisco Gravito, que se verificou na noite do dia 26 para 27 de Janeiro de 1788, ele foi sempre actuando de acordo com as necessidades mais urgentes, desentupindo os esteiros, fazendo reparos na obra do Cais, como sucedeu por causa duma tempestade, ou fazendo consertos em estradas e caminhos que as cheias danificavam, como sucedeu na calçada do caminho de Arada. Ao falecer preparava-se para remediar um enorme boqueirão que as cheias tinham aberto na estrada de Ílhavo, e que impedia a sua utilização.

Apesar de secundado pelos apelos da Câmara, como por exemplo o de 24 de Abril de 1784, Gravito não conseguiu que o Governo mandasse abrir a barra, como o tinham aconselhado os engenheiros Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos, uma vez que as quantias do Cofre se iam exaurindo.

DIGITAL

*

Com a morte de Gravito, o corregedor da comarca Sebastião José da Gama Almeida Figueiredo de Carvalho, fez lembrar à Corte, com um certo espalhafato, o grande problema de Aveiro.

Com efeito, devido ao zelo que o animava no Real Serviço de Sua Magestade, como afirmava, julgou que devia encarregar-se e tomar conta do estado e expediente da Superintendência da Obra da Barra. E assim o entendeu porque, «por falecimento do primeiro intendente, que foi João da Fonseca da Cruz, tinham entrado, e servido por muitos anos, a predita Superintendência, os corregedores, meus predecessores, João de Sousa Felgueiras e o Dr. José António Pestana e Silva».

E se bem o pensou, mais rapidamente o executou, pois logo pelo correio do dia 27 de Janeiro de 1788, o participou ao Desembargador do Paço e ao Conselho da Fazenda, reservan-

(1) *Idem, ibidem.*

do-se dar conhecimento a Sua Magestade, por intermédio das mãos do Visconde de Vila Nova da Cerveira, quando tivesse mais conhecimento de toda a documentação, o que executou a 3 de Fevereiro do mesmo ano.

A este, além do relatório de toda a sua actuação, enviou abundantes certidões que fez passar por João Rodrigues Manuel, escrivão da Superintendência da Obra da Barra.

Da viúva do desembargador Francisco António Gravito Simões da Veiga, era este o seu nome completo, obteve o *Livro do Registo das Ordens* e a chave do Cofre, passando logo, «com os chaviculários, a examinar o Estado do Cofre e da sua arrecadação e despesa».

Os chaviculários eram Fernando José Camelo de Miranda Pinto Pereira da Silva, que se achava servindo de Juiz de Fora, Dr. Urbano José de Freitas, fiscal do mesmo cofre, e Bento João Ferreira de Sousa, tesoureiro dele.

Foram todos ao Convento de Nossa Sr.ª do Carmo, no dia 1 de Fevereiro de 1788, e neste à casa do cofre do real aplicado para a obra da barra, e tendo procedido à sua abertura, nele se encontravam 18 pequenos sacos com dinheiro de ouro e prata. No todo eram 18 contos e 15 mil e 61 réis.

No Cofre guardava-se mais:

bibRIA

— «5 livros antigos do recebimento e entradas do mesmo cofre, que, principiaram em 23 de Abril de 1752 e findou o último em 14 de Julho de 1779;
— Dois ditos antigos de despesa e saída dele, que tiveram o mesmo princípio e findaram em 2 de Junho de 1779;
— Dois ditos em que se lançaram as folhas, que principiaram em 12 de Agosto de 1780 e findaram a 26 de Setembro de 1781;
— Um dito que actualmente serve de entradas e recebimento e outro de saída, que principiaram em 17 de Junho de 1779;
— Um maço de folhas pertencentes aos jornais da obra da Barra;
— Outro dito de folhas dos jornais dos esteiros;
— Outro dito de materiais para a obra;
— Outro dito de materiais para os esteiros;
— Outro dito da nova obra do Cais e seus consertos;
— Uma pasta com vários mandatos de despesa;
— Uns autos de empréstimo feito às religiosas do Convento de Jesus da cidade de Lisboa.»

Tudo se tornou a recolher ao cofre e de tudo foi lavrado termo no livro do mesmo, a folhas 18.

Fizemos toda esta discriminação, pelo enorme interesse que tem conhecer-se hoje a existência dessa documentação.

Arquivar-se-á ela ainda no *Arquivo da Junta Autónoma do Porto de Aveiro?*

Igualmente poderíamos discriminar aqui todos os materiais, ferramentas e utensílios de diversa natureza que se guardavam num armazém, de que se pagava aluguel a Manuel Ferreira da Silva, de Aveiro. E também os ornamentos da Capela da Barra.

Enfim, numerosa documentação respeitante a folhas de salários e de materiais, aos provimentos do pagador das obras do Cais, do apontador da obra da Barra, do fiel das compras, etc., e às próprias contas dadas por cada um destes empregados, incluindo certidões de avisos e cartas régias transcritas do *Livro I do Registo da Superintendência da Barra*, foi enviada para Lisboa, pelo corregedor Sebastião Figueiredo de Carvalho, de modo a que superiormente se ficasse informado como as coisas se encontravam à data da morte do superintendente Francisco António Gravito, e habilitasse a rainha a determinar as ordens necessárias para o futuro.

Foi este conjunto documental, que já referimos, e se guarda na «Biblioteca Central e Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente», que nos ajudou bastante a historiar o que levamos descrito até aqui.

O falecimento do desembargador Francisco Gravito, interrompendo as diligentes actuações deste nos esteiros, no cais e noutros locais, ocasionou por isso um certo compasso de espera no tratamento do problema.

HISTÓRIA

*

6 — *O Marechal de Campo Guilherme Luís António de Valleré e o Professor Hidráulico P.e Estevão Cabral São Encarregados de Examinar o Problema da Barra, Sem Qualquer Resultado Útil. E o Fim do Séc. XVIII Chega Com Aveiro a Sofrer uma Cruciante Crise. Esclarecimentos Finais.*

A barra ia-se deslocando muito para o sul, e pelo termo da vereação de 27 de Fevereiro de 1788, somos informados das grandes preocupações dos aveirenses:

> «... resolveu-se representar a sua Magestade sobre os prejuízos para Aveiro resultantes das inundações frequentes do bairro baixo, derivadas de a barra estar presentemente à distância de cinco léguas além de estar entupida.»

Logo a 1 de Março do mesmo ano realizou-se nova sessão camarária, a que assistiram a nobreza e o povo, «e nesta sessão

se resolveu dar conhecimento a Sua Magestade da proposta apresentada a 27 do mês anterior, para dar providências sobre a barra, acrescentando-se agora que havia receio de alguma epidemia» (1).

A rainha não ficou indiferente ao apelo, e por aviso régio de 5 de Abril, determinou que fosse a Aveiro o marechal de campo GUILHERME LUÍS ANTÓNIO DE VALLERÉ:

> «Sua Magestade Manda a essa Cidade de Aveiro o Marechal de Campo Guilherme Luiz Antonio de Valleré, accompanhado de douş Officiais seus Ajudantes, a fazer um exame circunspecto do estado das Obras da Barra da mesma Cidade, e das mais que n'ella se-havião projectado; e formar o Projecto do adiantamento de todas ellas para se-haverem de continuar. E He Sua Magestade Servida que Vm., em quanto o mesmo Marechal de Campo, e seus Officiais se-acharem n'essa Diligencia, lhes-apronte o dinheiro que para bem da mesma Diligencia e effeito d'ella se-lhes-fizer necessário, cobrando Vm. os competentes recibos para formalizar com regularidade a sua arrecadação. = Deos Guarde a Vm. Palacio de Nossa Senhora d'Ajuda em 5 de Abril de 1788. = Visconde de de Villa Nova da Cerveira. =
> Sr. Corregedor da Comarca de Aveiro.» (2).

BIBRIA

Verifica-se por este aviso que a intenção não era a abertura duma nova barra, mas a continuação das obras em curso, para o que Valleré formularia o respectivo projecto.

De que Valleré chegou a ir a Aveiro não há dúvida alguma, pois sua filha, Maria Luiza de Valleré, no livro bilingue *Elogio Histórico de G. L. A. De Valleré/Éloge Historique de G. L. A. De Valleré*, Paris, 1808, conta-nos a pág. 140:

> «No tempo em que andava nivelando os subúrbios de Aveiro com o fim de projectar a abertura da barra, de que tinha sido encarregado por sua Magestade, estando ele com os seus ajudantes de ordens almoçando pão de farinha alva com presunto de fiambre, hum dos barqueiros, que ali os havia conduzido em um barco, e que também

---

(1) FRANCISCO FERREIRA NEVES, *Breve História da Barra de Aveiro*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 3, vol. I, 1935. Considerem-se igualmente desse estudo, as transcrições que daqui em diante se façam, sem qualquer referência de origem.

(2) LUÍS GOMES DE CARVALHO, *Memória Descritiva...*, separata do vol. XIII do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, págs. 35 e 36. Este aviso seguiu-se a outro de fim de Março em que o Secretário de Estado dos Negócios do Reino ordenou a Valleré que reparasse as ruínas da *Ponte de Coimbra* causadas por um grande aluvião.

estava almoçando pão de milho com cebola, disse a outro dos seus companheiros:

— Eu serviria de melhor vontade a Sua Magestade se tivesse o mesmo almoço que têm estes senhores.

Logo que meu pai ouviu esta prática, caminhou para ele, e lhe disse: meu bom amigo, podemos hoje ter essa glória. E instando com o barqueiro conseguiu que trocassem os almoços.»

Por sua vez, Christovam Ayres de Magalhães Sepúlveda, na sua *História Orgânica e Política do Exército Português*, vol. XVI, Coimbra, 1929, pág. 154 e segs., transcreveu um memorial, do próprio punho de Valleré, descrevendo os serviços prestados a Portugal, e em que assinalando ter estado em Aveiro e examinado o rio Vouga, afirma ter principiado a tirar as plantas necessárias para sobre elas fixar a sua barra e aperfeiçoar a navegação deste rio.

Embora não se conheça qualquer documento que no-la indique, é muito natural que Valleré tenha formado a opinião de que a solução do problema só se encontraria com a abertura duma nova barra. Com os nivelamentos a que terá procedido, outro fito não teve senão achar uma saída fácil de abrir, para as águas que inundavam e poluíam a região.

Este juízo é-nos mais ou menos confirmado pelo facto de «em 18 de Outubro deste mesmo ano de 1788 já a Câmara contava que a Rainha mandasse abrir brevemente a barra, pois já tinha mandado fazer há pouco tempo a planta a hidráulicos e engenheiros».

*

Até esta altura duas espécies de intervenções estiveram em despique, quanto ao modo de resolver o problema da barra: uma, recomendando a actuação na região central da laguna a sul da Senhora das Areias e até ao Forte Novo; outra, defendendo a acção na região lagunar do sul, da Vagueira até Mira, tendente a fixar a barra imposta pelos condicionalismos da natureza.

A primeira solução, apesar de ter sido patrocinada desde longa data por engenheiros (já em 1687 dois ditos holandeses, depois de permanecerem em Aveiro durante 14 meses em observações maregráficas e outras, teriam aconselhado a abertura duma barra em S. Jacinto) nunca logrou a aprovação do governo, pelos exagerados meios monetários exigidos, e não só.

Com efeito, pelo menos desde os tempos da intervenção do capitão-mor de Ílhavo João de Sousa Ribeiro, que um precon-

ceito dominava o espírito das gentes mais poderosas e influentes da região: e era o de que a barra, na proximidade do rio Vouga, prejudicaria totalmente os campos da vila de Angeja, pois se temia viessem a ser invadidos pelas águas salgadas.

Um pequeno episódio, transmitido por Francisco Ferreira Neves, ilustra-nos com evidência, como era difícil convencer certos proprietários a concordarem com o radicalismo de certas soluções, uma vez que elas arrastariam certamente à modificação do *statu quo* territorial, digamos assim.

Possivelmente algumas obras aconselhadas por Valleré ocasionaram o «corte de uma marinha chamada *Casamenteira*, pertencente a José Maria Rangel Mascarenhas de Quadros, e pelo prejuízo requereu este indemnização a S. M., sendo, o requerimento apresentado à Câmara em 17 de Janeiro de 1790. Foi aprovado, apesar de a marinha não fazer sal há 40 anos».

À medida que as condições de afastamento e entupimento da barra pioravam, mais insustentável se tornava o viver do pobre indígena, obrigado a respirar o ar pestilento das águas estagnadas e a ver deteriorar-se a economia da região.

Daí que a Câmara acabasse por limitar as suas ambições, pois em sessão de 5 de Maio de 1791, resolveu unicamente «representar a Sua Magestade sobre a grande precisão de um canal ou «desaguadouro», por onde saíssem para o mar as imensas águas que se juntavam na ria e aqui se demoravam».

Devido a impedimento por motivos de saúde do titular, era agora o provedor da comarca de Aveiro, NUNO DE FARIA DA MATA E AMORIM, que servia de Superintendente e, dando conta para a Corte, das preocupações em que Aveiro se encontrava, obteve como resposta o aviso seguinte:

> «Sendo vista a Conta de Vm. na data de 6 do corrente mez de Maio sôbre a conferência em Comarca no dia 5, a respeito da Lei de 28 de Março, e natureza, applicação, e destinos das imposições d'essa cidade e Camara, devo dizer a Vm., para pôr a Camara na verdadeira intelligencia d'este assumpto, que nem a dita Lei dispõe, nem na sua execução se-ha-de praticar cousa alguma que aggrave os encargos, que esses Póvos sofrem, mas antes muito pelo contrário a primeira applicação do producto das imposições d'éssa Comarca ha de ser em benefício d'ella.
>
> As Obras da Barra, quanto à abertura ha tantos annos projectada, outros tantos ha que por custosas experiencias se-tem visto serem de maior dificuldade do que se pensava. Quanto porêm áquellas Obras da Barra, que se dirigem a preservar essa Cidade do ar pestilente de aguas encharcadas, e corruptas, devem sempre praticar-se, e applicar-se para ellas a somma necessaria, que ha de sair das ditas imposições com preferencia a qualquer outra

biblRIA

applicação. E como actualmente parece haver necessidade de se-proceder a este trabalho Vm. informará sem perda de tempo sôbre isto, orçando pouco mais ou menos sôbre a Obra que agora se-julgar necessaria, quanto ella importará, podendo já entrar-se na mais urgente com a despêsa de até 400.000 réis.

N'ésta occasião encarrego a Vm. o Exame da Ponte sôbre o Rio Vouga, com a individuação do estado em que ella se-a-acha, quantos arcos se-achão inteiros, e quantos arruinados, e se os pégões de uns e outros estão seguros. Sôbre este exame, a que Vm. ha-de proceder com alguns Mestres, ou pessoas intelligentes, aos quaes depois sucederão outros de mais confiança que me-proponho mandar, fará Vm. um orçamento da somma que poderá importar ésta Obra.

Estas diligências vão dirigidas a Vm. no impedimento do Corregedor da Comarca que poderá depois ser encarregado, permittindo-o a sua saude, e outras considerações. = Deos Guarde a Vm. Palacio de Nossa Senhora d'Ajuda em 18 de Maio de 1791. = José de Seabra da Silva. =

Snr. Provedor da Comarca de Aveiro.» (1).

bibRIA

*

NUNO DE FARIA DA MATA E AMORIM, a 9 de Junho de 1791, propôs a abertura dum regueirão ou canal, meio quarto de légua abaixo de S. Jacinto ou Senhora das Areias.

Tal projecto foi aceito, como o mostra o aviso régio de 6 de Julho de 1791, com a condição de ser primeiramente examinado pelo professor hidráulico ESTÊVÃO CABRAL, pois que este certamente apontaria «alguma providência de maior segurança e utilidade»:

«Sua Magestade querendo prover em beneficio da Saude dos moradores d'essa Cidade, e em utilidade dos habitantes d'essas visinhanças, He Servida Ordenar, que se-proceda logo á abertura de um Rigueirão ou Canal, que córte de Nascente ao Poente o Isthmo que divide o Mar Oceano do interior, abaixo da Capella de S. Jacintho, que he o lugar insinuado pela mesma corrente das aguas, e demonstrado deste antigo tempo pela Construcção do Forte que ahi se-edificou para cobrir a Barra.

Este Rigueirão, ou Canal deverá ser limitado na sua largura, como aquelle que sómente se-prepara a dar saída

(1) *Idem, ibidem*, págs. 37 e 38.

ás aguas encharcadas, e entrada aos barcos que frequentão esse porto; removendo por ora toda a idéa de abertura de Barra, ou Canal para entrada de navios; pois que tendo mostrado uma custosa experiencia ha tantos annos, que n'ésta Obra maior se-tem trabalhado debalde, deve merecer maior consideração o intentalla de novo por meio de novas medidas e novos Planos, não só para essa abertura, mas para a fortificação e defeza do Porto; de que parece não se ter feito conta até agora.

Sua Magestade encarrega a Vm. a Intendencia d'esta Obra, confiando que Vm., pelo conhecimento que d'ella tomou, pela informação e proposta que mandou á Sua Real Presença na data de 9 de Junho d'este anno, ha-de executalla com toda a prontidão e economia; para ella poderá Vm. despender até a somma de oito contos de reis, que he o em que ella foi orçada. Deverá Vm. porêm no fim de cada mez dar conta por esta Secretaria d'Estado dos Negócios do Reino do estado d'ésta Obra, notando a gente que trabalha, a despeza que com ella faz, e as esperanças que conceber pelo que se-vai fazendo. E ainda que não pareça necessario mandar Engenheiro para ésta Obra, com tudo sempre advirto a Vm. que em Obras d'agua, assim para servir d'ellas, como para dirigir as correntes vê mais um Professor Hydraulico, que todos os Engenheiros da Profissão d'aquelles que andárão na grande Obra d'essa Barra.

Como em Coimbra está Estevão Cabral, que não tem Patente de Engenheiro, mas que é Professor Hydraulico, pede a prudencia que elle examine esta abertura que vai a fazer-se, e examine o Plano que se-tem feito, e de cuja execução Vm. vai encarregado; e póde acontecer que elle com as suas luzes aponte alguma providencia de maior segurança e utilidade. Ele poderá chegar ahi para este fim sómente de examinar o Plano, devendo immediatamente voltar para assistir ás Obras do Mondego de que está encarregado, e assim lhe-faço Aviso por ésta posta.

= Deos Guarde a Vm. Palacio de Nossa Senhora d'Ajuda em 6 de Julho de 1791. = José Seabra da Silva. = Snr. Provedor da comarca de Aveiro.» (1).

Ao que parece foi encarregado da abertura do regueirão o engenheiro LOUIS D'ALINCOURT, mas este pequeno canal teve breve existência, pois facilmente foram destruídas as suas débeis defesas e acabou por entupir-se; se na verdade a sua abertura chegou completamente a materializar-se.

(1) *Idem, ibidem*, págs. 36 e 37.

Segundo alguns perdeu-se no empreendimento a vultosa quantia de 40 000 cruzados, o que tolheu totalmente as pernas a qualquer outra iniciativa válida, até ao findar do século.

*

Desde então, do «Cofre das Obras da Barra» foram saindo com mais frequência e sucessivamente diversas quantias em dinheiro, por empréstimo e como meio de valer à execução de variadas obras de interesse nacional.

S. Rocha e Cunha, no seu valiosíssimo estudo *O Porto de Aveiro*, Lisboa, 1924, discriminou-nos em primeira mão (1) esses empréstimos: em 1791 seis contos para reparação de uma ponte sobre o Vouga, em 1792 seis contos para a construção da estrada Lisboa-Porto; em 1794 oito contos para as obras de encanamento do rio Mondego e mais doze contos em 1795 para as mesmas obras; em 1798 totalizaram dezasseis contos as quantias emprestadas para a construção de diversos troços da estrada de Lisboa ao Porto e também para a desta última cidade ao Campo Militar de Gilmonde, Barcelos e Casa da Fervença; e finalmente em 1801 saíram dez contos para o Real Erário.

Neste último ano o débito ao «Cofre da Obra da Barra» atingia já a enorme quantia de 170 contos.

bibRIA

*

Com propriedade podemos afirmar que nos últimos anos do século XVIII, não houve em Aveiro quem convictamente soubesse pugnar pelo seu porto.

Frustrada a abertura do regueirão acima referido, a Câmara de Aveiro, ainda «em 16 de Abril de 1794, considerando que as obras da barra se achavam há muito tempo indeferidas e atrazadas por causa da pouca diligência que se havia feito a seu respeito, sendo urgente a necessidade de se concluírem, encarregava o doutor Manuel Joaquim Lopes Pereira Negrão de conseguir na Corte providências para a conclusão das referidas obras». Posteriormente, em 1801, ano em que os sofrimentos do povo de Aveiro foram grandes, estes chegam até ao governo por intermédio da voz do dito provedor da Comarca NUNO DA MATA E AMORIM, que também servia como Superintendente.

---

(1) Recentemente EDUARDO CERQUEIRA, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 154, vol. XXXIX, forneceu mais alguns esclarecimentos sobre o assunto, com base na documentação conhecida de S. Rocha e Cunha.

Por aviso régio de 2 de Janeiro de 1802, através do ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, os ilustres engenheiros REYNALDO OUDINOT e LUÍS GOMES DE CARVALHO, foram encarregados de tomar à sua conta a resolução do problema da barra de Aveiro. Tinha-se entrado num outro período histórico destes trabalhos, e que está fora do nosso objecto, pelo menos por agora. Apenas diremos que planearam ambos a abertura da nova barra em frente do Forte Novo, e em seguida LUÍS GOMES DE CARVALHO dirigiu os trabalhos da obra. A barra foi finalmente aberta com pleno êxito no dia 3 de Abril de 1808. É a que existe actualmente.

*

Para terminarmos, daremos agora uma descrição muito sintética e um breve esclarecimento de relacionação, das cartas mencionadas no Cap. 3 e de que não tratámos.

Assim, a n.º 277 representa um levantamento da costa desde a «Cal de Ovar» até ao Porto.

A n.º 310 é a reprodução em papel «marion» da n.º 309.

A n.º 311 pode considerar-se um borrão incompleto da carta n.º 309, com elementos da n.º 308, e onde se assinala também o redente triangular proposto por Iseppi.

Finalmente a n.º 312 constitui um levantamento de toda a costa desde a barra do Porto até defronte de Mira.

É baseada nas n.ºs 277, 308, 309 e 313, e nela se representa também o projecto de Iseppi.

Pode dizer-se que abarca toda a actividade cartográfica dos engenheiros Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos na região da ria e barra de Aveiro.

*
* *

Para esclarecimento de futuros estudiosos da história da cidade de Aveiro, parece-me importante fornecer aqui uma indicação sobre o livro manuscrito que designámos por *Livro I do Registo da Superintendência da Barra de Aveiro* e também *Livro do Registo das Ordens.* A primeira designação foi colhida na conhecida *Memória Descritiva... da Abertura da Barra de Aveiro,* de Luís Gomes de Carvalho (1), e a segunda de documentação utilizada no presente trabalho.

(1) Ver pág. 19 do vol. XIII do *Arquivo do Distrito de Aveiro.*

Luís Gomes de Carvalho também o designa por *Livro I do Registo das Provisões e Ordens Régias,* vindas ao Juízo da Superintendente da Barra (1).

Eduardo Cerqueira, em dois trabalhos diferentes publicados no *Arquivo do Distrito de Aveiro,* um no n.º 149 (vol. XXXVIII) e outro no n.º 154 (vol. XXXIX), refere-se ao mesmo livro, não nos transmitindo porém designações uniformes para ele. Fala-nos em «Livro do Registo das Ordens Remetidas à Superintendência ou das que dela saíssem», «Livro dos Registos», «Livro dos Registos da Superintendência», Livro de Registo das Provisões e Ordens Régias» e finalmente *Livro Primeiro que há-de Servir para o Registo de todas as ordens de Sua Magestade para esta Superintendência e della saírem, etc.*

Não chegámos a consultar este livro, mas uma certeza fica averiguada: ele guarda-se ainda hoje nos arquivos da *Junta Autónoma do Porto de Aveiro* (ver pág. 137 do vol. XXXIX do *Arquivo do Distrito de Aveiro).* Seria de grande interesse cultural e histórico que se tomasse a iniciativa da sua publicação.

HUMBERTO GABRIEL MENDES

bibRIA

(1) Ver pág. 30 do mesmo volume.

EVOCAÇÃO [1]

FEITO silêncio na sala, um **Arauto,** *vestido à portuguesa antiga, afasta as cortinas que cerram o palco, avança ao proscénio, tira o chapéu, faz uma vénia aos espectadores, e diz:*

Silêncio, Senhores! *(Pausa).* Eu sou o Passado. Agora que neste lugar curais de comemorar o generoso sacrifício dos mártires de há um século, justo é que ante vossos olhos eu faça perpassar algumas das figuras que em tempos longínquos amaram e honraram a vila de Aveiro e a deixaram celebrada nos fastos da História. A isso vim.

DIGRIA

Primeiro quadro — O Infante D. Pedro, filho de D. João I. Foi donatário de Aveiro, depois do regresso da expedição a Ceuta. O Infante D. Pedro é que cingiu de muralhas a antiga Aveiro, das quais apenas restam umas míseras relíquias ignoradas!... *(Pequena pausa).* Aveiro deve veneração a este ínclito filho do Mestre de Avis. *(D. Pedro, louro, vestido à época, atravessa devagar a cena).* Foi, no dizer dum escritor português, «contemplativo, cavalheiroso, benigno, prudente e sábio». Viajou longamente, de 1423 a 1428, visitando a Itália, a Espanha, a França, a Inglaterra, a Flandres e a Hungria, ao serviço de cujo imperador — o imperador Segismundo — combateu contra os Turcos. «Correu as sete partidas do Mundo», e as suas viagens tornaram-se populares. Escreveu um tratado de moral — a «Virtuosa Benfeitoria» —, que atesta o vigor da sua inteligência. Vítima, porém, de intrigas mesquinhas, encontrou a morte nessa miseranda batalha de Alfarrobeira, em 1449. Assim acabou esse «estadista e filósofo, administrador e moralista», senhor de Aveiro!

---

(1) Trabalho inédito, destinado à récita de gala de 15 de Maio de 1928, realizada no Teatro Aveirense, na altura das comemorações do 1.º centenário do Movimento Liberal de Aveiro (16 de Maio de 1828). — Veja-se o *Arquivo do Distrito de Aveiro,* vol. XXXV (1969), pág. 1 a 13.

Segundo quadro — A princesa D. Joana, filha do rei D. Afonso V, o Africano, havendo renunciado ao fausto e à grandeza a que lhe dava jus a sua ínclita estirpe régia, retira-se do mundo, para toda se entregar à vida monástica da renúncia, do sacrifício e do altruísmo. E escolheu para isso a vila de Aveiro, e nesta o Convento de Jesus, de monjas dominicanas. Porque muito bem lhe quis e porque a sua vida foi simples e sempre despida de vaidades e humanos deleites é que nasceu e se espalhou pela região a fama de que a princesa Joana era santa. E hoje a cidade de Aveiro, reconhecida, conta a «Princesa Santa Juana», de quem guarda as relíquias, entre os santos da sua mais sincera piedade. *(Pausa).* Ei-la, pura e simples e sofredora, como a criou a imaginação das gentes desta terra. *(Santa Joana, vestida de freira, avança devagar, o rosário pendente, as mãos cruzadas sobre o peito, em êxtase. Depois, volve ao chão o olhar e diz vagarosamente):* «Esta é minha derradeira vontade. Faço herdeira minha alma de tudo o que me pertence e pode pertencer. Em esta maneira que deixo tudo ao moesteiro de Jesu. *Item* as doações que com este, se acharão escritas *per* mim *compram-se.* E *assi* as dívidas que for certo que devo. *Item* aos que tenho *dados alvarais* de casamentos, *dem*-lhos. *Item* aos que *forom* tomados *per* mim, *des* que estou em Aveiro. E mais *des* este tempo, a João Lopes, o Doutor; minha ama, Brites Álvares; Jorge da Silva, que hão moradias de El-rei, meu Senhor; a todos, *assi* aos que tomei como estes, paguem-se por cada ano o que monta no terço de suas moradias. *Item* escravos e escravas, seus filhos e filhas e descendentes; os cristãos e cristãs *hei*-os por forros. *Item* o robi grande de anel, ao *príncepe,* meu Senhor. *Item* a meu sobrinho, o pendente das três pedras, e o pendente da esmeralda. *Item* à senhora minha tia, o vulto. *Item* faço meu testamenteiro João Lopes, e *dem-lhe* mais vinte mil reis. *Item* faça-se do corpo o que mandar a prelada, e *pola* alma faça a que agora for. E as que vierem, o que lhe parecer razão e suas caridades quiserem, que em mim *nom* sinto merecimento. *Item* peço a El-rei, meu Senhor, se *falecer algũa* cousa *pera* se *comprir* esta derradeira minha vontade, que me faça mercê *per* onde tudo se possa *comprir.* E Nosso Senhor lhe dê a sua bênção. E *assi* lhe peço *empare* alguns moços que crio, que *nom* têm moradias. *Item* todo o dinheiro que recebeu João Lopes. E *assi* outras cousas que havia de pagar (a) *algũas* pessoas. De tudo tomei por mim conta e achei boa *pera* se encaminhar Paula e Margarida Augustinha e Maria. A cada *ũa* dez mil reis. *Item* que aqui convenha *per dereito algũas sotilezas* eu as hei por *sopridas. Item* porque *per* mim *per* outrem *nom* posso abranger a pedir a todos perdão aqui geral e a cada um em *espicial* e peço por amor de Deus, a que peço me

DGDRIA

julgue, *nom* segundo as ofensas, mas segundo sua misericór. dia. Feito a dezanove dias de Março, era 1490, estando em todo meu siso e sem cousa que possa embargar a isto não ser valioso». *(Toma a primitiva postura e sai).*

Terceiro quadro — Agora é João Afonso de Aveiro, da época grandiosa dos descobrimentos. A ele se deve o descobrimento do reino de Beni, no Rio dos Escravos, além da Mina, onde veio a falecer. Aveiro ficou assim ligado à epopeia dos descobbrimentos dos Portugueses. *(João Afonso aparece).* Olhai! No seu rosto lê-se a bravura indómita. *(João Afonso avança. Passos firmes, atitude enérgica. Sai).*

Quarto quadro — Antónia Rodrigues, linda moça de Aveiro, em cujas veias girava sangue de aventureiro sem pavor. Era de origem celta? Descendente de fenícios que aqui hajam aproado? Quem sabe?... A sua índole arrastou-a a lances perigosos. Cortados os cabelos de oiro que lhe emolduravam a graciosa cabeça, Antónia Rodrigues, vestida de grumete, embarcou para Mazagão, na África, onde assentou praça e onde venceu muitos mouros e muitos corações de donzelas, que viam no falso «*António Rodrigues*» um guapo rapaz, a quem se não dedignariam dar a mão de esposa... *(Antónia Rodrigues entra desembaraçadamente e sai).*

biblRIA

Quinto quadro — Princípios do século XIX. Estamos na época da generosíssima sedição de Aveiro de 16 de Maio de 1828, cujo primeiro centenário comemorais. Nas salas dos nobres e dos burgueses ricos dança-se o minueto. Quão longe estamos do vosso tempo! Frivolidades? Sim, talvez. Mas podeis jactar-vos de a frivolidades serdes estranhos? *(A orquestra rompe com um minueto de Haydn. Entram os pares. Dançam. Saem)* — No campo, ao ar livre; nos adros e arraiais; nos caminhos e estradas; à sombra das alpendradas e nas eiras banhadas pelo dulcíssimo luar das vossas aldeias, o povo — o eternamente alegre e o eternamente triste e sofredor; umas vezes egoísta, outras vezes bom; agora feroz e mesmo sanguinário, logo sentimental e piegas — cultivava as suas danças tradicionais, que de pais a filhos iam passando, mas hoje quase completamente esquecidas, mercê do vosso prazer em imitar e recolher o que é estrangeiro e em repelir e postergar o que é genuinamente nacional. Ela aí está, a *Ribaldeira,* para vos não mostrar igualmente os cantos e danças característicos das regiões deste adorável cantinho da Terra. *(Populares entram, dançam a Ribaldeira e saem).*

Sexto quadro — Os grilhões que acorrentavam os vossos avós e lhes escravizavam e esmagavam o pensamento quebra-

ra-os a revolução do Porto, de 24 de Agosto de 1820. Aurora esplendente e augusta! Em Coimbra, na sala dos actos grandes da Universidade, celebrava o heróico acontecimento o moço estudante João Baptista Leitão, perante a mocidade académica. O destino fez dele o autor do *Frei Luís de Sousa*, das *Viagens na Minha Terra* e das *Folhas Caídas*. Admirai-o! Vede-o que recita a ode que lhe foi inspirada pela revolução de 1820. *(Entra Almeida Garrett, rapaz novo, vestido de estudante, e recita)*

Ergo tardia voz, mas ergo-a livre
ante vós, ante os céus, ante o universo,
se os céus, se o Mundo minha voz ouvirem.

Inda a braços coa esquálida doença,
mal posso o brado alçar débil e froixo.
— Já lá estão sobre os cumes da alta glória
coroados os heróis que, ao forte impulso
de seus invictos, denodados braços,
o bárbaro colosso derrocaram
do despotismo atroz, de tirania,
que à hipocrisia e máscara traidora
e à cega venda ao louco fanatismo
com destra mão impávidos rasgaram.
— Tão nobres feitos, tão sublime arrojo
assaz dos vates ressoou na lira;
de sobejo entre nós de Pindo os cisnes
com louro eterno ao porvir mandaram;
em nossos peitos de sobejo há muito
em caracteres os gravou de fogo
a eterna gratidão dum povo livre.

Não posso eu tanto, não me atrevo, ó sócios,
mas tenho um coração que é lusitano,
mas tenho um coração que é livre e é de homem.
Livres, como ele, minha voz, meu brado
o que a alma sente vos espalha n'alma,
e o grito da razão troveja ao Mundo.

Livres!... Ah! Livre um português foi sempre,
que a morte, que os grilhões nunca o renderam.
— Sim, que essa infame, sórdida caterva,
esse rebanho vil de vis escravos
que ao ceptro da ignorância acorriam tímidos,
do nome português vergonha e opróbrio,
portugueses não são, jamais o foram.

PDBA

Sê-lo-hão esses que, envoltos nos farrapos
da avita glória que trajar não sabem,
julgam virtude o mérito da sorte
e em si pretendem concentrar direitos
que ao povo inteiro, que à Nação pertencem?
Réus de crime maior que a Terra há visto,
réus de crime maior que os céus puniram,
réus de crime maior que urdiu o inferno,
esses... lusos serão ou serão homens?
— E o nome português, o nome augusto,
ante o qual se prostrou rendida a Terra,
o nome português cabe a tal gente?
Cabe ness'outros que, afumando o trono
com torpe incenso de venal lisonja,
olhos no int'resse, ao paternal sob'rano
lhe impedem ver as públicas desgraças
gemer nos males de seu povo aflito?

Ó rei, ó pai, ó suspirado há tanto,
ah, rompe duma vez da intriga as malhas,
denso negrume que te envolve o sólio
co ceptro vingador dissipa e vinga
as injúrias do povo que te invoca.

biblRIA

Ó flor da Pátria, ó mimo de seus filhos,
ó lusitana ilustre juventude,
jugo de ferro, que pesava outr'ora
nos insofridos colos, já desfeito
em pedaços quebrou; e a mão soberba
da ignorância fanática e opressora,
que os insofridos lábios nos tapava,
ao golpe audaz caiu da Liberdade.
Anos de escravidão vingue um só dia,
séculos ganhem fugitivas horas;
em livres brados à virtude, à glória
o froixo peito aos cidadãos movamos.
Pode mais do que a espada a voz e a pena;
mas, se a espada cumprir, cinja-se a espada,
e veja o Mundo, com terror e espanto,
em cada filho de Minerva um Marte.

Tremam à vossa voz, caiam por terra
aos nossos golpes quantos se atreverem
a usurpar os direitos deste povo
que em nós, sua escolhida juventude,
a melhor esperança tem da Pátria.

Oh! Não lhe malogremos esta esp'rança.
Sejamos como sempre portugueses;
Vivamos livres... ou morramos homens.

(Acabando, retira-se)

Sétimo quadro — Elegem-se as Constituintes. Novos Fernões Vasques, Joões das Regras e Febos Monizes se vão ouvir nas cortes. Atendei! Fala o chefe da revolução do Porto, Manuel Fernandes Tomás. *(Entra Fernandes Tomás e pronuncia o seguinte discurso)* — «Senhor Presidente! Neste congresso ninguém me poderá tachar de parcial à Regência: algum tempo fui tachado de contrário a ela. Se para isto havia ou não motivos, não é do que se trata. Vamos à questão. O que primeiramente me parece que devemos fazer é julgar este negócio com entendimento reponsado, e a sangue frio. Não se trata de Teles Jordão; não se trata do homem: trata-se da justiça e do facto. Diz-se que é sujeito de muito mérito, e eu não o duvido, ainda que alguma coisa poderia acrescentar do que tenho ouvido sobre o seu comportamento no Alentejo. Mas ele não foi demitido por benemérito, nem por pouco benemérito, senão pelos crimes que a Regência diz que cometeu naquelas circunstâncias. Diz-se que tais crimes não aparecem. Eles estão provados por aquele modo que a Regência julgou que era bastante, pois que estava autorizada para isso. A Regência tomou as suas informações e decidiu segundo elas. Além disso, publicamente se diz que o tal Jordão escolhia aquele *esconderijo* do passeio público para dizer que aquela espada tinha feito as Cortes, e que as podia desfazer. E dizia isto a toda a gente que se chegava a ele, porque os mais fugiam. Isto está provado. Pode ser que na prova haja falsidade, mas não compete ao Congresso ajuizar disso. Por que razão se há-de dar por despótica a Regência? Que provas há disto? Onde estão elas? Como se pode tratar por este modo a Regência, quando este Congresso acaba de elogiá-la por um decreto? Esta é a maior contradição que pode haver. Concedo que a Regência obrasse mal; a Comissão não havia de dizer que obrou despoticamente? Onde estão as provas que o confirmam? Suponhamos que entendeu mal o decreto, e vamos a ver o que ele diz. Que diz o décreto? — Que aqueles que forem demitidos possam justificar-se. Que quer Jordão? Justificar-se? Pois justifique-se! Mas que seja restituído ao seu emprego antes de justificar-se — é cousa que não esperava ouvir em um lugar como este. Ser restituído, depois de ter sido demitido por um governo autorizado, e depois de uma prova do seu delito?! É cousa que não entendo. E diz-se que se quer a

BIBRIA

regeneração da Pátria! Assim se regenera a Pátria: estando hoje a mandar uma coisa e mandando amanhã o contrário! É isto conforme ao Governo constitucional ou a outro qualquer que seja justo? É por este modo que estas cousas hão-de ir adiante? Eu não sei o que isto quer dizer; o que somente sei é que a Pátria não se há-de salvar assim. Caindo na incoerência de haver hoje por bem o que amanhã se tem por mau não se salva a Pátria. Ninguém fala das promoções; disto ninguém fala. Sabe Deus se se fizeram muitas injustiças e se foram conculcadas muitas leis, para que ele saisse brigadeiro! Argumenta-se com as promoções... As promoções foram filhas das circunstâncias; foram filhas das espadas que nos mandavam. E acaso trata-se agora disto? Se Jordão quer justificar-se, justifique-se embora. Então requeira e então se decidirá se há-de ser restituído ao seu posto. Mas antes disso, não! Parece-me também que, se por se haver demitido se acha necessitado, se lhe dê uma pensão, para a qual eu serei o primeiro que vote. Mas restituído a um posto sem ser justificado?! Não deve ser! Eu não sei que as suas feridas o possam desculpar do delito que cometeu, se este é certo. É preciso que sejamos francos e justos! Doutro modo, não se salva a Pátria. Esta não pode existir com aqueles que querem combinar Babilónia com Sião; que querem ser constitucionais, e agradar a todos os partidos. Isto não pode ser! Devem sair dos seus postos os que não foram dignos da confiança pública! *(Pausa considerável).* O ilustre preopinante tem notado em mim contradições, porque eu disse há poucos dias que a qualquer era permitido julgar mais ou menos acertados os decretos das Cortes. Ainda o digo hoje. Mas a questão do brigadeiro é diferente. Não se trata disso, senão da calúnia. E eu não sustentei que ninguém pudesse caluniar, nem creio que ninguém possa ter direito para isso. Se a liberdade de imprensa dá direito para caluniar não sei. Eis aqui a questão. O brigadeiro foi demitido por caluniador. Se a Comissão de guerra tivesse provas que fizessem ver o contrário, eu seria o primeiro a aderir ao parecer da Comissão. Mas onde estão estas provas? Não as há. — É de necessidade que se justifique aquele homem, e o decreto o autoriza para se justificar; mas em conselho de guerra não, porque ele não é militar. Eu estimarei que ele apareça muito bem justificado. Nem pessoalmente o conheço, nem tenho nada com ele. — É preciso fazer como os Gregos. Entre estes, não havia mais que ficar em casa, ou ir para a praça: quem ia para a praça era dum partido; quem ficava em casa era de outro. Não há meio termo: ou é constitucional, ou não é. Quem é constitucional fique no seu lugar; quem não é constitucional vá para a rua! Isto é que é necessário e indispensável, e requeiro que nesta questão se vote nominalmente, porque estas são cousas de muita transcendência. A modera-

biblRIA

ção é boa dentro de certos limites. Não devemos ser vítimas dela. Depois de sermos degolados, então nos fariam eles o nosso processo! Pois façamo-lo primeiro a eles! Aqui não se trata de fazer a desgraça dum homem: trata-se de salvar a Pátria da ruína» (1). *(Acaba. Toma uma atitude de serenidade e sai).*

Oitavo quadro — Mas Portugal voltara à escravidão. Os absolutista, com D. Miguel à frente, usurpador e perjuro, sufocaram a Liberdade, e os grilhões de novo afligiram este bom povo. Aveiro, e depois outras terras, revoltou-se. Joaquim José de Queirós preparou a resistência contra a opressão. Mas o seu esforço e o dos seus colaboradores não produziram o resultado que esperavam. Foram ao patíbulo muitos liberais, foram perseguidos outros, homiziaram-se inúmeros. Os que pagaram com a vida o seu muito amor à liberdade encararam com serenidade a morte injusta e infamante. Será necessário provar-vo-lo? Sem dúvida... Alguém, alguém do vosso tempo vos poderá ler a carta que o condenado Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, de Aveiro, escreveu à filha na véspera do dia em que seria enforcado — 6 de Maio de 1829. Documento simples, profundamente enternecedor. *(Entra uma mulher com um papel manuscrito e lê):*

«A vicissitude da sorte, querida filha, tão variável como a chamada fortuna, colocou ao teu carinhoso pai na lista dos criminosos, e hoje é vítima do ódio, da vingança e da arbitrariedade. Próximo já dos últimos momentos, de ti me recordo com vivíssima saudade. Eu te consagro os meus suspiros, como o vínculo mais doce que prende a minha existência. A tua memória me é cara e no meu inopinado infortúnio tua imagem querida existe a par de mim. Tu perdes um pai, o melhor dos teus amigos; ele é roubado ao teu coração inocente para ser votado ao cadafalso; mas nem por isso é hoje indigno de ti. Sem protecção e sem abrigo, a tua perda é irreparável, e eu espero, minha filha, que nunca a vejas indemnizada: ninguém substituirá a teu pai. — Muito desejo te conserves sem alguma outra relação social, para não empenhares teu coração na sorte dum outro homem em quem se puna, como em mim, a virtude e ponha a tua em lances amargurados. Se, porém, outro for o teu destino, te rogo que prefiras um homem dos sentimentos e dos princípios de teu pai, na certeza de que nem estes nem o patíbulo, em que vou terminar meus dias, podem servir-te de opróbrio. Adeus, minha querida filha; adeus para sempre». *(Sai).*

---

(1) *«Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa», n.º 140, págs. 1710 a 1712, 31 de Julho de 1821.*

Nono quadro — Foi, pois, forçoso que a Liberdade abundantemente se baptizasse com o sangue dos heróis. Esse sangue foi fecundo. Benditos sejam os mártires! Glória aos seus nomes! *(Pausa).* E, pois que vos trouxe a lembrança dos tempos idos e junto de vós cheguei, volvo de novo ao passado, levando às sombras dele a certeza de que sabereis viver no futuro o que lá vai mas não morre! *(Desaparece. Levanta-se o pano do fundo, rapidamente. À volta da figura da Liberdade, de algemas partidas, forma-se o orfeão, que entoa a marcha — «1828» —, finda a qual o pano desce).*

JOSÉ TAVARES

bibRIA

AS IDEIAS LIBERAIS DE JOSÉ MARIA TEIXEIRA DE QUEIRÓS, PAI DO ROMANCISTA EÇA DE QUEIRÓS

José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, era filho do desembargador Joaquim José de Queirós (1724-1850), chefe da revolução liberal portuguesa de 16 de Maio de 1828, nasceu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1820, e formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, no ano de 1841.

biblRIA

O desembargador Joaquim José de Queirós teve de sua mulher D. Teodora Joaquina além do referido José Maria, mais os seguintes filhos:

Joaquim Augusto, que foi magistrado; Bernardo, que foi director do Correio de Aveiro; João Teixeira de Queirós, coronel, falecido em Goa; D. Maria Emília, casada com o Dr. António José da Rocha, que foi presidente do Supremo Tribunal de Justiça; e D. Ana Libânia, que faleceu solteira na cidade de Aveiro, a 30 de Maio de 1852.

O desembargador Queirós vivia com sua esposa e filhos ainda de pouca idade, no aprazível e fértil lugar de Verdemilho, próximo de Aveiro, à data da revolução de 1828 que tinha por fim derrubar o regime absoluto de D. Miguel e restaurar a Carta Constitucional de 1826, outorgada aos portugueses por D. Pedro IV. Frustrada esta revolução, o desembargador Queirós teve de se exilar na Inglaterra e depois na Bélgica para salvar a vida, pois veio a ser condenado à morte por garrote. Os filhos ficaram em Verdemilho, fazendo os seus estudos de humanidades em Aveiro.

Joaquim José de Queirós regressou a Portugal no ano de 1832 com o exército libertador de D. Pedro, que após uma luta difícil, derrotou definitivamente o exército absolutista,

restabeleceu o regime constitucional, e expulsou de Portugal para sempre D. Miguel, ficando no trono a rainha D. Maria II.

Joaquim José de Queirós voltou ao seu cargo de Desembargador da Relação do Porto, e ficou sempre um liberal moderado no meio das lutas que posteriormente surgiram entre os próprios liberais portugueses.

Mais tarde foi ministro da justiça, de 18 de Dezembro de 1847 a 21 de Fevereiro de 1848.

*

O Dr. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DE QUEIRÓS foi contemporâneo das lutas liberais portuguesas, e teve pleno conhecimento dos trabalhos e sofrimentos de seu pai por motivos das suas ideias liberais e actividades revolucionárias.

Era natural que ele tivesse sido influenciado por estes acontecimentos e outros análogos ocorridos em outros países, e por isso tivesse adquirido forte consciência liberal, o que de facto aconteceu como veremos.

Além das tendências políticas liberais, o Dr. Teixeira de Queirós possuía também tendências e aptidões literárias. Com efeito, enquanto frequentou a Universidade, publicou diferentes artigos e poesias na *Crónica Literária* da Nova Academia Dramática de Coimbra e no *Ramalhete*. Em 1841, ano em que concluiu a sua formatura em Direito, publicou um poema em sete cantos, intitulado *O Castelo do Lago*, escrito nos moldes da literatura da época. No prólogo deste poema declarou Teixeira de Queirós:

biblRIA

«É nesta época de regeneração literária em que o génio, saindo da ignorância que seguira o grande século de Luís XIV, começa com a revolução, nas ideias e nas opiniões de há quarenta anos, uma nova época da literatura em que eu com arrojo de mancebo, no alvorecer da vida e minguado de necessário saber, vou publicar um poema».

«Possam, ao menos, os meus vinte e um anos de idade revelar-lhe os defeitos inseparáveis de uma primeira composição».

O Dr. Teixeira de Queirós seguiu a carreira da magistratura judicial. Estava-se em pleno domínio político de António Bernardo da Costa Cabral. Em 1844 já era delegado do procurador régio em Vila Nova de Famalicão. Em 22 de Agosto deste ano foi transferido para a vila de Ponte de Lima.

Em 1845 ainda se encontrava solteiro em Ponte de Lima, e de um deslize amoroso com D. Carolina Augusta Pereira de Eça, moradora em Viana do Castelo, proveio um filho natural

que nasceu na Póvoa do Varzim a 25 de Novembro de 1845, foi baptizado em Vila do Conde na igreja matriz a 1 de Dezembro do mesmo ano, e veio a ser o notável romancista José Maria Eça de Queirós.

Dificuldades de várias ordens devem ter obstado ao imediato consórcio de Dr. Teixeira de Queirós com D. Carolina Pereira de Eça, mas o caso foi sanado com o seu casamento em Viana do Castelo, no dia 3 de Setembro de 1849, e na igreja do antigo convento de Santo António.

*

O Dr. Teixeira de Queirós e sua mulher e seu filho José Maria vieram então para Verdemilho para viverem em casa de seu pai e sogro, o velho desembargador Queirós. Mas este já pouco tempo teve de vida, pois lá faleceu no dia 16 de Abril de 1850, e no cemitério de Verdemilho foi sepultado.

Teixeira de Queirós tinha deixado a magistratura por motivos políticos, talvez no ano de 1848, na época das perseguições feitas aos setembristas pelos cartistas, após a convenção de Gramido, relativa ao fim do movimento revolucionário de 1847.

Considerava-se aveirense, e os de Aveiro também como tal o consideravam. Aqui tinha feito todos os seus estudos preparatórios para a entrada na Universidade e aqui tinha muitos amigos e antigos condiscípulos. De Aveiro eram também naturais antepassados paternos, tais como André de Almeida e Pinho do qual provinha o apelido *Almeida* de que Teixeira Queirós usava.

Aveiro era então um centro político liberal avançado, aqui residindo políticos que se tinham distinguido nas lutas contra o absolutismo e entre facções conservadoras e progressistas.

Em Verdemilho também passara a viver desde 1850 Manuel Firmino de Almeida Maia (1), que tomara parte nas revoluções populares e militares de 1846 e 1847 contra o despótico governo cabralista. Com todos estes democratas convivia o Dr. Teixeira de Queirós, mas este era um revolucionário nas ideias e não nas praças.

MOVIMENTO DA REGENERAÇÃO

Em 1851 o marechal duque de Saldanha promoveu uma revolta contra o governo presidido desde 19 de Junho de 1849 por António Bernardo da Costa Cabral, conde de Tomar (2),

(1) Nasceu em Aveiro a 19 de Janeiro de 1824 e aqui faleceu a 30 de Julho de 1897. Teve acção de relevo na política aveirense.

(2) Nasceu em Fornos de Algodres a 9 de Maio de 1803, e morreu no Porto em Agosto de 1889. Nomeado conde de Tomar por decreto de D. Maria II, de 8 de Setembro de 1845.

como desagravo das injustiças e ofensas que este governo lhe vinha fazendo. Tinha Saldanha salvo a causa dos Cabrais em 1846 e 1847, mas apesar disto, o conde de Tomar demitira-o de todos os lugares de confiança política, e dos altos cargos que exercia no Paço, tendo ficado reduzido ao soldo da sua elevada patente. Então, em fins de 1850 o duque de Saldanha promoveu uma revolta para derribar o governo com o auxílio dos *patuleias* e do Conde das Antas.

Iniciou-se o movimento revolucionário em Lisboa no dia 7 de Abril de 1851, e no Porto no dia 24 de Abril no quartel de Santo Ovídio, com o pronunciamento de caçadores 9 e infantaria 2.

Em 25 de Abril a revolta estava triunfante. A rainha demitiu o conde de Tomar de presidente do Conselho e de ministro do reino, e substituiu-o pelo duque da Terceira. Depois, por decreto de 1 de Maio foi Saldanha nomeado presidente do Conselho e ministro do reino.

O movimento revolucionário de 1851 foi chamado *regeneração*, porque conduziu o país a novos métodos de governo e de administração que lhe deram sossego e notável prosperidade material.

bibRIA

«Em 1851 principiou uma época florescente para a classe operária. As lutas civis haviam cessado, a tranquilidade que daí proveio, fez com que as ideias se voltassem para o lado prático e útil, desenvolvendo-se duma maneira prodigiosa o espírito de associação.

O jornalismo, que até aí era limitado, tomou o lugar que lhe competia, e todas as classes tiveram os seus advogados na imprensa.

Em Lisboa fundou-se o centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas. Como órgão das classes trabalhadoras, o *Eco dos Operários*, que tinha interrompido a sua publicação no ano anterior, saiu novamente à luz; e finalmente a descrença tinha sido substituída pela mais viva fé e actividade».

Em Coimbra fundou-se a «Sociedade de Instrução dos Operários» em 4 de Outubro de 1851.

Os jornais que se publicavam em Portugal em 1851, eram:

«Periódico dos Pobres», Porto; «Noticiador comercial portuense», Porto; «A Revolução de Setembro», Lisboa; «Industrial portuense», Porto; «Suplemento burlesco ao Patriota», Lisboa; «Jornal do Povo», Porto; «A Lei», Lisboa; «O Porto e

Carta», Porto; «O Conservador», Lisboa; «A Imprensa», Lisboa; «O Globo», Lisboa; «A Reforma», Lisboa; «A Justiça, Lisboa; «O Braz Tizana», Porto; «O Nacional», Porto; «O Liberal do Mondego», Coimbra; «O grátis», Lisboa; «A Nação», Lisboa; «O Ecco Popular», Porto, e «O Observador», Coimbra.

«O Observador» começou a publicar-se em 16 de Novembro de 1847. Este jornal passou mais tarde a denominar-se *O Conimbricense.*

FUNDAÇÃO DO JORNAL «O CAMPEÃO DO VOUGA»

Manuel Firmino de Almeida Maia, morador em Verdemilho, frequentava a Casa da Oliveirinha de que era senhor Francisco Joaquim de Castro Corte Real, pai de José Luciano de Castro, estudante de Direito na Universidade de Coimbra.

Manuel Firmino propôs em 1851 a este a fundação em Aveiro de um jornal «político, literário e comercial», com o nome de *O Campeão do Vouga* (1) e de feição liberal, de que seria redactor-principal o Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós.

Estes três concordaram na fundação do periódico, que seria bi-semanário, e o seu primeiro número foi publicado no dia 14 de Fevereiro de 1852.

bibRIA

O 1.º número de *O Campeão do Vouga* tinha a seguinte organização:

Parte política — artigo de José Maria de Almeida Teixeira de Queirós.
Folhetim — Soneto — *Ao amor da Pátria, e Campeão do Vouga,* por Francisco Joaquim Bingre; e *Invocação,* poesia por Bernardo de Magalhães.
Introdução literária — por José Luciano de Castro.
O jornal e o distrito — artigo de F. M. de Sousa Brandão.

JOSÉ LUCIANO DE CASTRO nasceu na Casa de Oliveirinha a 14 de Dezembro de 1834, e formou-se em Direito na Universidade de Coimbra a 11 de Julho de 1854. Faleceu em Anadia a 9 de Maio de 1914. Militou no partido progressista, e em Dezembro de 1885 foi eleito chefe deste partido, e manteve a chefia até Outubro de 1910, data em que foi proclamada a República.

FRANCISCO JOAQUIM BINGRE nasceu a 9 de Julho de 1763 no lugar e freguesia de Canelas, na margem direita do rio Vouga.

---

(1) *O Campeão do Vouga,* a partir de 12 de Novembro de 1859 passou a denominar-se *O Campeão das Províncias.*

Foi poeta e sócio da Academia dos Árcades, onde tinha a designação de *Cisne do Vouga*.

Escreveu também muitas composições dramáticas. Faleceu em Mira, aos 26 dias do mês de Março de 1856, com 92 anos de idade.

BERNARDO DE MAGALHÃES (ou Bernardo Xavier Rodrigues de Magalhães) nasceu em Aveiro a 21 de Outubro de 1830. Estando a frequentar em 1853 o segundo ano da faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, abandonou subitamente os estudos, e tendo obtido transporte num navio de comércio, foi tentar fortuna nas minas de ouro da Austrália, de onde escreveu algumas cartas muito interessantes a seu irmão BENTO DE MAGALHÃES, advogado, que foram publicadas no «Campeão do Vouga», e reproduzidas no «Arquivo do Distrito de Aveiro», no volume XV, págs. 236 e 239. Passados anos regressou a Portugal sem ter conseguido os fins que o tinham levado à Austrália, mas tendo-se ilustrado muito durante a sua emigração, obteve por concurso a cadeira de língua francesa e inglesa no liceu de Aveiro de que tomou posse em 28 de Abril de 1862, a qual regeu com elevada competência.

No *Campeão do Vouga* publicou, além da *Invocação*, outras poesias e vários artigos em prosa.

Faleceu a 15 de Abril de 1882 (1).

FRANCISCO MARIA DE SOUSA BRANDÃO nasceu na freguesia de Mosteirô, concelho da Feira, a 11 de Maio de 1818. Sentou praça em 26 de Fevereiro de 1834 e foi despachado alferes em 28 de Julho de 1837. Com muita distinção fez em Paris o curso

DIGRIA

---

(1) ROCHA MARTINS, ao descrever o texto do n.º 1.º do *Campeão do Vouga*, a págs. 218 da sua obra *Os românticos antepassados de Eça de Queirós*, Lisboa, 1945, confunde BERNARDO DE MAGALHÃES, autor da poesia «*Invocação*» (que por lapso diz ser «*Inovação*), com seu irmão BENTO DE MAGALHÃES, ou, de nome completo — Bento Xavier Rodrigues de Magalhães.

Com efeito, diz, referindo-se a Bernardo de Magalhães:

«Tratava-se de um aveirense ilustre, fluentíssimo orador, advogado notável que tinha naquela época a cidade do redactor-principal do periódico e devia ter sido seu contemporâneo na Universidade, grande pela sua palavra inopinada, era também poeta e dera largas à musa, tanto lírica como satírica, nas páginas da gazeta e de outras publicações.»

Ora isto diz respeito a Bento de Magalhães, excelente advogado, nascido em Aveiro em 1820, e irmão do poeta Bernardo de Magalhães nascido em 1830, e estudante de Direito em Coimbra, no ano de 1851. O Dr. Bento de Magalhães é que devia ter sido condiscípulo de José Maria Teixeira de Queirós. Foi também presidente da Câmara Municipal de Aveiro em 1852 e 1853.

de pontes e calçadas, e como engenheiro prestou relevantes serviços ao seu país.

Assistiu em 1848 à proclamação da república francesa em Paris.

*
* *

JOSÉ MARIA TEIXEIRA DE QUEIRÓS foi um liberal avançado ou progressista. Ele revela claramente as suas ideias políticas e sociais no artigo que escreveu no 1.º número no jornal *O Campeão do Vouga*, de 14 de Fevereiro de 1852. Aqui se confessa adversário intransigente do absolutismo político, e firme partidário do liberalismo. Analisa a revolução política da Europa desde a fundação da República francesa de 1792 até à data do citado artigo. Marca os grandes factos políticos que ocorreram desde a revolução francesa e perturbaram gravemente a vida política, social e económica da Europa, até os princípios da segunda metade do século XIX.

Assim, refere-se à proclamação da república na França em 22 de Setembro de 1792, e à difusão das ideias de liberdade proclamadas por esta nação contra a velha organização absolutista dos estados da Europa. Põe em relevo os triunfos militares e políticos do imperador de França, Napoleão I, e a sua derrota pela coalizão europeia chamada *Santa Aliança*, formada pela Rússia, Áustria e Prússia. Os exércitos dos aliados invadem a França, entram em Paris a 12 de Abril de 1811, e obrigam Napoleão a abdicar em Fontainebleau a 11 de Abril de 1814.

O Congresso de Viena (1814-1815) procura então regular a nova organização dos estados nos moldes absolutistas anteriores à Revolução Francesa.

A política europeia era dominada por Metternich, chanceler da Áustria. Por sua inspiração, o absolutismo tinha-se renovado. Apareceu o terror a quebrar toda a iniciativa liberal.

Os aliados colocam, por isso, em 1815, no trono da França Luís XVIII, irmão do rei Luís XVI, executado em 21 de Janeiro de 1793 pelos revolucionários.

Faleceu Luís XVIII em 16 de Setembro de 1824, sem descendência, e sucedeu-lhe seu irmão Carlos X. Este, nomeia o ministério reaccionário Polignac em 8 de Agosto de 1829.

*
* *

Passados quinze anos, nos dias 27, 28 e 29 de Julho de 1830, os franceses destroem o absolutismo do rei Carlos X e aclamam rei o duque de Orleães LUÍS FILIPE, o *rei cidadão* (monarquia

biblRIA

de Julho), que prestou juramento no dia 9 de Agosto de 1830 perante os deputados e pares reunidos. Opondo-se mais tarde este rei às reformas liberais, a França levou a efeito em Paris uma revolução nos dias 23, 24 e 25 de Fevereiro de 1848, que expulsou Luís Filipe do trono, proclamou a república, e organizou um governo provisório.

Fez-se a Constituição francesa de 12 de Novembro de 1848, e por ela o presidente da república seria eleito por um prazo de quatro anos mediante sufrágio universal.

Foi eleito presidente o príncipe Luís Napoleão Bonaparte, terceiro filho de Luís Bonaparte, e sobrinho de Napoleão I.

A República Francesa ia fazer enfraquecer a Santa Aliança. A Quádrupla Aliança — Inglaterra, França, Portugal e Espanha — era um forte bloco político e militar estabelecido em 22 de Abril de 1834 para se opor no ocidente da Europa à Santa Aliança; com ela o liberalismo ia reforçar-se e alargar-se. As nações oprimidas aspiravam à sua independência e liberdade.

A INSURREIÇÃO DE PARIS EM JUNHO DE 1848

biblA

No governo provisório de 1848 e na Assembleia Constituinte estavam representados o partido socialista e outros partidos. Entre eles havia discordâncias e chegaram a uma luta feroz nas ruas de Paris nos três dias 23 a 25 de Junho de 1848. A bandeira vermelha aparecia nas barricadas contra a bandeira tricolor de 1789. Houve inúmeros mortos, entre os quais quatro generais, e o próprio arcebispo de Paris quando exortava os combatentes à paz.

Para as colónias foram deportados 4 000 insurrectos sem julgamento.

Triunfou a República, mas muito se debilitou com a hostilidade das classes operárias contra o novo regime, bem como de outras classes conservadoras que julgavam o regime inquinado de socialismo.

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DA REPÚBLICA FRANCESA

Na Itália, cujas nações estavam sob o domínio da Áustria absolutista, fermenta o liberalismo e faz-se a propaganda da união dessas nações em República Romana.

Os italianos batem as tropas austríacas.

Em 18 de Março de 1848 Berlim insurrecciona-se, e o rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, promete uma Constituição e a convocação de uma Assembleia Nacional. E os estudantes da Universidade saudam-no como Imperador da Alemanha.

Em Viena o povo revolta-se; e o imperador FERNANDO I outorga uma Carta Constitucional. Mas o povo impõe-lhe em seguida a convocação de uma Assembleia Constituinte. E esta reuniu em 22 de Julho.

O imperador, embaraçado com outras questões políticas, abdica a 2 de Dezembro de 1848 em favor de seu sobrinho FRANCISCO JOSÉ.

A contra-revolução na Europa desenvolve-se agora continuamente, mas a reacção não tardaria a aparecer.

*
* *

Para boa compreensão do assunto que estamos tratando, vamos reproduzir aqui as palavras que José Maria do Casal Ribeiro, liberal revolucionário do movimento de 1847, escreveu em 1848 num opúsculo referindo-se aos soldados e ao Povo.

«Quereis comparar a tirania com a liberdade? Olhai para a Espanha e para a França. Este ano de 1848, que ainda em menos de metade do seu curso já tem legado à história tão larga herança, este ano de 1848 já viu aquem e além dos Pireneus correr o sangue do soldado de envolta com o sangue do povo. Em Madrid venceu o despotismo, em Paris triunfou a liberdade. E no dia imediato ao do combate em Madrid fuzilavam-se os prisioneiros, e em Paris perdoava-se aos vencidos.

Em Madrid um governo retrógrado e feroz agarrado ao simulacro de um poder que desaba, que se esmigalha nessa luta teimosa contra as ideias e a verdade, devora nos paroxismos do seu furor sanguinário as vítimas que lhe caíram nas mãos, e pretende — insensato! — sustentar sobre cadáveres um trono que vacila.

Em Paris, o povo generoso porque é verdadeiramente grande, o povo justo porque nele ainda a moral do evangelho não foi sufocada pelos cálculos vis do interesse e da ambição, o povo que vence, que despedaça um trono, que reconquista a sua soberania inalienável, o povo estende mão de amigo aos que ainda na véspera apresentavam uma muralha de baionetas como resposta aos seus clamores de reforma; o povo conduz aos hospitais e às ambulâncias os soldados feridos no combate, e são eles os primeiros, que experimentam os seus desvelos fraternais; o povo, que batalhou como herói nas barricadas, diz ao seu inimigo de ontem — vem partilhar o nosso pão, vem sentar-te à nossa mesa, ver abraçar teus irmãos!» (1).

---

(1) J. M. DO CASAL RIBEIRO, *O Soldado e o Povo*, págs. 15 e 16. Coimbra, Tipografia do *Observador*, 1848.

A DITADURA DE LUÍS NAPOLEÃO

A Assembleia legislativa francesa, na qual os monárquicos estavam em maioria, elegeu a 10 de Dezembro de 1849 o príncipe LUÍS NAPOLEÃO BONAPARTE para presidente da República, durante quatro anos.

No dia 2 de Dezembro de 1851 ele deu um golpe de Estado, dissolvendo o parlamento e decretando que a sua magistratura fosse prolongada por mais dez anos.

No seu *Apelo ao Povo* dizia:

«Hoje que os homens que perderam já duas monarquias querem ligar-me as mãos para derrubar a República, o meu dever é frustrar os seus pérfidos projectos, manter a República e salvar o país, invocando o julgamento solene do único soberano que reconheço em França — o Povo.»

Luís Bonaparte apresentou as bases para a nova Constituição política da França, restabeleceu o sufrágio universal e marcou um plebiscito a realizar em 14 de Dezembro de 1851. O plebiscito aprovou por enormíssima maioria de votos as pretensões de Bonaparte que detinha agora todo o poder executivo.

Porém, a cidade de Paris levantou as suas barricadas no dia 3 de Dezembro, e declarou LUÍS NAPOLEÃO BONAPARTE fora da lei. Travou-se terrível batalha que se estendeu a todo o país. Mas as forças militares e civis partidárias de Bonaparte esmagaram os republicanos, os socialistas, e os liberais. E então milhares de cidadãos foram presos ou deportados e os exílios foram sem conta.

Em 21 de Novembro de 1852 fez-se um plebiscito para eleger um imperador para a França, LUÍS NAPOLEÃO BONAPARTE ficou vencedor quase sem oposição, e foi proclamado imperador com o nome de NAPOLEÃO III.

Caíra a segunda república francesa.

Assim se transformou o liberal príncipe-presidente da França, Luís Napoleão Bonaparte, em Imperador-ditador.

*

A implantação do império na França fez desenvolver a reacção na Europa contra a democracia e constitucionalismo. Mas NAPOLEÃO III declarou que não faria da guerra os alicerces para o seu império. Não cumpriu, porém, a sua promessa. O império não podia subsistir sem guerra, e a guerra fez-se.

biblRIA

*

JOSÉ ESTÊVÃO APRECIA A EVOLUÇÃO POLÍTICA DA EUROPA APÓS A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM 1848

O aveirense José Estêvão, grande orador e parlamentar liberal, foi contemporâneo da proclamação da república em França em 1848, e dos factos que ocorreram nos estados da Europa depois desta proclamação, especialmente as tentativas que as nações fizeram para restaurar o absolutismo.

Tem, portanto, alto valor histórico o depoimento que José Estêvão fez num artigo que publicou em 1853, no *Campeão do Vouga*, a propósito da morte da rainha liberal D. Maria II em 15 de Novembro de 1853. Neste artigo ele nos descreve as mutações políticas do constitucionalismo para o absolutismo nos estados europeus, e nos informa da resistência que a rainha D. Maria II opôs a tal mudança em Portugal.

Aqui registamos o trecho do artigo de José Estêvão onde descreveu estes factos:

bibRIA

«Todos sabemos como a revolução de 1848 fez renegar as doutrinas constitucionais a reis, a príncipes, a sábios, a estadistas, a próceres, e a populares. Todos sabemos com que afan, com que zelo se travaram desde então as alianças para desterrar do solo europeu os princípios da razão, de direito e de humanidade, que foram o resultado de locubrações desapaixonadas, de experiências infelicíssimas, e de calamidades tremendas.

A rainha encarou com o seu natural desassombro esta vaga política e ousou opor-lhe a pequenez dos seus estados. Declarou-se sem rebuço contra todas essas tentativas liberticidas, e assim como só na Europa em quadras de geral tranquilidade viu seus povos revoltosos e inquietos, também nesta deturpação e flagelo universal decidiu concorrer por sua parte para que não entrasse em nossa terra o contágio reaccionário, a vertigem opressora.

As suas ideias sobre a política da maior parte dos soberanos europeus eram conhecidas. Nem a rainha se acanhava de as declarar. Dizia-as aos embaixadores, dizia-as às pessoas suas conjuntas. E não se contentava de exprimir a sua opinião; empenhava a sua autoridade real para a converter em factos políticos, protestando pela liberdade do seu governo, pela independência do seu arbítrio».

Vamos finalmente reproduzir o artigo do Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, com que abriu em 14 de Feve-

reiro de 1852 o primeiro número do jornal *O Campeão do Vouga:* e pelo qual tomamos conhecimento das suas firmes e esclarecidas opiniões liberais e sociais.

*

PARTE POLÍTICA

AVEIRO, 14 DE FEVEREIRO

«*O Campeão do Vouga* começa hoje a sua publicação. Estamos entrados no ano de 1852, em que vão talvez decidir-se os destinos da Europa, e escrever-se o grande Evangelho político, pelo qual há-de definitivamente ser governada.

Está iminente uma luta de morte entre a reacção e a revolução liberal. A força está armada contra as ideias, o braço contra a inteligência, a escravidão contra a nacionalidade. A época da transição vai passada; e um dos dois poderes há-de erguer-se forçosamente sobre o aniquilamento do outro. É por isso, que neste ano todas as forças da inteligência devem de convergir no ponto, onde as chama o estandarte da regeneração europeia. Nós também aí concorremos por meio da imprensa, que é onde devem debater-se os princípios da governação pública, e pugnar-se pelas grandes reformas.

Não escrevemos agora um programa, ou manifesto político. Ao publicarmos, porém, *O Campeão do Vouga*, cumpre dizer, qual é a bandeira, debaixo de que ele milita. Pertencemos ao grande partido liberal. Temos uma crença firme no progresso do espírito humano; e é dele que esperamos a aurora da redenção.

É omnipotente a força das ideias. A civilização de há cinquenta anos dirige os povos para uma época, em que há-de brilhar com todo o esplendor o sublime princípio da liberdade humana. E embora combatido em suas mais nobres aspirações, em seus pensamentos mais elevados, em suas tendências mais generosas, há-de erguer-se acima de todas as malquerenças, e preconceitos, e reunir os homens diante da mesma lei, e em volta do mesmo estandarte, símbolo de uma completa transformação social. É que a civilização, caminhando na sua escala ascendente, tem de levar a organização política ao ponto possível de perfectibilidade humana.

Que importa, que todas as forças reaccionárias se armem contra as tendências invariáveis do nosso século? A antiga

sociedade há-de forçosamente reconstruir-se, mesmo no meio dos combates de um grande cataclismo político.

Talvez o sangue de muitos mártires regue ainda essa árvore, que frutifica! Embora: que o estandarte da nova lei há-de a final desdobrar-se, em toda a sua magnificência, sobre as ruínas da velha sociedade europeia.

Os factos falam bem alto: e nada há, que resista à sua incontestável omnipotência. A França de 1792 proclamou o princípio da liberdade, a fraternidade humana. A coalisão europeia tentou abater, não tanto o poder colossal de Napoleão, como as ideias liberais, que a França primeiro proclamara no entusiasmo do seu generoso patriotismo.

A vitória sorriu às armas dos aliados, porque o Imperador separando-se da nacionalidade francesa, quis resistir-lhes somente com os restos mutilados dos seus soldados de Austerlitz, e do Marengo; e por fim Luís XVIII, que representava os princípios caídos com a cabeça de Luís XVI, entrou triunfante em Paris no meio das bagagens dos exércitos estrangeiros. Mas o resultado de tudo isso foi, que, quinze anos depois, esse mesmo espírito de liberdade, e nacionalidade francesa rasgou as ordenanças de Polignac, queimou no fogo das barricadas o manto do rei legítimo, e colocou a coroa de Carlos X na cabeça do rei cidadão. E quando este, passados dezoito anos, quis opor-se às reformas liberais, que a França reclamava, das janelas do Hotel de Ville foi anunciada à Europa a queda da monarquia de Julho, e a proclamação da república: e o velho rei, cujas antigas desventuras deviam ter feito mais cauteloso, expiou no exílio de Claremont o crime de uma reacção imprudente.

A liberdade da Polónia foi esmagada pelos exércitos do Czar. Já lá vão vinte anos, e ainda hoje a Polónia é ocupada militarmente; porque as aspirações liberais, e os brios de nacionalidade não se extinguiram nos corações generosos daquela nação de heróis.

Os romanos proclamaram do alto do Capitólio a liberdade da Itália. O sangue dos descendentes de Bruto foi derramado pelas espadas da própria França republicana; porém Pio IX só pode dormir tranquilo no seu palácio pontifical, escoltado pelas guardas pretorianas de Bonaparte.

Seria longo historiar o que se passa nos outros reinos da Europa. São factos de grande alcance político, que estão presentes a todos. E tudo revela um protesto enérgico contra as tendências da reacção.

A Europa está numa revolução permanente. E se até hoje a artilharia dos potentados da terra tem abafado esses brados

de emancipação política, se muitos apóstolos das grandes ideias têm expirado nos cadafalsos *conservadores*, quem não vê, que dessa luta incessante da igualdade contra o privilégio, da legalidade contra o arbítrio, da razão, e da inteligência contra a força bruta, há-de sair triunfante, o princípio que tende a substituir a barbaridade pela civilização, a ignorância pelo ensino, a miséria pelo trabalho, a escravidão pela nacionalidade? Quem não vê que a onda revolucionária há-de, mais tarde, ou mais cedo, romper os diques, em que por ora está represada, e aluir na sua ressaca o velho edifício da sociedade europeia?

Não é dado à razão humana assinar precisamente os acontecimentos futuros. Entretanto a história tem a filosofia. A lógica dos factos é invariável, e omnipotente. E pelo cálculo das probabilidades políticas, não duvidamos asseverar, que a Europa marcha para a sua completa regeneração.

A revolução liberal caminha ao passo que a ilustração vai chegando a todas as classes, e que a razão e inteligência do povo se desenvolve, e engrandece. É por esse modo, por meio da educação pública e da liberdade da palavra, e do pensamento, por meio da liberdade da imprensa; e dos debates parlamentares, que nós queremos; e há-de efectivamente operar-se essa revolução, que tem de dar um impulso vigoroso a todos os elementos da vida pública.

BIBRIA

Nós, porém, o partido liberal português, não podemos tomar parte muito activa nessas grandes evoluções políticas. Deixemos que outros sejam os arquitectos da grande obra, e conduzamos apenas os materiais para ela. Cumpre-nos somente acompanhar as grandes nações no movimento das suas ideias, na ilustração dos seus pensamentos, na grandeza das suas aspirações.

Somos uma nação pequena, que pouco vulto faz no meio dos potentados da terra. Já houve tempo em que Portugal podia arremeçar a uma das conchas da balança a sua consideração política, e fazer pender para esse lado os destinos da humanidade. Hoje, porém, os povos vivem unicamente da actualidade; e são mesmo outros nas condições da sua grandeza.

As nossas gloriosas recordações, as tradições honrosas de nossos feitos, devem servir-nos só de incentivos para nos erguermos à altura do nosso antigo poder. Se nos pomos a contemplar o passado, como um fidalgo contempla os seus pergaminhos de muitos séculos, e não tratamos do presente, nem do futuro; se queremos viver unicamente do que já fomos, então nunca sairemos das bagagens dessa grande cruzada de

ilustração, e nacionalidade, que vai percorrendo o mundo e fazendo a conquista dos corações, e das inteligências. Desenganemo-nos, que nem a espada do Condestável, nem a ciência de João das Regras, nem as descobertas de Vasco da Gama, nem o génio de Marquês de Pombal, podem, como simples tradições, dar-nos assento no grande congresso europeu.

É necessário que sejamos revolucionários; mas nas ideias, e não nas praças. Têm-nos alcunhado de anarquistas, e demagogos; talvez porque não sabem apreciar a sensatez do nosso juízo, a elevação das nossas ideias, a prudência das nossas aspirações; talvez mesmo porque querem indispor-nos com a nação, e com a Europa. Ou é um erro ou uma deslealdade. Não renegamos as nossas crenças, nem encobrimos as cores da nossa bandeira: mas temos bastante prudência para não comprometer o futuro com as nossas leviandades. O convénio de Gramido deixou-nos amargas recordações.

Somos altamente revolucionários nas reformas internas do país. Dêem-nos um governo que atenda as necessidades públicas, que promova o crédito, a viação, a educação popular, a organização do trabalho, e todas as mais reformas económicas, e administrativas, de que o país carece, e seremos eminentemente conservadores».

DIGITALIA

*

TEIXEIRA DE QUEIRÓS SAI DA REDACÇÃO DO JORNAL

A regeneração política de 1851 tinha estabelecido a paz entre os partidos políticos, os ódios e rivalidades tinham desaparecido, e o país iria adquirir a prosperidade de que muito necessitava. A regeneração beneficiou também pessoalmente o Dr. Teixeira de Queirós, visto que em Abril do dito ano foi reintegrado no seu cargo de delegado do procurador régio e colocado num dos tribunais do Porto.

A função jornalística e residência em Verdemilho e Aveiro do Dr. Teixeira de Queirós ia, portanto, findar muito em breve. Tinha de fixar a sua residência na cidade do Porto, e por isso pediu a sua demissão de redactor do *Campeão do Vouga* em 17 de Abril de 1852, em carta redigida nos seguintes termos:

Il.mo Sr. Editor:

Brevemente parto para o Porto, onde vou residir. Assim, não posso continuar na redacção do Campeão do Vouga; *pois entendo que se não pode redigir bem um jornal, a não ser na própria terra, em que ele se publica.*

Julgo que não faço falta na redacção; e que será fácil achar quem me substitua. Ninguém o deseja mais do que eu, deixando, muito a meu pesar, a redacção do jornal, levo comigo a consolação de que, na parte política, que foi a de que eu me ocupei, não ofendi pessoa alguma, e guardei todas as conveniências que tornaram respeitável a imprensa periódica, e a levam à altura da sua verdadeira missão.

Espero que V. S.ª, e o público, me façam a justiça de acreditar que, se deixo a redacção do jornal, é pelo imperioso motivo que acima disse.

Os meus princípios políticos não mudaram. Posso dizer afoutamente, que não mudarão; porque são filhos duma convicção profunda e da experiência que tenho dos homens, e das cousas. Apesar dos meus poucos anos, politicamente, tenho vivido muito. Assim vai caminhando este nosso século; que, hoje, em política, vive-se mais em um dia, que os nossos antepassados viveram em muitos anos.

Termino esta carta, fazendo sinceros votos, para que o Campeão do Vouga *tenha uma longa duração, e para que o distrito de Aveiro anime esta empresa, que é toda patriótica.*

Tenho a honra de ser com a maior consideração.

Aveiro, 17 de Abril de 1852.

De V. S.

Amigo mt.º obrig.º

José Maria de Almeida Teixeira de Queiroz

bibRIA

A direcção política do jornal passou então a ser exercida por José Luciano de Castro, que era um dos seus mais assíduos colaboradores.

TEIXEIRA DE QUEIRÓS CONTINUA A SUA CARREIRA DE MAGISTRADO JUDICIAL

O Dr. Teixeira de Queirós saiu de Aveiro em 1852 para exercer no Porto o cargo de delegado do procurador régio.

Em 2 de Julho de 1858 foi nomeado juiz do primeiro distrito criminal do Porto. Em Outubro de 1861 foi transferido a seu pedido para o tribunal de Vila Franca de Xira, e em 1867 já era juiz de um tribunal de Lisboa.

Seu filho José Maria Eça de Queirós tinha-se matriculado no primeiro ano de direito da Universidade de Coimbra e acabou o curso no dia 22 de Junho de 1866, e imediatamente esta-

beleceu escritório de advogado em Lisboa, e começou a escrever na *Gazeta de Portugal* de que era director Teixeira de Vasconcelos.

José Maria Teixeira de Queirós pertencia ao partido progressista e foi deputado na legislatura de 1869. Em 1870 foi nomeado desembargador da Relação dos Açores e em 17 de Dezembro de 1878 foi transferido para a Relação de Lisboa.

Entretanto seu filho José Maria tinha-se tornado escritor e romancista notável, não em estilo romântico como seu pai, mas sim realista.

O Dr. Teixeira de Queirós sentia-se orgulhoso dos triunfos literários de seu filho.

Em 1887 foi eleito par do Reino, e finda a legislatura, abandonou definitivamente a política. E em 27 de Março de 1900 foi nomeado juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

Faleceu em Lisboa no dia 30 de Janeiro de 1901. Seu filho Eça de Queirós já tinha falecido no dia 16 de Agosto de 1900, em França, na sua residência de Neuilly. Era então cônsul de Portugal em Paris.

bibRIA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado da pág. 240)

M

421 Frei **Manuel de S. João Baptista** — Agostinho Descalço e missionário na ilha de S. Tomé; *natural de Morgado, freg. de S. Miguel do Souto, Feira;* filho natural do P.e *Manuel Correia da Silva, reitor da igreja de S. Miguel de Souto,* natural do Porto, e de *Maria Manuel, natural e moradora em Morgado;* neto paterno de Baltasar Correia e de Benta Marques, moradores no Porto, na rua da Ferraria de Cima, freg. de N.a Sr.a da Vitória, e materno de *Gaspar Dias* e de *Maria Manuel,* lavradores, *naturais e moradores em Morgado.*

Provisão de Comissário na ilha de S. Tomé de 12 de Dezembro de 1724.

Manuel — m. 262, n.º 1784

422 P.e Frei **Manuel de S. José** — religioso da Ordem Terceira de S. Francisco, leitor de Teologia nas cadeiras de Véspera; *natural de Ribeira, freg. de S. Cristóvão de Ovar,* e morador no Convento de N.a Sr.a de Jesus, da mesma Ordem, em Lisboa; filho de *Diogo Soares,* alfaiate, *natural da freg. de S. Pedro de Sanfins, Feira,* e de *Maria Francisca, natural de Ribeira, e aí moradores;* neto paterno de *Domingos Soares,* lavrador, *natural de Vila de Pereira* (1), *freg. de S.ta Maria de Válega, Ovar,* e de

(1) Actualmente é freguesia com o orago de *S. Vicente, do conc.º de Ovar.*

Maria Fernandes, natural de Sanfins, e aí moradores, e materno de *Filipe Francisco,* lavrador, *natural da Vila de Pereira,* e de *Maria Antónia, natural de Ribeira, e aí moradores.*

Provisão de Qualificador de 30 de Junho de 1734.

Manuel — m. 183, n.º 1965

423 Frei **Manuel de S. Tomás** — religioso da Sagrada Ordem dos Pregadores, Doutor na Sagrada Teologia pela Universidade de Coimbra e lente no Colégio de S. Tomás de Coimbra; *natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão;* filho de *Manuel Fernandes Cruzeiro* e de *Joana Maria, naturais e moradores em Ovar;* neto paterno de *Manuel Fernandes* e de *Sebastiana Rodrigues,* e materno de *Gaspar Tomé* e de *Isabel Fernandes,* todos igualmente *naturais e moradores em Ovar.*

Provisão de Qualificador de 13 de Agosto de 1751.

Manuel — m. 66, n.º 1350

biblA

424 P. Frei **Manuel de S. Tomás** — no século *Manuel Marques Ribeiro,* religioso da Ordem dos Pregadores, presentado em Teologia e prior do Convento de S. Tomás da cidade de Goa; *natural da freg. de S. João Baptista de Cedrim, Sever do Vouga;* filho de *Manuel João Feijão,* carpinteiro, *natural de Cedrim,* e de *Catarina Ribeiro, natural de Paçô, Cedrim, moradores em Cedrim;* neto paterno de *João Marques Feijão,* carpinteiro, e de *Domingas João, naturais e moradores em Cedrim,* e materno de *Manuel Fernandes Gesta, natural de Paçô,* e de *Maria Manuel, natural de Carrazedo, Cedrim, lavradores em Paçô.*

Provisão de Deputado de Goa de 21 de Fevereiro de 1769.

Manuel — m. 198, n.º 1108

425 Lic.º **Manuel Saraiva** — natural e morador em Coimbra, na rua Larga, filho de José Saraiva, carpinteiro, e de Ângela da Silveira, naturais do Burgo de S.ta Clara, Coimbra, e moradores na citada rua Larga; neto paterno de Luís Fernandes, natural do Burgo de S.ta Clara, e de *Margarida Dias, natural da freg. de S. Vicente de Sangalhos, Anadia,* filha de *Diogo Fernandes* e de *Catarina Pires,* lavradores, também *de Sangalhos,* e materno de Manuel João, pedreiro, e de Maria Francisca, naturais do Burgo de S.ta Clara, na rua das Parreiras, e todos moradores no referido Burgo.

Em 25 de Maio de 1694 o habilitando partiu para Goa com quatro pensões, de Deputado, de Promotor, de Ordenado e de aposentadoria para casar.

Manuel — m. 53, n.º 1133

426 **Manuel da Silva** — *natural da vila de Aveiro,* e morador no Reino de Angola; filho de *Roque Fernandes Refóios,* e de *Maria da Silva, moradores em Aveiro;* neto paterno de *Joana Enes de Refóios* e de *Isabel Afonso, naturais da freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja,* e materno de *Pero Fernandes Barreto* e de *Isabel Soares, moradores na Granja, freg. de S.to Isidoro de Eixo* (1), *Aveiro.*

Informação para Familiar de 17 de Junho de 1621.

Manuel — m. 2, n.º 51

427 **Manuel da Silva**—*natural de vila de Eixo, freg. de S.to Isidoro, Aveiro,* e morador em Lisboa; filho de *Sebastião da Silva* e de *Maria Pais, naturais e moradores em Eixo;* neto paterno de *Jorge da Silva* e de *Leonor Soares, naturais da Granja, freg. de S. Paio de Requeixo, Aveiro,* e materno de *Paulo Gonçalves, tabelião do público nas vilas de Angeja e Pinheiro,* e de *Isabel Pires, naturais de Eixo, e aí moradores.*

Informação para Familiar de 20 de Novembro de 1617.

Manuel — m. 4, n.º 118

428 **Manuel da Silva** — *natural de Vila Fria, freg. de S. João Baptista da Silva Escura, Sever do Vouga;* filho de *Simão Fernandes* e de *Isabel André, naturais e moradores em Vila Fria;* neto paterno de *Fernando Enes* e de *Joana Simões, naturais e moradores em Vila Fria,* e materno de *João André* e de *Maria Dias, naturais de Senhorinha, freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Sever do Vouga,* e igualmente *moradores em Vila Fria.*

Negada a carta de Familiar por se reconhecer não ter capacidade, além da vileza no seu modo de vida, andando descalço na sua fazenda, trazendo feixes de erva às costas e outras operações vis, indignas desse cargo, em 14 de Agosto de 1695.

Manuel — m. 47, n.º 1058

(1) Actualmente da *freg. de S. Paio de Requeixo, Aveiro.*

biblRIA

429 Lic.º **Manuel da Silva** — *natural e morador na freg. de S. Miguel de Fermelã, Estarreja;* filho de *Manuel de Almeida* e de *Maria da Silva, naturais e moradores em Fermelã;* neto paterno de *João de Almeida, natural de Fermelã,* e de *Antónia Francisca, natural da freg. de S. Tomé de Canelas, Estarreja,* e materno de *André Gonçalves,* também *natural de Fermelã,* e de *Maria Francisca, natural de Silvares, freg. de S.to André de Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis, todos moradores em Fermelã.* O habilitando teve vários filhos naturais, dois, *Maria* e *Juliana,* de *Isabel Gonçalves, a «Parreta»,* solteira, filha de *António Fernandes,* sirgueiro, e de *Isabel Gaspar Pires,* solteira, e quatro, *Manuel, Esperança, Francisca* e *Maria,* de *Maria Soares,* também solteira, filha de *Manuel António Barreto* e de *Isabel Fernandes, todos* igualmente *naturais e moradores em Fermelã.*

Já Familiar em 14 de Março de 1696.

Manuel — m. 46, n.º 1029

430 **Manuel da Silva** — contratador; *natural da freg. de S.ta Maria de Ul, Oliveira de Azeméis;* filho de *Domingos da Silva* e de *Domingas Fernandes, naturais e moradores em Ul;* neto paterno de *Pedro Fernandes* e de *Maria Fernandes, todos* igualmente *naturais e moradores em Ul;* ajustado para casar, em 1741, então morador em Estremoz, com Catarina da Silva Gioa, natural e moradora em Estremoz, filha de José Banha Gião, Familiar do S.to Ofício, natural de Évora, e de Mariana da Silva Soeiro, natural de Vila Viçosa, moradores em Estremoz, neta paterna de Manuel Banha Gião e de Catarina Tavares, moradores em Évora, e materna de Manuel Gomes e de Inês da Silva, moradores em Vila Viçosa.

Carta de Familiar de 29 de Maio de 1736.

Manuel — m. 110, n.º 2025

431 **Manuel da Silva**—*contratador do sabão da vila de Aveiro; natural e morador em Aveiro;* filho de *João André, natural de Vale de Ílhavo, freg. de S. Salvador de Ílhavo,* e de *Maria da Silva,* natural de Bornes, freg. de S. Martinho, Vila Pouca, *moradores em Aveiro, freg. do Espírito Santo;* neto paterno de *Manuel André, natural de Vale de Ílhavo,* e de *Maria Afonso, natural de Aveiro, freg. de S. Miguel, moradores em Vale de Ílhavo,* e materno de Amaro Pires e de Guiomar Dias, naturais e moradores em Bornes; casado com *Francisca Gomes, natural de Aveiro,* filha de *João Gomes de Tomar,* natural de Seiça, junto de Ourém,

e de *Maria André, natural de Aveiro, freg. de S. Miguel, e aí moradores na freg. do Espírito Santo,* neta paterna de João Luís, natural de Besteiros, Ourém, e de Andresa Gomes, natural de Seiça, e aí moradores, e materna de *André Fernandes, natural da freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia,* e de *Catarina Gaspar, natural de Aveiro, freg. de S. Miguel, e aí moradores,* e irmã de *Francisco Gomes de Góis,* juiz de fora na Ilha da Madeira e Familiar do S.to Ofício.

Carta de Familiar de Outubro de 1694.

Manuel — m. 48, n.º 1066

432 P.e **Manuel da Silva** — *cura da igreja de S. Bartolomeu de Veiros, Estarreja; natural da freg. de Santiago de Beduído, Estarreja;* filho de *Marcos da Silva,* lavrador, *natural de Beduído,* e de *Vicência da Silva, natural da freg. de S.ta Marinha de Avanca, Estarreja, moradores em Beduído;* neto paterno de *António Marques da Silva,* lavrador e *sargento-mor da Comarca de Esgueira,* também *natural de Beduído,* e de *Isabel Valente, natural de Cristelo, freg. de S. Vicente da Branca, Albergaria-a-Velha,* igualmente *moradores em Beduído,* e materno de *João Dias,* lavrador, *natural de Outeiro, freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis,* e de *Maria da Silva, natural de Avanca, e aí moradores.*

Provisão de Notário de 3 de Setembro de 1697.

Manuel — m. 47, n.º 1055

433 **Manuel da Silva** — mercador; natural e morador em Coimbra; filho de Manuel da Silva, mercador, e de Domingas Lopes, naturais e moradores em Coimbra, freg. de S. Bartolomeu; neto paterno de João da Silva, natural de S. João de Longos Vales, termo de Monção, e de Maria Gonçalves, a «Cabecinha», natural da freg. de S.ta Cruz de Coimbra, e materno de António Lopes Barqueiro, o «Manane», e de Esperança Rodrigues, a «Pastora», naturais de Coimbra, freg. de Santiago; casado com Maria de Lemos, natural de Coimbra, filha de Elias Álvares, mestre de obras, natural de Cassemos, freg. de Sazes, e de Maria de Lemos, também natural de Coimbra, freg. de S.ta Justa, neta paterna de Pedro Álvares, mestre de obras, natural de Moledo, Caminha, e de Maria Francisca, natural de Cassemes, e aí moradores, e materna de *Gonçalo Fernandes, natural de Seara, freg. de S. Miguel de Oliveira do Bairro,* e de *Guiomar de Lemos, natural de*

LIBRIA

Melada, freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia, moradores em Coimbra; enviuvando, ajustado para casar, em 1710, com *Sebastiana Maria, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Ó de Barcouço, Mealhada,* filha de *José de Oliveira,* ourives, e de *Maria Leitoa,* naturais de Coimbra e *moradores em Barcouço,* neta paterna de Manuel Gonçalves, ourives, e de Antónia Gomes, e materna de Miguel Rodrigues, escrivão do eclesiástico, e de Maria Leitoa, todos igualmente naturais de Coimbra, sobrinha paterna de Antónia Gomes, casada com António Simões, e materna de Francisca de Oliveira, mãe de Manuel de Oliveira, ambos ourives e Familiares do S.to Ofício, e prima materna de Manuel Carvalho Leitão e do Dr. *Francisco de Figueiredo Pereira, morador na sua quinta da Boa Vista, freg. de N.ª Sr.ª do Ó de Barcouço,* também Familiares.

Carta de Familiares de 27 de Outubro de 1702.

Manuel — m. 56, n.º 1182

434 P.e **Manuel da Silva** — *reitor da igreja de S.to Tirso de Paramos, Espinho; natural de Assões, freg. de S. Cristóvão da vila de Ovar;* filho de *Gabriel Fernandes, natural de Assões,* e de *Francisca da Silva, natural de Brejo, Ovar, moradores em Assões;* neto paterno de *Manuel Fernandes* e de *Maria André, de Assões,* e materno de *Manuel da Silva* e de *Isabel de Oliveira, de Brejo.*

Provisão de Comissário de 18 de Julho de 1761.

Manuel — m. 180, n.º 1919

435 **Manuel da Silva Aranha** — *natural e morador na freg. de S. Pedro de Canedo, Feira;* filho de *Manuel da Silva* e de *Isabel Fernandes, naturais e moradores em Canedo;* neto paterno de *Clemente Aranha* e de *Natália da Silva,* e materno de *Lourenço Gonçalves* e de *Maria Fernandes, todos igualmente naturais e moradores em Canedo,* à excepção da *avó materna nascida na freg. de S.ta Maria de Fiães, Feira;* casado com *Luísa Tavares, natural de Framil, Canedo,* filha do capitão *António Dias Mano,* Familiar do S.to Ofício, e de *Ana Tavares, naturais e moradores em Framil,* neta paterna de *Manuel Francisco Mano,* filho de *Domingos Gonçalves* e de *Catarina Francisca,* e de *Maria Fernandes,* filha de *Baltasar Dias* e de *Maria Fernandes, todos* também *naturais e moradores em Framil,* e materna de *António Tavares,* filho de *Diogo Fernandes* e de *Guiomar Tavares, naturais de Sandim de*

Baixo, Feira (1), e de *Maria Pinta, moradora, com seu marido, em Framil,* filha de *Domingos Gonçalves* e de *Maria Pinta, naturais de Carvoeiro, Canedo.*

Carta de Familiar de 19 de Fevereiro de 1732.

Manuel — m. 104, n.º 1922

436 **Manuel da Silva Grilo** — Familiar do S.to Ofício (2); natural de Alvarelhos; ajustado para casar, em 1697, com *Isabel Gomes, natural e moradora na Murtosa, freg. de S.to André de Mosteirô, Feira,* filha de *André Gomes, natural da Murtosa,* e de *Maria Fernandes, natural da freg. de S. Pedro de Cesar, Oliveira de Azeméis, moradores na Murtosa,* neta paterna de *André Rodrigues* e de *Maria Antónia,* igualmente *naturais e moradores na Murtosa,* e materna de *António Alves, natural de Cesar,* e de *Lucrécia Fernandes, natural da freg. de S. Miguel de Milheirós de Poiares, Feira, e moradores em Cesar.*

Aprovadas as diligências de Isabel Gomes, para efeitos de casamento, em 21 de Dezembro de 1697.

Manuel — m. 271, n.º 1904

bibRIA

437 **Manuel da Silva Lopes** — homem de negócio; natural da freg. de S. Pedro de Rates e morador no Porto; filho de Custódio da Silva, natural da freg. de S.to Adrião de Macieira, e de Maria Lopes, natural de S. Pedro de Rates, e aí moradores; neto paterno de Manuel Francisco Cavaleiro, natural de S. Pedro de Rates, e de Maria Gonçalves, natural de Macieira, e aí moradores, e materno de António Francisco e de Maria Lopes, naturais e moradores em S. Pedro de Rates; ajustado para casar, em 1748, com Teresa de Jesus, natural e moradora no Porto, filha de Manuel Ferreira Pereira, natural da freg. de S. João de Eiriz, Paços de Ferreira, e de *Brites Mendes de Espírito Santo, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Natividade de Macieira de Cambra, Vale de Cambra,* neta paterna de Manuel Ferreira, natural de Eiriz, e de Isabel Antónia, natural da freg. do Salvador de Penamaior, moradores em Eiriz, e materna de *Gonçalo Fernandes Rodrigues* e de *Catarina Mendes, naturais e moradores em Macieira de Cambra.*

Carta de Familiar de 29 de Março de 1742.

Manuel — m. 121, n.º 2177

---

(1) Actualmente do Conc.º de Vila Nova de Gaia.
(2) Não foi encontrado o seu processo para Familiar.

438 **Manuel da Silva Pereira** — mestre oleiro; *natural da freg. do Espírito Santo da vila de Aveiro, e aí morador na freg. de S. Miguel;* filho de *Frutuoso Pereira*, oleiro, *natural da freg. de Santiago de Beduído, Estarreja*, e de *Maria da Silva, natural de Aveiro, freg. do Espírito Santo, e aí moradores;* neto paterno de *Manuel Pereira*, vendeiro, e de *Madalena Tavares, naturais e moradores em Santiago de Beduído*, e materno de *Geraldo Vieira*, organista, *que trabalhara no Mosteiro de Jesus de Aveiro*, natural da freg. de S. João de Lomar, Braga, morador no Campo de Santiago da mesma cidade, e de *Madalena da Silva, dos «Baixinhos»*, solteira, *criada das religiosas do Mosteiro de Jesus de Aveiro*, natural da freg. de S.to António dos Covões, Cantanhede; casado com *Maria de Oliveira, natural da freg. de S. Bartolomeu de Veiros, Estarreja*, filha de *Domingos de Oliveira Rabão* e de *Isabel João Galega;* neta paterna de *Domingos de Oliveira*, o *«Rabão»*, e de *Domingas Luís*, e materna de *Pedro João Galego* e de *Maria João, todos* igualmente *naturais e moradores em Veiros;* enviuvando, ajustado para casar, em 1758, com *Francisca Maria, natural e moradores na freg. de S. Miguel de Aveiro*, filha de *Luís Rodrigues Pardal* e de *Maria Francisca*, neta paterna de *Manuel Rodrigues Pardal*, e de *Sebastiana de Almeida*, e materna de *José Fernandes*, calafate, e de *Maria Francisca, todos naturais e moradores na freg. de S. Miguel de Aveiro.*

Carta de Familiar de 20 de Outubro de 1752.

Manuel — m. 150, n.º 1539

439 **Manuel da Silva e Santos Xavier** — advogado nos auditórios da cidade de Coimbra e dela natural; filho de Manuel da Silva Cego, natural de Beco, freg. de Farinha Podre (actualmente freg. de S. Pedro de Alva), Penacova, e de Francisca dos Santos, natural de Vale da Vinha, freg. de Farinha Podre, moradores em Coimbra; neto paterno do P.e Manuel Antunes, o «Glórias», natural de Coimbra, e de Maria da Silva, solteira, natural de Beco, moradores em Coimbra, e materno de João Gonçalves, o «Castelhano», e de Catarina Brás, naturais e moradores em Vale da Vinha; sobrinho materno de Domingas dos Santos, viúva de Miguel Martins, Familiar do S.to Ofício, e paterno de Mariana da Silva, casada com o Lic.º Cipriano Baptista de Sequeira, provedor dos cárceres da Inquisição de Coimbra; casado com Josefa Caetana Pereira, natural de Coimbra, filha de Bento Lopes, mercador, e de Quitéria Pereira, naturais e moradores em Coimbra, neta paterna de António Lopes e de Esperança Rodrigues, também

naturais e moradores em Coimbrra, e materna de António Pereira, natural de Gondelim, Penacova, e de *Helena Marques, natural de Bostelo, freg. de S.ta Eulália de Aguada de Cima, Águeda,* moradores em Coimbra, e sobrinha paterna de Domingos Lopes, mãe de Manuel da Silva, mercador e Familiar do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 19 de Janeiro de 1719.

Manuel — m. 84, n.º 1599

440 **Manuel Simões** — *natural e morador em Miragaia, freg. de S.ta Eulália de Aguada de Cima, Águeda,* filho de *António Simões,* carpinteiro e mais tarde rendeiro, e de *Maria Ferreira, naturais e moradores em Miragaia;* neto paterno do *João Simões* e de *Maria Gomes,* e materno de *Inácio Fernandes* e de *Maria Antónia,* lavradores, *todos naturais e moradores em Miragaia;* ajustado para casar, em 1742, com *Micaela de Oliveira Abrantes, natural e moradora em S. Tomé de Forcada, Aguada de Cima,* filha do capitão *João de Oliveira Ferreira, natural de Forcada,* e de sua segunda mulher *Maria de Abrantes, natural de Aguada de Cima, moradores em Forcada,* neta paterna de *João de Oliveira, natural de Forcada,* e de *Francisca Ferreira, natural da freg. de S. Martinho de Aguada de Baixo, Águeda,* também *moradores em Forcada,* e materna de *José Abrantes Teixeira, capitão-mor de Aguada de Cima, natural da freg. de S. Vicente da Vacariça, Mealhada,* e de *Feliciana Maria da Fonseca, natural de Aguada de Cima, e aí moradores.*

Carta de Familiar de 8 de Janeiro de 1742.

Manuel — m. 121, n.º 2173

441 **Manuel Simões** — natural e morador na freg. de S.to António de Covões, Cantanhede; filho de *Manuel Simões, natural de Levira, freg. de S. Miguel de Vilarinho do Bairro, Anadia,* e de Francisca Saraiva, natural de Covões, e aí moradores; neto paterno de *Tomé Domingues* e de *Maria Simões, naturais e moradores em Levira,* e materno de *Tomé Saraiva, natural de Mourisca do Vouga, freg. de S. Salvador de Trofa, Águeda,* e de Domingas Jorge, natural de Monte Arcado, Covões; casado com Rosália dos Santos, natural de Covões, filha de Manuel Francisco, natural de Monte Arcado, e de Isabel Rodrigues, natural de Covões, e aí moradores, neta paterna de Manuel Francisco, natural de Monte Arcado, e de Ana Gomes, natural de Siadoura, e materna de António Francisco Miraldo e de Maria Rodrigues, naturais de Covões; enviuvando, ajustado para

ARQUIVO

casar, em 1749, com Rosa Maria da Conceição, natural de Corticeiro Grande, Covões, filha de Manuel Mendes, natural do Corticeiro Grande, e de Bebiana Maria, natural de Corticeiro Pequeno, moradores em Corticeiro Grande, neta paterna de João António, natural de S. Caetano, freg. de Cantanhede, e de Maria Francisca, natural de Corticeiro Grande, e materna de António Domingues e de Maria Francisca, naturais de Corticeiro Pequeno; novamente ajustado para casar, em 1752, com Joana dos Santos da Cruz, viúva de Manuel Gomes, natural e morador em Forno Branco, Covões, filho de Manuel da Cruz, natural de Marvão, e de Isabel dos Santos, natural de Covões, neta paterna de Tomé Domingues, natural de Picoto, e de Isabel Francisca, natural de Mealhada de Baixo, moradores em Marvão, e materna de Manuel Domingues Ruivo e de Maria Domingues, naturais de Covões, e aí moradores.

Carta de Familiar de 20 de Março de 1747.

Manuel — m. 135, n.º 2334

442 **Manuel Simões** — natural e morador na freg. de S. Tomé de Trezói, Mortágua; filho de Manuel Rodrigues Simões, lavrador, e de Angélica Maria, naturais e moradores em Trezói; neto paterno de João Rodrigues Barba Rica, natural de Trezói, e de *Bernarda Rodrigues, natural de Parada, freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia,* moradores em Trezói, e materno de António Pereira, lavrador, e de Maria Simões naturais e moradores em Trezói; casado com *Josefa Maria, natural de Salgueiral, freg. de N.ª Sr.ª da Natividade do Luso, Mealhada,* filha de *José Pereira,* natural de Sula, Trezói, e de *Cecília Duarte, natural de Salgueiral, e aí moradores,* neta paterna de António Pereira, lavrador, natural de Sula, e de Josefa Gomes, também natural de Trezói, e aí moradores, e materna de *Manuel Moreira,* lavrador, *natural de Salgueiral,* e de *Isabel João, natural de Monte Novo, Luso, moradores em Salgueiral.*

Carta de Familiar de 17 de Outubro de 1791.

Manuel — m. 255, n.º 1671

443 **Manuel Simões** — mercador; *natural e morador na vila de Anadia, freg. de Santiago do Monte* (1); filho de *João Simões* e de *Catarina Simões,* tendeiros, *naturais e moradores na Anadia;* neto paterno de *Manuel Simões* e de

(1) Actualmente *Anadia* pertence à *freg. de S. Paio de Arcos.*

sua segunda mulher *Antónia Fernandes, naturais de Ordem, freg. de S. Pedro de Maceda, Ovar,* e materno de *Manuel Rodrigues, o «Podre», natural de Anadia,* e de *Margarida Simões, natural de Forcada, freg. de S.ta Eulália de Aguada de Cima, Águeda, todos moradores na referida vila;* casado com *Antónia Ferreira, natural de Anadia,* filha de *Francisco Ferreira,* e de *Madalena Moreira;* neta paterna de *João Ferreira* e de *Antónia Dias,* e materna de *Estêvão Moreira* e de *Maria Rodrigues, todos da vila de Anadia.*

Carta de Familiar de 30 de Abril de 1707.

Manuel — m. 64, n.º 1308

444 **Manuel Simões** — mestre alfaiate e homem de negócio; natural do Casal do Bispo, termo de Pedrógão Pequeno, e morador em Lisboa na rua da Barroca, freg. de N.ª Sr.ª da Encarnação; filho de Manuel Lopes, natural de Vale do Mogo, freg. do Castelo, termo da Certã, e de Catarina Simões, natural do Casal do Bispo, moradores na aldeia da Ametade, termo de Pedrógão; neto paterno de António Lopes e de Maria Luís, naturais e moradores em Vale do Mogo, e materno de Domingos Luís e de Catarina Simões, naturais e moradores em Casal do Bispo; casado com Teresa Maria da Fonseca, natural da vila de Aveloso, freg. de N.ª Sr.ª do Pranto, Meda, já viúva de Manuel Rodrigues Pinto, artilheiro, natural de Cedavim, filho de Bartolomeu Rodrigues da Praça e de Ana Pinta, também de Cedavim, de quem tinha um filho, Guilherme, filha de Domingos da Silva Aguiar, natural do Outeiro dos Gatos, freg. de N.ª Sr.ª da Graça, e de *Mariana da Fonseca, natural da freg. de S. João de Ver, Feira,* neta paterna de Amaro da Silva, natural de Aveloso, e de Maria de Aguiar, natural de Outeiro do Gatos, e materna do *P.e João da Fonseca, abade de S. João de Ver* e Comissário do S.to Ofício, natural de Lisboa, freg. do Paraíso, e de *Ana Ramos,* solteira, *natural de S. João de Ver.*

Carta de Familiar de 14 de Agosto de 1728.

Manuel — m. 95, n.º 1769

445 **Manuel Simões de Carvalho** — *natural e morador em Requeixo, freg. de S. Paio de Requeixo, Aveiro;* filho de *Manuel Simões, natural da freg. de S.to Adrião de Ois da Ribeira, Águeda,* e de *Maria André, natural de Requeixo, e aí moradores;* neto paterno de *António Pires* e de *Maria Simões, naturais e moradores em Ois da Ribeira,* e materno de *Tomé André, natural de Águas Boas, freg. de*

biblRIA

S. Simão de Oiã, Oliveira de Azeméis, e de *Maria Antónia, natural de Póvoa de Carvalheira, Requeixo, e moradores em Requeixo;* casado com *Antónia Francisca, natural de Silveiro, Oiã*, filha de *Simão António* e de *Maria Francisca, naturais e moradores em Silveiro*, neta paterna de *Tomé António, natural da freg. de S. Miguel de Oliveira do Bairro*, e de *Antónia Tomé*, e materna de *Domingos Francisco* e de *Maria Antónia*, também *naturais de Silveiro, onde todos eram moradores.*

Carta de Familiar de 8 de Janeiro de 1742.

Manuel — m. 119, n.º 2151

446 **Manuel Simões de Carvalho** — *natural e morador na freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Ancas, Anadia;* filho de *António Simões*, lavrador, e de *Maria João, naturais e moradores em Ancas;* neto paterno de *Manuel Simões Barregudo*, lavrador, e de *Isabel Fernandes Carvalho*, e materno de *António João* também lavrador, e de *Paula Simões, naturais e moradores em Ancas;* ajustado para casar, em 1707, com *Domingas João*, filha de *Domingos Simões* e de *Antónia João*, neta paterna de *Domingos Simões* e de *Isabel João*, todos igualmente *moradores em Ancas*, e materna de *João Domingues* e de *Isabel Tomé, moradores em Amoreira da Gândara, Anadia.*

Carta de Familiar de 3 de Outubro de 1703.

Manuel — m. 57, n.º 1197

447 P.e **Manuel Simões Ferreira** — sacerdote do hábito de S. Pedro; *natural e morador na freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia;* filho de *Domingos Ferreira, natural de Parada, Vila Nova de Monsarros*, e de *Ana Simões, natural de Vila Nova de Monsarros, e aí moradores;* neto paterno de *Domingos Ferreira, natural de Parada*, e de *Maria Rodrigues*, natural de Monte da Loba, freg. de S. Gens de Pala, Mortágua, *moradores em Parada*, e materno de *António Simões do Outeiro, natural* igualmente *de Vila Nova de Monsarros*, e de *Maria André, natural de Vimieiro, freg. de S. Martinho de Casal Comba, Mealhada, moradores em Vila Nova de Monsarros.*

Provisão de Notário de 18 de Agosto de 1572.

Manuel — m. 151, n.º 1544

448 Lic.º **Manuel Simões Pinheiro** — advogado nos auditórios da cidade de Coimbra; natural e morador na mesma cidade, freg. de S.ta Cruz; filho de Manuel Simões, cutileiro, natural de Mata, freg. de Carvalho, Penacova, e de

Ângela Francisca, natural da rua dos Sapateiros, freg. de S.ta Cruz de Coimbra, e aí moradores; neto paterno de António Simões, natural de Cunhedo, Penacova, e de Maria Simões, natural de Pendurada, freg. de Carvalho, moradores na Mata, e materno de *Manuel Pinheiro, natural da freg. de S.to António de Avelãs do Caminho, Anadia,* e de Isabel Francisca, natural de Coimbra, freg. de S.ta Cruz, e aí moradores; casado com Juliana de Miranda, natural de Coimbra, filha de Domingos Simões, contratador de sola, natural de Ancião, e de Maria de Miranda, natural de Coimbra, freg. de S.ta Justa, moradores na rua dos Sapateiros, neta paterna de Domingos Simões, natural de Gesteira, termo de Abiul, e de Ana João, natural de Ancião, e aí moradores, e materna de *Manuel Martins, natural do Luso, freg. de N.ª Sr.ª da Natividade, Mealhada,* e de *Isabel Simões, natural da vila de Ferreiros, freg. de Santiago da Mouta, Anadia,* moradores em Coimbra, freg. de S.ta Justa.

Provisão de advogado dos presos da Inquisição de Coimbra de 1 de Outubro de 1694.

Manuel — m. 42, n.º 926

bibRIA

449 **Manuel Soares** — ourives da prata na rua dos Ourives da Prata, freg. de S.ta Maria Madalena de Lisboa; natural de Lisboa; filho de Manuel Soares, ourives da prata na citada rua, também natural de Lisboa, e de Ana de Almeida, natural de Sacavém, freg. de N.ª Sr.ª da Purificação; neto paterno de Pedro Soares, natural de Vila Boa do Bispo, freg. de N.ª Sr.ª da Assunção, e de Francisca Luís, natural da Serra da Arroteia, freg. de N.ª Sr.ª da Purificação de Bucelas, moradores em Lisboa no beco do Sebo, freg. de S. Nicolau, e materno de João Dias, natural de S.ta Leocádia, termo de Guimarães, e de Vicência de Almeida, natural de Sacavém, e aí moradores; casado com Maria de Pinho, natural de Lisboa, da rua de D. Gil Eanes, freg. de S.ta Maria Madalena, filha de *António de Pinho, natural de Algeriz, freg. de N.ª Sr.ª da Natividade de Macieira de Cambra, Vale de Cambra,* e de Andreza da Conceição, natural de Lisboa, da rua de D. Gil Eanes, e aí moradores, neta paterna de *António Fernandes* e de *Maria de Pinho, naturais e moradores em Algeriz,* e materna de Simão Fernandes, sapateiro, e de Ana Dias, naturais da freg. de S. Romão de Carnaxide e moradores na referida rua de D. Gil Eanes.

Carta de Familiar de 24 de Março de 1661.

Manuel — m. 15, n.º 401

450 P.e **Manuel Soares de Azevedo** — presbítero do hábito de S. Pedro; natural e morador na freg. do S. Sacramento da cidade da Baía; filho de Manuel Soares de Azevedo, natural da freg. da Sé do Porto, e de Teresa de Jesus, natural da freg. do SS. Sacramento da Baía, e aí moradores; neto paterno de *António Jorge, natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau*, e de Ana Soares, natural da freg. de S.ta Maria de Tarouquela, e materno de António da Silva Gomes e de Teresa de Jesus, naturais e moradores na freg. da Sé do Porto.

Provisão de Notário de 1 de Junho de 1759.

Manuel — m. 176, n.º 1864

451 **Manuel Soares Ferreira** — homem de negócio; natural da freg. de N.ª S.ª da Vitória do Porto e morador em Lisboa na Ribeira, junto às Portas do Mar, freg. da Sé; filho de *Manuel Soares Ferreira*, barbeiro, *natural de Sandiães, freg. de S. Salvador do Roge, Vale de Cambra*, e de Maria Pereira, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, e aí moradores na rua dos Mercadores; neto paterno de *Estêvão Soares*, barbeiro, e de *Maria João, naturais e moradores em Sandiães*, e materno de *Diogo Fernandes*, sombreireiro, *natural de Toqueiras, freg. de S. Martinho de Argoncilhe, Feira*, e de Maria Pereira, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, e aí moradores na referida rua dos Mercadores; casado com Josefa do Nascimento, já anteriormente habilitada por se haver contratado para casar com José Correia, Familiar do S.to Ofício, natural de Lisboa, freg. de N.ª Sr.ª da Pena, filha de António Vieira, natural de Mosteiro, freg. de Andrães, Vila Real, e de Faustina Mendes, natural de Sobreda, freg. de N.ª Sr.ª do Monte da Caparica, Almada.

Carta de Familiar de 25 de Abril de 1624.

Manuel — m. 88, n.º 1669

452 **Manuel Soares Ferreira de Freitas** — bacharel formado na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra; natural da vila de Pedrógão, e *morador na freg. de S. Paio de Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis*, tendo anteriormente *residido na freg. de S.to Adrião de Ois da Ribeira, Águeda*, para onde voltara mais tarde, quando se ajustou para casar; filho do Dr. *Manuel Soares Ferreira, o «Médico Velho», natural de Águeda, freg. de S.ta Eulália*, e de *Maria Teresa, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Espinhel, Águeda, moradores em Ois da Ribeira*, e anteriormente na vila de Pedrógão; neto paterno

de *Manuel Soares Ferreira*, natural de Vendas de Feteira, freg. de S.ta Cruz de Coimbra, e de *Luísa de Freitas*, natural do Porto, *moradores em Águeda*, e materno de *António Ferreira*, Familiar do S.to Ofício, *natural de Paradela, Espinhel*, e de *Maria Francisca, natural de Espinhel, e aí moradores;* ajustado para casar, em 1758, com *Joana Joaquina, natural e moradora em Gândara de Serém, freg. de S. Cristóvão de Macinhata do Vouga, Águeda*, filha do capitão *João Tavares Pereira Chaves*, natural da freg. de S. Miguel do Outeiro, Tondela, e de *Maria da Costa, natural de Gândara de Serém, e aí moradores*, neta paterna de Manuel Tavares, natural da freg. de Mouraz, Tondela, e de Maria Pereira, natural de S. Miguel do Outeiro, e aí moradores, e materna de *João da Costa, natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda*, e de *Agostinha de Almeida, natural de Vila Verde, freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Lamas, Águeda, moradores em Gândara de Serém.*

Carta de Familiar de 25 de Setembro de 1753.

Manuel — m. 156, n.º 1606

453 **Manuel de Sousa** — *natural e morador em Armental, freg. de Santiago de Codal, Vale de Cambra;* filho natural de *Francisco Rodrigues* e de *Mariana de Sousa*, solteira, *naturais e moradores em Armental;* neto paterno de *Domingos Henriques* e de *Maria Rodrigues, naturais e moradores em Armental*, e materno de *Sebastião Fernandes, natural da Póvoa, freg. de S. Salvador de Carregosa, Oliveira de Azeméis*, e de *Maria Fernandes*, também, *natural de Armental, e aí moradores;* casado com *Josefa João, natural de Lourizela, freg. de S.to Estêvão de Couto de Esteves, Sever do Vouga*, filha de *Domingos João, natural de Parada, Couto de Esteves*, e de *Domingas João, natural de Lourizela, e aí lavradores*, neta paterna de *João Manuel, natural de Espinheiro, freg. de S. João Baptista de Silva Escura, Sever do Vouga*, e de *Maria Jorge, natural de Rocas, freg. de S. João Baptista de Rocas do Vouga, Sever do Vouga, moradores em Parada*, e materna de *Manuel João, natural de Lourizela*, e de *Catarina Maria, natural de Parada, moradores em Lourizela.*

Carta de Familiar de 13 de Janeiro de 1769.

Manuel — m. 212, n.º 1243

454 **Manuel de Sousa** — mestre cereeiro; natural da freg. de S. Bartolomeu da Charneca, termo de Lisboa, e morador na rua Direita dos Anjos da mesma cidade; filho de

Domingos Marques, fazendeiro, *natural da freg. de S.ta Marinha de Alquerubim, Albergaria-a-Velha*, e de Mariana de Sousa, natural da Charneca, e aí moradores; neto paterno de *Pedro João*, fazendeiro, e de *Maria Marques*, igualmente *naturais de Alquerubim, e aí moradores*, e materno de Francisco Dias, fazendeiro, e de Maria de Sousa, naturais e moradores na Charneca; casado com Ana Maria Joaquina, natural de Lisboa, filha de António Ferreira, mestre sapateiro, e de Josefa Maria, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. dos Anjos e de S.to Estêvão de Alfama, moradores na rua Direita dos Anjos, neta paterna de *Manuel Dias*, fazendeiro, *natural da freg. de S.to André de Esgueira, Aveiro*, e de Maria Ferreira, natural da Charneca, e materna de Filipe Franco, natural da freg. da Misericórdia de Belas, e de Teodora Maria, natural da freg. de S.to Estêvão de Alfama, todos moradores em Lisboa.

Carta de Familiar de 2 de Outubro de 1770.

Manuel — m. 219, n.º 1301

biblRIA

455 **Manuel de Sousa Banhos** — capitão; natural e morador no Porto; filho de António de Sousa, natural da freg. de S. Romão de Aguiar de Sousa, e de *Isabel Ferreira, natural da freg. de S. Pedro do Paraíso, Castelo de Paiva*, moradores no Porto, neto paterno de Pedro Fernandes, natural da freg. de S. João de Sousa, e de Margarida Martins, natural de Aguiar de Sousa, e materna de *Manuel Francisco, natural da freg. de S.ta Marinha do Real, Castelo de Paiva*, e de *Inês Ferreira*, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, *moradores em Paraíso;* casado com Maria dos Reis, natural de Massarelos, filha de Inácio dos Reis Lopo, natural de Massarelos, e de Maria Gonçalves, moradores na mesma localidade, neta paterna de Paulo Gonçalves, natural de Melres, e de Maria Manuel, também natural de Massarelos, e materna de Domingos Gonçalves, natural da freg. de Cedofeita, Porto, e de Maria Pires, ou Maria de Leça, natural da freg. de S. Miguel de Leça de Matozinhos.

Carta de Familiar de 16 de Janeiro de 1668.

Manuel — m. 29, n.º 652

456 **Manuel de Sousa Dias** — natural e morador no Porto, na rua das Congostas, freg. da Sé; filho de *Francisco Dias, natural da Mouta, freg. de S.ta Maria do Sobrado, Castelo de Paiva*, e de Francisca de Sousa, natural de Lisboa, bairro de Valverde, moradores na citada rua das Congos-

tas do Porto; neto paterno de *Domingos Dias, natural da Mouta*, e de *Maria Fernandes, natural de Casais, freg. de S.ta Maria de Sardoura, Castelo de Paiva* (1), e materno de Francisco de Sousa, natural da rua Chã do Porto, e de Maria Ramos, natural de Vila Nova de Gaia, moradores na rua das Congostas; casado com sua prima direita paterna Clara Baptista, natural do Porto, filha de *Manuel Dias, natural da Mouta*, e de Bernarda Teixeira de Magalhães, natural do Porto, freg. da Vitória, e igualmente moradores na rua das Congostas, neta paterna dos avós paternos do habilitando, e materna de Bernardo Teixeira de Magalhães Vilela, natural e morador em Amarante, e de *Maria de Sousa*, solteira, *natural da freg. de S.ta Eulália de Sanguedo, Feira, e aí moradora.*

Carta de Familiar de 8 de Junho de 1707.

Manuel — m. 65, n.º 1316

457 **Manuel de Sousa Correia** — carpinteiro; *natural e morador na freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Mogofores, Anadia;* filho de *António de Santiago*, cereeiro, *natural de Avelãs do Caminho, freg. de S.to António, Anadia*, e de *Maria de Sousa Correia, natural de Mogofores, e aí moradores;* neto paterno de *Manuel Francisco de Carvalho*, natural de Paço, freg. de S. Mateus do Botão, Coimbra, e de *Maria de Santiago, a «Subela», natural de Avelãs do Caminho, e aí moradores*, e materno de *Manuel de Seabra Ribeiro*, filho de *João de Seabra Ribeiro* e de *Catarina Rodrigues, naturais de Mogofores*, e de *Isabel Correia de Sousa*, filha de João Gonçalves Correia e de Maria Dias, naturais da Torre, freg. de S. Salvador de Montemor-o-Velho; sobrinho materno do alferes de Ordenanças *João de Sousa Correia*, Familiar do S.to Ofício, *de Mogofores;* ajustado para casar, em 1767, com *Joana Maria, natural e moradora em Póvoa de Pereiro, freg. de Santiago da Mouta, Anadia*, filha de *Manuel Fernandes, natural de Póvoa de Pereiro*, e de *Maria Antónia, natural da Mouta, lavradores em Póvoa de Pereiro*, neta paterna de *João Dias* e de *Maria Fernandes*, igualmente *naturais e, lavradores em Póvoa de Pereiro*, e materna de *João Álvares* e de *Maria Antónia, naturais e lavradores na Mouta.*

Carta de Familiar de 4 de Setembro de 1764.

Manuel — m. 197, n.º 1089

(1) Esta localidade aparece-nos hoje pertencente à *freg. de Bairros, Castelo de Paiva.*

458 Dr. **Manuel de Sousa Loureiro** — Opositor às cadeiras de Medicina da Universidade de Coimbra; natural e morador em Coimbra, respectivamente nas fregs. de Santiago e de S. Bartolomeu; filho de Bernardo de Sousa, natural de Coimbra, freg. de S.ta Cruz, e de Isabel da Conceição, natural do Salgueiral, freg. de S. Salvador de Pombeiro, Arganil, moradores em Coimbra; neto paterno de António de Sousa, natural da freg. de S.to André de Lorvão, Penacova, e de *Isabel da Conceição, natural da freg. de S.ta Eulália de Aguada de Cima, Águeda,* e materno de Manuel de Leão, natural de Sabouga, freg. de S. José de Levegada, Poiares, e de Maria Luís, natural do Salgueiral; casado com D. Teresa Vitória de Sousa, natural da freg. de Santiago de Coimbra, filha de *António Rodrigues, natural da freg. de N.a Sr.a da Conceição de Mogofores, Anadia,* e de Ana do Rosário, natural de Casal da Póvoa, termo da Lousã, moradores em Coimbra, neta paterna de *João Rodrigues Serra* e de *Filipa de Seabra, naturais e moradores em Mogofores,* e materna de António Martins e de Maria Martins, naturais e moradores no Casal da Póvoa.

Provisão de médico supranumerário, sem ordenado, da Inquisição de Coimbra, de 20 de Fevereiro de 1790.

Manuel — m. 252, n.º 1637

bibRIA

459 **Manuel de Sousa Pereira** — homem de negócio; *natural e morador na freg. de S. Cristóvão da vila de Ovar;* filho de *Manuel de Sousa Lopes,* natural de Vila Nova de Gaia, e de *Jacinta Valente da Silva, natural de Guilhovai, Ovar, moradores em Ovar;* neto paterno de Davide Lopes, natural da freg. de S. Pedro de Maximinos, Braga, e de Maria de Sousa, natural de Vila Nova de Gaia, e materno de *Bernardo Valente* e de *Ana Pereira, naturais e moradores em Guilhovai;* irmão de Francisco de Sousa Pereira, clérigo «in minoribus», habilitado «de genere» para o estado eclesiástico, e sobrinho neto paterno do P.e Baptista Lopes, cereeiro da Sé de Braga.

Carta de Familiar de 23 de Agosto de 1755.

Manuel — m. 166, n.º 1748

460 Dr. **Manuel de Sousa Ribeiro da Silveira**—*natural e morador na cidade de Aveiro, freg. de S. Miguel;* filho do capitão-mor *João de Sousa Ribeiro da Silveira,* cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Familiar do S.to Ofício, e de *D. Brites Joana Teresa da Silveira, naturais e moradores em Aveiro;* neto paterno de *Manuel de Sousa Ribeiro,* filho

de *Manuel Ribeiro de Oliveira* e de *Maria da Silveira Cardosa, naturais da freg. de S. Miguel de Aveiro, e aí moradores*, e de *Maria de Oliveira de Afonseca, natural de Ilhavo, freg. de S. Salvador, moradora, com seu marido, na citada freg. de S. Miguel de Aveiro*, filha de *Domingos André, natural de Alqueidão, Ilhavo*, e de *Luísa de Oliveira, natural da freg. de S.to Isidoro da vila de Eixo, Aveiro*, e materno de *Jerónimo de Magalhães Coutinho*, capitão-mor de Ferreira de Aves, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Familiar do S.to Ofício, natural de Fundo da Vila, Penalva, filho de Francisco de Magalhães Coutinho, natural de Lamas, Ferreira de Aves, e de D. Luísa de Barros, natural da Quinta de Esporões, Penalva, e de *D. Maria Jerónima da Silveira*, filha de *Tomé Ribeiro Leitão* e de *Clara Ribeiro da Silveira, de Aveiro*, e neta de *Manuel Ribeiro Leitão*, Familiar do S.to Ofício, *natural da freg. de S.to António de Avelãs do Caminho, Anadia*, e de *Maria Miguéis, natural de Aveiro*, e de *Manuel Ribeiro de Oliveira*, e de *Maria da Silveira*, igualmente *naturais de Aveiro;* irmão de *João de Sousa Ribeiro da Silveira Magalhães*, capitão de cavalaria do Regimento ligeiro de Bragança aquartelado em Chaves e Familiar do S.to Ofício; sobrinho materno de *Bernardo Caetano de Magalhães Coutinho*, capitão-mor de Ferreira de Aves *naturais de Aveiro*, e parente por parte paterna de *Pedro Ribeiro de Oliveira, Carlos Ribeiro da Maia, Luís da Gama Ribeiro Rangel* e *Luís Manuel Ribeiro Brandão*, e pela materna do capitão *Manuel André de Oliveira*, todos Familiares do S.to Ofício *e de Aveiro.*

Carta de Familiar de 20 de Abril de 1773.

Manuel — m. 236, n.º 1393

461 **Manuel de Sousa Soares** — natural e morador em Lisboa, freg. de S. Paulo; filho de Miguel de Sousa Ferreira, natural do Porto, e de Maria Craesbeeck, natural de Lisboa, e aí moradores na freg. de S. Paulo; neto paterno de António de Sousa, natural da freg. de S. João de Sousa, Gondomar, e de *Isabel Ferrara, natural da freg. de S.ta Maria de Sardoura, Castelo de Paiva*, e materno de Paulo Craesbeeck, e de Cezília Soares, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S. Nicolau e de S. Julião; sobrinho paterno de Manuel de Sousa Banhos, Familiar do S.to Ofício; ajustado para casar, em 1690, com Rosa Maria, filha de Francisco Mendes de Barros, Familiar do S.to Ofício, natural de Guimarães, e de Isabel Rodrigues Lima, natural de Ponte de Lima, moradores em Lisboa às Fontaínhas do Corpo Santo, freg. de N.a Sr.a dos Már-

bRIA

tires, neta paterna de António Gonçalves, filho de Baltasar Gonçalves e de Cezília Gonçalves, e de Maria Mendes, filha de Belchior Dias e de Cezília Mendes, todos moradores em Guimarães, e materna de Domingos Lopes Velho, filho de Gonçalo Lopes e de Maria Francisca, e de Joana Quintela, filha de Miguel Rodrigues Quinteiro, e de Maria Rodrigues, todos moradores em Ponte de Lima, sobrinha paterna de José Mendes de Barros e sobrinha neta paterna de Francisco Rodrigues Quinteiro, Familiar do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 26 de Abril de 1686.

Manuel — m. 33, doc. 764

462 **Manuel Tavares** — *natural de Teamonde, freg. de S. Salvador de Carregosa, Oliveira de Azeméis;* filho de *Manuel Tavares, natural de Teamonde,* e de *Ana Soares, natural da Póvoa, freg. de N.ª Sr.ª da Purificação de Vila Chã, Vale de Cambra, moradores em Teamonde;* neto paterno de *Manuel Tavares,* e de *Angélica Tavares,* lavradores, *moradores em Teamonde,* e materno do capitão de Ordenanças *Tomé Soares Homem,* e de *Catarina Aires de Pinho, moradores na Póvoa.*

Carta de Familiar de 9 de Setembro de 1816.

Manuel — m. 271, n.º 1890

BIBRIA

(Continua)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA
1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

Alfa, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n.º 17. Marília — S. P. Brasil, 1971.

Anais, Academia Portuguesa da História, II série, vol. 22.º, Lisboa, 1973.

Anais do Município de Faro, n.º IV. Faro, 1974.

Arqueólogo Português (O), Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia. Série III, vol. VI. Lisboa, 1972.

Arqueólogo Português (O) — Índice dos volumes I-XXX (1895-1938). Tomo I. Lisboa, 1973.

Aveiro e o seu Distrito — Publicação semestral da Junta Distrital de Aveiro. N.os 17 e 18. Aveiro, 1974.

Biblos. Revista da Faculdade de Letras de Coimbra, vol. XLI. Coimbra, MCMLXV.

Boletim da Academia Portuguesa da História, vol. 37.º Lisboa, 1974.

Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n.º 21. Matosinhos, 1974.

Boletim do Gabinete Português de Leitura, n.º 22, 1972/1973. Porto Alegre. Brasil.

Boletim do Instituto de Investigação de Angola, vol. 8.º, n.º 2 de 1971, e vol. 9.º, n.os 1 e 2 de 1972. Luanda.

Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira. Fundação Gulbenkian. Vol. XIII, n.º 4, 1972; vol. XIV, n.os 1 a 4, 1973. Lisboa.

Correios e Telecomunicações. Serviços Culturais dos C. T. T. N.os 25 e 26. Lisboa, 1973.

Estudos Históricos, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n.º 11, 1972. Marília — Brasil.

bibRIA

Língua e Literatura. Revista dos Departamentos de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ano II, n.º 2, 1973. São Paulo — Brasil.

Ora & Labora. Revista litúrgica beneditina. Ano XIX, n.º 4 de 1973. Ano XX, n.os 1 a 3 de 1974. Mosteiro de Singeverga, Roriz (Santo Tirso).

Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, n.º 3. Coimbra, 1973.

Revista da Faculdade de Letras. — Série de História. Universidade do Porto. Vol. III. Porto, 1972.

Revista de Guimarães. Sociedade Martins Sarmento, vol. LXXXIII, n.os 1-4. Guimarães, 1973.

Revista de História. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo e Sociedade de Estudos Históricos. N.os 95 e 96 de 1973 e 97 a 99 de 1974. São Paulo, Brasil.

Revista da Universidade Federal do Pará, n.º 3, série I, 1973. Belém — Pará — Brasil.

*

Anuário da Biblioteca Central da Cataluña y de las populares y especiates de Barcelona. Ano de 1971 e ano de 1972. Barcelona.

Catálogo de la Produccion Editorial Barcelonesa, 1972-1973. Barcelona, 1974.

*

ANTÓNIO BRÁSIO — *História e Missiologia. Inéditos e Esparsos.* Instituto de Investigação Científica de Angola. Luanda, 1973.

ANTÓNIO P. DE MATOS DOS REIS — *Itinerários de Ponte de Lima.* Ponte de Lima, 1973.

JOÃO GONÇALVES GASPAR — *Lima Vidal no seu tempo (1874-1958)*, Vols. I, II e III. Aveiro, 1974.

ROBERTO VAZ DE OLIVEIRA — *As armas e a bandeira da Vila da Feira (1284/1974).* Vila da Feira, 1974.

ABÍLIO MENDES DO AMARAL — *Pedro do Amaral Botto Machado — Linha recta de coerência e abnegação.* Lisboa, 1973,

—— *Bento de Moura Portugal na linha do século VXIII.* Lisboa, 1973. Separata da Revista «Olisipo», n.º 136. Lisboa, 1973.

—— *O Prior da Serra da Estrela e o Convento do Rato.* Separata da Revista «Beira Alta». Viseu, 1974.

—— *Convento do Espírito Santo de Gouveia.* Separata da Revista «Beira Alta». Viseu, 1974.

bibRIA

*

Problemas de alteração e conservação do conjunto em terracota da morte de S. Bernardo no Mosteiro de Alcobaça.

Textos apresentados na sessão de informação pública promovida pelo Instituto de José de Figueiredo e realizada no Mosteiro de Alcobaça aos 22 de Março de 1974.

Edição de um grupo de amigos do Mosteiro de Alcobaça.

ALCOBAÇA, 1974.

*

SILVA PEIXE — *Aveiro, Princesa do Vouga* — Ílhavo, 1974.

Muito apropriadamente, atribui-se a Manuel da Silva Peixe a antonomásia de «poeta-marinheiro». Ílhavo de nascimento, profundamente imbuído, por genitura e por pessoal predilecção e devoção, do largo e belo mar, do empolgante e traiçoeiro oceano, e das belezas que dele emanam e em que ele se integra, tem a experiência, os dons de ver e discernir o significativo com aguda sensibilidade, e sabe transpô-los em forma correcta e cativante.

O seu estro e o seu irreprimível pendor para expandi-lo deram já ensejo à publicação de cerca de uma dezena de obras de poesia dignas de apreço.

E, se na maioria das suas produções lateja o «homem do mar», familiarizado com quanto viveu na sua lida marinheira, se nesses temas tem a fonte primacial de influência e inspiração — este espontâneo poeta, de genuína raiz popular é igualmente sensível a outros motivos estimuladores.

Logo após o mar, e a gama inumerável de sugerências que lhe proporciona à lira zelosamente afinada, os temas para que, por gosto natural, imediatamente propende são: a sua própria terra de nascimento, e logo no degrau seguinte das preferências, a vizinha cidade de Aveiro, em que corre a mesma linfa e sopram os mesmos ventos salinos — irmãs de braços enlaçados, quase siamesas.

Delas lhe brota um manancial rico, através das gentes e dos costumes, das tradições e dos aspectos de anfíbia corografia, que agora de novo canta e embelece neste segundo tomo de poemas consagrados à, na primeira, dessas colectâneas de poemas designada, na conhecida corrente de um costume de cotejadora toponímia, por «Veneza Lusitana».

São de rasgada exaltação de Aveiro («És sempre linda Aveiro!... /.../ Nunca perdes a beleza.» e das já desaparecidas e lendárias tricanas, do sal e suas cintilações a uma luz esplendente, das fontes, dos valores humanos e paisagísticos: «Tem tudo quanto Deus quis // E tudo quanto Deus queira». E até os homens, que Deus ajudará, se o ajudarem.

Na sua singeleza, os versos deste novo livro do «poeta-marinheiro» Silva Peixe não deixarão de fornecer algumas estrofes para qualquer antologia aveirense.

E. C.

UA/Le

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

Págs.

CERQUEIRA (Eduardo)
— *O aveirense Francisco de Castro Matoso visto através dos seus conterrâneos* 81

COELHO (Maria Helena da Cruz)
— *Os Superiores do mosteiro de S. Pedro de Arouca desde as origens até à adopção da regra de Cister* 104

COSTA (Eduardo Alberto da)
— *Memórias paroquiais do século XVIII. Freguesia da Trofa (1758)* 125

FERREIRA NEVES (Francisco)
— *A falsa identificação da cidade luso-romana de Talábriga com Aveiro* 161
— *As ideias liberais de José Maria Teixeira de Queirós, pai do romancista Eça de Queirós* 280

LIMA (Jorge Hugo Pires de)
— *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício*, 47, 132, 221 e 297

MENDES (Humberto Gabriel)
— *Cartografia e engenharia da ria e barra de Aveiro no último quartel do século XVIII* . . . . . 184 e 241

RAMOS (P.e Anibal)
— *João Evangelista de Lima Vidal no 1.º centenário do seu nascimento* 178

SERRA (Pedro Cunha)
— *Topónimos do distrito de Aveiro* 38

SOUTO (Alberto)
— *Aveiro arqueológico, artístico e monumental. Os túmulos* . . 3

TAVARES (José Pereira)
— *Aveiro contra a «Traulitânia» (19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1969)* 27
— *Recordar é viver...* 119
— *Evocação* 271

NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO, E OUTROS NÃO ASSINADOS

— *Bibliografia* 317

FIM DO VOLUME XL

biblioteca digital

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECTOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

DIRECTORES-ADJUNTOS

JOSÉ PEREIRA TAVARES
EDUARDO ALA CERQUEIRA

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

bibRIA

ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

ALBERTO SOUTO, *Aveiro arqueológico, artístico e monumental. Os túmulos.*

JOSÉ TAVARES, *Aveiro contra a «Traulitânia». (19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919).*

PEDRO CUNHA SERRA, *Topónimos do distrito de Aveiro. Alqueidão.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 100$00
NÚMERO AVULSO . . . . 30$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

PHILIPS

AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

AVEIRO • **TELEF. 24141**

biblRIA

PHILIPS

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA COMANDANTE ROCHA E CUNHA, 100

AVEIRO • **TELEF. 24141**

Oficina de Serralharia

- - - Mecânica - - -

◆

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,
MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES

MOAGENS

◆

Reparações de máquinas e motores

Agente dos motores PETTER, LOMBARDYNE
e tractores DAVID BROWN

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

AVEIRO

TELEFONE 22683 P.P.C.

bibRIA

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆

Fábrica de moagem de cereais e descasque de arroz

◆

Preparação de farinhas para alimentação de gado, marca *Beimar*

◆

Telefone PPC 23441 Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

bibRIA

PASCOAL & FILHOS, L.DA

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefone 24578 End. Teleg. – MARIALVA

Apartado 39

AVEIRO

●

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

bibRIA

●

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA» e Arrastão — «TIMANEL»

●

Oficinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau na Gafanha** — Telefone 22243

FÁBRICAS METALÚRGICAS

ALBA

FUNDIÇÃO DE FERRO E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos

acessórios para condutas adutoras

redes de distribuição de águas e de saneamento

aparelhagem agricola e vinicola

acessórios para instalações eléctricas

artigos para construção civil

fundição em séries ou peça a peça, a partir de desenhos ou de modelos

orçamentos

laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE
ALBERGARIA-A-VELHA
TELEFS. 5 22 06/7
TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA
R. DOS CORREEIROS, 40, 2.º-ESQ.
TELEFS. 32 13 63/4 - LISBOA-2
TELEGR. ALBA

bibRIA

Testa & Amadores, L.da

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos

Telefone – 23826
Telegramas – **Testa**
Apartado 30

.....

RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2

AVEIRO

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUEIROS *Telefones 23111/2/3*

AVEIRO

★

PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE

★

— Produtores de óleo de fígados de bacalhau, medicinal e industrial

— Instalações de secagem e conservação de bacalhau na Gafanha — AVEIRO

— Produtores de conservas de sardinha e atum nas marcas

AVEIRO

RADAR E NOEL

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram um lugar de relevo nos mercados nacional e estrangeiro

bibRIA

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

bibRIA

FÁBRICA ALELUIA
FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

BOM-SUCESSO

BOM-SUCESSO

CASAS PRÉ-FABRICADAS
PORTAS
PARQUETE

MaDeL

— PLACAS DE AGLOMERADO DE MADEIRA E CIMENTO
— NOVO E REVOLUCIONÁRIO PRODUTO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

- PAREDES INTERIORES E EXTERIORES
- PAVIMENTOS E TECTOS
- COFRAGENS
- ISOLAMENTOS TÉRMICO E ACÚSTICO

Grande *economia na construção*

João Nunes da Rocha

FÁBRICA E SEDE
AVEIRO
Apartado 21
Telef. 23041/2

FILIAL
LISBOA—Av. Alm. Gago Coutinho, 53 r/c Dt.
Telef. 726218

bibRIA

OFICINAS GAMELAS

(ESTABELECIMENTO RECOMENDADO PELO AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

Secções

- Reparações mecânicas, electricidade, carrosserias
- Oficina de pintura, estação de serviço, peças e acessórios
- Serviço permanente de Pronto Socorro

bibRIA

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS AUSTIN

Manuel dos Santos Gamelas, Sucs.

Avenida 5 de Outubro, 18

Telefones PPC { 22031 / 22032

AVEIRO

Mármores, Espelhos,

- - - Cristais - - -

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

onduladas ou lisas, opacas
ou translúcidas; leves,
inquebráveis e incombustíveis;
cores variadas e inalteráveis.
- - Duração infinda - -

ESTRUTURAS E COBERTURAS

Ernesto Correia dos Santos

106 — Rua Comandante Rocha e Cunha — 108

TELEFONE 23317

AVEIRO

bibRIA

VITA·SAL

PARA BOA COZINHA
UM
SAL DE QUALIDADE

bibRIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.DA

ESTRADA NOVA DO CANAL — **AVEIRO**

TELEFONE 24430

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.to

TELEF. 23965

AVEIRO

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

bibRIA

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA
Rua Garrett, 100
LISBOA
Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»
LISBOA

Visitai a linda cidade de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS — BAIXO VOUGA — PAISAGEM SURPREENDENTE E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS — PATINAGEM — ENCANTO E DISTRACÇÃO

bibRIA

Museu

PINTURA — ESCULTURA — ARTE SACRA — TÚMULO DA PRINCESA SANTA JOANA

(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA — AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA

N.º 158

Abril, Maio e Junho

AVEIRO

1974

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECTOR
FRANCISCO FERREIRA NEVES

DIRECTORES-ADJUNTOS
JOSÉ PEREIRA TAVARES
EDUARDO ALA CERQUEIRA

PROPRIEDADE DE
ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

bibRIA

ADMINISTRADOR
FRANCISCO FERREIRA NEVES
ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

EDUARDO CERQUEIRA, *O aveirense Francisco de Castro Matoso visto através de uma homenagem dos conterrâneos.*
MARIA HELENA DA CRUZ COELHO, *Os superiores do mosteiro de S. Pedro de Arouca desde as origens até à adopção da regra de Cister.*
JOSÉ TAVARES, *«Recordar é viver...»*
EDUARDO COSTA, *Memórias paroquiais do século XVIII. Freguesia da Trofa (1758).*
JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . .	100$00
NÚMERO AVULSO	30$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

PHILIPS

AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

AVEIRO • **TELEF. 24141**

bibRIA

PHILIPS

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA COMANDANTE ROCHA E CUNHA, 100

AVEIRO • **TELEF. 24141**

Oficina de Serralharia
- - - Mecânica - - -

◆

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,
MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES

MOAGENS

◆

Reparações de máquinas e motores

Agente dos motores **PETTER, LOMBARDYNE**
e tractores **DAVID BROWN**

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)
AVEIRO
TELEFONE 22683 P.P.C.

bibRIA

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆

Fábrica de moagem de cereais e descasque de arroz

bibRIA

◆

Preparação de farinhas para alimentação de gado, marca *Beimar*

◆

Telefone PPC 23441 Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

PASCOAL & FILHOS, L.DA

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefone 24578 End. Teleg. – MARIALVA

Apartado 39

AVEIRO

●

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

bibRIA

●

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão – «ANTÓNIO PASCOAL»

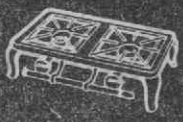
Navio Motor – «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão – «DULCINHA» e Arrastão – «TIMANEL»

●

Oficinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau na Gafanha** — Telefone 22243



FÁBRICAS METALÚRGICAS

ALBA

FUNDIÇÃO DE FERRO E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos

acessórios para condutas adutoras

redes de distribuição de águas e de saneamento

aparelhagem agrícola e vinícola

acessórios para instalações eléctricas

artigos para construção civil

fundição em séries ou peça a peça, a partir de desenhos ou de modelos

orçamentos

laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE
ALBERGARIA-A-VELHA
TELEFS. 5 22 06/7
TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA
R. DOS CORREEIROS, 40, 2.º-ESQ.
TELEFS. 32 13 63/4 • LISBOA-2
TELEGR. ALBA

bibRIA

Testa & Amadores, L.da

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

Agentes bancários e depositários da Companhia Portuguesa de Tabacos

Telefone – 23826
Telegramas – **Testa**
Apartado 30

.....

RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2
AVEIRO

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUEIROS *Telefones 23111/2/3*

AVEIRO

✱

PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE

✱

— Produtores de óleo de fígados de bacalhau, medicinal e industrial

— Instalações de secagem e conservação de bacalhau na Gafanha — AVEIRO

— Produtores de conservas de sardinha e atum nas marcas

AVEIRO

RADAR E NOEL

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram um lugar de relevo nos mercados nacional e estrangeiro

bibRIA

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

bibRIA

FÁBRICA ALELUIA
FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

BOM-SUCESSO

BOM-SUCESSO

CASAS PRÉ-FABRICADAS
PORTAS
PARQUETE

MaDeL

— *PLACAS DE AGLOMERADO DE MADEIRA E CIMENTO*
— *NOVO E REVOLUCIONÁRIO PRODUTO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL*

- PAREDES INTERIORES E EXTERIORES
- PAVIMENTOS E TECTOS
- COFRAGENS
- ISOLAMENTOS TÉRMICO E ACÚSTICO

Grande *economia na construção*

João Nunes da Rocha

FÁBRICA E SEDE
AVEIRO Apartado 21
Telef. 23041/2

FILIAL
LISBOA—Av. Alm. Gago Coutinho, 53 r/c Dt.
Telef. 726218

bibRIA

OFICINAS GAMELAS

(ESTABELECIMENTO RECOMENDADO PELO AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

Secções

- Reparações mecânicas, electricidade, carrosserias
- Oficina de pintura, estação de serviço, peças e acessórios
- Serviço permanente de Pronto Socorro

biblRIA

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS AUSTIN

Manuel dos Santos Gamelas, Sucs.

Avenida 5 de Outubro, 18

Telefones PPC { 22031 / 22032

AVEIRO

Mármores, Espelhos,

- - - Cristais - - -

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

onduladas ou lisas, opacas
ou translúcidas; leves,
inquebráveis e incombustíveis;
cores variadas e inalteráveis.
- - Duração infinda - -

ESTRUTURAS E COBERTURAS

Ernesto Correia dos Santos

106 — Rua Comandante Rocha e Cunha — 108

TELEFONE 23317

AVEIRO

biblRIA

VITA·SAL

PARA BOA COZINHA

UM

SAL DE QUALIDADE

bibRIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.DA

ESTRADA NOVA DO CANAL — **AVEIRO**

TELEFONE 24430

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.to

TELEF. 23965

AVEIRO

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

bibRIA

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

Visitai a linda cidade de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS — BAIXO VOUGA — PAISAGEM SURPREENDENTE E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS — PATINAGEM — ENCANTO E DISTRACÇÃO

bibRIA

Museu

PINTURA — ESCULTURA — ARTE SACRA — TÚMULO DA PRINCESA SANTA JOANA

(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA — AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA

N.º 159

Julho, Agosto e Setembro

AVEIRO

1974

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECTOR
FRANCISCO FERREIRA NEVES

DIRECTORES-ADJUNTOS
JOSÉ PEREIRA TAVARES
EDUARDO ALA CERQUEIRA

PROPRIEDADE DE
ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

biblRIA

ADMINISTRADOR
FRANCISCO FERREIRA NEVES
ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PRIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *A falsa identificação da cidade luso-romana de Talábriga com Aveiro.*

P.e ANÍBAL RAMOS, *João Evangelista de Lima Vidal no 1.º centenário do seu nascimento.*

HUMBERTO GABRIEL MENDES, *Cartografia e engenharia da ria e barra de Aveiro no último quartel do século XVIII.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . .	100$00
NÚMERO AVULSO	30$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

PHILIPS

AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

AVEIRO • TELEF. 24141

bibRIA

PHILIPS

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA COMANDANTE ROCHA E CUNHA, 100

AVEIRO • TELEF. 24141

Oficina de Serralharia

- - - Mecânica - - -

◆

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,
MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES

MOAGENS

◆

bibRIA

Reparações de máquinas e motores

Agente dos motores PETTER, LOMBARDYNE
e tractores DAVID BROWN

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

AVEIRO

TELEFONE 22683 P.P.C.

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆

Fábrica de moagem de cereais e descasque de arroz

◆

Preparação de farinhas para alimentação de gado, marca *Beimar*

◆

Telefone PPC 23441 Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

bibRIA

PASCOAL & FILHOS, L.DA

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefone 24578 End. Teleg. – MARIALVA

Apartado 39

AVEIRO

●

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

bibRIA

●

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão – «ANTÓNIO PASCOAL»

Navio Motor – «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão – «DULCINHA» e Arrastão – «TIMANEL»

●

Oficinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau na Gafanha** — Telefone 22243

FÁBRICAS METALÚRGICAS

FUNDIÇÃO DE FERRO
E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos

acessórios para condutas adutoras

redes de distribuição de águas e de saneamento

aparelhagem agricola e vinicola

acessórios para instalações eléctricas

artigos para construção civil

fundição em séries ou peça a peça, a partir de desenhos ou de modelos

orçamentos
laboratório privativo

ALBA

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE
ALBERGARIA-A-VELHA
TELEFS. 5 22 06/7
TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA
R. DOS CORREEIROS, 40, 2.º-ESQ.
TELEFS. 32 13 63/4 • LISBOA-2
TELEGR. ALBA

Testa & Amadores, L.da

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos

Telefone — 23826
Telegramas — **Testa**
Apartado 30

.....

RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2

AVEIRO

bibRIA

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUEIROS *Telefones* 23111/2/3

AVEIRO

✶

PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE

✶

— Produtores de óleo de fígados de bacalhau, medicinal e industrial

— Instalações de secagem e conservação de bacalhau na Gafanha — AVEIRO

— Produtores de conservas de sardinha e atum nas marcas

AVEIRO

RADAR E NOEL

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram um lugar de relevo nos mercados nacional e estrangeiro

bibRIA

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

bibRIA

FÁBRICA ALELUIA

FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

BOM-SUCESSO

BOM-SUCESSO

CASAS PRÉ-FABRICADAS
PORTAS
PARQUETE

MaDeL

— PLACAS DE AGLOMERADO DE MADEIRA E CIMENTO
— NOVO E REVOLUCIONÁRIO PRODUTO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

- PAREDES INTERIORES E EXTERIORES
- PAVIMENTOS E TECTOS
- COFRAGENS
- ISOLAMENTOS TÉRMICO E ACÚSTICO

Grande *economia na construção*

João Nunes da Rocha

FÁBRICA E SEDE
AVEIRO Apartado 21
Telef. 23041/2

FILIAL
LISBOA—Av. Alm. Gago Coutinho, 53 r/c Dt.
Telef. 726218

LibRIA

OFICINAS GAMELAS

(ESTABELECIMENTO RECOMENDADO PELO AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

Secções

- Reparações mecânicas, electricidade, carrosserias
- Oficina de pintura, estação de serviço, peças e acessórios
- Serviço permanente de Pronto Socorro

biblRIA

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS AUSTIN

Manuel dos Santos Gamelas, Sucs.

Avenida 5 de Outubro, 18

Telefones PPC { 22031 / 22032

AVEIRO

Mármores, Espelhos,

- - - Cristais - - -

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

onduladas ou lisas, opacas
ou translúcidas; leves,
inquebráveis e incombustíveis;
cores variadas e inalteráveis.
- - Duração infinda - -

ESTRUTURAS E COBERTURAS

Ernesto Correia dos Santos

106 — Rua Comandante Rocha e Cunha — 108

TELEFONE 23317

AVEIRO

bibRIA

VITA-SAL

PARA BOA COZINHA
UM
SAL DE QUALIDADE

bibRIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.DA
ESTRADA NOVA DO CANAL — **AVEIRO**
TELEFONE 24430

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.to

TELEF. 23965

AVEIRO

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

bibRIA

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA
Rua Garrett, 100
LISBOA
Telefs. 2 2015 -- 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»
LISBOA

Visitai a linda cidade de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS — BAIXO VOUGA — PAISAGEM SURPREENDENTE E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS — PATINAGEM — ENCANTO E DISTRACÇÃO

bibRIA

Museu

PINTURA — ESCULTURA — ARTE SACRA — TÚMULO DA PRINCESA SANTA JOANA

(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA — AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA

N.º 160

Outubro, Novembro e Dezembro

AVEIRO

1974

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECTOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

DIRECTORES-ADJUNTOS

JOSÉ PEREIRA TAVARES

EDUARDO ALA CERQUEIRA

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES

FRANCISCO FERREIRA NEVES

JOSÉ PEREIRA TAVARES

bibRIA

ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

HUMBERTO GABRIEL MENDES, *Cartografia e engenharia da ria e barra de Aveiro no último quartel do século XVIII.*

JOSÉ TAVARES, *Evocação.*

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *As ideias liberais de José Maria Teixeira de Queirós, pai do romancista Eça de Queirós.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

Bibliografia.

Índice alfabético dos autores do vol. XL.

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . .	100$00
NÚMERO AVULSO	30$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

PHILIPS

AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

AVEIRO • **TELEF. 24141**

bibRIA

PHILIPS

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA COMANDANTE ROCHA E CUNHA, 100

AVEIRO • **TELEF. 24141**

Oficina de Serralharia

- - - Mecânica - - -

◆

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,
MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES

MOAGENS

◆

bibRIA

Reparações de máquinas e motores

Agente dos motores PETTER, LOMBARDYNE
e tractores DAVID BROWN

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

AVEIRO

TELEFONE 22683 P.P.C.

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆

Fábrica de moagem de cereais e descasque de arroz

◆

Preparação de farinhas para alimentação de gado, marca *Beimar*

◆

Telefone PPC 23441 Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

bibRIA

PASCOAL & FILHOS, L.DA

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefone 24578 End. Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

AVEIRO

●

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

bibRIA

●

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA» e Arrastão — «TIMANEL»

●

Oficinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau na Gafanha** — Telefone 22243

FÁBRICAS METALÚRGICAS

ALBA

FUNDIÇÃO DE FERRO E LIGAS NÃO FERROSAS
artigos domésticos
acessórios para condutas adutoras
redes de distribuição de águas e de saneamento
aparelhagem agrícola e vinícola
acessórios para instalações eléctricas
artigos para construção civil

fundição em séries ou peça a peça, a partir de desenhos ou de modelos
orçamentos
laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE
ALBERGARIA-A-VELHA
TELEFS. 5 22 06/7
TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA
R. DOS CORREEIROS, 40, 2.º-ESQ.
TELEFS. 32 13 63/4 • LISBOA-2
TELEGR. ALBA

bibRIA

Testa & Amadores, L.da

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos

Telefone — 23826
Telegramas — **Testa**
Apartado 30

.....

RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2
AVEIRO

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUEIROS *Telefones 23111/2/3*

AVEIRO

✶

PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE

✶

— Produtores de óleo de fígados de bacalhau, medicinal e industrial

— Instalações de secagem e conservação de bacalhau na Gafanha — AVEIRO

— Produtores de conservas de sardinha e atum nas marcas

AVEIRO

RADAR E NOEL

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram um lugar de relevo nos mercados nacional e estrangeiro

bibRIA

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

bibRIA

FÁBRICA ALELUIA
FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

BOM-SUCESSO

BOM-SUCESSO

CASAS PRÉ-FABRICADAS
PORTAS
PARQUETE

MaDeL

— PLACAS DE AGLOMERADO DE MADEIRA E CIMENTO
— NOVO E REVOLUCIONÁRIO PRODUTO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

- PAREDES INTERIORES E EXTERIORES
- PAVIMENTOS E TECTOS
- COFRAGENS
- ISOLAMENTOS TÉRMICO E ACÚSTICO

Grande *economia na construção*

João Nunes da Rocha

FÁBRICA E SEDE
AVEIRO
Apartado 21
Telef. 23041/2

FILIAL
LISBOA—Av. Alm. Gago Coutinho, 53 r/c Dt.
Telef. 726218

bibRIA